



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO - CAMPUS OLINDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA – ProfEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

GIDAIR LOPES DOS SANTOS

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE JOVENS E
ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: INICIATIVAS NO
ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO**

Olinda
2022

GIDAIR LOPES DOS SANTOS

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE JOVENS E
ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: INICIATIVAS NO
ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Olinda do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Professor Dr. Assis Leão da Silva

Olinda
2022

S237f SANTOS, Gidair Lopes dos.

A educação Profissional e Tecnológica de jovens e adolescentes em medida socioeducativa: iniciativas no âmbito do Instituto Federal de Pernambuco. / Gidair Lopes dos Sabtos. – Olinda, PE: O autor, 2022.

224 f.: il., color. ; 30 cm.

Orientador: Prof.º Dr.º Assis Leão da Silva.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda, Coordenação Local Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, 2022.

1. Educação – aspectos sociais. 2. Socioeducação. 3. Educação Profissional e Tecnológica. 4. Direitos das crianças e dos adolescentes. 5. Medidas socioeducativas. I. Silva, Assis Leão da. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE. III. Título.

370.190

CDD (22 Ed.)

Catálogo na fonte

Bibliotecária: Andréa Cardoso Castro - CRB4

1789

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

GIDAIR LOPES DOS SANTOS

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE JOVENS E
ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: INICIATIVAS NO
ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em ____ de _____ de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Assis Leão da Silva
1º. Examinador/Presidente

Profa. Dra. Bernardina Santos Araújo de Sousa
2ª Examinadora Interna- ProfEPT

Prof. Dr. Flávio de Sá Cavalcanti de Albuquerque Neto
3ª Examinador Interno- IFPE

Profa. Dra. Khatarine Nínive Pinto Silva
4ª Examinadora Externa- UFPE

Olinda
2022

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

GIDAIR LOPES DOS SANTOS

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE JOVENS E
ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: INICIATIVAS NO
ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em ____ de _____ de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Assis Leão da Silva
1º. Examinador/Presidente

Profa. Dra. Bernardina Santos Araújo de Sousa
2ª Examinadora Interna- ProfEPT

Prof. Dr. Flávio de Sá Cavalcanti de Albuquerque Neto
3ª Examinador Interno- IFPE

Profa. Dra. Khatarine Nínive Pinto Silva
4ª Examinadora Externa- UFPE

Olinda
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela Salvação, pela família e amigos com os quais me presenteou.

À minha família, representada pelos meus pais: Gedeão Rosa dos Santos (in memoriam), o exemplo mais lindo de amor paterno, cujo legado é o que me motiva a amar, ajudar e cuidar do meu próximo; e Marlene Lopes dos Santos, minha mãezinha, que nos deixou na reta final de minha pesquisa, mas que estará presente, sempre, em toda as conquistas da minha vida. Mainha, aprendi com a senhora que as lembranças, ou a falta delas, estão condicionadas ao que se sabe e ao que se sente por alguém.

Agradeço às minhas irmãs e aos meus irmãos queridos. Aos sobrinhos e às sobrinhas que tanto amo. De modo especial, às minhas filhas: Gilka, Acsa e Emanuely, e à minha sobrinha/filha Thamyris, pelo apoio e incentivo nos momentos de desânimo.

À minha equipe de trabalho no TJPE: Anamélia, Dircilene, Érika, Sandra e Grimário, pelo suporte durante o trabalho cotidiano. Em especial, às amigas: Simony Freitas e Érika Carla, pelas valiosas discussões acerca do objeto da pesquisa.

À turma do Mestrado 2019.2 do ProfEPT- *Campus* Olinda; em especial, aos colegas Matheus Arraes, Giselli Kézia, Márcia Girlene e Isabel, pelos diálogos, construções e contribuições que conferiram mais qualidade ao aprendizado adquirido durante minha trajetória acadêmica no Mestrado Profissional do IFPE.

Aos profissionais do IF-*Campus* Caruaru: a Profa. Dra. Elaine Rocha, à servidora Jane e aos professores entrevistados, por colaborarem com a apresentação de dados relevantes à pesquisa.

À gestão da FUNASE- Caruaru, na pessoa do Prof. Dr. Normando, e ao professor Edson, pela disponibilidade em participar do estudo, agregando conhecimentos relevantes acerca da realidade socioeducativa.

Aos/às professores/as: Bernardina Santos (IFPE), Flávio Sá (IFPE) e Katherine Nínive (UFPE) pelas valiosas contribuições durante as respectivas atuações na banca de Qualificação, as quais foram imprescindíveis à organização da presente dissertação. Em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Assis Leão, por indicar as melhores rotas na realização da pesquisa, adotando uma postura respeitosa e paciente diante das minhas condições de aprendizagem.

“Se, de fato, vocês quiserem fazer o bem, quem lhes fará o mal?”.

I Pedro: 3. 13

“... Quero que haja tanta justiça como as águas de uma enchente, e que a honestidade seja como um rio que não para de correr”.

Amós: 5.24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de produções por ano e tipo, incluindo os achados de Rezende, Zardo e Borges (2019)	31
Gráfico 2 - Disposição das produções analisadas a partir do levantamento bibliográfico,	31
Gráfico 3 - Disposição das produções sobre a Educação Profissional no contexto socioeducativo por região, incluindo o estado da arte de Rezende, Zardo e Borges (2019).....	32
Gráfico 4 - Relações Interpessoais dos docentes com estudantes, docentes, gestores e demais profissionais do IF.	109
Gráfico 5 - Relações Interpessoais dos egressos com estudantes, docentes, gestores e demais profissionais do IF.	111
Gráfico 6 -Aprendizagem dos socioeducandos	114
Gráfico 7 - Entraves à permanência dos socioeducandos.....	115
Gráfico 8 - Dificuldades para ministrar as aulas dos socioeducandos	116
Gráfico 9 - Espaços Físicos sob a ótica dos egressos	120
Gráfico 10 - Espaços Físicos sob a ótica dos docentes.....	121
Gráfico 11 - Cursos ofertados nos espaços pedagógicos em EPT na visão dos egressos	124
Gráfico 12 - Formação Inicial e a perspectiva socioeducativa.....	127
Gráfico 13 - Necessidades Formativas sobre os socioeducandos.....	128
Gráfico 14 - Clareza no Conteúdo da proposta de PPC	133
Gráfico 15 - Modalidade EAD na proposta do curso	134
Gráfico 16 - Avaliação do curso em relação ao material didático.....	134
Gráfico 17 - Carga Horária do curso	135
Gráfico 18 - Conteúdo trabalhado em cada módulo.....	136
Gráfico 19 - A avaliação proposta.....	136
Gráfico 20 - Conhecimentos Adquiridos e contribuição aos socioeducandos	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produções Acadêmicas selecionadas na Base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.....	25
Quadro 2 - Produção selecionada na base de dados da CAPES	26
Quadro 3 - Caracterização dos trabalhos encontrados no Estado da Arte de Rezende, Zardo e Borges (2019).....	27
Quadro 4 - Produções selecionadas na Base de dados da SCIELO.....	28
Quadro 5 - Produções Selecionadas no Site Google Acadêmico	29
Quadro 6 - Concepções de Espaços Pedagógicos nas bases da Capes, BDTD e Google Acadêmico.....	39
Quadro 7 - Pedagogia Histórico-Crítica em Saviani	52
Quadro 8 - Situação das Medidas Socioeducativas no Brasil	70
Quadro 9 - Situação do Acolhimento Institucional no Brasil.....	73
Quadro 10 - Classificação e quantidade de produções selecionadas por base de dados	90
Quadro 11 - Fontes documentais (Corpus documental)	91
Quadro 12 - Relação entre as Categorias de Análise e o PPPI.....	92
Quadro 13 - Relações entre o PPC e as Categorias de Análise	94
Quadro 14 - Categorias de Análise.....	101
Quadro 15 - O ensino na autopercepção dos docentes	117
Quadro 16 - O ensino na percepção dos discentes	118

LISTA DE ABREVIATURAS

CASE	Centro de Atendimento Socioeducativo
CASEM	Casa de Semiliberdade
CF	Constituição Federal
CNA	Cadastro Nacional de Adoção
CNCA	Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
EA	Espaços de Aprendizagem
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJ	Estatuto da Juventude
EP	Espaços Pedagógicos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
FUNASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo
IF	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MP	Medidas Protetivas
MSE	Medidas Socioeducativas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SNA	Sistema Nacional de Adoção

RESUMO

A pesquisa versa sobre a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para o público de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade e violação de direitos, no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Tem como objetivo compreender a gestão dos espaços pedagógicos nos cursos de qualificação profissional voltados aos jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, tendo como unidade de análise o *Campus* Caruaru. Trata-se de uma proposta de pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada. Segundo a concepção apresentada por Gil (2010), esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e explicativa, tendo como procedimentos de pesquisa: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. Os instrumentos de coleta de dados foram o questionário e a entrevista semiestruturada, os quais foram aplicados com jovens egressos, com professores e com gestores dos cursos. A análise de conteúdo de Bardin (2011) foi a técnica de análise de dados utilizada. Parte-se da premissa de que a qualificação profissional dos socioeducandos é de grande relevância enquanto política pública de educação, em observância ao direito à profissionalização preconizado pela legislação afeta à infância, adolescência e juventude. O referencial teórico contemplou a categoria educação e trabalho na perspectiva de Antonio Gramsci, a perspectiva de espaços pedagógicos sob o constructo teórico da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) em Demerval Saviani, e a Socioeducação a partir de Antônio Carlos Gomes da Costa. Em que pese a positiva avaliação dos alunos egressos, dos professores e dos gestores acerca dos cursos de qualificação profissional dos socioeducandos no âmbito do IFPE, achados da pesquisa sinalizam a necessidade de investimento na formação inicial e continuada dos docentes envolvidos, mediante a oferta de formação que contemple conteúdos sobre a PHC, sobre os direitos do público infantojuvenil e, também, sobre a concepção socioeducativa, tanto no que diz respeito às aproximações conceituais da socioeducação, como acerca das especificidades da prática docente enquanto intervenção socioeducativa necessária ao trabalho pedagógico voltado a esse alunado.

Palavras-Chave: Educação Profissional e Tecnológica. Direitos da Criança, do Adolescente e do Jovem; Medidas Socioeducativas. Espaços Pedagógicos. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

ABSTRACT

The research deals with the provision of Vocational and Technological Education (EPT) to the public of young people and adolescents in situations of vulnerability and violation of rights, within the scope of the Federal Institute of Education Science and Technology of Pernambuco (IFPE). Its objective is to understand the management of pedagogical spaces in professional qualification courses aimed at young people and adolescents in compliance with socio-educational measures, having the Campus Caruaru as a unit of analysis. It is a research proposal with a qualitative approach, of an applied nature. According to the conception presented by Gil (2010), this research is characterized as descriptive and explanatory, having as research procedures: bibliographic research, documental research and field research. The data collection instruments were the questionnaire and the semi-structured interview, which were applied with young graduates, with teachers and with course managers. Bardin's content analysis (2011) was the data analysis technique used. It starts from the premise that the professional qualification of socio-educated students is of great relevance as a public education policy, in compliance with the right to professionalization advocated by legislation affecting childhood, adolescence and youth. The theoretical framework included the education and work category from the perspective of Antonio Gramsci, the perspective of pedagogical spaces under the theoretical construct of Historical-Critical Pedagogy (PHC) in Demerval Saviani, and Socioeducation from the perspective of Antônio Carlos Gomes da Costa. Despite the positive evaluation of graduate students, teachers and managers about the professional qualification courses for socio-educated students within the scope of the IFPE, research findings indicate the need to invest in the initial and continuing training of the teachers involved, through the provision of training that includes content on the PHC, on the rights of children and adolescents and also on the socio-educational concept, both with regard to conceptual approaches to socio-education, and about the specifics of teaching practice as a socio-educational intervention necessary for pedagogical work aimed at this student.

Keywords: Professional and Technological Education; Rights of Children. Adolescents and Youth; Socio-educational Measures. Management of Pedagogical Spaces. Federal Institute of Science and Technology Education of Pernambuco.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	23
2.1 APROXIMAÇÕES DA LITERATURA À TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	23
2.2 OS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA FAVORÁVEIS AO REINGRESSO SOCIAL DE ADOLESCENTES E JOVENS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	37
2.2.1 Espaços pedagógicos orientados pela perspectiva gramsciana	46
2.2.2 Espaços pedagógicos: a prática pedagógica na perspectiva histórico-crítica de Dermeval Saviani	50
2.2.3 Dimensões dos Espaços Pedagógicos em EPT e sua orientação sob as perspectivas de Gramsci e Saviani.	53
3 REFERENCIAL TEÓRICO	62
3.1 A SOCIOEDUCAÇÃO E O SOCIOEDUCATIVO A PARTIR DE ANTÔNIO CARLOS GOMES DA COSTA	63
3.2 AS CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DE INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE NO BRASIL E AS INFLUÊNCIAS NA REALIDADE DOS SOCIOEDUCANDOS	67
3.3 AS MEDIDAS EM MEIO FECHADO E A GARANTIA DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES E JOVENS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	74
4 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS.....	82
4.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA	82
4.1.1 Quanto à abordagem e natureza da pesquisa	83
4.1.2 Quanto aos objetivos da pesquisa	84
4.2 DELIMITAÇÃO DA AMOSTRA E OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	84
4.2.1 Os sujeitos da pesquisa	85
4.3 A TÉCNICA DE COLETA DE DADOS: PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	88
4.3.1 Primeira Etapa: a pesquisa bibliográfica	89
4.3.2 Segunda etapa: a pesquisa documental	90
4.3.3 Terceira etapa: Pesquisa de Campo	95
4.4 A ANÁLISE DOS DADOS	98
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	103
5.1 PERFIL DOS RESPONDENTES	105
5.1.1 Docentes	105
5.1.2 Egressos	106

5.1.3 Gestores	107
5.2 RELAÇÕES INTERPESSOAIS NOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE SOCIOEDUCANDOS NO ÂMBITO DO IFPE, <i>CAMPUS</i> CARUARU.	107
5.3 ENSINO E APRENDIZAGEM NOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE SOCIOEDUCANDOS NO ÂMBITO DO IFPE, <i>CAMPUS</i> CARUARU.	112
5.4 INFRAESTRUTURA NOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE SOCIOEDUCANDOS NO ÂMBITO DO IFPE, <i>CAMPUS</i> CARUARU.	120
5.5 GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA	122
5.6 IMPACTO SOCIAL.....	123
6 O PRODUTO EDUCACIONAL: PROJETO DE CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC)	127
6.1 RELEVÂNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL	127
6.2 CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO	129
6.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO PRODUTO	130
6.4 RELATÓRIO DE APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.	132
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	142
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	154
APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM GESTORES EDUCACIONAIS	190
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA DOCENTES.....	191
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA SOCIOEDUCANDOS.....	200
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	210
APÊNDICE F - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE	211
APÊNDICE G - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE	213
APÊNDICE H - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DOS PESQUISADORES	215
APÊNDICE I - TERMO DE ANUÊNCIA REITORIA-IFPE.....	216
APÊNDICE J - TERMO DE ANUÊNCIA IFPE-CAMPUS CARUARU	217
ANEXO 1 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PEQUISA	218

1 INTRODUÇÃO

O trabalho aborda a educação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, contemplando as condições de oferta e as perspectivas pedagógicas adotadas nos cursos de qualificação profissional voltados ao público de socioeducandos.

A educação profissional, no atual contexto político-social brasileiro, vem se apresentando como proposta cada vez mais apropriada às exigências do mundo do trabalho, trazendo com isso o risco de retomada de uma concepção equivocada e “fetichizada pelo discurso da empregabilidade”, conforme já sinalizavam Batista e Gomes (2015, p. 93). Nesse sentido, a qualificação profissional tem assumido lugar de relevância, sobretudo, em virtude do seu caráter prático e voltado às demandas imediatas do mundo do trabalho.

Essas demandas imediatas se correlacionam com o percurso da educação profissional brasileira, exigindo a compreensão de que a relação educação e trabalho seja uma experiência ontológica, notadamente inerente à condição humana. No entanto, a partir da divisão de classes na sociedade, nasce também a divisão social do trabalho, sendo garantido aos filhos da classe dominante o trabalho intelectual e aos filhos do proletariado o trabalho manual. Dessa forma, dada à imbricação entre educação e trabalho, tem-se a educação igualmente voltada aos interesses da classe dominante (PESSOA *et al*, 2021).

Na contramão dessa perspectiva, no entanto, ainda que resguardada a importância da oferta dos conhecimentos técnicos e práticos necessários à atividade laboral, vê-se a necessidade de ampliação da compreensão acerca do que se espera da educação profissional como instrumento de transformação social, que rompa com o modelo fragmentado caracterizado pela apartação entre trabalho e educação, e possa contribuir para o desenvolvimento integral do sujeito.

Assim, ao se pensar essa educação profissional, comprometida com a busca pela religação desses dois elementos enquanto atividades ontológicas e históricas indissociáveis na formação e desenvolvimento humano, faz-se necessário lançar o olhar sobre o sujeito a ser alcançado por essa proposta de formação *omnilateral*, que concebe o ser humano em sua multidimensionalidade (MANACORDA, 2010) e, ainda, considera as singularidades decorrentes das diferentes experiências pessoais e sociais de cada indivíduo. Sobre *omnilateralidade*, Manacorda (2010) infere que se trata do “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (p. 94).

Portanto, conforme Saviani (2007), há que se compreender e se fomentar nos espaços educacionais a promoção de uma educação direcionada à integralidade do indivíduo e historicamente vinculada ao trabalho, posto serem ambos, educação e trabalho, atributos do ser humano. Compreendendo-os, também, enquanto atividade presente nos mais variados espaços e situações da vida do homem.

Logo, deve ser buscada a religação necessária com vistas à promoção de uma educação profissional comprometida com o desenvolvimento da criticidade do educando diante das demandas de uma sociedade capitalista. Nesse sentido, situa-se a categoria educação e trabalho sob a perspectiva teórica gramsciana de concepção de trabalho como princípio educativo. Segundo Sanceverino (2017), o trabalho como princípio educativo é retratado como a

primeira das formas de objetivação humana, isto é, a atividade vital em que o ser social opera em interação com a natureza para produzir e reproduzir a sua existência de modo a formar e se formar, transformar, educar e ser educado, ou seja, para que desenvolva, produza o ser social enquanto tal (SANCEVERINO, 2017, p.4).

Daí, decorre afirmar que a Educação Profissional, numa perspectiva humanística desse ser social, há que ser concebida enquanto instrumento de transformação da sociedade, o qual, a partir da religação entre educação e trabalho, possa contribuir para o desenvolvimento multidimensional do sujeito. Nesse sentido, a Educação Profissional é instrumento de combate ao caráter dicotômico da educação brasileira, historicamente dividida entre a oferta do ensino propedêutico às classes dominantes e da preparação para o trabalho às classes populares (SAVIANI, 2007; CIAVATTA, 2014).

Contribuindo para a disseminação dessa proposta de Educação Profissional, tem-se um crescente número de estudos e pesquisas que sugerem mudanças substanciais nos currículos, nas metodologias, nos tempos e nos espaços de oferta, sobretudo, em virtude da heterogeneidade do público que necessita ser alcançado por essa modalidade educacional.

Diante dessa realidade, algumas questões sobre a educação profissional de jovens e adolescentes precisam ser consideradas: se mantida a restrição da educação profissional ao contexto escolar formal, limitando-a a parâmetros que direcionam sua oferta à educação básica, como pensar no alcance de jovens que se encontram fora da escola ou mesmo dentro dela, mas com prejuízos no seu nível de escolaridade? Deve-se relegar esse público específico a uma qualificação profissional pragmática, voltada às necessidades do mundo do trabalho, sem

oferecer-lhe uma educação profissional capaz de dotá-lo de criticidade mínima que o possibilite se tornar protagonista da própria história enquanto sujeito social e político?

Vale destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei nº 9.394/96) dispõe sobre a oferta de cursos de qualificação profissional, cuja matrícula deve estar condicionada à capacidade de aproveitamento dos educandos e não necessariamente aos correspondentes níveis de escolaridade. Nesse sentido, vê-se que cursos que obedeçam esse formato podem ser o caminho para a inclusão das classes populares no âmbito da educação profissional pública e de qualidade. Situa-se, nesse contexto, a necessidade de oferta dessa modalidade educacional enquanto política pública, que deve se voltar ao atendimento das demandas específicas da população mais vulnerável, dada a alta incidência de prejuízos à sua escolaridade e a necessidade de inserção no mundo do trabalho como forma de autonomia e de subsistência. Logo, compreende-se que esses cursos devem ser ofertados prioritariamente pelas instituições públicas de educação profissional e tecnológica.

A partir da LDB/96, a educação profissional passa à condição de modalidade educacional, perpassando, assim, os diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino. A referida lei apresenta a educação profissional ofertada em cursos: de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional; Educação Profissional e Tecnológica de nível médio e de Educação Profissional e Tecnológica de Graduação e Pós-graduação (BRASIL, 1996).

No ano de 1997, surge o Decreto nº 2.208/97, cujo objetivo de proposta para a educação profissional era o de estabelecer sua organização mediante readequação dos níveis básico, técnico e tecnológico. Acerca do referido documento, Pereira e Passos (2011) destacam:

O novo formato, em que ensino médio e ensino técnico tornaram-se independentes, tinha também outras implicações: garantia aos jovens que desejassem realizar a formação profissional a possibilidade de fazê-lo, ao tempo em que cursasse o médio ou apenas posteriormente, quando concluíssem; encerrava com a dualidade estrutural na qual a educação média variava entre propedêutico e profissionalizante; e autorizava as escolas técnicas e instituições especializadas a focarem sua oferta na educação profissional, deixando de assumir a dupla missão de oferta propedêutica e profissionalizante imposta pelo Decreto nº 5.692/1961, através do segundo grau profissionalizante (PEREIRA; PASSOS, 2011, p. 5).

De acordo com o entendimento de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), no entanto, o referido Decreto, sob a perspectiva de organização da educação profissional, veio regularizar sua realização de formas fragmentadas e aligeiradas, além de impedir a viabilização de uma formação integrada.

Posteriormente, o Decreto nº 5.154. de 23 de julho de 2004. veio no sentido de revogar o Decreto nº 2.208/97, restabelecendo a integração curricular dos ensinos médio e técnico. De acordo com o Decreto nº 5.154/2004, será desenvolvida a educação profissional:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II -concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso [...]; III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004, art. 4, §1º).

No ano de 2008, a Lei nº 11.741/2008 visa “redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica” (BRASIL, 2008). Segundo Pereira e Passos (2011), no contexto da educação profissional técnica de nível médio, a referida lei ratificou e inseriu alguns itens relevantes relativos à oferta e à organização da EPT, dentre os quais, destaca-se a integração entre educação profissional e ensino médio, e, nesse sentido:

A Lei nº 11.741, portanto, vai além do que se propõe o Decreto nº 5.154/2004 – regulamentação da educação profissional – ao promover alterações na oferta do último nível da educação básica, à medida que introduz a forma integrada da educação profissional como oferta vinculada à educação básica (PEREIRA; PASSOS, 2011, p. 7).

No mesmo ano, a Lei nº 11.892/08 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. De acordo com essa Lei, a Rede Federal é constituída por: I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG. E, ainda, IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; V - Colégio Pedro II, estas últimas incluídas a partir da Lei nº 12.677, de 2012 (BRASIL, 2012).

Portanto, os IFs foram criados, no ano de 2008, sob as finalidades dispostas na Lei nº 11.892/08, de oferta de cursos técnicos, tecnológicos de graduação e pós-graduação, bem como de contribuição para o desenvolvimento socioeconômico das regiões periféricas do país. Nessa perspectiva da busca de uma nova institucionalidade, a partir da reestruturação de escolas técnicas centenárias, e dessa ampliação de possibilidades de modalidades ofertadas, Melo, Oliveira e Melo (2018) destacam que:

A criação, em 2008, dos Institutos Federais se deu a partir da integralização de instituições tradicionalmente vinculadas à oferta de Educação Profissional de nível médio. Escolas Técnicas Federais, Colégios e Escolas Agrotécnicas, CEFETs, entre outros, foram transformados em Institutos Federais e submetidos a um novo regime jurídico, no qual a concepção como instituto multicampi viabilizou sua proliferação regional e interiorização sem elevação significativa do custo de gestão administrativa (MELO; OLIVEIRA; MELO, 2018, p. 81).

Diante disso, a Lei nº 12.677/2012 vem legitimar a natureza autárquica dessas instituições, bem como sua autonomia financeira, administrativa, patrimonial, didático-administrativa e disciplinar, excluindo dessa condição as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 6, de 2012, merece destaque no contexto e na trajetória da educação profissional, uma vez que vem definir as diretrizes curriculares nacionais para essa modalidade de ensino, abrangendo: I- formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II- Educação Profissional Técnica de Nível Médio e III- Educação Profissional Tecnológica, de Graduação e de Pós-graduação (BRASIL, 2012).

A expansão da Rede Federal de EPT e, conseqüentemente, dos IFs ocorreu de forma significativa em âmbito nacional, havendo dados que dão conta da existência de 140 instituições, em 2002, passando ao número de 366, no ano de 2010 (FRIGOTTO, 2015). Com o advento do atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), o qual, entre outras metas, propõe a triplicação da oferta da educação profissional técnica de nível médio, vê-se uma aceleração nesse processo de expansão.

Com relação à organização e expansão da Rede Federal de EPT, mais especificamente acerca da criação e expansão dos Institutos Federais (IFs), Frigotto (2015) alerta para a possível perda da prioridade do ensino médio em razão da oferta de cursos de curta duração, apesar de 50% das vagas nos IFs serem destinadas ao ensino médio. Além dos aspectos referentes à expansão da Rede Federal de EPT, é válido destacar o processo de interiorização que vem garantindo a presença dos IFs em todo o território nacional (MELO; OLIVEIRA; MELO, 2018).

Segundo Gouveia (2016), estudiosos da expansão e interiorização dos IFs, considerando as limitações econômicas do país, avaliam positivamente a interiorização, ainda que reconhecendo sua insuficiência e precariedade. A autora, no entanto, considera que “os IFs assumiriam importante papel, se articulados a um projeto real de desenvolvimento nacional de superação das desigualdades sociais e assimetrias regionais” (p. 11), e alude à dificuldade de construção de sua identidade e às limitações quanto aos seus objetivos e frágeis parcerias, as quais “demonstram outra vez nossa condição periférica frente à divisão social do trabalho” (p.

12). Por sua vez, Frigotto (2010, p. 10) destaca que foram das “lutas por mudanças no projeto societário dominante” que decorreram as propostas educativas inovadoras.

Portanto, pensar essa educação profissional ofertada no âmbito dessas instituições públicas especializadas, a exemplo dos Institutos Federais, enquanto políticas públicas de Estado, é condição imprescindível para a garantia do direito à educação aos sujeitos componentes de grupos vulneráveis.

Nessa perspectiva, o presente estudo busca discutir temas como juventudes, direitos infantojuvenis e políticas públicas em educação profissional, com o objetivo de relacionar a temática à realidade de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A categoria juventude considerou a complexidade e heterogeneidade do público adolescente e jovem, observando, sobretudo, a divisão de classes existente na sociedade brasileira. Nesse sentido, buscou-se a contribuição de Pires (2008) acerca da utilização do plural como um termo capaz de contemplar a multiplicidade dos aspectos que marcam a juventude.

Vale elucidar que, diante da diversidade de conceituações a respeito da juventude e da adolescência, adotaram-se os dois termos, não como sinônimos, mas seguindo a concepção de Castro e Mattos (2009), acerca da imbricação existente nos fenômenos, indicando que a adolescência está contida na juventude, ou seja, ocorre durante o período em que esta última acontece. No contexto desta pesquisa, portanto, foi considerado o público de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade¹ e violação de direitos, especificamente, os adolescentes e jovens que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas em razão da prática de atos infracionais.

Mattos, Almeida e Castro (2016) caracterizam que essa vulnerabilidade interfere na dignidade do indivíduo, pois quando não se tem acesso aos serviços sociais básicos, raramente seus direitos são respeitados, impossibilitando que o sujeito possa exercer sua condição de cidadão de fato.

Essa condição de impacto no exercício da cidadania acentua o interesse por conhecer a, realidade da educação profissional voltada ao público de socioeducandos, dado o compromisso que as Instituições Públicas Federais de Educação Profissional abarcam em sua missão de

¹ “A concepção de vulnerabilidade denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos” (CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 2). Por se tratar, neste texto, da situação de jovens e adolescentes vulneráveis que se encontram sob a intervenção da Justiça, associou-se a concepção de vulnerabilidade ao contexto de violação de direitos.

alcance dos excluídos socialmente, de modo que esse público alcance espaços pedagógicos de fomento à formação multidimensional do cidadão.

Portanto, a problemática que norteia o presente estudo é sobre o quanto as singularidades do público atendido têm sido respeitadas nos espaços pedagógicos, e em que medidas estes estão alinhados às premissas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), direcionada ao reconhecimento do trabalho como princípio educativo, enquanto educação capaz de promover a reinserção social, profissionalizar o indivíduo e desenvolver seu senso crítico com vistas ao exercício da cidadania.

Essa preocupação ultrapassa os aspectos relacionados à possível oferta de cursos de qualificação profissional a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Estende-se à busca por identificar se essa oferta vem sendo garantida no âmbito do ensino público, ou seja, nas instituições públicas de educação profissional e tecnológica. E, ainda, de forma mais específica, interessa-se por compreender a disposição da gestão dos espaços pedagógicos desses cursos, considerando as especificidades desse alunado. Nesse sentido, buscou-se trabalhar a categoria Espaços Pedagógicos sob a perspectiva teórica da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC).

A legislação afeta à infância e juventude trata a família, o Estado e a sociedade como corresponsáveis pela promoção e garantia dos direitos do público infantojuvenil. A falta da família em suas múltiplas circunstâncias, entre elas, a ação direta, a omissão ou mesmo a ausência de proteção estatal, exige maior responsabilidade e empenho por parte do Estado com relação à garantia dos direitos de crianças, adolescentes e jovens inseridos em contextos de vulnerabilidade e violação de direitos.

Com isso, a aplicação de medidas protetivas nas situações de flagrante negação de direitos a esse público, até mesmo como forma de prevenção de práticas infracionais, e, ainda, a garantia de medidas socioeducativas de caráter pedagógico para aqueles já inseridos no contexto de infração, é condição imprescindível para a reparação de falhas no dever de proteção e assistência social às classes populares.

A partir do trabalho realizado no âmbito da pedagogia jurídica, mais, especificamente, em equipes técnicas de Varas da Infância e Juventude e de Família, o qual favoreceu o contato da pesquisadora com a realidade de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e violação de direitos, foi despertado o interesse por compreender os aspectos que envolvem a prática infracional por parte de adolescentes e jovens, bem como sobre as medidas

socioeducativas que lhes são aplicadas. Nesse contexto, buscou-se construir uma proposta investigativa que se propõe a abordar a realidade da oferta das políticas públicas em educação profissional voltadas a esse público.

Com a oportunidade de ingressar no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, veio o acesso à informação sobre iniciativas adotadas pelo Instituto Federal de Pernambuco relativas à oferta de qualificação profissional de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, conduzindo à seguinte **questão norteadora**: Como estão organizados os espaços pedagógicos dos cursos de qualificação profissional de jovens e adolescentes em medida socioeducativa, ofertados no *Campus Caruaru* do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)?

Portanto, o trabalho como pedagoga jurídica e o consequente acesso à realidade de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas forneceram elementos que provocaram a inquietação da pesquisadora e o desejo pela pesquisa. Nesse sentido, André (2017) aponta a necessidade de o pesquisador, no mestrado profissional,

buscar no seu percurso profissional ou na sua trajetória de vida elementos que o incite à pesquisa, à descoberta, à intervenção sobre um problema detectado, tornando-se apto não apenas a conhecer a relevância de sua pesquisa, mas também a saber localizá-la e utilizá-la em seu fazer prático (ANDRÉ, 2017, p. 828).

Entende-se que a presente pesquisa se caracteriza como “pesquisa em educação”, a qual, segundo Gatti (2012), tem como ponto de partida os processos educativos. O contato com o pensamento da referida autora contribuiu para a reflexão acerca de aspectos relevantes a serem observados nela, notadamente, a necessidade de rigor teórico-metodológico e de utilização de linguagem clara e adequada na exploração e apresentação de um campo não tão conhecido da comunidade acadêmica e de setores sociais, quer sejam os ligados à área da educação, quer sejam os de outras áreas.

Portanto, diante das especificidades do campo pesquisado, com base no que traz Gatti (2012), percebeu-se que se faz necessária redobrada preocupação com a construção metodológica, no sentido de se conhecerem e apresentarem os conceitos que a caracterizam, bem como sua identidade e formas investigativas, de modo que seja possível a compreensão e utilização da pesquisa por parte de especialistas de outros campos, pois concorda-se que:

Impõe-se a identificação um pouco mais clara do campo relativo às pesquisas educacionais, na medida em que se deseja a comunicação com diferentes setores sociais e acadêmicos, sendo necessário que sejamos compreendidos, que os conhecimentos sejam bem interpretados, com contribuições realmente relevantes (GATTI, 2012, p. 14).

Com relação à utilização dos conhecimentos da formação acadêmica da pesquisadora, no campo da pedagogia, explorou-se a realidade da educação profissional ofertada aos jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas considerando os aspectos didático-pedagógicos que permeiam tal realidade. Nesse sentido, buscou-se compreender a organização dos espaços pedagógicos dos cursos de qualificação profissional voltados para esse alunado específico, trabalhando as aproximações teóricas que podem caracterizar esses espaços pedagógicos, sob o enfoque da vertente epistemológica gramsciana de educação, e do trabalho como princípio educativo. Essa investigação, portanto, parte de uma vivência com a prática pedagógica inserida no contexto jurídico, a qual despertou o interesse em refletir acerca de como se apresenta essa educação profissional no âmbito dos Institutos Federais (IFs), concordando com Gatti (2012) quando infere que a “educação como campo de conhecimento comporta a pedagogia, como construção e reflexão [...]” (p. 17-18).

Com relação à relevância social da pesquisa, funda-se na necessidade de atendimento de uma demanda social, a partir da compreensão dos fatores e agentes que determinam e que exprimem tal demanda, e sob quais interesses ela é apresentada. Nesse sentido, defende-se a pertinência desta investigação, do ponto de vista de sua contribuição social, na medida em que seu percurso teórico-metodológico considera categorias como: juventudes, direitos de crianças e adolescentes e outras relacionadas, buscando a compreensão de uma situação real, posto que já fora abordada em trabalhos de “investigações confiáveis, que já compõem o campo de saberes em educação, em suas áreas específicas” (GATTI, 2012, p. 22).

No âmbito acadêmico, a relevância da pesquisa está relacionada à necessidade de disseminação de conhecimentos que se referem à demanda de políticas públicas voltadas a grupos sociais com necessidades específicas de intervenção em educação, notadamente, educação profissional. Como também, o suprimento da carência de estudos que envolvam o público a que se destina a pesquisa, haja vista que tanto a possível dificuldade de acesso como as habilidades para trato com esse público possam ser fatores impeditivos de ampliação de pesquisas acadêmicas sobre o tema.

Nesse sentido, resta clara a relevância social da investigação, uma vez que o intuito da pesquisa é conferir visibilidade e avaliação do trabalho educativo que vem sendo realizado junto ao público de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, com vistas à garantia do seu direito à profissionalização dentro de parâmetros de autonomia e de formação cidadã. Segundo Faleiros (2006), negar a cidadania significa inviabilizar a participação do sujeito e a efetivação de direitos por meio da prestação de serviços por parte do poder público, dentro de

parâmetros de promoção de desenvolvimento pessoal e de respeito à diversidade “de culturas, gênero, raça, etnia e opções religiosas, sexuais, e de modos de existência [...]” (p. 6).

A pesquisa tem como **objetivo geral**: compreender a gestão dos espaços pedagógicos dos cursos de qualificação profissional voltados aos jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, ofertados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Portanto, com vistas ao alcance do objetivo geral, foram relacionados quatro **objetivos específicos**, três relacionados à investigação do objeto de pesquisa e um quarto que dá conta da proposta de um produto educacional que visa preencher uma possível lacuna existente quanto à formação de professores que atuam na docência dos cursos de qualificação profissional voltados aos socioeducandos. São eles: 1) Conhecer a realidade de oferta de educação profissional e tecnológica aos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e cumprimento de medidas socioeducativas; 2) Identificar a oferta de cursos de qualificação profissional voltados aos socioeducandos no contextos dos IFs; 3) Caracterizar, a partir da percepção de gestores, alunos e professores participantes, a qualificação profissional de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, no caso do IFPE, no que diz respeito à gestão e organização dos espaços pedagógicos dos cursos voltados a esse tipo de alunado.

O último objetivo específico é: 4) elaborar projeto de curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) voltado à capacitação dos docentes dos cursos de qualificação profissional de socioeducandos, com base nos dados da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Com a finalidade de obter um retrato da educação profissional voltada aos jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade e violação de direitos, especificamente, em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado, foi realizada revisão sistemática da literatura para subsidiar a construção da presente dissertação.

2.1 APROXIMAÇÕES DA LITERATURA À TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A busca e análise das produções acadêmicas que versam sobre o tema se fez necessária, tendo em vista que a revisão da literatura acadêmica favoreceu o conhecimento a respeito das concepções já existentes acerca do objeto de pesquisa, das contribuições teórico-metodológicas, dos limites das problematizações, dos principais achados empíricos e históricos do campo de pesquisa, evidenciando possíveis lacunas as quais possibilitaram a realização da presente pesquisa visando a abordagem de aspectos ainda não explorados. A revisão da literatura foi desenvolvida nas bases de dados no Portal de Periódicos da CAPES, *Scielo*, no *Google Acadêmico* e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

O Portal de Periódicos da CAPES foi criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior com o objetivo de favorecer o acesso digital à informação científica, tanto nacional como internacional. Dispõe de um acervo de mais de 45 mil títulos nacionais e internacionais, bem como acesso a várias bases de dados que reúnem trabalhos acadêmicos e científicos, artigos, dissertações e teses, contemplando as diversas áreas de conhecimento

A *SciELO (Scientific Electronic Library Online)* é um portal de publicação digital de textos completos de revistas acadêmicas brasileiras. Surgiu como resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) e, em 2002, passou a contar com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Além dos periódicos brasileiros, a *Scielo* também realiza outras publicações acadêmicas. Dados do ano de 2019 dão conta de 600 mil artigos e mais de mil periódicos.

O *Google Acadêmico* foi criado em 2004 e ganhou sua versão brasileira em 2006. Trata-se de um mecanismo de busca de produções acadêmicas, entre: artigos, TCCs, dissertações, teses e livros. De acordo com pesquisa de Michael Gusenbauer (2019), o *Google Acadêmico*

foi considerado o maior mecanismo de busca acadêmica atualmente, dispondo de mais de 389 milhões de registros.

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) é desenvolvida e coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e se encontra em funcionamento, há quinze anos, com o objetivo de difundir e incentivar a publicação de pesquisas científicas nacionais, produzidas em instituições brasileiras e internacionais. Dados recentes da plataforma apresentam 115 instituições cadastradas e a publicação de mais de 653 mil documentos, sendo: 477.373 Dissertações e 176.587 Teses.

A partir dessas bases de dados, foi realizado um levantamento, classificação, seleção, leitura e análise inicial dos resumos dos trabalhos - artigos, dissertações e teses - com a finalidade de construir uma revisão da literatura, destacando as abordagens que mais se aproximaram da temática relativa aos espaços pedagógicos na Educação Profissional de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

O quantitativo de trabalhos encontrados, selecionados e analisados, de acordo com cada banco de dados, segue apresentado nos quadros abaixo. O critério de inclusão foi a aproximação dos objetos dos artigos, das dissertações e das teses com a temática de nossa pesquisa. A coluna referente aos trabalhos encontrados diz respeito àqueles que mantêm relação com a temática da pesquisadora, a partir dos quais foram selecionados os que serviram de base para o desenvolvimento do projeto de pesquisa.

Na coluna dos trabalhos selecionados, portanto, constam aqueles escolhidos após leitura e análise aprofundada. Dos trabalhos encontrados, foram excluídos os duplicados, bem como, aqueles que não disponibilizaram a íntegra de sua versão.

Na BDTD, foram realizadas buscas a partir dos descritores: Educação Profissional; Medidas Socioeducativas; Qualificação Profissional. Restringiu-se a pesquisa às cinco primeiras páginas de resultados (20 por página) relacionados aos descritores lançados, em razão das limitações de alcance do nosso estudo. Foram encontradas 19 produções, sendo selecionados 3 trabalhos de dissertação, conforme os critérios já descritos anteriormente. Das produções, 1 é do Nordeste e 2 são do Sudeste.

Quadro 1 - Produções Acadêmicas selecionadas na Base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Tipo	Referência	Classificação Metodológica			Bases Teóricas	Região	Ano
		Abordagem	Objetivos	Procedimentos			
Dissertação	LUCENA, José Estácio. Qualificação profissional na trajetória de jovens que passaram pela FUNASE. Universidad e Federal de Pernambuco.	Qualitativa	Exploratória - Descritiva	Pesquisa de Campo	Honneth; Blwby; Winnicot; Rassial; Frigotto; Arroyo	NE	2011
Dissertação	MACHADO, A. C. P. Os cursos de qualificação profissional básica de uma Oscip na Fundação CASA: modos de educar por meio e entre instituiçõesU niversidade de São Paulo	Qualitativa	Exploratória	Pesquisa Bibliográfica - Pesquisa de Campo	Foucault; Mansano ; Spinoza	SE	2015
Dissertação	PICCIONI, J. S. O sistema socioeducati vo e a profissionali zação de jovens em conflito com a lei. Universidad e Estadual Paulista	Qualitativa	Exploratória	Pesquisa Bibliográfica - Pesquisa de Campo	Dayrell, Freitas, Pais, Gracioli	SE	2019

Fonte: Elaboração Própria (2022).

As produções acadêmicas que foram selecionadas, a partir desta biblioteca digital, apresentaram pesquisas de abordagem qualitativa, sendo a pesquisa exploratória e a pesquisa descritiva as mais utilizadas para a consecução dos objetivos. Constatou-se que a pesquisa/revisão bibliográfica e a pesquisa de campo são procedimentos mais presentes nos trabalhos encontrados. Por meio da pesquisa bibliográfica, foram trazidos teóricos do campo da educação profissional e da educação de jovens e adultos, bem como os voltados às discussões

sobre juventude, políticas públicas, socioeducação, entre outras temáticas relacionadas. A pesquisa de campo se apresentou nas produções como procedimento necessário à compreensão da realidade pesquisada a partir das percepções e sentimentos dos sujeitos da pesquisa.

Quadro 2 - Produção selecionada na base de dados da CAPES

Tipo	Referência	Classificação Metodológica			Bases Teóricas	Região	Ano
		Abordagem	Objetivos	Procedimentos			
Artigo	BARBOSA, Sílvia. Danizette Pereira; QUIRINO, Raquel A educação profissional de jovens em privação de liberdade. Revista Práxis Educacional	Qualitativa	Exploratória	Pesquisa Bibliográfica - Pesquisa de Campo	Faleiros; Pranke, Monteiro; Alves, Costa, Castro; Abramovay, Silva, Matos	NE	2020
Artigo	PEDRO, F. R. A. O; LIMA, M. E. A. De “bandido” a ‘trabalhador’: um estudo sobre a relação dos jovens com o trabalho a partir das medidas socioeducativas. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho , 2018, vol. 21, n. 1, p.61-71, Minas Gerais, BH.	Qualitativa	Exploratória	Pesquisa de Campo Estudo de Caso		SE	2018

Fonte: Elaboração Própria (2022).

Na base de periódicos da Capes, foram utilizados os descritores: Educação profissional; Medidas Socioeducativas, considerando o marco temporal de 2017 a 2020, em virtude de havermos encontrado, em outra base de dados, um artigo relacionado ao Estado da Arte sobre a temática desta pesquisa, referente aos anos de 2006 a 2016. Assim, as buscas na Capes foram restritas às dez primeiras páginas, sendo apresentados dez resultados por página. Como critério para a delimitação do número de páginas, nesta plataforma, foi considerado o lapso temporal de 2017 a 2020 em razão da seleção do estado da arte referente ao período de 2006 a 2016.

Portanto, foram encontrados 5 resultados que tinham alguma relação com o tema da pesquisa, sendo excluídos 3, após a leitura dos resumos e constatação do distanciamento da

perspectiva teórico-metodológica buscada nesta dissertação. Dessa forma, foram selecionados apenas 2 artigos. O primeiro, resultado de pesquisa realizada na região Nordeste. Quanto à caracterização da pesquisa, ela foi definida como qualitativa e exploratória quanto aos objetivos. Como procedimentos, foram utilizados a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. O segundo teve a pesquisa realizada na região Sudeste, caracterizada como qualitativa e exploratória, tendo a pesquisa de campo e o estudo de caso como procedimentos.

É importante elucidar que, em relação às produções encontradas na base de dados da CAPES, foi identificada em outra base de dados, durante o presente levantamento, a existência de Estado da Arte referente à Educação Profissional de socioeducandos (REZENDE; ZARDO; BORGES, 2019). Por essa razão, faz-se necessária a sistematização dos achados do citado Estado da Arte, como se vê:

Quadro 3 - Caracterização dos trabalhos encontrados no Estado da Arte de Rezende, Zardo e Borges (2019)

Referência	Ano	Região
PAES, Paulo Cesar Duarte. Arte-Educação para adolescentes em privação de liberdade: avaliação crítica de uma experiência. 129f. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Campo Grande/MS.	1999	CO
RITTER, Carolina. O mercado de trabalho para o adolescente em conflito com a lei: a economia solidária como alternativa de inserção social em Santo Ângelo?. 191f. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre/RS.	2010	S
APOLINÁRIO, F. R. G. Entre muros: educação profissional como estratégia de inserção social para adolescentes em privação. Dissertação (Mestrado em Planejamento em Políticas Públicas). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2011.	2011	NE
LUCENA, José Estácio de. Qualificação profissional na trajetória de vida de jovens que passaram pela FUNASE. 135f. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife/PE.	2011	NE
SOUZA, Célia Regina de. A inserção do egresso da unidade educacional de internação masculina “Aurora Gonçalves Coimbra” no sistema produtivo, em Três Lagoas – MS. 46f. 2013. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional). Universidade Anhanguera- Uniderp. Campo Grande/MS.	2013	CO
FARIAS, Lilian Cristina Penteado de. Escolarização e profissionalização na medida socioeducativa de internação no Paraná - o discurso do protagonismo juvenil nos cadernos de socioeducação. 125f. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel/PR.	2015	S

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como já dito, o referido estado da arte foi realizado exclusivamente na base de dados da CAPES e apresenta um total de 6 produções acerca da temática. Dá conta do surgimento da

primeira produção, uma dissertação de mestrado, no ano de 1999, realizada na região Centro-oeste. Havendo mais uma oriunda dessa região, no ano de 2013, duas do Nordeste, em 2011, e duas do Sul, nos anos de 2010 e 2015.

Vale destacar que o lapso temporal entre a primeira e a segunda produção foi de onze anos (de 1999 a 2010). Apesar de abordar a educação profissional no contexto socioeducativo, apenas dois dos trabalhos apresentados versam especificamente sobre cursos de qualificação voltados ao público de socioeducandos: Lucena e Apolinário, ambas do ano de 2011 e da região Nordeste.

Portanto, aos 6 trabalhos encontrados em Rezende, Zardo e Borges (2019), cuja pesquisa delimitou um marco temporal até o ano de 2016, foram acrescentados os artigos de Pedro e Lima (2018) e Barbosa e Quirino (2020). Nesse sentido, há que ser considerado o quantitativo total de 8 produções acadêmicas sobre a temática na base de dados da CAPES.

Quadro 4 - Produções selecionadas na Base de dados da SCIELO

Tipo	Referência	Classificação Metodológica			Bases Teóricas	Região	Ano
		Abordagem	Objetivos	Procedimentos			
Artigo	MELO, Luciene Sousa; GONÇALVES, Silva Maria Melo. Uma experiência de educação profissional no Centro Socioeducativo de Intervenção: possibilidades e desafios. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP	Qualitativa	Exploratória	Pesquisa Bibliográfica Pesquisa de Campo	Gomes, Manfredi, Garcia, Liberati, BenevidesD emo, Vigotsky	CO	2014

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Com o objetivo de melhor contextualizar nosso objeto de pesquisa, também foi realizada busca na base de periódicos *Scielo*, a partir dos descritores: Sistema Socioeducativo e Educação

Profissional. Nessa base, a busca ficou restrita às cinco primeiras páginas, com vinte resultados por página. Foram encontradas 12 produções científicas, havendo a exclusão de 11 trabalhos, conforme critérios já apresentados no início do presente capítulo. Portanto, foi selecionado 1 artigo, da região Centro-oeste, resultante de pesquisa qualitativa. Quanto aos objetivos, foi utilizada a pesquisa exploratória. Quanto aos procedimentos, foi realizada a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo como procedimentos.

Quadro 5 - Produções Selecionadas no Site Google Acadêmico

Tipo	Autor/a, Título, Instituição	Classificação Metodológica			Bases Teóricas	Região	Ano
		Abordagem	Objetivos	Procedimentos			
Dissertação	BASTOS, S. F. Percepções sobre a qualificação profissional para adolescentes egressos e em prestação de medidas socioeducativas de prestação de serviços comunitários ou liberdade assistida - o projeto Tempo de Despertar. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.	Qualitativa	Exploratória	Pesquisa Bibliográfica Pesquisa Documental	Verones, Skardhamar; Telle, Carelli <i>et al.</i> ,	NE	2019
Artigo	JESUS, E. L. S. O direito fundamental à profissionalização de socioeducandos que cumprem medida socioeducativa em Salvador: abordagem crítico-analítica. Universidade Católica do Salvador. Anais da 22ª Semana de Mobilização Científica – SEMOC	Qualitativa	Exploratória	Pesquisa Bibliográfica	Therrien & Therrien, Ferreira, Romano wski; Ens, Silva; Carvalho, Paes, Ritter	S	2019
Dissertação	REZENDE et al. O estado da arte sobre a educação profissional de	Qualitativa	Exploratória	Pesquisa Bibliográfica	Gramsci, Frigotto, Saviani, Navilli,	S	2019

Tipo	Autor/a, Título, Instituição	Classificação Metodológica			Bases Teóricas	Região	Ano
		Abordagem	Objetivos	Procedimentos			
	jovens em cumprimento de medidas socioeducativas na base de dados da Capes. <i>In</i> : SMANIOTTO, M. A. Direitos humanos e diversidade 2. Atena Editora, Ponta Grossa, Paraná, 2019				Ramos, Ferretti, Perrenoud, Makarenko, Silva, Dayrell, Adorno, Oliveira, Tonet, Chauí		

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

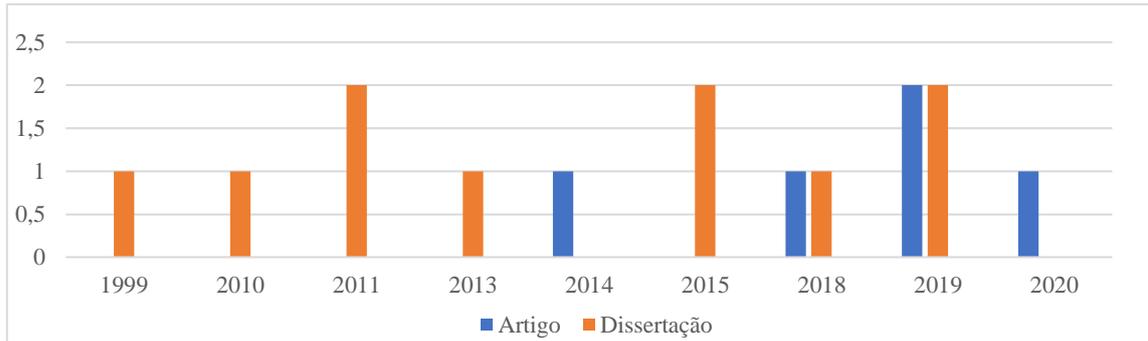
Finalmente, as buscas no *Google Acadêmico* se deram a partir dos descritores: Educação Profissional, Socioeducação e Medidas Socioeducativas. As buscas foram restringidas às dez primeiras páginas, contendo dez resultados por página. Foram encontradas 18 produções acadêmicas, entre artigos, dissertações e teses. Foram selecionadas 3 produções: 2 dissertações e 1 artigo (capítulo de livro).

Todas as produções selecionadas, nesta plataforma, foram de abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, adotaram a pesquisa exploratória, utilizando como procedimentos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Sob o ponto de vista da regionalidade, 2 trabalhos encontram-se no contexto da região Sul e 1 é da região Nordeste.

Vale elucidar que, para fins de contabilização das produções acadêmicas sobre a temática, foi também analisado o “*Estado da Arte sobre a educação profissional de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas na base de dados da Capes*”, referente aos anos de 2006 a 2016, de Rezende; Zardo; Borges (2019). Nesse sentido, por tratar de levantamento realizado exclusivamente na CAPES, a caracterização dos trabalhos encontrados no referido Estado da Arte foi contabilizada juntos às demais produções selecionadas na referida base de dados (Quadro).

Portanto, considerando os achados desta pesquisa nas quatro bases de dados, tem-se a seguinte caracterização dos trabalhos selecionados, considerando o ano de publicação e incluindo as produções analisadas no Estado da Arte de Rezende, Zardo e Borges (2019):

Gráfico 1 - Distribuição de produções por ano e tipo, incluindo os achados de Rezende, Zardo e Borges (2019)

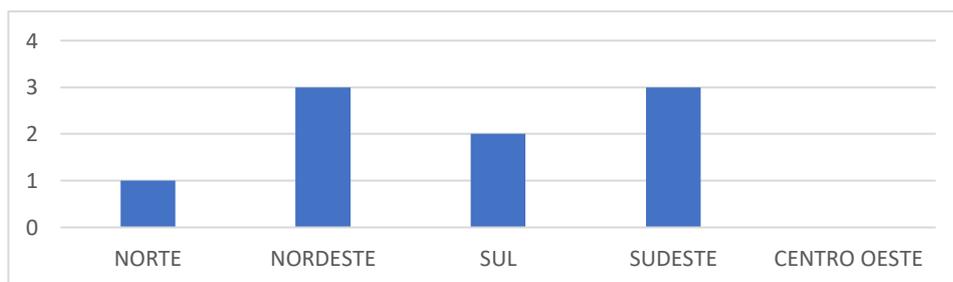


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Vê-se que as informações obtidas, durante a pesquisa bibliográfica aqui representada, revelam que a primeira produção acadêmica sobre a educação profissional no contexto socioeducativo no Brasil é do ano de 1999, havendo um lapso temporal de onze anos até as produções subsequentes. Há que se observar que a retomada da discussão pode estar relacionada às perspectivas mais progressistas no contexto sociopolítico do país. Verifica-se que as primeiras produções se deram nos cursos de mestrado e que o primeiro artigo encontrado é do ano de 2014. Nos anos de 2015 e 2016, as dissertações de mestrado reaparecem, todavia, são identificados apenas artigos nos anos de 2019 e 2020, possivelmente, em razão de alterações nos calendários acadêmicos devido à pandemia da Covid-19.

Quanto à disposição geográfica das publicações selecionadas e analisadas, no território nacional, está representada, no Gráfico 2, abaixo:

Gráfico 2 - Disposição das produções analisadas a partir do levantamento bibliográfico, por região brasileira

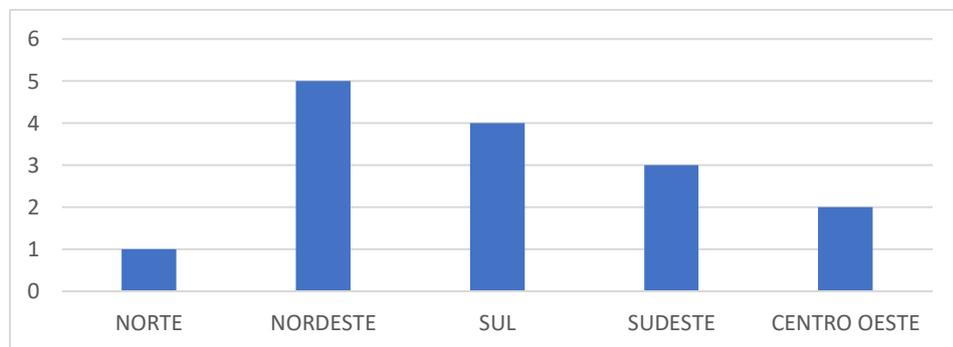


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O número de produções encontradas no levantamento bibliográfico, por região, corresponde a um número equânime de pesquisas realizadas no Nordeste e no Sudeste, sendo 03 pesquisas por região. Em seguida, a região Sul teve 2 pesquisas e a região Norte com 1 trabalho. Entender tal disposição regional das pesquisas torna-se relevante, na medida em que torna possível estabelecer relação entre a oferta de educação profissional e a demanda apresentada pelo quantitativo de socioeducandos que se encontram em meio fechado no Brasil. Daí a importância da literatura acadêmica para a compreensão de tal realidade.

Para fins estatístico-descritivo, no entanto, apresenta-se, aqui, também, o panorama total de produções acadêmicas sobre a educação profissional no contexto socioeducativo, incluindo os achados do estado da arte de Rezende e Zardo e Borges (2019), como se vê:

Gráfico 3 - Disposição das produções sobre a Educação Profissional no contexto socioeducativo por região, incluindo o estado da arte de Rezende, Zardo e Borges (2019)



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Portanto, do ponto de vista da regionalização, tomando a totalidade das produções encontradas a partir do presente levantamento bibliográfico e dos achados de Rezende e Zardo e Borges (2019), os 15 trabalhos apresentam a região Nordeste como a que mais possui registros acadêmicos de suas iniciativas profissionalizantes no contexto socioeducativo. Em seguida, têm-se as regiões Sul e Sudeste, ficando as regiões Norte e Centro Oeste nas últimas posições.

Os autores Apolinário (2009), Lucena (2011), Oliveira (2018) e Bastos (2019), em suas respectivas produções, objetivaram compreender as influências da educação e qualificação profissional, da profissionalização na vida dos jovens e adolescentes, após a saída da instituição de cumprimento de medidas socioeducativas.

Tal realidade remete à reflexão acerca das expectativas geradas sobre os resultados da educação profissional dos socioeducandos, não apenas no que diz respeito ao aspecto formativo

da profissionalização, mas, também, de preparação para o mundo do trabalho, considerando a reinserção social um objetivo a ser perseguido, a partir do que defende Costa (2006):

A natureza essencial da ação socioeducativa é a preparação do jovem para o convívio social. A escolarização formal, a educação profissional, as atividades artístico-culturais, a abordagem social e psicológica de cada caso, as práticas esportivas, a assistência religiosa e todas as demais atividades dirigidas ao socioeducando devem estar subordinadas a um propósito superior e comum: desenvolver seu potencial para ser e conviver, isto é, prepará-lo para relacionar-se consigo mesmo e com os outros, sem quebrar as normas de convívio social tipificadas na Lei Penal como crime ou contravenção (COSTA, 2006, p. 22).

É importante destacar que, dos autores que tratam a educação profissional de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas sob a perspectiva da reinserção social, alguns buscaram conhecer a percepção dos seus sujeitos de pesquisa acerca das contribuições da profissionalização após a saída do contexto de privação. Nesse sentido, foram narradas expectativas verbalizadas pelos jovens com relação à possibilidade de melhoria de vida após a saída da instituição, em razão dos conhecimentos teóricos e práticos que poderão viabilizar a inserção no mundo do trabalho (APOLINÁRIO, 2011; LUCENA, 2011; OLIVEIRA, 2018). Sendo, também, apresentadas as percepções de professores e gestores de programas de qualificação profissional acerca da inserção dos adolescentes e jovens no mundo do trabalho (LUCENA, 2011; OLIVEIRA, 2018).

As autoras Melo e Gonçalves (2014) defendem ser possível realizar atividades de educação profissional junto aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade, a despeito das limitações e barreiras encontradas.

Em relação à escolarização e a profissionalização nas medidas socioeducativas de internação, Barbosa e Quirino (2020) inferem que elas são ofertadas de forma ainda insuficiente e se apresentam eivadas de preconceitos e estereótipos de gênero.

Na mesma perspectiva de associação entre a qualificação profissional e a inserção social do socioeducando, Bastos (2019) apresenta uma singularidade em sua pesquisa, uma vez que aborda a realidade do contexto socioeducativo em meio aberto. Por se tratar de uma intervenção realizada em uma instituição educativa, a autora focou sua análise em um curso de educação profissional voltado a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e os egressos destas.

Tal ponto é diferencial e supre uma lacuna verificada nos demais trabalhos acadêmicos com foco na educação profissional de socioeducandos, os quais, majoritariamente, contemplam medidas de privação de liberdade. Nesse sentido, a autora aponta a escassez de produção

acadêmica acerca da socioeducação em meio aberto, contribuindo para as reflexões quanto à ampliação da oferta da educação profissional para além do contexto socioeducativo em meio fechado, com possibilidade de alcance, também, do contexto protetivo.

A partir do acesso ao trabalho de Bastos (2019), retomaram-se as reflexões apresentadas no início de nosso projeto de pesquisa, a respeito da necessidade de se considerar a amplitude da socioeducação, a qual se percebe para além do contexto de privação de liberdade, posto estar relacionada com a condição de vulnerabilidade e exclusão que atinge um significativo quantitativo de adolescentes e jovens cujos direitos vêm sendo negados.

Na perspectiva de elucidação da origem e conceitos da socioeducação, Bisinoto *et al.* (2015) apresentam a hipótese de que a ausência de esclarecimentos acerca do significado de socioeducação limita a efetividade de intervenções promotoras do desenvolvimento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Além da perspectiva de educação profissional no contexto socioeducativo enquanto possibilidade de reinserção social, foram encontradas produções acadêmicas que abordaram a profissionalização sob o ponto de vista legal, do direito a ser assegurado aos socioeducandos (BARBOSA; QUIRINO, 2020; PICCIONI, 2019; JESUS, 2019). Nessa perspectiva, a legislação afeta à infância, adolescência e juventude, como: o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Juventude, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, além da Constituição Federal de 1988, foram documentos imprescindíveis às pesquisas realizadas. Acerca da observância do direito dos socioeducandos à profissionalização, Jesus (2019) destaca:

Vê-se, pois, que os adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas, compreendidos na faixa etária de 14 anos e 21 incompletos, posto que a liberação seja compulsória aos 21 anos de idade (art.121, §5º, ECA), têm direito preferencial à profissionalização a ser fornecido obrigatoriamente pelo Estado e demais entidades formadoras (JESUS, 2019, p. 9).

Do ponto de vista da educação profissional de socioeducandos enquanto política pública, verifica-se que as iniciativas do Estado para garantir o direito de adolescentes e jovens à profissionalização no contexto de instituições públicas de educação profissional vêm ocorrendo de forma incipiente. Nos resultados das buscas realizadas, constam apenas dois trabalhos acadêmicos referentes à qualificação profissional de socioeducandos no âmbito de IFs: o artigo de Melo e Gonçalves, no ano de 2014, e a dissertação de Oliveira, do ano de 2018.

O artigo de Melo e Gonçalves (2014) apresenta a primeira experiência de educação profissional de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas ofertada pelo Instituto Federal do Amapá no âmbito do Pronatec. A pesquisa foi realizada no Centro Socioeducativo de Internação (CESEIN) de Macapá, local onde o curso foi realizado. As autoras avaliaram positivamente os resultados obtidos, aludindo à compatibilidade dos componentes curriculares e das atividades não-formais de educação, haja vista demonstrarem “se completaram no processo educativo, favorecendo, assim, espaços de intensa interação humana e de aprendizagem entre socioeducandos, professores e demais profissionais que acompanharam o curso” (p. 127)

A pesquisa de Oliveira (2018) apresenta a realidade da formação profissional de jovens meninas em cumprimento de medidas socioeducativas, por meio do Pronatec, no contexto do Instituto Federal da Paraíba. Além de realizar seu trabalho na perspectiva da ressocialização e inserção das jovens no mundo do trabalho, Oliveira também realiza um recorte em torno das especificidades do Pronatec, considerando o plano pedagógico dos cursos e as atribuições do professor no âmbito do programa:

Entre as atribuições inerentes aos professores no âmbito do Pronatec, estes bolsistas são responsáveis em planejar conteúdos que se adequem ao curso de atuação de forma que atenda ao perfil de formação desejado. Tem, entre suas obrigações, proceder as avaliações de aprendizagem e, quando convocados, participarem de encontros pedagógicos. No plano pedagógico dos cursos pelo Pronatec, além das disciplinas técnicas, há a preocupação em inserir na matriz curricular componentes que irão auxiliar na formação humana, promovendo desta forma um resgate da autoestima desse cidadão (OLIVEIRA, 2018, p. 66).

Nesse sentido, apesar de não apresentar de forma pormenorizada os aspectos pedagógicos dos cursos ofertados aos socioeducandos no âmbito do Pronatec, tanto Oliveira (2018) como Melo e Gonçalves (2014) trouxeram uma aproximação com a abordagem desta proposta de pesquisa, não apenas pela escolha do local de intervenção, o contexto de um Instituto Federal, como também pelo objetivo de compreender a organização dos cursos ofertados aos adolescentes e jovens em situação de privação de liberdade.

Na mesma perspectiva, há produções acadêmicas que também propõem o acompanhamento, a avaliação da organização e operacionalização dos cursos de educação profissional, mediante observação e registro de aulas e de reuniões sistemáticas com equipe pedagógica e equipe executora das medidas socioeducativas (MACHADO, 2015; BASTOS, 2019).

Portanto, dada à aproximação da abordagem de Melo e Gonçalves (2014), Barbosa e Quirino (2020), Oliveira (2018) e Bastos (2019) com a presente pesquisa, estabeleceu-se, a partir desses trabalhos, o diálogo com alguns teóricos comuns a ambas as produções acadêmicas, a exemplo de Saviani (2007), Gramsci (2001), Antônio Costa (2006), Frigotto (1989), Dayrell (2010), Ramos (2008), Vigotsky (1994), entre outros.

Alguns autores, em suas pesquisas, defendem a necessidade de compreensão da realidade da educação profissional ofertada a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas a partir da percepção dos próprios socioeducandos e de profissionais executores e gestores participantes.

Os procedimentos metodológicos desses trabalhos contemplam a pesquisa de campo como técnica de coleta de dados, juntamente com as pesquisas bibliográfica e documental. Os instrumentos de coleta utilizados, na maioria das pesquisas, foram realizados com a entrevista semiestruturada e o questionário (LUCENA, 2011; OLIVEIRA, 2018; APOLINÁRIO, 2011; MELO; GONÇALVES, 2014; BARBOSA; QUIRINO, 2020; BASTOS, 2019; MACHADO, 2015; PACCIONI, 2019; RANIÈRE, 2014).

Quanto às lacunas e limitações das pesquisas, alguns autores apresentam a dificuldade de expressão verbal por parte dos adolescentes e jovens sujeitos da pesquisa, a não inserção de socioeducandos nos cursos de profissionalização em razão da situação de defasagem escolar e a escassa produção acadêmica acerca do tema; entre outras (LUCENA, 2011; JESUS, 2019, REZENDE, ZARDO; BORGES, 2019).

Dessa forma, as pesquisas que traçam um paralelo entre as duas medidas, a primeira produção defendida, no ano de 2011, e a segunda apresentada em uma dissertação, no ano de 2017, corroboram com o argumento que se defende com essa dissertação de que a possível ausência de políticas públicas eficientes e eficazes no atendimento à criança e ao adolescente em medida protetiva, especialmente, políticas educacionais que promovam sua escolarização e profissionalização, constitui-se fator desencadeante da migração desse público para o sistema socioeducativo.

Diante da análise das produções acadêmicas selecionadas, identifica-se que as discussões acerca da educação profissional dos socioeducandos buscam compreender as condições de oferta da profissionalização de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa enquanto direito que lhes cabe. Como já referido neste capítulo, ainda que em

reduzido número, algumas pesquisas apresentam a qualificação profissional dos socioeducandos como política pública ofertada por Institutos Federais no âmbito do Pronatec.

Vale ressaltar, no entanto, que é opinião comum à parte dos autores consultados, a necessidade de ampliação das discussões acerca do tema, no sentido de intensificar as perspectivas empíricas e teóricas a ele relacionadas (LUCENA, 2011; APOLINÁRIO, 2011; MELO; GONÇALVES, 2014; MACHADO, 2015; REZENDE; ZARDO; BORGES, 2019). De modo mais significativo, têm-se as conclusões apresentadas por estes últimos autores a partir do Estado da Arte sobre o tema, referente ao período de 2006 a 2016:

Por fim, diante da breve pesquisa e dos resultados parcialmente encontrados, percebe-se, pelo número diminuto de produções científicas/ acadêmicas sobre o assunto, a invisibilidade social dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, inclusive no que tange às políticas públicas voltadas para a qualificação profissional como forma de reinserção social (REZENDE; ZARDO; BORGES, 2019, p. 81).

Portanto, avalia-se que o caminho traçado para a busca e seleção dos trabalhos acadêmicos, durante os procedimentos iniciais do levantamento bibliográfico, veio contribuir para as opções escolhidas por teorias e conceitos relacionados ao tema de pesquisa. Além disso, contribuiu para a escolha dos procedimentos metodológicos adequados aos objetivos do nosso estudo.

2.2 OS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA FAVORÁVEIS AO REINGRESSO SOCIAL DE ADOLESCENTES E JOVENS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A partir de deste levantamento bibliográfico, buscou-se discutir como se apresentam as concepções de espaços pedagógicos no âmbito de educação profissional voltada ao público de jovens e adolescentes em vulnerabilidade e violação de direitos. Portanto, faz-se necessário buscar por conceitos e concepções do que venha a se aproximar da abordagem que se adotou nesta pesquisa, no que diz respeito aos espaços pedagógicos relacionados ao contexto da EPT, sobretudo, em virtude da necessária observância da promoção de uma educação profissional dentro de uma perspectiva *omnilateral*.

A partir da linha de pesquisa: Memórias e Organização dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), à qual está vinculada esta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico com o intuito de fomentar a discussão acerca de que concepções de Espaços Pedagógicos são encontradas na literatura acadêmica, posto que essa terminologia frequentemente carrega similaridades a outras a ela relacionada, como: espaço educacional, espaços de aprendizagem, ambiente educacional, ambiente pedagógico, entre outras.

O levantamento bibliográfico foi realizado em três bases de dados: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o *Google Acadêmico*. Esse levantamento objetivou conhecer quais concepções de Organização dos Espaços Pedagógicos estão presentes na literatura acadêmica e, a partir dos resultados encontrados, realizar aproximações e uma construção conceitual de Organização dos Espaços Pedagógicos no contexto da EPT.

As buscas por produções que versam sobre a Organização dos Espaços Pedagógicos foram realizadas a partir dos seguintes descritores: “Espaços Pedagógicos”, isoladamente ou em associação com os descritores: “Educação Profissional e Tecnológica”, e “EPT”. No intuito de aprofundar mais as discussões, foi selecionado um trabalho voltado às diretrizes e concepções da EPT, o qual serviu de base, em relação às produções selecionadas, para a construção de uma perspectiva de Espaços Pedagógicos em EPT sob a contribuição teórica da PHC.

Em cada base de dados, foram buscadas produções que possuíssem os termos descritores em seu título e/ou resumo. Em sequência, foi realizada a leitura flutuante dos resumos dos textos para seleção dos trabalhos, de modo que, posteriormente, deu-se a leitura mais aprofundada. Como critério de inclusão, foram selecionados todos os trabalhos que continham o termo Espaços Pedagógicos nos seus títulos ou nos resumos ou no corpo do texto, tanto isoladamente como associado ao termo EPT.

Foram excluídas as produções que não continham tais termos, bem como os trabalhos duplicados e aqueles cuja íntegra não estava disponibilizada na respectiva base de dados. Com relação às produções selecionadas, foram encontrados 19 trabalhos (13 artigos e 7 dissertações), sendo: 7 artigos na base de periódicos da Capes; 6 dissertações na BDTD; e, 5 artigos e 1 dissertação no *Google Acadêmico*. Também foi selecionado o documento: *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes* (BRASIL, 2010) no site do MEC.

Após a leitura dos trabalhos, foi realizada uma planilha com as concepções de Espaços Pedagógicos defendidas por seus respectivos autores e, posteriormente, procedidas as aproximações entre tais concepções, de modo a possibilitar o agrupamento das principais ideias apresentadas, como se vê:

Quadro 6 - Concepções de Espaços Pedagógicos nas bases da Capes, BDTD e Google Acadêmico

Concepção de Espaços Pedagógicos	Autores
Espaço físico, escolar ou institucional	Reis e Parente (2019); Andriola (2009)
Espaço de aprendizagem extra institucional	Alves (2010); Roriz (2002); Barreto (2018); Pires (2018); Rocha (2000); Fraga e Pereira (2020)
Espaço físico e de práticas pedagógicas na educação infantil	Rosa (2016); Martins (2021); Lima e Lima e Watanabe (2021); Sodré (2005); Carvalho (2006)
Espaço de inclusão, no contexto da educação especial	Rosa (2016); Barberena (2015)
Espaços de Aprendizagem, de gestão participativa e de avaliação no contexto da EPT.	Nascimento <i>et al.</i> (2018); Valle; Nascimento-e-Silva; Silva (2010); Oliveira e Nascimento-e-Silva (2020); Borges e Silva e Nascimento-e-Silva (2020); Silva (2021)

Fonte: Autoria própria (2022).

A utilização do termo “Espaços Pedagógicos”, na literatura, geralmente, está vinculada à ideia do espaço físico, espaço escolar, compreendendo o espaço intra e extra sala de aula (REIS; PARENTE, 2018; ANDRIOLA, 2009). Alguns trabalhos, além de conferirem a ideia de espaço físico aos Espaços Pedagógicos, também, nele, incluem práticas pedagógicas, todavia, situa-os no contexto da educação infantil (ROSA, 2016; MARTINS, 2021; LIMA; LIMA; WATANABE, 2021; SODRÉ, 2005; CARVALHO, 2006).

Partindo das concepções encontradas, inicialmente, considerou-se também a relação entre espaços pedagógicos e espaço físico escolar, uma vez que, de fato, a relevância das condições do espaço físico no contexto de aprendizagem é inegável. O documento acerca das Teorias do Espaço Educativo, encontrado no Portal do MEC, de 2008, deixa clara essa relação e importância do espaço físico no processo educativo.

No entanto, apesar de considerar que a existência do espaço físico, material, mensurável não desvincula sua existência da subjetivação por parte dos alunos e educadores, trataram-se estes últimos de todos os profissionais que compõem a equipe escolar. Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de os componentes do espaço físico escolar serem articulados com o projeto político-pedagógico da escola.

O referido documento traz que o espaço escolar tem suas nuances e é, ao mesmo tempo, “o conjunto de materialidades que compõem os variados ambientes frequentados por educadores e estudantes e o “espaço sentido”, o espaço de consciência onde se realizam as atividades de ensino e aprendizagem” (BRASIL, 2008, p. 06).

Ainda, sobre a necessidade de observância das condições do espaço físico no processo educativo, Lopes (2007) ressalta a concepção de educação disseminada historicamente na sociedade brasileira, a qual reforça, a partir da ideia de que se educa “em qualquer lugar” (p. 87) um sistema dominante de manutenção de interesses políticos e econômicos.

Nesse mesmo sentido, Silva (2001) sinaliza para a relevância do espaço físico escolar enquanto local que permita aos alunos utilizar mecanismos pessoais para a realização de suas pesquisas e de suas investigações. Portanto, a observância das condições objetivas do espaço físico da escola, cuja arquitetura deverá obedecer a critérios específicos e adequados à finalidade educativa, deve estar presente nas discussões em educação.

A partir dessas considerações acerca do espaço escolar enquanto espaço físico, material, mensurável, avançou-se para as questões inerentes às subjetivações envolvidas nesse contexto, o que se leva à concepção de ambiente, que transpassa a ideia de espaço, apesar de contê-la em si.

Nessa perspectiva das subjetividades marcadas pela relação intencional do homem com seu meio ambiente, Bollnow (2008) alude à relação do homem com as coisas que o coloca como sujeito, e não como mais uma coisa dentro de espaço cósmico. Nesse sentido, o autor se refere que é a maneira como o homem se encontra no espaço, marcada pela intencionalidade, que transforma o espaço cósmico em espaço intencional.

No mesmo sentido, Viñao (2001) apresenta a percepção do espaço sob uma dimensão simbólica, enquanto processo cultural que concebe os espaços “com significados e concepções de espaços” (p. 78). E Ribeiro (2004) defende a ausência de neutralidade do espaço, na medida em que ele é dotado dos símbolos e das marcas de quem o produz, a quem cabe também sua organização e sua convivência nele, conferindo-lhe, portanto, significações afetivas e culturais. Nesse sentido, esta autora entende o espaço escolar enquanto:

Um constructo gestado por múltiplos interesses manifestos e ocultos, que podem afetar a vida dos sujeitos, gerando inclusões e exclusões, sendo, portanto, um elemento significativo do currículo, inclusive na sua concepção de currículo oculto, ou seja, o conjunto de normas e valores que, embora não estejam explícitos, são, efetivamente, transmitidos pela escola (RIBEIRO, 2004, p. 104).

Diante do exposto por Ribeiro (2004), percebe-se que espaços pedagógicos e a condução do processo de ensino e aprendizagem advindo da concepção do denominado currículo oculto pode potencializar condições de inclusão ou exclusões, a depender de como a Instituição de

Ensino direciona esses espaços para cumprir sua missão junto à sociedade. Também infere que é no espaço material que são reveladas as sensações que constituem marcas profundas, ainda na infância, as quais se mantêm na fase adulta e podem contribuir, mediante a construção de vínculos afetivos e sentimento de identidade e de pertencimento, para que o espaço se transforme em lugar.

Nesse sentido, a concepção de ambiente educativo (LIMA, 1989), a qual também inclui o espaço físico da escola, está intimamente relacionada com a perspectiva de espaços pedagógicos que se pretende defender nesta pesquisa, alinhada com o entendimento de esses espaços, além do local físico onde ocorre a educação escolar, permeia contextos que devem ser propícios às relações intra e interpessoais, entre educadores e educandos, presentes nesse ambiente, que desenvolvam processos de ensino e aprendizagem preocupados com o sujeito em sua integralidade e a sua inclusão na sociedade.

Durante o levantamento bibliográfico, também foi identificada a perspectiva de Espaços Pedagógicos enquanto lugar de “aprender ‘o pensar’ e aprender ‘o fazer’ da profissão no contexto da prática de estágio (RORIZ, 2002), podendo se configurar como contexto de aprendizagem fora dos muros institucionais, como nos locais de trabalho ou no âmbito de projetos sociais (ALVES, 2010; RORIZ, 2002; BARRETO, 2018; PIRES, 2018; ROCHA, 2000; FRAGA; PEREIRA, 2020), enquanto contexto de aprendizado profissional permanente (ALVES, 2010) ou como espaços especializados de escolarização, a exemplo das classes especiais como espaço de educação especial (ROSA, 2016; BARBERENA, 2015). Cabe destacar que, ao situar os Espaços Pedagógicos no âmbito do trabalho, Alves (2010) apresenta a perspectiva de religação entre trabalho e educação.

A aproximação de Espaços Pedagógicos ao contexto da EPT é apresentada por Nascimento *et al.* (2018), ao mencionarem o termo no resumo e na conclusão do seu artigo, assemelhando-o a Espaços de Aprendizagem em EPT, os quais seriam definidos a partir das seguintes características:

a) sistema de ensino e conhecimentos organizados b) ensino e aprendizagem específicos elaborados, conforme as necessidades do público alvo, identificadas através de processo de planejamento prévio, c) deve ser gerido, coordenado ou administrado (OLIVEIRA *et al.*, 2018, p. 101-102).

De acordo com as características elencadas, é possível inferir que os EAs possuem aspectos comuns aos Espaços Pedagógicos, na medida em que trazem o planejamento e a sistematização de conhecimentos, bem como a necessidade de gestão por parte do professor,

como elementos essenciais ao processo de aprendizagem. Portanto, tal abordagem pode servir de ponto de partida para a concepção de Espaços Pedagógicos sob a perspectiva histórico-crítica.

Em Valle e Nascimento-e-Silva e Silva (2010), a concepção de Espaços Pedagógicos é de espaço institucional, ou seja, de uma instituição de EPT. Todavia, os autores focam sua abordagem na importância dos métodos de avaliação adotados nesse contexto educativo. Concepção que se assemelha à abordagem de Oliveira e Nascimento-e-Silva (2020), além da de Borges, Silva e Nascimento-e-Silva (2020), os quais remetem a Espaços Pedagógicos como o contexto institucional de EPT, considerando a organização e a gestão participativa desses espaços.

Das produções que propõem a aproximação entre Organização dos Espaços Pedagógicos e o contexto da EPT, aquela que, à primeira vista, estaria mais próxima ao objeto de nossa pesquisa seria a de Silva (2021), a qual aborda as contribuições da disciplina Memória e Organização dos Espaços Pedagógicos em EPT. Todavia, a autora foca sua abordagem nos conceitos e teorias que contribuíram para uma proposta de um museu de memórias da instituição de EPT, distanciando-se, dessa forma, da abordagem mais voltada à caracterização dos Espaços Pedagógicos em EPT.

Partindo da definição constante do site do programa PROFEPT, tem-se que a linha de pesquisa: Memória e Organização dos Espaços Pedagógicos em EPT:

Trata dos processos de concepção e organização do espaço pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do estudante, sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais. Considera, também, a construção temporal, através dos estudos de memória da Educação Profissional e Tecnológica, que ao longo do tempo, vem configurando os processos de ensino e de organização de seus espaços pedagógicos (PROFEPT, ON-LINE) (grifos nossos).

Nessa direção, a despeito da clareza acerca da abrangência da referida linha de pesquisa, que cabe elucidação quanto à concepção de Espaços Pedagógicos defendida, ainda que seja possível perceber a perspectiva de formação integral e emancipatória.

A partir dos achados do levantamento bibliográfico, percebe-se que poucas produções apresentam abordagem de Espaços Pedagógicos no âmbito da EPT. Os poucos trabalhos que estabelecem tal relação propõem discussões acerca da organização e gestão desses espaços de

forma reducionista, haja vista, nas suas respectivas abordagens trazem, isoladamente, aspectos voltados à avaliação, à gestão e, até mesmo, à relação educação e trabalho. Diante disso, as buscam precisaram avançar na direção de produções que abordassem as especificidades e diretrizes da EPT, além de uma base teórica que pudesse situar os Espaços Pedagógicos nessa modalidade de ensino.

Os Espaços Pedagógicos, sob a perspectiva defendida no presente trabalho também acolhem a compreensão de ambiente educativo, onde se dão as relações intra e interpessoais e onde se fazem presentes os determinantes pessoais, sociais e culturais inerentes à condição humana, os quais influenciam as relações de ensino e de aprendizagem e por elas também são influenciados. Quando tais relações ocorrem no interior da escola, os Espaços Pedagógicos em EPT devem considerar as especificidades dessa modalidade, em atenção às necessidades físicas que consistem nas salas de aula convencionais e especializadas, laboratórios, biblioteca, etc, com vistas ao cumprimento dos fins educativos.

Nesse sentido, este texto se dispõe a considerar as abordagens encontradas, todavia, de forma mais abrangente, pretende ampliar as discussões acerca da Organização dos Espaços Pedagógicos em EPT, considerando os multideterminantes aspectos que compõem o ambiente pedagógico no contexto da EPT, tendo como base o constructo teórico histórico-crítico de Demerval Saviani, posto que nenhuma das produções acadêmicas analisadas atendeu tal objetivo.

Vale elucidar que a concepção de espaços pedagógicos que foi adotada para a presente dissertação também acolhe a perspectiva política intrínseca nas relações educativas no âmbito escolar, na medida em que:

A escola seria o lugar para oportunizar a tomada de consciência quanto às relações de poder e de controle presentes nas instituições e na sociedade. Esta, a condição fundamental para um processo pedagógico que tenha como alvo a emancipação. Torna-se imprescindível, assim, discutir o modo como as relações de poder e dominação vão sendo institucionalizadas, bem como as possibilidades de se implementar resistência a elas (SILVA, 2008, p. 89).

Pretendendo relacionar as concepções de Espaços Pedagógicos em EPT apresentadas nos achados do levantamento bibliográfico à perspectiva defendida, nesta pesquisa, foi selecionado, em caráter complementar, o documento: *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes* (BRASIL, 2010). Ao relacionar elementos encontrados na literatura para caracterizar os Espaços Pedagógicos em EPT às diretrizes e

concepção, apresentadas no referido documento, procurou-se estruturar a compreensão acerca do significado desses Espaços Pedagógicos sob os fundamentos da PHC de Dermeval Saviani.

O citado documento apresenta a concepção de espaço geossocial em EPT, aludindo à territorialidade humana como sendo a participação imprescindível dos atores que utilizam esse espaço, caracterizado pelo diálogo em torno das questões envolvendo os aspectos naturais e socioculturais.

No que diz respeito ao espaço físico, o texto apresenta a importância de instalações adequadas para um trabalho educativo de qualidade e acessível a todos. Nesse sentido, discorre:

Os espaços constituídos – no tocante às instalações físicas dos ambientes de aprendizagem, como salas de aula convencionais, laboratórios, biblioteca, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, as tecnologias da informação e da comunicação e outros recursos tecnológicos – são fatores facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, de acesso de todos (BRASIL, 2010, p. 27).

Entretanto, traz-se a ampliação dessa concepção de espaço físico na EPT, quando aponta a “necessidade de tornar esse espaço em lugar de diálogos, de negociações, de coletividade e de trocas tanto em nível local quanto global” (BRASIL, 2010, p. 23).

Para além dos aspectos considerados no citado documento, uma das especificidades relacionadas à EPT diz respeito à concepção pedagógica a ser adotada frente à perspectiva de educação e trabalho. Nesse sentido, Saviani (2007) defende que a premissa de religação entre trabalho e educação, enquanto elementos ontológicos, deve ser perseguida no contexto de formação profissional e tecnológica. Portanto, a proposta pedagógica e curricular da EPT deve seguir os preceitos da *omnilateralidade*, da formação para a cidadania, a partir da relação necessária entre a formação acadêmica e uma formação profissional que considere o trabalho como princípio educativo.

O documento (BRASIL, 2010) atenta para o caráter humanístico da EPT, no que diz respeito ao sujeito como centro de suas intervenções educativas, formando-o para o exercício da cidadania e legitimando-o como agente de transformação da realidade política, econômica, cultural e social na qual está inserido (p. 33-34).

Também defende que as propostas pedagógicas dos Institutos Federais (IFs) respeitem as exigências da sociedade e (...) “transformem-se em instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais” (...), o que estará traduzindo um compromisso pautado na ética da responsabilidade e do cuidado” (BRASIL, 2010, p. 26).

É importante considerar esse aspecto abordado no documento, uma vez que a EPT deve ocorrer sob propostas pedagógicas comprometidas com a realidade social. Para além do conhecimento de tal realidade, no entanto, a EPT deve se voltar à formação do sujeito ético e político com vistas à transformação da sociedade. Nesse sentido, as propostas pedagógicas em EPT devem se alinhar à PHC, a qual concebe a função social da escola voltada à socialização do saber sistematizado, do conhecimento científico, de modo que às camadas populares sejam garantidas condições de superação do seu contexto de exploração e alienação (SAVIANI, 2003).

A construção da perspectiva de Espaços Pedagógicos em EPT parte da concordância com Oliveira *et al.* (2018), de que a EPT transpõe os limites institucionais, “uma vez que os processos formativos se articulam com a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho, portanto envolve a construção de um saber além do saber acadêmico, escolarizado” (p. 93).

Nesse sentido, tomando por empréstimo a caracterização feita pelos referidos autores acerca dos Espaços de Aprendizagem em EPT (OLIVEIRA *et al.*, 2018), e as demais contribuições dos achados do levantamento bibliográfico (ALVES, 2010; VALLE E NASCIMENTO-E-SILVA; SILVA, 2010; OLIVEIRA; NASCIMENTO-E-SILVA, 2020; BORGES; SILVA; NASCIMENTO-E-SILVA, 2020; SILVA, 2021), compreende-se que a Organização dos Espaços Pedagógicos em EPT está relacionada à coordenação dos diversos elementos e sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, considerando os determinantes físicos e materiais, como também as subjetividades inerentes às relações pessoais e sociais presentes em contextos escolares e não-escolares, em ambientes físicos e virtuais.

Nessa perspectiva de espaços pedagógicos, avançou-se para a contextualização destes na educação profissional e tecnológica (EPT), considerando as especificidades desta modalidade de ensino. Portanto, quando se falar em espaços pedagógicos neste trabalho, está se referindo ao espaço escolar (intra e extra sala de aula); ao planejamento, organização e gestão do conhecimento; às relações intra e interpessoais estabelecidas no ambiente pedagógico. Tudo isso, dentro de uma perspectiva política de educação fundada na concepção histórico-crítica que a concebe enquanto instrumento de formação cidadã.

O levantamento bibliográfico acerca da Organização dos Espaços Pedagógicos em EPT apresentou relativa escassez de produções que possibilitem o acesso à sua conceituação e caracterização. No entanto, as contribuições dos trabalhos selecionados tornaram possível uma aproximação conceitual e alguns aspectos característicos, de modo a favorecer a compreensão da organização e da gestão de tais espaços no âmbito da EPT.

Portanto, ainda que não se pretenda aqui esgotar as discussões acerca de como são caracterizados os espaços pedagógicos em EPT, buscou-se sistematizar as perspectivas presentes nas produções acadêmicas encontradas, avançando na construção de uma perspectiva mais ampla a partir da instituição de relações com o constructo teórico da PHC.

Nesse sentido, esta pesquisa pretende trazer luz às perspectivas presentes, quer de forma evidente, quer de forma oculta, nas propostas curriculares, na metodologia didática e na relação entre gestão administrativa e gestão pedagógica no contexto dos cursos de qualificação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas ofertados pelo IFPE. Para isso, a dissertação fez um recorte em cada um desses pilares que serão discutidos a seguir.

2.2.1 Espaços pedagógicos orientados pela perspectiva gramsciana

A partir da revisão da literatura acadêmica sobre a educação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, reiterou-se o objetivo de compreensão das condições de gestão dos espaços pedagógicos dos cursos de qualificação profissional ofertados aos socioeducandos.

Nessa perspectiva, recorreu-se à concepção de trabalho como princípio educativo em Gramsci, cujo pensamento será aqui apresentado, tomando por empréstimo o olhar de dois teóricos que se dispuseram a elucidá-lo: Mario Manacorda (2017) e Rosemary Dore (2014).

Dore (2014) aponta que Gramsci retoma a perspectiva de trabalho como princípio educativo da escola humanista, que visava ao desenvolvimento do indivíduo em sua capacidade de pensar, de criar o próprio destino e de se encaminhar na vida. Situa a perspectiva gramsciana a partir do pensamento marxista de trabalho enquanto processo de humanização. Nesse sentido, devido ao contexto histórico em que ocorrem as reflexões de Gramsci, este amplia essa “perspectiva humanista e propõe a construção da hegemonia das classes populares mediante uma reforma intelectual e moral. Essa proposta, portanto, contempla mudanças substanciais na sociedade, na política, na cultura e na educação” (p. 299).

Por estar aberto a temas dessa ordem, que contemplem política, literatura, cultura, educação, Gramsci recebe a identificação de teórico das superestruturas. No entanto, Manacorda (2017) alerta para a necessidade de “ não dissociar esses temas uns dos outros, e todos eles da economia” (p. 35). Nesse sentido, pontua-se que o discurso sobre tais temas “é

contextualmente e de forma indivisível um discurso sobre a economia e o industrialismo, isto é, sobre as estruturas” (p. 36).

Segundo Manacorda (1990), a obra gramsciana ocupa relevante lugar nas discussões acerca da luta de classes, na medida em que introduz o conceito de hegemonia enquanto consentimento das classes subalternas à dominação burguesa. Conforme a autora, Gramsci considera que a luta de classes se encontra nos mais diversos aparelhos de hegemonia, quais sejam: instituições, fazeres e agentes de setores políticos, administrativos, produtivos e tecnológicos.

Nesse sentido, como crítica e oposição à hegemonia da classe dominante, Gramsci propõe a contra-hegemonia da classe trabalhadora e intelectuais em oposição à hegemonia do estado e da sociedade burguesa. E aponta para a relevância do papel desses intelectuais, os quais precisam superar o apartamento histórico ao qual se submetiam, inseridos dentro de uma condição de casta aqui compreendida como a condição de cristalização na classe onde nasceram (GRAMSCI, 1995).

Segundo Germano e Kulesza (2010), Gramsci refere-se aos intelectuais orgânicos, assim denominados sob a perspectiva de intelectuais ativos, participativos e comprometidos com o movimento de contra hegemonia a partir da compreensão de si mesmo e da classe social, assumindo sua função educativa sob a perspectiva política de crítica à hegemonia burguesa e de transformação social. Esses autores assim traduzem tal concepção em Gramsci:

Essa passagem exigirá uma educação comprometida com a construção de uma nova hegemonia, além de uma nova categoria de intelectuais engajados com a formação e os interesses das classes populares. Nesse processo, Gramsci reconhece que, não existindo nenhuma atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, todos os homens são intelectuais (GERMANO; KULESZA, 2010, p. 121).

A concepção da escola ativa acerca das relações entre alunos e mestres era de que ambos assumem, dialeticamente, o papel de educadores e educandos. Nesse sentido, Gramsci (1995) considera que todo sujeito é um intelectual e, portanto, a partir da retomada da consciência de si, passa a concepção do eu coletivo. Portanto, com o objetivo de buscar meios para a efetivação de uma revolução moral e intelectual mediante a educação das classes subalternas, Gramsci propõe a organização da cultura sob o modelo da escola unitária que visa à superação do dualismo entre os que dominam e os que são dominados (DORE, 2014).

Dore (2014) elucida que, para Gramsci, “o caráter social da escola estaria associado à existência de diferentes tipos de escola para diferentes grupos sociais”. Dessa forma, “a escola

unitária traria a possibilidade de, até chegar a hora da preparação do jovem para o trabalho, dar conta de uma formação que o leve ao conhecimento de si e do eu coletivo”. Para isso, faz-se preciso que “as funções de dirigentes e de dirigidos não permaneçam restritas à classe dominante e à classe subalterna, respectivamente” (p. 301, 302).

Portanto, compreende-se que a perspectiva de trabalho como princípio educativo em Gramsci advém da indivisibilidade entre superestruturas (cultura, política, educação) e estruturas (economia, industrialização), a partir de uma concepção de revolução moral e intelectual e da perspectiva de uma escola unitária, conforme infere Manacorda (2017) ao aludir acerca do entrelaçamento entre economia e moral realizado por Gramsci:

Este nexos emerge, com a evidência máxima, justamente nas notas orgânicas sobre a escola, conferindo a elas um sentido muito mais que pedagógico. Não apenas cultura e produção em geral, mas também escola e produção em particular são inseparáveis, e – observe-se – não numa perspectiva técnico-profissional, mas técnico-político, ou numa perspectiva de um novo humanismo (MANACORDA, 2017, p. 41).

Nesse sentido, Gramsci (1995) aponta para a necessidade de filosofia e educação se tornarem “práxis política” para manterem sua essência filosófica e educativa (p. 166).

A proposta educativa de Gramsci, portanto, ratifica a necessidade de religação de trabalho e educação, de modo a atender aos interesses das classes trabalhadoras. A concepção de trabalho como princípio educativo retoma, portanto, a reflexão acerca da historicamente instituída dicotomia que reparte, entre a classe dominante e a classe subalterna, as condições de trabalho intelectual para a primeira e de trabalho manual para a segunda. Nessa perspectiva, Gramsci constrói o princípio da escola unitária, sob a concepção que

ultrapassa a escola como instituição e se relaciona à luta pela igualdade social, para superar as divisões de classe que se expressam na separação entre trabalho industrial e trabalho intelectual e divide a sociedade entre governantes e governados (ALVES, 2010, p. 13).

Compatibilizar os princípios da escola unitária com o contexto de qualificação profissional dos sujeitos desta pesquisa, os quais se encontram em situação de vulnerabilidade e violação de direitos, é considerar qual perspectiva de educação profissional deve ser direcionada a esse alunado, garantindo-lhes uma educação profissional pública e de qualidade.

Nesse sentido, não há como pensar em uma educação profissional distanciada da concepção de escola unitária que:

expressa o princípio da educação como direito de todos. Uma educação de qualidade, uma educação que possibilite a apropriação dos conhecimentos construídos até então pela humanidade, o acesso à cultura, etc. Não uma educação só para o trabalho manual e para os segmentos menos favorecidos, ao lado de uma educação de qualidade e intelectual para o outro grupo (RAMOS, 2008, p. 2).

Portanto, a observância de um fazer pedagógico baseado na concepção de escola unitária e de trabalho como princípio educativo no contexto da educação profissional de grupos vulneráveis, a exemplo dos jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, é necessário para favorecer o conhecimento de si e do eu coletivo, oportunizando mudança positiva em sua condição pessoal e social.

Essa percepção de Alves (2010) acerca da relação entre trabalho e educação coaduna com as premissas da Educação Profissional e Tecnológica que deve ser conduzida tendo esses dois pilares como elementos ontológicos, cuja formação profissional atenda aos princípios de Gramsci (1977), tendo o processo educacional alinhado com os direitos e deveres do cidadão e o trabalho com um princípio que está intrínseco à natureza humana, de modo que “[...]para facilitar seu trabalho, que é o modo próprio de participar ativamente da vida da natureza para transformá-la e socializá-la mais profunda e amplamente”. Por essas razões, “[...] o princípio que fundava as escolas elementares era o conceito de trabalho” (GRAMSCI, 1977, p. 1540-41).

Dessa forma, torna-se imperioso o reconhecimento de o quanto que espaços pedagógicos que se propõem a promover uma reinserção social do indivíduo, especificamente, aqui neste trabalho, daqueles que estão sujeitos a medidas judiciais socioeducativas, estão alinhados com os preceitos que regem a omnilateralidade em detrimento de formações focadas exclusivamente no mercado de trabalho e na habilitação técnica para executar atividades laborais.

Nessa perspectiva, é preciso estar em contínua observância de o quanto as propostas educacionais da EPT estão convergentes com a materialização na prática por parte daqueles que executam tais políticas públicas. Isso se justifica, pois as expectativas de reconfiguração do pensamento do ser humano e de sua reorientação na vida, por meio de contextos educativos que permitam o desenvolvimento das diferentes dimensões que integram o indivíduo, pode ser substituída por frustrações e efeitos contrários, quando da ineficácia das propostas de espaços pedagógicos que assegurem essa reinserção social.

2.2.2 Espaços pedagógicos: a prática pedagógica na perspectiva histórico-crítica de Dermeval Saviani

A aproximação deste estudo com a concepção histórico-crítica de educação partiu da visão fundante do termo, a qual se deu em Saviani já em 1984. Na perspectiva de singularidade, que diferencia o homem dos demais animais, Saviani (2011) apresenta o trabalho como elemento ontológico na medida em que apenas o ser humano extrai da natureza, de forma intencional e racional, os meios de subsistência, transformando a natureza e construindo o mundo humano.

Segundo Saviani (2011), a perspectiva histórico-crítica da educação tem como elemento central o saber objetivo, a partir da produção não material ou produção espiritual, que se dá pela forma como o homem compreende o mundo. As diversas formas de saber advindas da produção não material só vão interessar à educação como contribuição para o processo de humanização, o qual se dá a partir da aprendizagem, ou seja, de processos educativos. Nesse sentido, surge a escola enquanto institucionalização dos processos educativos por meio dos quais o homem se desenvolve, emergindo, a escola, inicialmente de forma secundária, mas, historicamente evoluindo para a forma principal e dominante de educação.

Vale observar que Saviani (2011) alerta para a ausência de neutralidade na função educativa da escola, todavia, apresenta a compatibilidade entre o compromisso político e a competência técnica enquanto possibilidade de coexistência de um conhecimento interessado e um conhecimento objetivo, uma vez que “não é todo interesse que impede o conhecimento objetivo” (p. 8). Nessa perspectiva, o autor afirma só ser possível identificar os interesses que negam e os que demandam o conhecimento objetivo a partir da História.

Saviani (2007) considera que “a pedagogia histórico-crítica vem na perspectiva de superação das limitações das tendências pedagógicas tradicionais, a saber, o tecnicismo² e o escolanovismo³” (p.153). Essas pedagogias deixaram de considerar os condicionantes sociohistóricos do processo educacional. Nesse sentido, há que ser promovida a busca pela

² A tendência Liberal Tecnicista surge no século XX, com o objetivo de implementar o modelo empresarial na escola, ou seja, aplicar na escola o modelo de racionalização típico do sistema de produção capitalista. Com forte influência das teorias positivistas e da psicologia americana behaviorista, o tecnicismo busca ensinar o aluno por meio do treinamento (Portal da Educação)

³ Segundo Aranha (1996): “Escola Nova surge no final do século XIX justamente para propor novos caminhos à educação, que se encontra em descompasso com o mundo no qual se acha inserida. Representa o esforço de superação da pedagogia da essência pela pedagogia da existência”.

religação entre educação e trabalho enquanto elementos ontológicos, notadamente, atributos do ser humano.

Em relação ao processo educativo ao qual o homem se vem submetendo historicamente, do qual o local institucionalizado passou a ser a escola, Saviani (2011) infere que o trabalho educativo:

É o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2011, p. 13).

A partir dessa perspectiva, depreende-se a importância do currículo a partir da identificação dos elementos da cultura que necessitam ser compartilhados de forma principal ou secundária, viabilizando-se, assim, a seleção de conteúdo do trabalho pedagógico. Nesse sentido, Saviani (2011) sinaliza para a necessidade de se diferenciar o que é curricular e o que é extracurricular, como forma de distinguir o principal do secundário. Ao passo que vê-se a necessidade de observância de uma prática pedagógica⁴ que contemple conteúdos, espaços, tempos e procedimentos pelos quais os homens, dentro de suas singularidades, e realizem “na forma de segunda natureza, a humanidade produzida historicamente” (p. 13 e 15).

Ao se referir à dimensão pedagógica enquanto inerente à escola, mediante a institucionalização do pedagógico, Saviani (2011) aponta este, o pedagógico, como a especificidade da educação. Pontua-se que é a partir da escola que se torna possível a percepção da dimensão pedagógica presente na prática social global. Infere-se, no entanto, que à escola cabe a socialização do saber sistematizado, que ultrapasse o conhecimento espontâneo, o senso-comum.

Portanto, reconhecendo a necessidade de se aprofundarem as discussões acerca da perspectiva histórico-crítica da educação em Saviani, partiu-se da concepção defendida pelo autor no que concerne a um trabalho pedagógico baseado na seleção do principal e do secundário, relacionando os elementos culturais a serem socializados pela e na escola, bem como as práticas pedagógicas (conteúdos, espaços, tempos e procedimentos) que promovam o desenvolvimento integral do sujeito. Nesse sentido, recorre-se, ainda, à perspectiva de Saviani

⁴ Considerada aqui a prática pedagógica na concepção da pedagogia histórico-crítica, fundada nos passos da teoria apresentada por Saviani, quais sejam: prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final.

(2014) quanto à compatibilidade de um trabalho pedagógico regido pelo compromisso político e pela competência técnica. Para fins didáticos, o quadro abaixo apresenta os passos da teoria da Pedagogia Histórico-crítica em Saviani (2003):

Quadro 7 - Pedagogia Histórico-Crítica em Saviani

Passos da teoria	Contexto
a) Prática social inicial	em que se busca o entendimento da prática social que ainda não foi apreendida pelos alunos. Neste momento, o posicionamento teórico de alunos e professores é diferente, o aluno tem uma vaga ideia da prática social, de caráter sincrético, e o professor responsável pelo trabalho com o conteúdo após desenvolver seus estudos naquela disciplina tem uma amplitude maior da articulação deste conhecimento com a prática social, assumindo, assim, uma visão sintética.
b) Problematização	é a busca das questões na prática social que ainda estão cobertas pela ideologia dominante. Passa-se a selecionar conhecimentos que precisam ser dominados pelos alunos para poder interferir criticamente nesta prática.
c) Instrumentalização	Nesta etapa, o professor será responsável por transmitir direta ou indiretamente conteúdos que possam levar os alunos à apropriação dos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos historicamente elaborados pela cultura, que se transformarão em conhecimento indispensável à luta de classes contra a exploração.
d) Catarse	ponto central do processo educativo na proposta aqui delineada. É um termo emprestado de Gramsci, e tem o intuito de definir o momento de transformação da visão fragmentada à incorporação do conhecimento, que, uma vez entendido e dominado pelo aluno, compõe seu acervo de elementos de luta na busca pela transformação social.
e) Prática social (final)	quando o aluno chega, pela visão sintética adquirida na catarse, ao mesmo nível de compreensão do professor. Entenda-se que devido à aprendizagem e à possibilidade de intervenção frente às situações cotidianas, que não ocorre direta e imediatamente, mas ao longo da vida do aluno, a educação terá cumprido sua função social.

Fonte: (FARIA; LENARDÃO, 2014, p. 10).

De acordo com o que se apresenta nesse quadro, identifica-se que o que diferencia a PHC de tendências pedagógicas que têm o seu foco ou na prática ou na teoria, é a concepção de paridade entre teoria e prática, superando a dicotomia existente. Nesse sentido, o caminho proposto pela PHC carrega uma concepção dialética de educação que parte da prática para a teoria, voltando para a prática mais elaborada decorrente da ação educativa. Segundo Saviani (2005):

[...] um método pedagógico que parte da prática social em que professor e aluno se encontram igualmente inseridos ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social, cabendo aos momentos intermediários do método identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse) (SAVIANI, 2005, p. 263).

Portanto, como já referido anteriormente, Saviani (1991), a partir de sua teoria, sugere uma prática pedagógica que considere a influência das relações sociais no processo de ensino e aprendizagem, bem como a necessidade de uma postura crítico-reflexiva por parte do professor, de quem se espera a adoção de um pensar/fazer fundados na lógica dialética, a qual viabiliza a superação do senso comum presente no contexto educacional e a aquisição de uma consciência filosófica, a partir de um processo de reflexão sobre a teoria.

Nesse sentido, é esse contexto educativo, caracterizado por uma prática docente coerente e comprometida com a humanização e a criticidade do aluno, que deve ser lugar para a educação profissional de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade e negação de direitos.

Ao se tratar a vulnerabilidade social e a negação de direitos, não se tem como ignorar a concepção de exclusão contida em tal realidade. Portanto, dadas às especificidades do alunado em questão, a concepção da PHC é imprescindível ao trabalho dos professores dos cursos de qualificação profissional dos socioeducandos, na medida em que poderá munir esses alunos de conhecimentos que formarão “seu acervo de elementos de luta pela transformação social” (FARIA; LENARDÃO, 2014, p. 10).

Nessa perspectiva de espaços pedagógicos, avançou-se para a contextualização destes na educação profissional e tecnológica (EPT), considerando as especificidades dessa modalidade de ensino. Portanto, quando se falar em espaços pedagógicos neste trabalho, está se referindo ao espaço escolar (intra e extra sala de aula); ao planejamento, organização e gestão do conhecimento; às relações intra e interpessoais estabelecidas no ambiente pedagógico. Tudo isso, dentro de uma perspectiva política de educação fundada na concepção histórico-crítica que a concebe enquanto instrumento de formação cidadã. Nesse sentido, foram analisados os vieses que compuseram as discussões teóricas e práticas desses espaços pedagógicos.

2.2.3 Dimensões dos Espaços Pedagógicos em EPT e sua orientação sob as perspectivas de Gramsci e Saviani.

Na presente seção, foram traçadas as discussões teóricas sobre os pilares de sustentação dos espaços pedagógicos que envolvem as perspectivas dos autores Gramsci e Saviani. A seguir, as subseções traçaram as diretrizes norteadoras que compõem cada uma das categorias de análise: Gestão Administrativa e Pedagógica, Relações Interpessoais, Infraestrutura, Processo de Ensino e Aprendizagem e o Impacto Social provocado pela iniciativa de qualificação profissional voltada aos socioeducandos no âmbito do IFPE.

2.2.3.1 A Gestão administrativa e pedagógica no contexto dos cursos de Qualificação Profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas ofertadas pela EPT.

Nos Espaços Pedagógicos em EPT, a proposta de uma gestão administrativa e pedagógica preocupada com a reinserção social deve estar alinhada com a abertura ao diálogo e ao reconhecimento das necessidades e realidades vivenciadas pelo público atendido. Portanto, deve-se ter presente a preocupação de fomentar espaços educativos e dialógicos ao público de socioeducandos, dada a necessidade de um olhar pedagógico e gerencial diferenciado e personalizado, haja vista as peculiaridades e os desafios vivenciados por cada sujeito no seu próprio processo de ressignificação de sua visão de si e do mundo, o qual pode ser favorecido por uma educação profissional *omnilateral* que promova, efetivamente, sua inserção ao mundo do trabalho.

No contexto dos espaços pedagógicos em EPT, Grabowski (2014) infere que a gestão democrática é “resultante da integração entre gestão pedagógica e gestão administrativa, a partir da compreensão que sua função é assegurar as condições necessárias à consecução das finalidades e objetivos da educação profissional, [...]” (p. 19). Nesse sentido, para alcançar as finalidades e objetivos que norteiam a EPT, deve ser assegurada uma gestão democrática e participativa que promova “experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade de experiências respeitadas da liberdade” (FREIRE, 2013, p. 21).

Em seus estudos, Oliveira, Barbosa e Lobão (2021) afirmam que essa gestão democrática deve estar comprometida com a formação humana, e a busca por uma participação democrática “não acontece de forma natural, é necessário a construção de mecanismos institucionais que possam garantir essa participação pelos sujeitos de direito” (p. 133).

Esses mecanismos institucionais vão desde medidas preocupadas com o bem-estar do estudante e com as formas de funcionamento da Instituição, contemplando também a percepção de como as concepções pedagógicas adotadas dialogam com a proposta da EPT. Dentro dessa perspectiva, é possível afirmar que essas concepções pedagógicas que abarcam as ações da Instituição devem se configurar como basilares e capazes de agregar valor na vida do socioeducando.

Para se assegurar as condições práticas da gestão democrática, há que se ter presente a perspectiva de trabalho como princípio educativo. Portanto, a educação proposta deve estar fundada na omnilateralidade, com vistas à formação humana e cidadã no contexto da formação

profissional, porquanto assim tornará o homem capaz de se constituir como agente de transformação da sociedade, conforme orientam Pacheco e Morigi (2012):

a cidadania é um ato de o homem se constituir como homem entre outros homens e como homem que, com os outros, constrói o mundo humano, material e simbólico em que subsiste. Agora, ser cidadão é ser sujeito do processo histórico, em contraposição ao ser objeto, sobre o qual incide a ação do sujeito. É ser agente produtor do espaço cultural em que deverá viver (PACHECO; MORIGI, 2021, p. 10).

Portanto, sob a ótica histórico-crítica da educação, a gestão e organização dos espaços pedagógicos em EPT devem se voltar à formação cidadã, sobretudo quando associada às medidas socioeducativas. Nesse sentido, é reconhecido que, apesar do desafio a ser vivenciado, as instituições de EPT devem apresentar condições de contribuir efetivamente para o desenvolvimento dos socioeducandos, mediante ações educativas que visem ao resgate da autoestima e da dignidade, além da base profissional que viabilize sua inserção social por meio do ingresso no mundo do trabalho.

2.2.3.2 O processo de ensino e aprendizagem no contexto dos cursos de Qualificação Profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas ofertadas pela EPT.

As contribuições teóricas das produções analisadas serviram de base para a compreensão acerca da Organização dos Espaços Pedagógicos em EPT, a qual deve atender ao constructo teórico da PHC de Saviani, tendo o professor como gestor do conhecimento, responsável pela gestão de um ensino pautado na concepção histórico-crítica de educação, de formação integral e emancipatória.

Portanto, para lidar com a realidade social de uma reorientação educativa aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, é fundamental que os espaços pedagógicos em EPT contemplem propostas pedagógicas e curriculares atreladas à formação de sujeitos críticos, sob uma perspectiva histórico-crítica de educação concebida enquanto instrumento emancipatório. Logo, o professor inserido no contexto da EPT é o organizador e gestor do ensino, devendo receber, em sua formação, as condições objetivas para assumir tal papel (OLIVEIRA, 2001).

Identifica-se, portanto, que, é na formação do professor que a perspectiva histórico-crítica encontra seu principal limite, uma vez que estudos apontam significativa incipiência no processo de institucionalização da formação docente para a educação profissional (MACHADO, 2019) e indicam que tal formação não pode prescindir da clareza quanto à qual

sociedade e a que perspectiva de EPT se destina, devendo aplicar-se ao contexto de políticas públicas, especialmente educacionais, de formação humana (MOURA, 2015). Então, se tais condições formativas não forem propiciadas aos professores, as finalidades de uma EPT fundada nos pressupostos da PHC restarão prejudicadas.

Identifica-se, portanto, a necessidade de o professor assumir efetivamente a gestão dos espaços pedagógicos enquanto ambiente onde ocorre o processo de ensino e aprendizagem, assumindo seu papel no processo educativo. Assim, cabe ao docente pressupor o respeito às condições pessoais e sociais dos seus alunos, bem como manter uma postura colaborativa e assumir a função mediadora da cultura a ser valorizada e socializada.

Nessa perspectiva, concorda-se com Vigotsky (1994), quando sinaliza a importância da relação professor-aluno e do papel de mediador a ser assumido pelo docente; como, também, a importância da relação aluno-aluno, dado o valor das interações sociais como um aspecto determinante do processo educativo.

Em relação ao papel do professor no âmbito da EPT, o documento “Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes” (BRASIL, 2010) apresenta a especificidade da prática formativa nesse contexto, uma vez que ao formador é necessário, além das condições de preparação acadêmica, o conhecimento de conteúdos e técnicas de trabalho, bem como de um fazer metodológico que esteja alinhado à realidade.

Dessa forma, sugere-se “um trabalho reflexivo e de pesquisa, comprometido com a busca pela superação da concepção fragmentada da escola, mediante promoção da autonomia dos alunos” (BRASIL, 2010, p. 31). Nesse sentido, a docência no contexto da EPT não deve estar restrita à exigência de conhecimentos técnicos, mas demanda também saberes de cunho pedagógico (BRAGA BARBOSA; MACHADO; AFONSO, 2020).

Saviani (2007) infere que é no trabalho docente que a concepção histórico-crítica pode apresentar os benefícios efetivos à promoção de uma educação de qualidade e acessível a todos. Portanto, entende-se que a organização e a gestão dos insumos pedagógicos (planejamento, didática, metodologia, avaliação) devem ser assumidas pelo docente sempre que o processo educativo formal ocorra, tanto no âmbito escolar como fora dos muros da escola, tanto no contexto presencial como virtual, uma vez que tais elementos são componentes dos espaços pedagógicos.

É necessário atentar para a importância da compreensão, por parte do docente, dos condicionantes históricos e sociais da educação que ocorrem no âmbito escolar e fora dele.

Portanto, um fazer docente reflexivo e crítico deve levar em conta o conhecimento das tendências pedagógicas presentes nos diversos contextos históricos e sociais.

Nessa perspectiva, Saviani (2007) destaca que a PHC vem no sentido de superação das limitações das tendências pedagógicas tradicionais, as quais não atenderam aos fins educacionais esperados por desconsiderar os condicionantes sócio-históricos da educação.

Dessa forma, a tendência histórico-crítica sugere uma prática docente que considera a influência das relações sociais no processo de ensino e aprendizagem, bem como a necessidade de uma postura crítico-reflexiva por parte do professor, de quem se espera a adoção de um pensar/fazer fundados na lógica dialética, a qual viabiliza a superação do senso comum presente no contexto educacional e a aquisição de uma consciência filosófica, a partir de um processo de reflexão sobre a teoria (SAVIANI, 1991).

É inegável, portanto, a importância do professor enquanto mediador do processo de aprendizagem dentro da perspectiva sociointeracionista de desenvolvimento humano, a qual considera a relevância das relações sociais e da construção coletiva do conhecimento; bem como o acesso à cultura enquanto fator de desenvolvimento e de transformação pessoal e social (VIGOTSKY, 1994).

Vigotsky (1994) considera também o professor como o organizador do espaço social, pois é ele o responsável por criar condições e oportunidades para que o ensino ocorra a partir da progressão do desenvolvimento iminente no desenvolvimento atual. Nesse sentido, o professor é o mediador, cuja função é a de favorecer a passagem, pelo aluno, do estágio de desenvolvimento potencial para o do desenvolvimento real. A esse espaço entre um e outro estágio, o teórico denominou de Zona de Desenvolvimento Proximal-ZDP (idem,1994).

Há que ser considerada, pois, a importância do professor na gestão desses espaços pedagógicos, sendo imprescindível dar-se atenção às condições de formação docente no contexto da EPT, posto que, para além dos determinantes externos, como legislações e reformas educacionais, estão sob o controle de professores e professoras as conjunturas do processo ensino-aprendizagem (MOURA, 2015).

Na perspectiva específica deste trabalho, a organização dos espaços pedagógicos em EPT deve atender ao constructo teórico da PHC de Saviani, tendo o professor como gestor do conhecimento e principal agente responsável pela organização desses espaços, capacitado a perpassar toda sua prática pedagógica pela concepção histórico-crítica de educação, de formação integral e emancipatória.

As questões que dizem respeito à formação acadêmica e aos conhecimentos técnicos e específicos do professor ganham relevância, considerando que ao docente também é necessário o conhecimento aprofundado acerca das especificidades da EPT, além dos conhecimentos técnicos de sua área, a partir de uma concepção histórico-crítica de educação e ensino, de modo que sua prática não venha a reproduzir relações sociais de dominação e alienação.

2.2.3.3 Relações Interpessoais no contexto dos cursos de Qualificação Profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Dadas às especificidades do alunado composto por adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, cuja realidade de exclusão, de negação de direitos e de privação de assistência pessoal e social já foi apresentada nesta dissertação, demanda-se do professor dos cursos de qualificação o uso de estratégias de acolhimento, escuta e mediação de conflitos, de modo a promover relações interpessoais favoráveis ao processo de ensino e aprendizagem.

Quando se alude às relações interpessoais, reporta-se às habilidades socioemocionais (CORDEIRO *et al.*, 2016), as quais refletem tanto na relação do aluno consigo mesmo, como com seus pares, com professores e demais educadores, e até com a aprendizagem, uma vez que influenciam suas motivações e interesses. Tais habilidades socioemocionais precisam ser desenvolvidas nos alunos, mas também devem ser buscadas pelo próprio professor, uma vez que tal fator influenciará diretamente na forma como o docente se relaciona com seus alunos, com seus pares e com todo o ambiente pedagógico.

Nesse sentido, faz-se necessário atenção às intersubjetividades inerentes a todos os envolvidos no processo educativo, sobretudo ao professor em sua relação com o aluno, uma vez que isso influencia na sua prática docente, pois, segundo Arroyo (2004), a mudança de olhar do professor com relação ao aluno e à imagem que se tem deste é condição para uma inovação educativa, na medida em que a autoimagem do professor está associada à imagem que ele tem dos seus alunos.

Assim, percebe-se que a valorização dos aspectos socioemocionais que envolvem as relações do aluno consigo mesmo e com a equipe pedagógica, sobretudo com o professor, constituem um caminho para a adesão dos socioeducandos ao contexto educativo escolar, favorecendo sua aprendizagem e a construção de projetos de vida a partir dos conhecimentos adquiridos no âmbito da EPT.

2.2.3.4 Infraestrutura no contexto dos cursos de Qualificação Profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

A infraestrutura é o ambiente onde são dispostos os recursos para a realização dos cursos voltados aos socioeducandos. Essa infraestrutura pode influenciar negativa ou positivamente o aprendizado do estudante; como também, o trabalho desenvolvido pelo professor, sobretudo quando relacionada às especificidades da EPT.

São partes dessa infraestrutura: a sala de aula, a biblioteca, os laboratórios, os espaços de convivência, os refeitórios. No âmbito de uma instituição de educação profissional, esses espaços físicos devem ser articulados e complementares entre si, de modo que ao aluno seja oportunizada a percepção de um ambiente pedagógico de formação humana e profissional. A promoção do acesso dos alunos, sobretudo os advindos de contextos de exclusão e vulnerabilidade social, às dependências físicas da instituição, somada ao acolhimento e à qualidade do ensino que nela é ofertado, favorecerá o despertar do sentimento de pertencimento, tão necessário para a permanência do aluno na escola. Nesse sentido, importa atentar para que tais espaços apresentem condições adequadas de manutenção e organização, de modo que, o quanto possível, possam atender às necessidades educativas de docentes e discentes (BRASIL, 2010).

Além dos aspectos relacionados à estrutura física desses espaços, ainda questões como falta de materiais didáticos e falta de equipamentos específicos e de recursos tecnológicos devem ser observadas, posto estarem também relacionadas à qualidade do ensino. Portanto, a inobservância de tais questões provavelmente ensejará prejuízos ao trabalho docente e, conseqüentemente, à aprendizagem dos alunos.

Todos esses aspectos, relacionados à estrutura física e material do contexto de educação profissional, também podem influenciar a motivação do estudante, comprometendo sua frequência e participação nas aulas, bem como sua permanência no curso. Por isso, é de fundamental importância que esse conjunto de elementos imprescindíveis à organização e gestão de espaços pedagógicos qualificados sejam melhorados e acompanhados continuamente.

2.2.3.5 Impacto social no contexto dos cursos de Qualificação Profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Defender a necessidade de gestão e organização dos espaços pedagógicos dos cursos de qualificação profissional voltados aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas é reconhecer os fins educativos dessas iniciativas. Da mesma forma, há que se considerar que o impacto social do trabalho voltado a esse público está em consonância com a função social da escola.

Os impactos na realidade social dos socioeducandos decorrem da efetivação de um trabalho educativo voltado ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais e à promoção da autonomia e da capacidade reflexiva dos adolescentes e jovens. Nesse sentido, por meio da oferta de condições objetivas de aprender a ser, aprender a aprender e a aprender a conviver (COSTA, 2006), a educação profissional lhes confere possibilidades de reingresso social.

O impacto dessas iniciativas de educação profissional não é restrito aos socioeducandos, mas alcança suas famílias, as Instituições envolvidas, os docentes e a sociedade como um todo, haja vista as possibilidades dadas a esses adolescentes e jovens, de redirecionamento pessoal e construção de projetos de vida.

Craidy e Szucham (2017) abordam a realidade da educação e das medidas socioeducativas, enfatizando a questão dos cuidados necessários para estruturar um processo educativo voltado ao desenvolvimento humano:

Neste sentido, vale dizer que educar é dedicar-se ao desenvolvimento humano. Todas as relações podem ser educativas ou ao contrário desumanizante. O que caracteriza o educador é que ele atua intencionalmente em favor do desenvolvimento humano, desenvolvimento de saberes, mas também de formas de ser e existir. O ser humano não nasce programado, aprende valores e formas de ser. Aprende o direito à igualdade assim como os comportamentos de opressão e de negação dos direitos dos outros. Para respeitar o direito dos outros é preciso sentir-se sujeito de direitos, ter a experiência de vivenciar direitos. As pessoas aprendem o que vivem, não simplesmente o que ouvem ou que alguém pretende transmitir-lhes (CRAIDY; SZUCHAM, 2017, p. 85).

Concorda-se com as autoras Craidy e Szucham (2017), ao atentarem para o caráter humanizador das relações educativas, a partir das quais pode aprender valores imprescindíveis para a vida em sociedade, como o respeito aos direitos alheios e o reconhecimento dos seus próprios direitos. Na situação de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, um fazer docente comprometido com o desenvolvimento humano produzirá impactos positivos à vida dos socioeducandos, não apenas em nível pessoal, como também as

repercussões que alcançarão o contexto social. Dentro desse contexto de uma profissionalização voltada à reinserção social, ofertada pelas Instituições voltadas à EPT, Craidy e Szucham (2017) apontam a relevante preocupação em inserir o olhar pedagógico que ressignifique o sujeito e as possibilidades de, por meio de saberes, buscar novos caminhos comportamentais e superação da condição em que se encontra:

A punição pode ter a função de levar o autor do ato infracional a reconhecer o quanto foi negativa a ação infracional e ser também fator de superação da culpa e de busca de novas formas de comportamento; neste sentido ela é também educativa contando que não signifique negação do sujeito, de sua dignidade. Assim será reparadora e não humilhante nem desrespeitosa para com a pessoa do adolescente. Deverá ter o sentido de tomada de consciência e não de vingança ou vitimização. A questão é o sentido que a punição adquire para o adolescente. Se for significativa será educativa (CRAIDY; SZUCHAM, 2017, p. 90).

Vê-se que o cumprimento da medida socioeducativa aplicada é necessário e importante para a promoção da reflexão e possível mudança comportamental do jovem e do adolescente. Todavia, segundo Craidy e Szucham (2017), é necessário que os socioeducandos compreendam o sentido da punição que lhes foi aplicada. Nessa perspectiva, a educação assume papel imprescindível. A educação profissional voltada a grupos vulneráveis, aqui tratando de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, deve ter caráter humanizador e emancipatório, pois, segundo Kuenzer e Grabowski (2006, p. 300) as “dimensões educativas que ocorrem no âmbito das relações sociais objetivam a formação humana nas dimensões social, política e produtiva”. Portanto, as iniciativas de educação profissional voltada aos socioeducandos devem observar a gestão e organização dos espaços pedagógicos, os quais devem contemplar as multidimensões que abrangem o indivíduo e suas relações sociais, humanas e no trabalho.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção contextualiza o objeto da pesquisa, articulando-a às realidades dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas às premissas de espaços pedagógicos pautados em uma educação profissional que reconheça e aprimore a condição de trabalho como princípio educativo.

A partir do entendimento dos caminhos e dos contextos histórico, social e político da infância e juventude, ainda que não em sua totalidade dada à complexidade das concepções e conceituações que permeiam essa temática, buscou-se, por meio de teorias e do arcabouço legal, situar os sujeitos a quem a presente pesquisa se dispõe conferir visibilidade e atenção.

Para tratar da educação profissional no contexto socioeducativo, trabalharam-se categorias como: vulnerabilidade e socioeducação. Com relação aos direitos infantojuvenis, buscou-se suporte na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto da Juventude (ECA), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96) e nas normativas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE; além de outros documentos legais relacionados à temática. Portanto, a discussão girou em torno da socioeducação e da garantia do direito à profissionalização de adolescentes e jovens, aqui incluídos os socioeducandos.

Com o objetivo de discutir o direito do adolescente e do jovem socioeducando à profissionalização, buscou-se inserir as aproximações teórico-conceituais de Socioeducação, relacionando-a à perspectiva da adjetivação “socioeducativa”, apresentada por Antônio Carlos Gomes da Costa, pedagogo responsável por cunhar o termo que foi inaugurado no Brasil a partir do ECA, adjetivando as medidas aplicadas aos adolescentes infratores. Foi realizada breve contextualização histórica da infância e juventude no país, abordando as mudanças de paradigmas que refletiram na realidade de adolescentes e jovens em conflito com a lei. Em sequência, foi abordado o contexto socioeducativo em meio fechado e o direito à profissionalização.

Importa elucidar que a discussão teórico-metodológica acerca das intervenções socioeducativas em Antônio Carlos Gomes da Costa funda-se na busca pela compreensão do que este autor pensou e propôs ao ingressar essa adjetivação, “socioeducativas”, para definir as medidas aplicáveis no contexto infracional. Portanto, não serão aprofundados nesta dissertação, ainda que se reconheça a necessidade de considerá-los, os elementos teóricos que contrapõem a

concepção de Socioeducação no referido autor e a perspectiva de educação e trabalho em Saviani e Gramsci.

3.1 A SOCIOEDUCAÇÃO E O SOCIOEDUCATIVO A PARTIR DE ANTÔNIO CARLOS GOMES DA COSTA

A socioeducação se configura como um conjunto de medidas que integram as demandas educativas e sociais, tendo os direitos humanos como basilares. Segundo os autores Bisnoto *et al.* (2015), em suas conclusões, fundadas na concepção de socioeducação na perspectiva da educação social, os autores destacam que a socioeducação é:

como um conjunto articulado de programas, serviços e ações desenvolvidos a partir da inter-relação entre práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos, com os objetivos de promover o desenvolvimento de potencialidades humanas, da autonomia e da emancipação, bem como fortalecer os princípios éticos da vida social (BISINOTO *et al.*, 2015, p. 584).

Compreender as medidas socioeducativas às quais os sujeitos desta pesquisa estão submetidos leva à necessária busca por conhecer as origens e os significados do que venha a ser socioeducação e socioeducativo. Nesse sentido, buscou-se por trabalhos acadêmicos que versam sobre o tema, o que se deparou com a informação de que Antônio Carlos Gomes da Costa, pedagogo e um dos relatores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), teria sido o responsável por cunhar a terminologia “socioeducativo” no Brasil (RANIÈRE, 2014; BISINOTO *et al.*, 2015).

Diante disso, buscou-se, por meio de alguns desses autores, compreender quais são as perspectivas inerentes à socioeducação, como também, à sua adjetivação contida no ECA. Porém, procurou-se buscar, nos escritos do próprio Costa (2006), elementos que possam contribuir para essa discussão.

A trajetória histórica da infância e adolescência é marcada pela proposta de ruptura do paradigma da Doutrina de Situação Irregular, a qual deu lugar ao da Doutrina de Proteção Integral. Segundo Costa (2006), em situação irregular encontravam-se: os menores carentes, abandonados, inadaptados e infratores, os quais eram encaminhados “à justiça de menores, que passou a atuar como um pêndulo, oscilando com regularidade entre a compaixão pela carência e o abandono e a repressão sistemática à inadaptação e ao delito” (p.11)

Portanto, aos menores em situação irregular eram aplicadas medidas judiciais indistintas, independentemente de qual situação caracterizasse a condição de irregularidade. As

medidas judiciais aplicadas aos menores em situação irregular eram: advertência, liberdade assistida, semiliberdade e internação (COSTA, 2006). Vale lembrar, portanto, que tais medidas eram aplicadas inclusive às crianças e aos adolescentes que, sem estar vinculados à prática de qualquer delito, encontravam-se em situação irregular por sofrer maus-tratos, abandono, negligência ou quaisquer outras situações que os expusessem à vulnerabilidade, mediante negação ou violação dos seus direitos.

Segundo Costa (2006), com o surgimento da Doutrina de Proteção Integral, não apenas um grupo de crianças e adolescentes deveria ser contemplado, mas todo o público infantojuvenil, assegurando a todos, sem distinção, os direitos que lhe são devidos, mediante a criação de políticas públicas que atendam a todas as crianças e adolescentes, devendo ser objeto de promoção e fiscalização por parte da família, do estado e da sociedade.

Nesse sentido, todas as crianças e adolescentes passam a ser considerados sujeitos de direito, devendo ser respeitada a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Portanto, já não mais caberia desconsiderar as especificidades que foram inobservadas na Doutrina de Situação Irregular quanto à compatibilidade das medidas à situação de cada um desses sujeitos de direito, doravante divididas em: socioeducativas e protetivas.

Costa (2006) infere que as medidas socioeducativas se encontram no âmbito das políticas de proteção especial destinadas às pessoas ou grupos que estejam em situação de risco pessoal ou social. Enquanto as políticas sociais básicas são aquelas essenciais, não se restringindo a pessoas ou grupos específicos, mas sendo destinadas a todos, a exemplo da saúde e educação.

O autor destaca que as políticas de assistência social são destinadas a pessoas ou grupos que estejam incapacitados, temporária ou permanentemente, de prover suas necessidades básicas. Portanto, infere-se que estas últimas políticas devem contemplar as medidas protetivas. Defende que, assim como se faz necessária a existência de uma educação básica e de uma educação profissional voltadas aos grupos vulneráveis, em especial ao jovem e adolescente autor de ato infracional, há que existir uma socioeducação, cujo objetivo “é preparar os jovens para o convívio social sem quebrar as regras de convivência consideradas como crime ou contravenção no Código Penal de Adultos” (p. 71).

Nesse sentido, alude ao insucesso escolar do jovem que cometeu ato infracional, bem como suas dificuldades no trabalho e na vida, como sendo resultado da ausência de acesso a

uma educação que lhe pudesse oportunizar “aprender a ser e aprender a conviver” (p. 57). Também destaca a relevância da educação profissional para os socioeducandos, ao inferir que:

Assim como a educação escolar, a educação profissional é um direito do adolescente autor de ato infracional, devendo ser-lhe garantida, fora e dentro da comunidade socioeducativa, com quatro requisitos básicos: • Se associada à educação pelo trabalho (exercício de atividade produtiva), deve ser organizada como trabalho educativo (Art. 68 do ECA); • Vínculo com a educação formal básica; • Foco no mercado; • Desenvolvimento da trabalhabilidade (COSTA, 2006, p. 46).

Nesse sentido, o autor aponta para a necessidade de observância do objetivo de inclusão social do trabalho, de natureza pedagógica, o qual pressupõe o resgate do valor do trabalho como promotor da inserção das classes pobres na sociedade mediante a promoção de conhecimentos gerais e específicos que viabilizem mudanças positivas “das condições pessoais e sociais dos educandos” (p. 146).

A partir de sua experiência profissional com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, o autor revela que a observância de determinantes socioemocionais na educação desse público poderá propiciar condições positivas para a construção de seu projeto de vida. Dessa forma, destaca-se:

Para trabalhar com o adolescente seu projeto de vida, é preciso que ele tenha um desejo genuíno de estudar, aprender, trabalhar, realizar-se (querer-ser). Para trabalhar seu querer-ser, faz-se necessário que o educando rompa com o seu imediatismo, olhando para o futuro de forma positiva. Para olhar o futuro sem medo, o educando precisa apoiar-se primeiramente em suas próprias forças (autoconfiança); ter um bom pensamento a respeito de si mesmo (autoconceito); gostar de si próprio (auto-estima); compreender-se e aceitar-se (identidade) (COSTA, 2006, p. 61).

Bisinoto *et al.* (2015) afirmam que a origem da socioeducação se deu no ECA, e, a partir de então, houve uma disseminação da terminologia em instrumentos legais e políticos. Elucidam, no entanto, que não existe qualquer conceituação de socioeducação presente no ECA, uma vez que essa lei apresenta apenas o termo adjetivado “socioeducativo”, e ainda dentro de uma perspectiva de imprecisão conceitual.

Nesse sentido, estes autores aludem à existência de uma lacuna conceitual e teórica do que venha a ser a socioeducação - o que redundaria em uma falta de clareza e de intencionalidade nas práticas socioeducativas. Além do reducionismo da ação socioeducativa a atividades técnico-burocráticas.

Na tentativa de conceber uma aproximação conceitual da socioeducação, Bisinoto *et al.* (2015) partem da concepção de educação e sua ligação com a perspectiva social. No entanto, antes mesmo de um aprofundamento acerca dos possíveis significados e sentidos atribuídos à socioeducação, recorrem ao ECA e às condições anteriores concernentes às medidas aplicadas ao adolescente infrator, inferindo que “nesse cenário, entende-se que a socioeducação emergiu com a responsabilidade de evidenciar o caráter educativo das medidas, rompendo com o caráter até então punitivo, coercitivo e corretivo que prevalecia na execução das medidas” (p. 581).

Ranière (2014), no intuito de promover a discussão em torno de uma aproximação conceitual para a socioeducação, investe no diálogo acerca da invenção das medidas socioeducativas, atribuindo a Antônio Carlos Gomes da Costa a inauguração do termo a partir do ECA. A partir dessa informação, o autor problematiza sobre as questões dos conceitos de socioeducação, quando do surgimento, e as caracterizações deles nas aplicações na prática:

Se as Medidas já estavam presentes desde 1927 no código de Mello Matos, se continuaram sendo utilizadas no Código de Menores, o que quer o ECA, nos capítulos dedicados aos adolescentes em conflito com a lei, nominando-as, agora, como Socioeducativas? Afinal, se o Código de Mello Matos encaminhava adolescentes ao cumprimento de ‘Medidas’, se o Código de Menores também encaminhava adolescentes ao cumprimento de ‘Medidas’, e hoje – sob vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente – os adolescentes são encaminhados às ‘Medidas Socioeducativas’ aparentemente a localização destas forças parece depender muito mais do conceito de socioeducação do que propriamente das medidas. Já que as medidas permanecem, e a novidade, a diferença inaugurada pelo Estatuto, é a incorporação deste conceito. Ou seria justamente o contrário, seria a socioeducação um eufemismo criado para aperfeiçoar, reordenar, fortalecer um dispositivo inaugurado pelo Código de Mello Matos? (RANIÈRE, 2014, p. 179).

A partir dessa problematização e dos achados do seu estudo, o autor situa sua perspectiva teórica na visão de que se faz necessária uma intervenção socioeducativa coerente com as bases que a fundamentam, a consideração da relevância de três máquinas: responsabilidade, identidade e Direitos Humanos, assim compreendidas:

Nesse sentido, a socioeducação configura-se como um conjunto articulado de programas, serviços e ações desenvolvidos a partir da inter-relação entre práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos, com os objetivos de promover o desenvolvimento de potencialidades humanas, da autonomia e da emancipação, bem como fortalecer os princípios éticos da vida social. [...] Acoplada à máquina de responsabilizar funciona a máquina identitária. [...] Por fim, para que os trabalhadores deste campo - socioeducadores - suportem a estranha missão à qual estão empregados, uma terceira máquina entra em funcionamento: os direitos humanos (RANIÈRE, 2014, p. 184,185).

Cunha e Dazzani (2018) também propõem uma aproximação conceitual da socioeducação a partir da associação entre a educação formal, a educação informal e a educação social. Nesse sentido, sob a tentativa de sintetizar suas discussões teóricas e conceituais, inferem:

Com a educação social, a socioeducação compartilha o objetivo de educar para o desenvolvimento da sociabilidade e para a harmonização social, mas se atém à esfera da delinquência juvenil, enquanto a primeira se insere em diversos contextos, abarcando várias outras demandas. Nesse sentido, a socioeducação pode ser concebida como uma das formas possíveis de educação social (CUNHA; DAZZANI, 2018, p. 78).

A despeito dessa conclusão, esses autores deixam clara a incompletude da conceituação da socioeducação e a necessidade de ampliação das discussões acerca da temática. Portanto, considerando as perspectivas quanto às origens e aproximações conceituais e teóricas do que vem a ser a socioeducação e sua adjetivação, o socioeducativo, a concepção presente nos escritos de Antônio Costa favorece a reflexão acerca da possibilidade de se estabelecerem relações entre a intervenção socioeducativa e o contexto de vulnerabilidade e negação de direito, o qual ultrapassa os limites das medidas socioeducativas, devendo alcançar também outros grupos vulneráveis.

3.2 AS CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DE INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE NO BRASIL E AS INFLUÊNCIAS NA REALIDADE DOS SOCIOEDUCANDOS

A primeira legislação voltada aos direitos da infância e juventude foi o denominado Código de Menores, de 1927, o qual foi seguido pelo Código de Menores, de 1979, e ambos, na perspectiva da doutrina da situação irregular, preconizavam a aplicação das mesmas medidas aos adolescentes que “delinquissem” e às crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos, negligência ou quaisquer tipos de violência. Naquele contexto, as medidas eram aplicadas, indistintamente, às crianças e adolescentes que se encontrassem em situação irregular (COSTA, 2006).

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) apresentou uma nova concepção da infância e juventude, trazendo um novo olhar sobre a criança e o adolescente enquanto sujeitos de direitos. Nessa perspectiva, o artigo 227 da Carta Magna considera as especificidades dessa fase da vida, já apresentando a concepção de sua peculiaridade enquanto estágio de desenvolvimento e da necessidade de proteção integral (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei), ao ratificar a condição de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, preconiza a observância da Doutrina de Proteção Integral e o princípio do melhor interesse do público infanto-juvenil. Nesse sentido, sinaliza que as crianças e os adolescentes devem gozar de preferência, prioridade e primazia quando da elaboração e efetividade de políticas públicas (BRASIL, 1990).

Diante do exposto, vale esclarecer que, neste trabalho, foi considerada a condição de adolescente dentro do limite cronológico, imposto pelo referido Diploma Legal, o qual considera adolescente o sujeito que se encontra em idade entre doze anos e dezoito anos incompletos. Elucida-se, todavia, que foi considerada a relevância de concepções que respeitam a flexibilidade devida ao estágio desenvolvimental de cada adolescente e suas condições de abstrações, uma vez que se acredita que tais condições são influenciadas por suas vivências pessoais e sociais e a estas também influenciam.

Em virtude de questões cronológicas legais referentes à faixa etária que delimita a aplicação das medidas socioeducativas, qual seja: dos doze aos dezoito anos, no âmbito deste estudo, os sujeitos da pesquisa foram denominados como sendo adolescentes e jovens. É importante elucidar que o art.2º, § único, do ECA, determina a ampliação etária às pessoas entre 18 e 21 anos de idade, como forma de garantir providência do Estado em situações específicas, a exemplo de infrações cometidas às vésperas dos 18 anos de idade, observando a situação de pessoas em condição peculiar de desenvolvimento quando do cometimento do ato infracional, além de evitar a interrupção da medida socioeducativa antes que venha a cumprir o seu objetivo pedagógico. Portanto, as medidas socioeducativas só são aplicadas dentro desse lapso etário, posto que à criança menor de doze anos que venha a cometer algum ato infracional só poderão ser aplicadas medidas protetivas (BRASIL, 1990).

Tratou-se aqui, especificamente, dos adolescentes e jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade e violação de direitos, quer seja por parte de sua família, quer seja por parte do Estado, ou em razão de sua própria conduta, conforme art. 98, do ECA. Quanto a esse contexto, importa reconhecer o papel do Estado, posto que, via de regra, as situações de vulnerabilidade pessoal e social costumam ser agravadas pela ausência de políticas públicas eficazes no enfrentamento de tais demandas.

Assim, tendo em vista o papel do poder público na transformação das realidades de jovens e adolescentes em medida socioeducativa, é relevante retratar o papel da justiça no que concerne à aplicação das medidas judiciais socioeducativas e protetivas a esse público.

Considerando que esta pesquisa se volta à problemática de adolescentes e jovens que se encontram sob a intervenção da Justiça em razão de situação de vulnerabilidade e violação de direitos, decorrente de um contexto de exclusão e desigualdades sociais, buscou-se evidenciar como se apresenta a ótica e o papel da justiça na perspectiva de medidas judiciais socioeducativas e protetivas.

Tal contexto abarca, além do ato infracional, o qual exige a aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente e jovem em conflito com a lei, também as situações de abandono, negligência e violências contra a criança, o adolescente e o jovem, as quais demandam a aplicação de medidas protetivas; podendo ambas as medidas, socioeducativas e protetivas, serem aplicadas de forma concomitante.

Essa divisão em dois grupos de sujeitos em situação de vulnerabilidade e violação de direitos, que foi apresentada no parágrafo acima, ocorre de forma intencional, dada a necessidade de se abordar o tema aqui proposto, qual seja, as políticas em educação profissional voltadas, especificamente, ao público de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, bem como a possível ausência de semelhantes políticas públicas no contexto das medidas protetivas. Delimitar o perfil de cada um desses grupos possibilita tratar do que o ECA apresenta como necessário ao atendimento das especificidades de cada um deles.

Aos adolescentes e jovens “em conflito com a Lei”, o ECA determina a aplicação de medidas socioeducativas, resguardando o caráter pedagógico delas como forma de promover a autonomia e reintegração social por meio da educação e preparação para o ingresso no mundo do trabalho. Nesse sentido, o referido Diploma Legal discorre, no seu Artigo 112, que, ao ser verificada a prática de ato infracional, deverão ser aplicadas as seguintes medidas socioeducativas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (BRASIL, 1990).

Dentre essas medidas, destaca-se a de liberdade assistida (art. 119, inciso III), a de semiliberdade (art. 120, § 1º) e a de internação (art. 124, item XI), as quais contemplam, entre outros direitos, a educação e a profissionalização como políticas públicas a serem implementadas em favor dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 1990).

Em relação ao contexto socioeducativo, vale sinalizar a importância da Lei 12.594/2012, que instituiu o Sinase, definindo-o, conforme detalhamento a seguir, no Art. 1º, § 1º:

o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei (BRASIL, 2012).

No que concerne às medidas socioeducativas, conforme a Lei nº 12.594/2012, elencam-se como objetivos dessas medidas:

- I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
- II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento;
- e III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

Segundo Costa (2015), quanto à dimensão das medidas socioeducativas, estas podem ser de caráter coercitivo/punitivo ou de natureza educativa/pedagógica. A autora infere que a natureza educativa/pedagógica diz respeito ao processo formativo educacional e profissional, à inserção no mundo de trabalho e ao restabelecimento e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Enquanto a natureza coercitiva/punitiva diz respeito à determinação judicial que deve ser cumprida pelo adolescente ou jovem infrator.

Nesse sentido, buscou-se verificar a situação dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, no Brasil, referente ao ano de 2019, por meio dos dados constantes no Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNCL), sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ):

Quadro 8 - Situação das Medidas Socioeducativas no Brasil

Total de adolescentes e jovens em cumprimento de MSE = 67.288	
Sexo	
Masculino	60.757
Feminino	6.531
Idade	
12 a 15 anos	5.717
16 a 18 anos	43.935
19 a 21 anos	17.544
Sem registro	92
Natureza da MSE	
Prestação de Serviço Comunitário	27.427
Obrigação de reparar o dano	339
Advertência	1.239

Total de adolescentes e jovens em cumprimento de MSE = 67.288	
Semiliberdade	4.674
Internação sem atividades externas	10.099
Internação com atividades externas	5.008
L.A.	28.581
Total de Medidas Socioeducativas aplicadas = 77.367	

Fonte: Adaptado do CNJ (2019).

De acordo com o quadro, há um expressivo número de jovens e adolescentes entre 12 e 21 anos de idade em cumprimento de medidas socioeducativas. O maior quantitativo concentrado na faixa etária dos 16 aos 18 anos, seguida pela faixa dos jovens entre 19 e 21 anos de idade. Observa-se, com relação à natureza das medidas socioeducativas, que as mais aplicadas são a de prestação de serviço à comunidade e a de liberdade assistida.

Percebeu-se que a medida de privação de liberdade ou de internação, contempla um total de 15.107 adolescentes e jovens, todavia, faz-se necessária uma análise mais detalhada em torno desse dado, uma vez que 10.099 jovens e adolescentes encontram-se em total privação de liberdade, enquanto que apenas 5.008 gozam o direito a atividades externas. Nesse sentido, para este último grupo, o ambiente institucional torna-se o espaço que necessita ser adaptado às necessidades sociais e pedagógicas dos seus socioeducandos.

É importante elucidar que a divergência entre o número de jovens e adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas- MSE (67.288) e o número total de medidas aplicadas (77.376) decorre do fato de alguns socioeducandos cumprirem mais de uma medida de forma concomitante. Nesse sentido, vale elucidar que o objeto desta pesquisa se encontra no contexto das medidas socioeducativas de internação, ou seja, medidas em meio fechado.

Destacam-se as informações relativas ao gênero dos socioeducandos, haja vista que os dados dispostos, no Quadro 1, ratificam os dados fornecidos, em 2018, pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, referentes ao ano de 2016, os quais revelam que 96% do total dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas eram do sexo masculino. Vale acrescentar que, de forma inédita, a Pesquisa do Levantamento Anual SINASE 2017 apresenta dados de 21 adolescentes socioeducandos pertencentes à categoria de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexuais e simpatizantes – LGBTIs.

Apesar de estarem ausentes, no Quadro 1, aspectos concernentes à raça e cor devem ser observados, quando da caracterização do perfil dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Nesse sentido, é importante considerar os dados específicos apresentados no Levantamento Anual do SINASE 2017, o qual revela que, dos/as adolescentes que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado, 56% se declaram negros e pardos.

O elevado percentual de negros e negras no sistema socioeducativo exige uma problematização dessa realidade, posto que corresponde a mais da metade da população de socioeducandos em cumprimento de medidas de restrição e privação de liberdade. Nesse sentido, não se pode discutir garantia de direitos e deveres legais sem considerar a pauta racial no contexto da socioeducação.

O Relatório de Igualdade Racial no Judiciário, de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2020, vem no sentido de levar ao âmbito institucional do judiciário as discussões acerca do racismo e da criminalização da pobreza. A partir da atuação do Grupo de Trabalho: Políticas Judiciárias sobre a Igualdade Racial no âmbito do Poder Judiciário, o referido relatório apresenta proposta de estudos e pesquisa acerca das questões raciais no contexto do Poder Judiciário, sob o objetivo de “propor políticas e ações que possam combater o racismo em sua forma estrutural e institucional, promovendo a igualdade racial em todas as instâncias do poder judiciário” (CNJ, 2020, p. 154). Vale ressaltar a relevância de tal iniciativa por parte do poder judiciário, pois o que se espera é que o fomento das discussões acerca da pauta racial abarque iniciativas de aprimoramento dos sistemas carcerário e socioeducativo, evitando-se internações excessivas e encarceramento em massa.

Além das questões raciais, também devem ser considerados os aspectos socioeconômicos da realidade do público de socioeducandos, uma vez que, apesar de sinalizar a impropriedade de se estabelecer uma relação direta entre pobreza e criminalidades, a Unicef, por meio dos dados apresentados, no ano de 2011, sinaliza “para o fato de que esta condição leva a outras vulnerabilidades, que incluem a ultrapassagem da linha que leva à inserção de garotos e garotas no Sistema de Justiça Juvenil” (UNICEF, 2011, p. 57).

Diante do exposto, é perceptível que, ao se tratar do contexto socioeducativo, tem-se um contexto mais amplo, o qual é caracterizado pela frequente condição ou estabelecida situação de vulnerabilidade social de adolescentes e jovens. Como já dito, alguns adolescentes e jovens que se encontram sob aparato da Justiça não estão nessa condição por haverem cometido ato infracional, mas em razão de situação de violência, risco, abandono ou negligência que os insere

no contexto de vulnerabilidade e violação de direitos. Nesses casos, não cabe a aplicação de medidas socioeducativas, mas exige a aplicação de medidas de proteção com vistas à atenuação dos prejuízos sofridos pelo público infantojuvenil.

Para lidar com os prejuízos causados a esse público infantojuvenil, o ECA elenca as seguintes medidas protetivas:

encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; acolhimento institucional; inclusão em programa de acolhimento familiar; colocação em família substituta (BRASIL, 1990, art. 100).

Dentre as medidas de proteção, destacam-se o acolhimento institucional, como sendo a mais extrema, posto que enseja na retirada da criança ou adolescente de seu contexto familiar, causando, via de regra, a fragilização dos vínculos familiares. No caso de adolescentes e jovens, a situação é agravada pela baixa possibilidade de reintegração, na família de origem, ou de inserção em família substituta - o que torna imprescindível o trabalho em torno da elaboração de projetos de vida, aqui entendidos a partir de Leão, Dayrell e Reis (2011):

A ideia de projeto de vida remete a um plano de ação que um indivíduo se propõe a realizar em relação a alguma esfera de sua vida (profissional, escolar, afetivo etc.) em um arco temporal mais ou menos largo. Tais elaborações dependem sempre de um campo de possibilidades dado pelo contexto socioeconômico e cultural no qual cada jovem se encontra inserido e que circunscreve suas experiências (LEÃO; DAYRELL; REIS, p. 1071, 1072).

Com o objetivo de analisar a situação do acolhimento institucional, no Brasil, apresentaram-se os dados estatísticos, relativos ao ano de 2019, do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA), constante no sistema do CNJ, o qual informa que, no Brasil, existem 4.617 entidades de acolhimento que atendem 47.369 crianças, adolescentes e jovens, conforme o Quadro 9 a seguir:

Quadro 9 – Situação do Acolhimento Institucional no Brasil

Situação de Acolhimento	
Total de acolhidos = 47.369	
Sexo	
Masculino	23.102
Feminino	24.267

Situação de Acolhimento	
Idade	
0 a 11 anos	23.540
12 a 18 anos	18.748
19 a 28 anos	4.762
Sem registro	319

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Com base nos dados apresentados, percebeu-se que, dos 47.369 adolescentes, crianças e jovens em acolhimento institucional, há números equânimes entre os do sexo feminino e os do sexo masculino. Desses acolhidos, 319 não possuem registro de nascimento e a maioria é composta por crianças entre 0 e 11 anos de idade (23.540), seguida dos adolescentes entre 12 e 18 anos (18.748) e pelos jovens entre 19 e 28 anos de idade (4.762). Abra-se um parêntese, aqui, para o fato de, a despeito da idade limite para a adolescência, conforme o ECA, ser de 18 anos, têm-se dados de jovens até 28 anos em instituições de acolhimento.

A despeito das especificidades das MSEs e das MPs, os dados coletados nos respectivos cadastros permitem traçar um paralelo entre elas, especificamente, com relação à medida socioeducativa de privação de liberdade, a qual implica em institucionalização do socioeducando em meio fechado. E a medida protetiva de acolhimento institucional que ainda que não corresponda à privação de liberdade, também, trata-se de um tipo específico de institucionalização.

Logo, enquanto tem-se um número de 15.107 socioeducandos em cumprimento de medida de internação, com e sem atividade externa, tem-se um total de 23.510 adolescentes e jovens (de 12 a 88 anos) que se encontram em medida protetiva de acolhimento institucional.

3.3 AS MEDIDAS EM MEIO FECHADO E A GARANTIA DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES E JOVENS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

De modo específico, a abordagem da pesquisa está voltada à educação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A apresentação dos dois conjuntos de medidas aplicadas aos adolescentes e jovens em vulnerabilidade e violação de direitos não se dá com o intuito de dividi-los em dois grupos, cujos perfis os caracterizem como bons ou maus, mas, apenas para analisar as peculiaridades de cada grupo e avaliar as possíveis convergências entre as medidas protetivas e as socioeducativas quanto à preconização e garantia de direitos, uma vez que a condição de vulnerabilidade é comum a ambos os grupos.

Como já dito anteriormente, no que diz respeito às medidas socioeducativas, o ECA buscou garantir a escolarização e a profissionalização dos jovens e adolescentes em conflito com a lei, sobretudo, quando em cumprimento de medidas relacionadas à restrição ou privação de liberdade.

Ao se analisar as medidas protetivas, no entanto, é preciso atentar-se à ausência de item claro acerca do direito à profissionalização, sobretudo, no contexto de acolhimento institucional, posto que, ainda que não se trate, sob qualquer hipótese, de situação que implique em privação de liberdade, trata-se de contexto de institucionalização com suas peculiaridades e limitações.

Nesse sentido, faz-se necessário recorrer ao que se encontra no ECA quanto à garantia dos direitos fundamentais a todas as crianças e adolescentes:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, Art. 4º, grifos nossos).

E, ainda, considerando o disposto no mesmo Diploma Legal, que estabelece que “o adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observam-se os seguintes aspectos, entre outros: I- respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e II- capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho” (BRASIL, 1990, art. 69).

Ainda que o item II do artigo 69 remeta à reflexão mais ampla acerca das finalidades dessa capacitação profissional proposta, percebe-se que a omissão de semelhante item no rol das medidas protetivas denuncia a possível inobservância do caráter preventivo das políticas públicas direcionadas ao público infantojuvenil, na medida em que a efetivação de uma política pública de educação profissional ainda no âmbito protetivo poderá se constituir fator preventivo ao possível ingresso de adolescentes no sistema socioeducativo.

Portanto, julga-se pertinente problematizar a concepção que o Eca imprime ao termo “socioeducativas”, que adjetiva as medidas aplicadas no contexto de infração, e sua relação com as intervenções necessárias à emancipação e ao reingresso social de adolescentes e jovens que se encontrem apartados do seu contexto familiar e comunitário, quer seja mediante aplicação de medida socioeducativa, principalmente, em meio fechado, quer seja em virtude de acolhimento institucional. Nesse sentido, questiona-se se as perspectivas da socioeducação não

abarcariam também as medidas protetivas, garantindo aos adolescentes e jovens que estão sob medida de proteção intervenções igualmente socioeducativas.

Logo, faz-se necessário ser ampliado o olhar acerca da socioeducação e de seus significados, das perspectivas encontradas na literatura acadêmica, a fim de se vislumbrar a pertinência de inclusão de outros grupos vulneráveis no contexto das intervenções socioeducativas.

Portanto, apenas a partir da conceituação e contextualização da socioeducação enquanto categoria emergente da Educação Social (BISINOTO *et al.*, 2015), poderá ser compreendida a necessidade de uma intervenção socioeducativa preventiva, em situações de vulnerabilidade que permeiam o contexto socioeducativo, de modo a garantir uma intervenção da educação profissional para que se promova a autonomia, a criticidade e o conseqüente reingresso de adolescentes e jovens socialmente excluídos.

Como já mencionado, as discussões suscitadas por esta pesquisa estão no âmbito das medidas socioeducativas voltadas aos jovens e adolescentes, considerando o contexto de vulnerabilidade e risco em que se encontra esse público, e, especificamente, na análise do direito à profissionalização, sobretudo, nas situações de cumprimento de medidas em meio fechado. Diante disso, verificou-se que o ECA traz a preconização da profissionalização nas medidas socioeducativas em sua totalidade (BRASIL, 1990), mas o foco será nas discussões na medida de internação.

Nesse sentido, é necessário atentar-se para a condição de privação de liberdade no contexto socioeducativo, considerando as especificidades do público adolescente sob a perspectiva do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Ao incluir o jovem em conflito com a lei nesse mesmo contexto, deverão ser consideradas as condições apresentadas por ele quando do cometimento da infração, ou seja, quando, ainda, na adolescência.

Apesar de seu caráter punitivo, decorrente de prática infracional cometida por adolescentes e jovens, a internação no contexto socioeducativo deve observar o caráter pedagógico e as condições de excepcionalidade e provisoriedade dessa medida. No âmbito da internação, devem ser consideradas, ainda, as condições objetivas de, por meio da educação, promover a reflexão e potencializar as condições de os adolescentes e jovens vivenciarem mudanças na visão de si e do mundo, devendo-se lançar mão de estratégias voltadas à “educação formal, profissionalização, saúde, lazer e demais direitos assegurados legalmente” (VOLPI,

2011, p. 30). Além disso, há de ser considerado que a tônica da educação no contexto socioeducativo é a formação para o exercício da cidadania.

Com vistas à garantia dos direitos do público infantojuvenil, o ECA reforça a condição de pessoa em desenvolvimento a crianças e adolescentes, o que é resultado de uma histórica trajetória das infâncias no Brasil e de uma mudança de paradigma que eleva esse público à condição de sujeitos de direito. Portanto, concepções jurídicas como a Doutrina de Proteção Integral e o Princípio do Melhor Interesse passaram a orientar as decisões judiciais e a legitimar a demanda por políticas públicas de promoção e garantia dos direitos do público infantojuvenil.

No contexto das medidas socioeducativas de privação de liberdade, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE (2012) surge como política voltada ao contexto socioeducativo, buscando corroborar com a diretriz apresentada pelo ECA quanto ao caráter pedagógico das medidas. Nesse sentido, apresenta-se uma perspectiva de atendimento, com base nos direitos dos adolescentes e jovens, em cumprimento de medidas socioeducativas, de caráter humanitário, democrático e cidadão.

A despeito das disposições legais e das orientações e diretrizes apresentadas pelo SINASE, no entanto, estudos científicos revelam uma realidade adversa no âmbito das unidades de cumprimento de medidas socioeducativas de internação. A literatura tem mostrado a ocorrência de prejuízos diversos aos adolescentes e jovens que se encontram em contextos de privação de liberdade. Tais prejuízos situam-se, em grande parte, no campo socioemocional (ALCÂNTARA, 2010; NARDI; JANH; DELL'AGLIO, 2014).

Nesse sentido, deve ser uma preocupação da família, do estado e da sociedade civil a fiscalização quanto ao cumprimento efetivo das disposições legais voltadas ao contexto socioeducativo, com vistas à garantia de direitos dos socioeducandos, tal como a observância de sua integridade física e emocional.

As peculiaridades da fase adolescente contribuem para o desencadear de conflitos intra e interpessoais, quando no contexto de confinamento, notadamente, em razão da visão pessoal e social desenvolvida pelos socioeducandos. Segundo Oliveira (2001), é provável que o aprisionamento para os adolescentes tenha um preço elevado, na medida em que, além da restrição de liberdade, também, incide na perspectiva da velocidade e ambos os fatores estão relacionados aos “processos de subjetivação na contemporaneidade” (p. 131).

Ao apresentar os resultados de seu estudo acerca da realidade do contexto de internação de adolescentes e jovens, Oliveira (2001) alude às situações de preconceito e violência

institucional, que o público de socioeducandos é exposto, de modo que o que se percebe são algumas práticas presentes, nesses contextos, as quais estão reproduzindo a concepção historicamente construída acerca do sistema prisional de adultos.

Tais questões precisam ser observadas, quando se pretende discutir as medidas de internação aplicadas a adolescentes e jovens, uma vez que, ao se considerar os direitos garantidos na legislação, precisa-se problematizar as implicações do confinamento no comportamento dos socioeducandos, tanto no que diz respeito às situações de violências intrainstitucionais, como de motivação e interesse acerca da construção de seus projetos de vida.

Oliveira (2003) aborda as questões relativas aos conflitos pessoais e sociais do adolescente que comete ato infracional, caracterizando como um contexto de crise, passível de intervenção no sentido de promoção de reflexões acerca do ato infracional nas suas múltiplas dimensões, possibilitando ao adolescente realizar a ressignificação de sua história de vida e garantindo condições para o exercício da cidadania.

Compreender a realidade do contexto socioeducativo e suas implicações na vida e no comportamento de adolescentes e jovens em conflito com a lei, em especial, os que estão em medidas socioeducativas de privação de liberdade, serve de base para a discussão acerca da garantia do direito à profissionalização, disposto no ECA.

É imprescindível, no entanto, relacionar a realidade das instituições de cumprimento da medida de internação com a concepção histórica das unidades prisionais de adultos. É necessário, também, apresentar as peculiaridades do público infantojuvenil e o dever de cumprimento das disposições legais que estabelecem seus direitos.

Tratar do direito à profissionalização de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas requer retomar a concepção de profissionalização defendida, neste trabalho, qual seja, de uma educação profissional comprometida com uma formação para a cidadania, fundada em princípios democráticos e emancipatórios; posto que, nem sempre, tal concepção vem adotada nas iniciativas de profissionalização dentro do contexto socioeducativo.

Pensar a profissionalização proposta no ECA para os socioeducandos e encontrar na literatura estudos que dão conta de ofertas de cursos aligeirados, na sua maioria, voltados à demanda mercadológica e realizados no âmbito da iniciativa privada, reforça a opinião da pesquisadora de que a profissionalização no âmbito socioeducativo não vem assumindo o caráter emancipatório e transformador que dela se espera.

Dessa realidade, decorrem questionamentos acerca dos objetivos que se esperam dessas iniciativas de profissionalização de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas de internação.

Observa-se que o modelo predominante de cursos oferecidos, nesse contexto, parece voltado à preparação de mão de obra para atender às exigências do mercado, desvinculado da perspectiva de educação profissional omnilateral comprometida com a criticidade e emancipação do sujeito, mediante a compreensão das relações de trabalho. Portanto, como esperar uma efetiva contribuição dessa profissionalização na reintegração social dos socioeducandos?

Para compreender-se tal problemática, é necessário suscitar a reflexão acerca da relação trabalho e cárcere, para que, a partir da compreensão das perspectivas adotadas, ao longo da história, seja possível promover discussões sobre a superação do modelo de profissionalização disponibilizada aos adolescentes e jovens em regime de internação na atualidade.

Portanto, vale recorrer às concepções apresentadas por Melossi e Pavarini (2006) sobre trabalho e cárcere, sob as quais o trabalho é concebido como principal instituição de compra e venda de mercadorias e o cárcere seria a principal instituição de controle social. Melossi (2004) já teria abordado a simultânea origem do cárcere e da manufatura, na medida em que, sob a perspectiva do capital, a expulsão do trabalhador do campo e sua forçada inserção em contextos urbanos precários, de clausura e de autoritarismo, ensejou na formação dos operários na perspectiva do adestramento ao trabalho servil.

Nesse sentido, o cárcere, inicialmente, configurado como casas de correção, tornou-se o espaço onde foram inseridos os excluídos da sociedade, geralmente, expostos à mendicância por se recusarem à sujeição aos subsalários que lhes eram oferecidos. O cárcere, portanto, a partir da perspectiva da disciplina, da sujeição e da produtividade, estabeleceu-se como espaço de adestramento do operário ao contexto do trabalho capitalista (MELOSSI; PAVARINI, 2006), cujas relações de alienação e subordinação consolidam as desigualdades sociais.

Portanto, a relação entre cárcere/trabalho e entre operário/interno, na concepção dos autores supracitados, dá-se na perspectiva de mútua projeção, na medida em que o operário concebe a fábrica como um cárcere, enquanto que o interno concebe o cárcere como uma fábrica. Tal relação ocorre devido ao fato de ambos os contextos serem espaços de alienação humana, social, cultural e econômica, reforçando os interesses da sociedade capitalista.

Situando tais discussões no contexto socioeducativo em meio fechado, volta-se à necessidade de problematização acerca da internação enquanto espaço de cerceamento de liberdade e de exclusão social, por vezes, reproduzidor de uma perspectiva positivista a respeito do delito e das razões que permeiam as concepções de crime e do criminoso. Nesse sentido, resta mais forte a necessidade de observância das especificidades características do jovem e do adolescente em conflito com a lei como um sujeito em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Vê-se, portanto, como um dos principais desafios a serem enfrentados no contexto socioeducativo, como forma de desvincular a perspectiva de internação da concepção positivista de cárcere, a necessidade de lançar mão de estratégias que ressignifiquem o trabalho como princípio educativo e instrumento emancipatório. Dessa forma, tem-se a educação profissional como a intervenção mais pertinente, a qual deve superar o caráter reducionista de profissionalização, como alternativa favorável ao processo de reintegração social dos socioeducandos. A educação profissional, nesse contexto, portanto, contempla a profissionalização, mas vai para além desta, assumindo a perspectiva de educação para e no trabalho sob os fundamentos da *omnilateralidade*.

Estabelecer relações entre trabalho e cárcere, assim como, entre profissionalização e educação profissional no contexto socioeducativo, remete-se à necessidade de discutir os fins sociais desta última, a saber, a reintegração de jovens e adolescentes na sociedade a partir de condições efetivas de ingresso no mundo do trabalho. Vale, portanto, suscitar a reflexão acerca da concepção de reintegração/reingresso social, a qual se contrapõe à perspectiva de ressocialização.

Depiere e Hauser (2015) discutem a relação ressocialização e reintegração social, em que a primeira assume a perspectiva de adestramento do sujeito em condição prisional, a partir da disciplina, da imposição de mudanças de comportamento necessárias à retomada do convívio na sociedade.

Alessandro Baratta (s.d.) expõe a concepção positivista da ressocialização, na medida em que esta assumiria a perspectiva de controle social, a partir da ideia de que ressocializar o detento significa atender aos interesses burgueses, posto que é conferido ao contexto prisional o papel de subordinar e adestrar o comportamento do preso com vistas a uma compatibilização do egresso às exigências da sociedade à qual ele deve se reintegrar. Conforme análise deste autor, a instituição prisional não dispõe de condições positivas para atender a prerrogativa de

reintegração do sujeito preso, uma vez que o confinamento pode apresentar mais resultados negativos do que positivos ao processo de reintegração social.

A concepção proposta por Depiere e Hauser (2015), em relação à reintegração social de presos, coaduna com a visão de Baratta, de que o processo de reintegração do sujeito detento não é favorecido pelo contexto prisional, mas deve ocorrer apesar dele. Portanto, são as estratégias e ferramentas empregadas sob uma concepção crítica do cárcere capazes de atenuar as precariedades presentes no contexto prisional, que podem contribuir positivamente para a reintegração social. Além disso, tais estratégias e ferramentas devem favorecer o encurtamento do período de encarceramento, de modo a amenizar os prejuízos inerentes ao confinamento e à ruptura da convivência em sociedade.

Ainda que estudiosos do tema apontem limitações práticas no processo de reintegração social de sujeitos presos, verifica-se que tal terminologia torna-se mais compatível ao que seria a finalidade da internação, superando a perspectiva da ressocialização, a qual propõe o adestramento do sujeito “mal” para tornar possível sua reinserção em uma sociedade “boa”.

Nesse sentido, no âmbito prisional, sobretudo, quando relacionado à internação de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, especial atenção deve ser dada à educação e ao trabalho enquanto direitos a serem garantidos à pessoa em regime de privação de liberdade. E, para além do caráter legal, a educação para e no trabalho constitui ferramenta importante no contexto socioeducativo, haja vista sua capacidade de intervenção de cunho emancipatório na realidade do indivíduo, favorecendo o processo de reintegração social de socioeducandos, mediante o acesso a espaços pedagógicos alinhadas com uma Educação Profissional pautada na omnilateralidade e nas concepções do trabalho como princípio educativo.

4 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

No presente capítulo, foram apresentados os fundamentos e o caminho metodológico, bem como os procedimentos e instrumentos que foram utilizados para atingir os objetivos da pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa situada no campo da educação, concorda-se com Gatti (2012), quando alerta para a necessidade de estar fundada em uma construção metodológica clara, que deixe compreensível sua contribuição aos interlocutores, especialistas de outros campos. Nesse sentido, buscou-se atentar ao rigor teórico-metodológico exigido para esse tipo de pesquisa.

Destaca-se a necessidade de observância dos princípios éticos em pesquisa, compromisso e postura adotados durante todas as fases da investigação, em concordância com autores como Fioreitini e Lorezato (2009,) ao defenderem a relevância da ética em todas as pesquisas, inclusive, dando destaque à pesquisa educacional, de modo que sejam preservados os direitos e a identidade dos participantes.

No caso específico da pesquisa, os questionamentos éticos dizem respeito, entre outros, aos direitos dos entrevistados, ao respeito e bem-estar dos participantes, à preservação da identidade das pessoas envolvidas, aos usos e abusos das informações e citações de outros autores, à fidedignidade das informações, às implicações sociais e políticas da pesquisa (FIOREITINI. LOREZATO, 2009, p. 196).

Este capítulo foi dividido em seções, quais sejam: tipologia da pesquisa, delimitação da amostra e os sujeitos da pesquisa, técnica de coleta de dados e técnica de análise de dados.

4.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Tratou-se, aqui, dos elementos que compõem a tipologia desta pesquisa, no que diz respeito à abordagem, à natureza e aos objetivos, de modo a delimitar a modalidade da pesquisa, compatibilizando-a com os objetivos específicos propostos, em observância ao rigor metodológico no presente projeto.

4.1.1 Quanto à abordagem e natureza da pesquisa

Dadas às especificidades e complexidade do objeto pesquisado, foi utilizada a abordagem qualitativa para o alcance dos objetivos. Segundo Minayo (2012), a utilização dessa abordagem é relevante sempre quando se pretenda trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nesse sentido, a abordagem qualitativa se mostra a mais compatível ao alcance dos objetivos propostos, na medida em que, para além do conhecimento científico, consideram-se os determinantes filosóficos e do senso comum nas diversas realidades. Portanto, nesta dissertação, buscou-se adotar os caminhos possíveis a um projeto aberto, flexível, passível de alterações inerentes à dinâmica de realidades socialmente construídas; sendo tais características respeitadas também durante todo o processo de investigação.

O caráter exploratório da pesquisa qualitativa, o qual garante a possibilidade de busca da compreensão, para além da explicação da realidade, foi observado por meio da utilização da pesquisa de campo. Portanto, a recursividade, a flexibilidade e o dinamismo são características necessárias e estão presentes tanto no processo de coleta de dados, como no de análise de dados (SANT ANA; LEMOS, 2018).

Dessa forma, a escolha pela abordagem qualitativa se deu pela possibilidade de busca pela compreensão da gestão dos espaços pedagógicos no contexto de qualificação profissional de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade e negação de direitos. De modo mais específico, tal abordagem possibilitou conhecer e compreender a realidade da qualificação profissional dos socioeducandos no IFPE, *Campus Caruaru*, mediante análise das percepções da prática por parte dos alunos, dos docentes e de gestores, posto que[...] “uma estrutura de pesquisa flexível, com seleção de campo empírico aleatória, onde o pesquisador está em contato com os participantes, são comumente presentes em pesquisas qualitativas” (DUARTE; MACHADO; MATOS, 2013, p. 207).

André (2017) aponta que as mudanças sofridas pela educação, ao longo do tempo, vêm promovendo ampliação dos temas e diversificação nos enfoques das pesquisas, abrindo espaço para os estudos qualitativos. A autora sinaliza que, dada à ampliação de temas, enfoques, abordagens metodológicas e contextos em que se desenvolvem as pesquisas em educação,

instala-se maior preocupação com relação à cientificidade, à qualidade e às finalidades da pesquisa, bem como aos pressupostos dos métodos e técnicas de investigação.

Nessa perspectiva, envidaram-se esforços no sentido de se realizar uma ação investigativa regida pelo espírito científico, tendo sido considerada a relação entre senso comum e saberes científicos, numa perspectiva de continuidades e mútuas superações (GERMANO; KULESZA, 2010).

Importa complementar que também se trata de uma pesquisa aplicada, uma vez que foi elaborada uma proposta de produto educacional visando suprir uma lacuna no contexto da formação inicial e continuada dos docentes dos cursos de qualificação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas. Tal lacuna foi identificada a partir dos resultados da investigação, dos dados obtidos no levantamento bibliográfico e documental sobre a gestão dos espaços pedagógicos nos cursos de qualificação profissional de socioeducandos, assim como dos dados primários verificados durante e após o estudo de campo.

Portanto, essa pesquisa é aplicada, pois objetiva investigar um problema com vistas à proposição de solução que promova uma transformação e melhora da prática docente dos professores dos cursos de qualificação profissional dos socioeducandos no âmbito dos IFs, contemplando estudos organizados com o objetivo de demandas identificadas no contexto social (GIL, 2010).

4.1.2 Quanto aos objetivos da pesquisa

Com relação aos objetivos da pesquisa, a mesma se caracteriza como pesquisa descritiva e explicativa, pois a partir da realização da pesquisa de campo e da abordagem junto aos sujeitos serão detalhadas e aprofundadas as características daquela população e dos fenômenos que a permeiam, do funcionamento da formação dos socioeducandos e das concepções que envolvem o processo educativo voltado ao público em estudo, à luz das bases teóricas que subsidiaram a pesquisa. Outrossim, buscou-se perceber as relações de causas e efeitos diante da realidade posta nos discursos dos envolvidos com a pesquisa (GIL, 2010).

4.2 DELIMITAÇÃO DA AMOSTRA E OS SUJEITOS DA PESQUISA

O levantamento bibliográfico voltou-se à realidade da oferta da EPT pelos IFs ao público de jovens e adolescentes em vulnerabilidade e negação de direitos, que se encontram

sob a intervenção da Justiça mediante aplicação de medidas socioeducativas. A amostra foi delimitada ao contexto de qualificação profissional dos socioeducandos e voltada ao público capaz de contribuir com a compreensão da gestão dos espaços pedagógicos dos cursos oferecidos a esse alunado.

O campo de observação foi o IFPE, mais especificamente o IF *Campus* Caruaru. A escolha do referido *campus* deu-se por ser um dos três *campi* que existem iniciativas de educação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, conforme informação recebida previamente da parte da Pró-reitoria de Ensino da instituição. No ano de 2018, por meio de sua Pró-reitoria de extensão (PROEXT), o IFPE selecionou três *Campi*: dois do Agreste (Caruaru e Garanhuns) e um da Zona da Mata (Vitória) para darem início ao trabalho de qualificação profissional de socioeducandos.

Portanto, a unidade de análise desta dissertação, o *Campus* Caruaru, vem desenvolvendo tal iniciativa, em parceria com a Fundação de Medidas Socioeducativas (FUNASE), promovendo a oferta de cursos de qualificação profissional ao público de socioeducandos. A partir do planejamento, realizado no ano de 2018, iniciou-se a primeira turma do curso de Eletricista Veicular, cujo público foi composto por jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em sistema semiaberto (CASEM) e em meio fechado (CASE).

O primeiro curso, assim como os demais que o sucederam, correspondeu ao curso na modalidade FIC (Formação Inicial e Continuada), obedecendo carga horária entre 60 e 120 horas, com aulas voltadas à capacitação específica, sendo oferecidos no espaço do *Campus*. Além do curso de Eletricista Veicular, foram ofertados cursos de Pintor de Obras e Pedreiro de Alvenaria. Nesse contexto, o IFPE oferece a perspectiva teórica, mediante o ensino das técnicas pertinentes às especificidades de cada profissão, e busca parceria junto aos comerciantes, empresários e equipamentos públicos a fim de promover a inserção dos alunos no contexto da prática, e, mais precisamente, no mundo do trabalho.

4.2.1 Os sujeitos da pesquisa

Considerando o objeto da pesquisa, a população compreende os participantes do contexto de qualificação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa no âmbito do IFPE, a saber: alunos, professores e gestores tanto do IFPE como da FUNASE.

A escolha dos sujeitos da pesquisa atende aos critérios de representatividade e de acesso, considerando, sobretudo, as condições disponíveis no momento da pesquisa de campo, dadas aos fatores limitadores impostos pelas condições sanitárias do Brasil e do mundo em virtude da pandemia da Covid-19. Tal realidade afetou, sobretudo, o acesso aos alunos em virtude da interrupção da oferta dos cursos, durante o período mais crítico da pandemia.

Quanto aos alunos egressos dos cursos, mas que ainda estavam em cumprimento da medida socioeducativa na unidade da FUNASE Caruaru, sua participação na pesquisa restou prejudicada em virtude da necessária observância da Recomendação nº 62 de 2020 do Conselho Nacional de Justiça, que preconiza a preferência pela aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto e que possam ser revistas as decisões de internação provisória, especialmente, em relação a adolescentes em condição de pessoa com deficiência, às mães, indígenas, os quais estejam em unidades que não possuam equipe de saúde ou que apresentem superlotação. Nesse sentido, as decisões judiciais foram direcionadas a buscar a desinstitucionalização de adolescentes em internação, sempre que possível.

Diante da importância desses sujeitos para a pesquisa, foram envidados esforços para localização de alunos egressos dos cursos de qualificação e egressos da FUNASE, sendo possível o estabelecimento de contato com 2 desses jovens, ambos já em condição de maioridade e residentes fora do município de Caruaru, município onde está situado o *Campus* investigado e também a unidade da FUNASE contemplada pela iniciativa de qualificação profissional ofertada no âmbito do referido IF. Ainda que seja reconhecido o limitado número de alunos egressos participantes, avaliou-se a possibilidade de representatividade da população discente contemplada.

Segundo Duarte, Machado e Matos (2013), a escolha dos sujeitos que participarão de uma pesquisa qualitativa tem relevância devido às possibilidades de informações que podem ser trazidas. Os autores também destacam que o processo de seleção da amostra deve ser feito de modo que haja o devido atendimento à representatividade da população envolvida.

A amostra, deste modo, foi composta por: 2 estudantes egressos, 4 professores, 1 gestor do IF Caruaru e 1 gestor da FUNASE. Portanto, dada a experiência e os conhecimentos de cada extrato em relação ao objeto da pesquisa, avaliou-se que, apesar da necessária restrição do quantitativo de participantes, a seleção dos sujeitos da pesquisa atinge o critério de representatividade. Nesse sentido, ao responder sobre a suficiência e fidedignidade de uma amostra de pesquisa, Minayo (2017, p. 4) destaca que ela “deve estar vinculada à dimensão do

objeto (ou da pergunta) que, por sua vez, se articula com a escolha do grupo ou dos grupos a serem entrevistados e acompanhados por observação participante”.

Considerando as já mencionadas limitações do estudo, e como forma de assegurar representatividade, contudo, sem intencionar generalizações, foi delimitado o seguinte critério de escolha dos sujeitos de nossa pesquisa: no caso dos alunos, são 2 jovens egressos de um dos cursos de qualificação profissional ofertados pelo IF Caruaru. Quanto aos professores, 3 docentes do IF e 1 docente da FUNASE. Com relação aos gestores, 1 representante da equipe de gestão da FUNASE e 1 representante da gestão do IF- Caruaru, todos com experiência na qualificação profissional dos socioeducandos no contexto do IFPE.

O critério de escolha proposto, destarte, é o de amostragem não-probabilística, a partir da expectativa de que os sujeitos selecionados atendam à representatividade da população estudada (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2006). Dada a utilização do juízo de valor, por parte da pesquisadora, quanto às informações prestadas pelos sujeitos selecionados, a amostragem tem caráter intencional, além de ser caracterizada como amostragem por quotas. Vale elucidar que a amostragem por quotas pressupõe a escolha dos sujeitos a partir das categorias definidas pelo pesquisador, objetivando a qualificação da representatividade da pesquisa (COOPER; SCHINDLER, 2003).

Nesse sentido, as categorias foram definidas levando-se em conta a contribuição dos conhecimentos e experiências dos sujeitos selecionados com a temática, com vistas à obtenção de informações qualificadas e relevantes relacionadas aos objetivos da pesquisa. A exclusão dos demais sujeitos que compõem a totalidade da população pesquisada se deu pelas limitações de tempo, de localização, de acesso e de logística, agravadas pelo contexto pandêmico, em nível nacional e internacional, decorrente da Covid-19.

Portanto, as escolhas dos participantes selecionados respeitaram o critério de variação na amostra, mediante a diversificação dos extratos de acordo com a função social desempenhada por cada grupo: alunos, professores e gestores. Adotaram-se as orientações de Minayo (2017) quanto às questões relativas ao volume e riqueza de dados na pesquisa, e sua relação com a qualidade de informações:

riqueza significa camadas intrincadas, detalhadas, nuances e mais. Podemos ter um grande volume sem ter grande riqueza; ao contrário, podemos ter uma grande riqueza retirada de poucos dados. O segredo é ter ambos (MINAYO, 2017, p. 6-7).

Acerca da possibilidade de generalização em decorrência da representatividade, Martins (2004) destaca que, em pesquisas qualitativas tal preocupação não é pertinente, “pois o que a caracteriza é o estudo em amplitude e em profundidade, visando à elaboração de uma explicação válida ao caso” (p. 295), (ou casos) em estudo, reconhecendo que os resultados das observações são sempre parciais.

No mesmo sentido, ao se abordarem alternativas metodológicas em pesquisas qualitativas, Martinelli (1999) defende a concepção de sujeito coletivo, pois o sujeito convidado para participar possui uma referência grupal da qual faz parte. Para o autor, o “importante nesse contexto não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas os significados que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa” (p. 24).

Nessa esteira, é possível afirmar que a representatividade dos sujeitos, conferida pelos conhecimentos e experiências por eles vivenciadas, foi respeitada e mostrou-se suficiente para a captação de dados que abrangessem as necessidades e os objetivos da pesquisa.

4.3 A TÉCNICA DE COLETA DE DADOS: PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para a coleta de dados, a pesquisa foi subdividida em três etapas, sendo elas: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. É válido pontuar que as etapas da pesquisa foram flexíveis e interdependentes, não ocorrendo de forma linear.

Nesse sentido, além das pesquisas bibliográfica e documental, utilizou-se o estudo de campo para aprofundamento das questões relativas ao objeto da pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2011), a pesquisa de campo "consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los" (p. 69).

A despeito das limitações do estudo, foi observada a qualidade dos instrumentos de coleta de dados, os quais visam garantir o acesso a informações relevantes e fidedignas sobre o objeto da pesquisa. Também se atentou para a possibilidade e necessidade de “trabalhar numa perspectiva de inclusão progressiva das descobertas do campo, confrontando-as com as teorias que demarcam o objeto” (MINAYO, 2017, p. 4).

Nessa perspectiva, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários com os sujeitos da pesquisa, a fim de conhecer suas percepções, expectativas e aspirações acerca do trabalho que vem sendo realizado no contexto de qualificação profissional de socioeducandos, cujo detalhamento será apresentado a seguir.

4.3.1 Primeira Etapa: a pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica cumpriu o objetivo de conhecer o contexto de produções científicas acerca da Educação Profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, no âmbito dos IFs. Nesse sentido, foi procedida a análise de referências teóricas anteriormente estudadas e publicadas em livros, artigos e páginas de *web sites* (FONSECA, 2002). Nessa perspectiva, a pesquisa bibliográfica pode ser definida como um “grupo organizado de atividades de busca por soluções, que não pode ser espontâneo ou aleatório, uma vez que deverá manter atenção sobre o objeto pesquisado” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

Trata-se de uma pesquisa baseada em produções de estudos anteriores, tendo relevância no trajeto da investigação por viabilizar a leitura, seleção, fichamento, organização e compreensão, servindo de base para os demais procedimentos (FACHIN, 2003; LAKATOS; MARCONI, 2009).

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica sistemática acerca da educação profissional de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas constituiu a etapa inicial desta pesquisa, contemplando documentos impressos e virtuais, como: periódicos, artigos, livros, entre outros. Todavia, dado o caráter de flexibilidade e de interdependência com relação às demais etapas da pesquisa, tal técnica foi desenvolvida durante todo o processo investigativo.

Portanto, a pesquisa bibliográfica demonstrou como estão dispostas as condições de oferta de qualificação profissional voltada aos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e violação de direitos, no território nacional. A partir do panorama apresentado por meio da pesquisa bibliográfica, foi possível identificar quais pesquisas retratam a realidade da qualificação profissional de socioeducandos no âmbito dos Institutos Federais.

Foram realizadas buscas em quatro bases de dados: Capes, *Scielo*, Google Acadêmico, e, também, na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Dadas às limitações de alcance desse estudo, realizou-se um recorte no número de páginas pesquisadas em cada banco de dados. As produções denominadas “encontradas” foram aquelas, cujo título manteve associação à temática em estudo. Os trabalhos denominados “selecionados” foram os destacados após leitura dos resumos submetidos ao critério temático de análise.

Na BDTD, restringiu-se a busca às cinco primeiras páginas de resultados, com vinte documentos por página, sendo encontradas 19 produções e selecionados 3 trabalhos em nível de dissertação. Na base de dados da Capes, a busca foi limitada às dez primeiras páginas, com

dez resultados por página, sendo encontrados 4 artigos e selecionado apenas 2. Na *Scielo*, a busca contemplou as cinco primeiras páginas, com vinte resultados por página, sendo encontradas 12 produções científicas e selecionados 1 artigo. No Google Acadêmico, limitou-se a busca das dez primeiras páginas, com dez resultados por página; foram encontradas 18 produções acadêmicas e selecionadas 3 produções: 1 dissertação e 2 artigos.

Portanto, foram selecionadas 9 produções acadêmicas relativas ao objeto desta pesquisa, conforme Quadro 10 abaixo:

Quadro 10 - Classificação e quantidade de produções selecionadas por base de dados

BASE DE DADOS	AUTORES	TIPO	
		ARTIGO	DISSERTAÇÃO
BDTD	Machado (2015); Oliveira (2018); Piccioni (2019)	0	3
CAPES	Barbosa e Quirino (2020); Pedro e Lima (2018)	2	0
<i>Scielo</i>	Melo e Gonçalves (2014)	1	0
<i>Google Acadêmico</i>	Bastos (2019); Jesus (2019); Rezende e Zardo e Moura (2019)	2	1
TOTAL		9	

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Após catalogação das 9 produções em um editor de planilhas, foram utilizados os dados referentes à regionalização e aos elementos teórico-metodológicos apresentados nas produções, em respeito ao objetivo de compreender a realidade da oferta de educação profissional no contexto da socioeducação, nas produções científicas consultadas em âmbito nacional, sem delimitação temporal a priori.

A partir da contribuição dos achados da pesquisa bibliográfica, os quais foram detalhados no capítulo 3 desta dissertação, foi possível estabelecer similaridades entre o objeto desta pesquisa e o de alguns autores. Dessa forma, reconhece-se as contribuições teórico-metodológicas para a construção e desenvolvimento desta pesquisa.

4.3.2 Segunda etapa: a pesquisa documental

A pesquisa documental compôs a segunda etapa da pesquisa, todavia, foi desenvolvida em caráter contínuo durante todo o processo de investigação, mediante constante busca por informações acerca de regulamentações legais, em níveis interno e externo à instituição, local

e nacional, referentes à EPT, aos direitos dos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e violação de direitos e às especificidades da qualificação profissional de socioeducandos.

Vale observar a relevância da pesquisa documental no contexto da pesquisa qualitativa, dada à riqueza e estabilidade dos dados coletados (GIL, 2010). Os achados da pesquisa documental propiciaram a construção do *Corpus* documental da pesquisa, conforme o Quadro 11 abaixo:

Quadro 11 - Fontes documentais (Corpus documental)

CORPUS DOCUMENTAL		
Lei	Nome	Contribuição
Constituição Federal (CF), de 5 de outubro de 1988	Constituição da República Federativa do Brasil	Institui um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos individuais e sociais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos da sociedade brasileira
Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990	Estatuto da Criança e Adolescente (ECA)	Regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes inspirada pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988, internalizando inclusive, normativas internacionais
Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)	Dispõe sobre os parâmetros para institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente.
Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)	Institui o Sinase, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes e jovens que pratiquem ato infracional; e altera as Leis: 8.069/1990; 7.560/1986; 7.998/1990; 5.537/1968; 8.315/1991; 8.706/1993 e os Decretos Lei: 4.048/1942; 8.621/1946 e 5.452/1943.
Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013	Estatuto da Juventude	Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.
Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000	Lei da Aprendizagem	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.
Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008	-	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As buscas iniciais dizem respeito a leis e normativas mais gerais acerca da educação nacional, da educação profissional, do contexto socioeducativo e dos direitos da criança, do adolescente e do jovem. Todavia, em âmbito local, foram buscados documentos internos do IFPE, a saber, o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) e o Projeto Pedagógico de

Curso (PPC), este último referente ao Curso de Pedreiro de Alvenaria e Pintor Imobiliário, do IF Caruaru.

O PPPI foi encontrado no site do IFPE, com informação de que fora elaborado no ano de 2013 e de que houve alterações no site em 2018. O PPC referente ao Curso de Pedreiro de Alvenaria e Pintor de Obras foi disponibilizado pelo Departamento de Extensão (DEX) do IF Caruaru, e teve sua elaboração no ano de 2020, mesmo período de realização do referido curso. As relações entre os conteúdos dos respectivos documentos institucionais e a perspectiva de espaços pedagógicos apresentadas nesta pesquisa apresentam-se dessa forma:

Quadro 12 - Relação entre as Categorias de Análise e o PPPI

CATEGORIA	SECÃO	CONTRIBUIÇÃO
Ensino e Aprendizagem	6. Princípios Pedagógicos	Materialização do desempenho do futuro profissional, capaz de vincular a educação à prática social e ao mundo do trabalho, relacionar teoria e prática, estar preparado para o exercício da cidadania, explicar adequadamente os processos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, apresentar autonomia intelectual e pensamento crítico e ser flexível frente a novas condições de ocupação no mundo do trabalho.
	8. Proposta Pedagógica	Formação adequada aos profissionais de educação (...)
	9.1.4 Programa de Valorização e Formação Continuada	(...) política permanente de formação continuada de docentes e técnicos administrativos em todos os níveis.
	13.1 Proposta Pedagógica Tema: Proposta Curricular	Valorização dos saberes vivenciais do indivíduo, das diversidades sociais, artísticas, culturais, étnicas, religiosas, de gênero, de condições físicas, emocionais e mentais, de necessidades educacionais especiais, privilegiando a dimensão humanística; observância da importância da afetividade e da educação emocional, tendo como base a ética do cuidado e a cultura de paz; articulação entre teoria e prática; (...) utilização de múltiplas estratégias e linguagens que facilitem a aprendizagem; respeito ao ritmo de aprendizagem de cada estudante; avaliação processual, formativa e contínua.
Relações Interpessoais	6. Princípios Pedagógicos	Maior qualidade de educação, maior igualdade e formas democráticas de convívio, com o objetivo de construir e consolidar não só a qualificação profissional, mas, sobretudo, a formação humana.

CATEGORIA	SECÃO	CONTRIBUIÇÃO
	8. Proposta Pedagógica	Organização pedagógica que também incentive um fazer pedagógico que promova a interação estudante-professor nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (...)
Infraestrutura	8. Proposta Pedagógica	(...) a adequação do espaço físico escolar e recursos didático-pedagógicos, visando ao atendimento eficiente e eficaz aos discentes com necessidades educacionais específicas
Gestão Administrativa e Pedagógica	8. Proposta Pedagógica	Gestão democrática, aberta à participação da comunidade interna e externa, através de regulamentação específica; Gestão cidadã, que promova a formação humanística e profissional, contribuindo para a construção da cidadania; Organização pedagógica que também incentive um fazer pedagógico que promova a interação estudante-professor nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Impacto Social	7. A Função Social	Deve proporcionar condições igualitárias de êxito a todos os cidadãos que constituem a comunidade do IFPE, visando à inserção qualitativa no mundo socioambiental e profissional, fundamentado em valores que respeitem a formação, a ética, a diversidade, a dignidade humana e a cultura de paz.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Vê-se que, apesar de o acesso ao PPPI haver ocorrido em momento anterior à coleta e discussão dos dados da pesquisa, foi possível estabelecer relações com as categorias criadas a partir dos conteúdos das entrevistas e questionários. Portanto, resta clara a preocupação do IFPE com a gestão e organização dos espaços pedagógicos das suas iniciativas de educação profissional e tecnológica, contemplando, nesse sentido, as especificidades da qualificação profissional de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Importa elucidar que é possível identificar, a partir da pormenorização dos elementos que compõem as seções apresentadas no PPPI, os elementos contidos na perspectiva de espaços pedagógicos defendida nesta pesquisa, a exemplo da educação socioemocional, o currículo, a avaliação e a formação continuada dos professores.

Em relação ao PPC referente ao Curso de Pedreiro de Alvenaria e Pintor Imobiliário ofertado no contexto do IF Caruaru, as principais relações possíveis deram-se entre algumas disciplinas ofertadas e algumas categorias de análise, além da seção que dá conta das condições de infraestrutura dos cursos (ambiente físico e recursos materiais):

Quadro 13 - Relações entre o PPC e as Categorias de Análise

SEÇÃO	CONTRIBUIÇÃO	CATEGORIA
Discriminação das Disciplinas	<p>Ambientes pedagógicos: Sala de aula. Sala de Pranchetas Oficina de Alvenaria Oficina de Pintura</p> <p>Equipamentos: Prancheta e escalímetro Equipamentos de proteção individual e coletiva e Kit multimídia (projektor, tela, computador). Quadro branco. Colher de pedreiro, Argamassadeira, Serra Mármore manual, Betoneira, Gabaritos, Furadeira, Vibrador de Imersão Rolo, pincel, bandeja, lixa Misturador Manual; Furadeira; Andaime</p>	Infraestrutura
Disciplina: Noções de Cidadania e Orientação	sensibilizar os participantes sobre noções de cidadania na perspectiva da Cultura de Paz. Também visa dialogar sobre tolerância e valorização à diversidade cultural, exercício da cidadania e mediação de conflitos.	Relações Interpessoais Ensino e Aprendizagem Impacto Social
Disciplina: Atitudes e Relações no Local de Trabalho	Educar sobre a importância do ambiente de trabalho mais harmonioso e sua relação com os outros usuários do local.	

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Observa-se que o PPC dispõe de informações que podem ser relacionadas a algumas categorias temáticas, todavia, o documento analisado apresentou limitações quanto às interseções necessárias entre o que se defende em termos de organização e gestão de espaços pedagógicos dos cursos ofertados ao público de socioeducandos.

Nota-se a ausência de mais elementos voltados ao processo de ensino e aprendizagem, sobretudo, relacionados ao trabalho docente no que diz respeito às metodologias adotadas e aos recursos avaliativos. Também restam ausentes as informações acerca da inserção dos cursos no contexto de gestão administrativa e pedagógica.

Pontua-se, no entanto, que tais informações estão ausentes do texto do PPC, mas foram encontradas nos dados das entrevistas e dos questionários aplicados junto aos sujeitos da pesquisa.

4.3.3 Terceira etapa: Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo cumpriu o intuito de conhecer a realidade dos cursos voltados ao público de socioeducandos e compreender como estão organizados os espaços pedagógicos desses cursos, mediante interlocução com os sujeitos envolvidos, a saber: alunos, docentes e gestores; estes últimos, representados pela gestão do IF Caruaru e pela gestão da FUNASE.

Segundo Gil (2008), o que caracteriza a pesquisa de campo é o aprofundamento de uma realidade específica por meio da coleta de informações a serem fornecidas por participantes de um determinado grupo, possibilitando a captação de suas percepções e sentimentos a respeito de tal realidade. Nesse sentido, buscou-se compreender como estão organizados os espaços pedagógicos dos cursos de qualificação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa no âmbito do IFPE a partir das percepções dos sujeitos participantes desse contexto educativo.

O objetivo foi compreender a gestão desses espaços pedagógicos em seus múltiplos aspectos: ensino e aprendizagem, relações interpessoais (aluno-professor, professor-aluno, aluno-aluno, professor-gestor), espaço físico (sala de aula, acesso aos espaços externos à sala de aula).

Os instrumentos de coleta de dados foram: a entrevista semiestruturada e o questionário. Vale pontuar que o processo de elaboração de ambos os instrumentos propostos observou a necessidade de busca pela qualidade de informações a serem obtidas por meio deles.

A entrevista semiestruturada (Apêndice C-3) foi utilizada pela possibilidade de coleta das informações que emergem de forma mais livre em razão da ausência de uma padronização de alternativas (GUAZI, 2021). Considerando o contexto pandêmico da Covid-19, e, em acordo com a disponibilidade e desejo dos sujeitos da pesquisa, as entrevistas com os gestores do IF Caruaru e da FUNASE foram realizadas por meio de áudios telefônicos, os quais foram posteriormente transcritos na íntegra.

Portanto, as entrevistas foram semiestruturadas, realizadas a partir de um roteiro com questões que visavam à coleta de informações básicas relacionadas aos objetivos da pesquisa, a partir do qual se tornou possível a organização do pesquisador para o processo interativo com o entrevistado (GUAZI, 2021). Nesse sentido, o roteiro foi elaborado com base nos objetivos específicos da pesquisa, nas informações obtidas na pesquisa bibliográfica e a partir de diálogo preliminar com a gestora do IF Caruaru. O contato inicial com ambos os gestores se deu por

meio dos respectivos telefones celulares, sendo acordados o momento e as condições das entrevistas.

A utilização do questionário (Apêndice C-1 e 2) deu-se em razão da necessidade de se buscar informações, junto aos alunos e professores, acerca da realidade dos cursos de qualificação profissional que vêm sendo ofertados pelo IF Caruaru aos socioeducandos. Algumas questões dos respectivos questionários foram elaboradas de modo a favorecer a triangulação dos dados coletados, visando a aplicação dos critérios inerentes à heteroavaliação (LUCKESI, 2016). Nesse sentido, foram observados os cuidados metodológicos preconizados pelo autor quando da utilização da heteroavaliação, a qual se caracteriza pela mínima interferência da subjetividade do avaliador, de quem se espera conhecimento, atenção e cuidado em relação à realidade investigada, devendo:

[...] previamente, estabelecer a matriz dos dados necessários para efetivamente descrever seu objeto de investigação, evitando, desse modo, a aleatoriedade dos dados a serem coletados. Nesse caso, necessita, pois, de, sistematicamente, estabelecer todas as variáveis a serem levadas em conta para descrever cuidadosamente seu objeto de investigação; essa matriz indicará os caminhos para a elaboração de instrumentos para a necessária coleta de dados, tendo em vista garantir uma prática avaliativa com a menor incidência possível da subjetividade do avaliador; para tanto, necessitará de instrumentos de coleta de dados adequados ao seu objeto de investigação, elaborados segundo rigorosas regras de investigação; [...] (LUCKESI, 2016, s/p).

Portanto, os questionários utilizados na presente pesquisa foram construídos a partir de tais critérios, sobretudo em relação à averiguação da prática do professor não sob uma perspectiva de julgamento do trabalho do docente, mas de análise criteriosa da realidade com vistas à possível contribuição mediante proposta de um produto educacional que venha a contribuir com a formação continuada do professor.

Nesse sentido, a utilização de questionários junto a alunos e professores, em detrimento de outro instrumento de coleta, atende ao que defende Gil (2010), ao inferir que a utilização desse instrumento possibilita a coleta de informações mediante questionamentos baseados nos objetivos específicos da pesquisa, atentando-se para uma redação clara e precisa.

Os questionários foram elaborados a partir da ferramenta digital do *Google Forms* e foram encaminhados aos e-mails dos professores e, após conversa prévia, por meio de aplicativo de mensagens dos respectivos telefones pessoais. O encaminhamento dos questionários para os alunos se deu por meio do *Whatsapp* de ambos, a partir da intermediação de profissional da FUNASE. Considerando o reduzido número de participantes, docentes e discentes, devido às questões já mencionadas, utilizou-se a estratégia de esclarecimento acerca

da natureza da pesquisa, bem como de valorização da opinião dos participantes, com o objetivo de despertar o interesse e envolvê-los na investigação, favorecendo o preenchimento e devolução do questionário num prazo razoável (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Em relação aos questionários aplicados junto aos discentes e docentes (Apêndices), foram elaboradas questões relacionadas à categoria “Espaços Pedagógicos” e às subcategorias a ela associadas, conforme achados da pesquisa bibliográfica. Tais categorias também foram exploradas nas entrevistas dos gestores, de modo que as perguntas de ambos os grupos de participantes pudessem favorecer a triangulação das respostas apresentadas.

Dessa forma, por meio de perguntas de múltipla escolha, buscou-se oferecer alternativas para que os participantes pudessem apresentar suas percepções acerca dos cursos de qualificação profissional voltados aos socioeducandos, mas as situando nas categorias selecionadas a partir da pesquisa bibliográfica, como já mencionado. Além da possibilidade triangulação das respostas dos docentes e dos discentes, a opção pela utilização de questionários deu-se devido à possibilidade de respeitar a disponibilidade de tempo dos participantes para respondê-los, resguardando-os de possíveis influências das opiniões do pesquisador (GIL, 2010).

Os respectivos questionários foram compostos de perguntas claras e precisas, agrupadas em blocos que contemplam o perfil pessoal e acadêmico do entrevistado, além de aspectos voltados à categoria “Espaços Pedagógicos”. A partir dos conteúdos das questões, buscou-se conhecer “padrões de ação, comportamentos, atitudes e sentimentos dos participantes” (GIL, 1999, p. 132) acerca dos cursos de qualificação profissional voltados aos socioeducandos, no âmbito do IFPE.

É importante ressaltar que a opção pelo instrumento de questionário aos docentes e discentes deu-se pela avaliação de que o pré-estabelecimento de perguntas direcionadas às categorias empíricas, criadas a partir das pesquisas bibliográfica e documental, atende às demandas de elucidação do nosso objeto de pesquisa, considerando, sobretudo, o ineditismo e especificidade da questão norteadora.

A despeito do material já existente na literatura acadêmica acerca de cursos profissionalizantes voltados ao contexto socioeducativo, a presente pesquisa se dá como resposta à lacuna encontrada em tais trabalhos, os quais se ocuparam de retratar a oferta de tais iniciativas, enquanto que esta pesquisa pretendeu contemplar, além dessa oferta, a realidade teórico-metodológica desses cursos e, mais especificamente, as condições de organização dos

espaços pedagógicos nesse contexto de educação profissional ofertada ao público de socioeducandos.

O primeiro contato com os docentes foi realizado por telefone, sendo-lhes repassadas todas as informações e orientações acerca da pesquisa através dos respectivos e-mails institucionais. Os questionários foram enviados tanto por e-mail como por mensagem de texto nos celulares dos participantes.

Quanto aos discentes, o contato foi estabelecido, exclusivamente, utilizando-se de telefone celular, por meio de ligação e mensagens de voz durante as quais foram repassadas todas as orientações e esclarecimentos acerca da pesquisa. O envio e a devolução dos questionários foram feitos por meio de mensagem de texto.

Foram rigorosamente observados os aspectos éticos da pesquisa, considerando o que é trazido por Gatti (2019) acerca dos potenciais riscos aos participantes da pesquisa, alertando para a necessidade de conhecimentos metodológicos aprofundados, regidos por princípios éticos que envolvam a relação entre pesquisador e pesquisado; bem como o respeito total à dignidade humana, garantindo a inviolabilidade individual e a integridade pessoal dos participantes, protegendo-os de prejuízos pessoais e excesso de tensão; além do que, no caso específico de nossa pesquisa, termos atenção às peculiaridades da fase da adolescência.

Nesse sentido, todos os documentos referentes à pesquisa foram submetidos à apreciação do Comitê de Ética na Pesquisa através da Plataforma Brasil. A partir da autorização concedida pelo referido Comitê (ANEXO XX) foi iniciada a pesquisa de campo, sendo utilizados: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), assim como foram realizadas todas as orientações e esclarecimentos necessários aos sujeitos da pesquisa, a fim de atenuar possíveis riscos e evitar qualquer prejuízo aos participantes.

4.4 A ANÁLISE DOS DADOS

Posteriormente à captação dos dados, realizou-se a conferência, organização e síntese dos dados, para fins de acesso a respostas ao problema estudado. A análise e interpretação dos dados da pesquisa buscou, a partir de um sentido mais amplo, relacionar-se com os conhecimentos teóricos oriundos da pesquisa, de modo que fossem permitidas as interpretações dos dados e realizada a análise.

Os dados quantitativos que compuseram o questionário foram sistematizados em gráficos para agregar os resultados similares e as suas respectivas frequências. Esses deram suporte à prioritária pesquisa qualitativa, realizada à luz de Bardin (2011), por meio da análise de conteúdo.

Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p. 37). Chizzotti (2006) apresenta que o objetivo da análise de conteúdo é “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (p. 98). Nessa perspectiva, a análise de conteúdo favoreceu a compreensão dos sentidos e significados explícitos e implícitos nas informações coletadas junto aos docentes, discentes e gestores inseridos no contexto de qualificação profissional de socioeducandos.

Chizzotti (2006) destaca, ainda, que os processos de decodificação dos achados da pesquisa podem ser realizados de diferentes formas, visando ao alcance do significado que se busca nas informações: “A escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador” (p. 98).

Considerando que os conteúdos foram analisados em conformidade com Bardin (2011), adotaram-se as três etapas necessárias para proceder a análise de conteúdo, conforme a autora supracitada, ou seja, pré-análise, exploração do material e análise e interpretação dos resultados. Seguindo os passos sugeridos pela autora, iniciamos a pré-análise mediante a leitura e seleção do material coletado, com o objetivo de identificar a pertinência da análise e possíveis lacunas. Ainda nessa etapa, procedeu-se à construção do *corpus*, compreendido como conjunto de documentos para análise, sob os critérios de exaustividade, representatividade, pertinência e homogeneidade. Seguindo-se a formulação de objetivos e hipóteses para identificação de indicadores que alicerçaram a interpretação do material analisado. A respeito da escolha dos documentos e à elaboração dos objetivos, a autora destaca:

a escolha de documentos depende dos objectivos ou inversamente o objectivo só é possível em função dos documentos disponíveis; os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou, pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices (BARDIN, 2011, p. 96).

Com relação aos critérios adotados na construção do *corpus*, Laurence Bardin traz a exaustividade na perspectiva de que não deverão ser desprezados quaisquer elementos do

corpus sem que sua exclusão possa ser rigorosamente justificada. Apresenta a representatividade enquanto capacidade de a amostra representar o universo inicial. A necessidade de haver homogeneidade em relação aos documentos de análise, os quais devem respeitar critérios precisos de escolha. A pertinência diz respeito à compatibilidade dos documentos aos objetivos propostos na pesquisa, com relação às informações neles contidas (BARDIN, 2011).

Na pré-análise, procedeu-se com o recorte das unidades de registro e de contexto, contempladas na etapa de codificação. Para Bardin (2011), as unidades de registro ou de codificação podem ser, dependendo do material ou código, a palavra, a frase ou outro indicador, que servirá como o código a ser analisado e, posteriormente, incluído no contexto mais amplo. A autora destaca que as unidades de contexto são superiores às unidades de registro e permitem “compreender a significação dos itens obtidos, repondo-os no seu contexto” (p. 36).

A partir de organização e codificação, seguiu-se com a categorização do material, seguindo os critérios: semântico, sintático, léxico ou expressivo, concebidos por Bardin (2011).

a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 2011, p. 116).

Na categorização dos dados, o critério semântico diz respeito às categorias temáticas; o sintático diz respeito à organização das palavras, verbos, adjetivos; o léxico, diz respeito aos sentidos das palavras, sinônimos; e o expressivo é o que focaliza os problemas de linguagem (BARDIN, 2011). Finalmente, procedeu-se ao tratamento dos resultados e à interpretação, que foi realizada por meio da inferência, a qual se apoia nos elementos constitutivos da comunicação “por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor, enquanto polos de inferência propriamente ditos” (p. 133).

Portanto, considerando o objeto de investigação e os objetivos propostos na pesquisa, como também a fundamentação teórica, buscou-se observar as etapas da análise de resultado em Bardin, de modo a conferir a fundamentação metodológica necessária ao presente estudo.

Nesse sentido, foi realizada a seleção e organização dos dados produzidos com base nas entrevistas e nos questionários aplicados aos alunos, professores e gestores, por meio de leituras flutuantes, com o objetivo de identificar e selecionar elementos que tratam da gestão dos

espaços pedagógicos nos cursos de qualificação profissional voltados a jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no âmbito do IF. Em seguida, passou-se à codificação, classificação e categorização desses elementos e, finalmente, os dados foram tratados e apresentadas as interpretações mais aprofundadas acerca da realidade pesquisada.

Sintetizando o trajeto metodológico adotado, foi realizada a organização das informações contidas nas entrevistas dos gestores e nos questionários direcionados aos discentes e docentes, a partir da leitura flutuante, com o objetivo de apropriação dos textos. A partir dessa etapa, procedeu-se à separação e a classificação de unidades de registro, que foram as palavras relacionadas às subcategorias, previamente estabelecidas, procedendo-se à sua codificação e inclusão no contexto mais amplo, sempre as relacionando aos “Espaços Pedagógicos”. Finalmente, procedeu-se ao processo de discussão dos resultados e de realização de inferências fundadas no arcabouço teórico da pesquisa, conforme direcionamento metodológico sugerido em Bardin (2011).

As categorias de análise que compuseram a pesquisa tiveram relações com os Espaços Pedagógicos em EPT e as perspectivas de Gramsci e Saviani. Essas categorias foram comuns às entrevistas e aos questionários, uma vez que em ambos os instrumentos foram explorados aspectos referentes às concepções encontradas a partir da pesquisa bibliográfica, Quadro 1 do capítulo 2, com as devidas associações aos princípios norteadores presentes, no Quadro 7, do capítulo 3 - a c assim como à perspectiva de intervenção socioeducativa em Antônio Carlos Gomes da Costa.

As categorias de análise foram: Ensino e Aprendizagem, Relações Interpessoais, Infraestrutura, Gestão Administrativa e Pedagógica e Impacto Social, tendo os espaços pedagógicos em EPT como contexto:

Quadro 14 – Categorias de Análise

Categorias de Análise	Definições
Ensino e Aprendizagem	O ensino e aprendizagem nos espaços pedagógicos em EPT necessitam situar-se sob a perspectiva da omnilateralidade. Para isso, esse processo de ensino e aprendizagem deve estar alinhado com com as perspectivas de Gramsci e Saviani
Relações Interpessoais	As relações interpessoais serão observadas como necessárias à construção de aproximações e diálogos que facilitem a efetivação do ensino e a construção de saberes, a partir da compreensão acerca da intervenção socioeducativa defendida por Antônio Carlos Gomes da Costa.
Infraestrutura	A infraestrutura desses espaços pedagógicos também deve ser favorável ao processo de ensino e aprendizagem, sejam os ambientes internos e externos à sala de aula

Categorias de Análise	Definições
	(biblioteca, laboratório, sala de aula, refeitório), sejam os recursos materiais utilizados (equipamentos, recursos audiovisuais, materiais específicos).
Gestão Administrativa e Pedagógica	A gestão administrativa e pedagógica é responsável pelo planejamento, as parcerias e as diretrizes que são traçadas para a efetivação dos cursos no contexto da instituição de EPT.
Impacto Social	O impacto social buscado com esses cursos vai para além da realidade profissional. São fatores atrelados ao impacto social: o resgate da autoestima, o redirecionamento pessoal e a construção de projetos de vida mediante a ampliação de oportunidades para intervir e transformar a sociedade. Tal impacto não é restrito aos socioeducandos, mas alcança suas famílias, as Instituições envolvidas, os docentes e a sociedade como um todo.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Assim, os achados da pesquisa foram norteados por essa divisão de categorias de análise, as quais estão relacionadas à perspectiva de espaços pedagógicos em EPT, construída a partir do levantamento bibliográfico e da pesquisa documental.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo apresenta a análise dos instrumentos utilizados para a coleta de dados da pesquisa, a saber, as entrevistas realizadas com a gestora do IF *campus* Caruaru e com o gestor da FUNASE; bem como os questionários aplicados aos professores dos cursos de qualificação profissional voltados ao público de socioeducandos e aos alunos egressos desses cursos.

A utilização dos instrumentos de entrevista e questionário possibilitou o alcance do terceiro objetivo da pesquisa, o qual buscou caracterizar, a partir da percepção de gestores, alunos e professores participantes, a qualificação profissional de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no caso do IFPE, no que diz respeito à gestão dos espaços pedagógicos dos cursos voltados a esse tipo de alunado. Nesse sentido, posteriormente à análise dos instrumentos de pesquisa, procedeu-se à discussão dos resultados obtidos à luz do arcabouço teórico que fundamenta a presente pesquisa.

A presente seção está dividida em três subseções. Na primeira, apresentam-se as percepções dos gestores do IF Caruaru e da FUNASE; na segunda, as percepções dos docentes; e, na terceira subseção, as percepções de alunos egressos dos cursos de qualificação profissional dos socioeducandos no âmbito do IFPE, *Campus* Caruaru.

Considera-se que investigar as percepções dos sujeitos da pesquisa foi imprescindível à compreensão da realidade, tendo em vista que a representação qualitativa desses diferentes públicos contribuiu para enriquecer a visão da pesquisadora.

Como já sobejamente elucidado, esta pesquisa volta-se a conhecer tal realidade, todavia, sob um ângulo específico e bem delimitado, qual seja, a compreensão de como estão organizados os espaços pedagógicos no contexto dos cursos de qualificação de socioeducandos no IFPE, notadamente, no IF Caruaru.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica, além de ser direcionada à perspectiva da oferta de cursos similares em âmbito nacional, também buscou conhecer a contribuição da literatura acadêmica acerca das aproximações teóricas e conceituais do que se entende por espaços pedagógicos, inclusive, quando relacionados à EPT.

Nesse sentido, as concepções de espaços pedagógicos presentes na literatura ofereceram uma gama de aspectos que permeiam as relações de ensino e aprendizagem, conforme apresentado no Quadro 1 do capítulo 2. Como demonstrado, foram estabelecidas correlações

com o ambiente físico intra e extra institucional, com o espaço de educação infantil, com espaço de educação especial, com elementos de organização e de gestão institucional e com a prática de estágio (REIS; PARENTE, 2018; ANDRIOLA, 2009; ROSA, 2016; MARTINS, 2021; LIMA; LIMA; WATANABE, 2021; SODRÉ, 2005; CARVALHO, 2006; ALVES, 2010; RORIZ, 2002; BARRETO, 2018; PIRES, 2018; ROCHA, 2000; FRAGA E PEREIRA, 2020; BARBERENA, 2015).

Quando considerados no contexto da EPT, surgiram concepções de espaços pedagógicos enquanto ambiente físico em que se dá a educação profissional, contemplando os métodos de avaliação, organização e gestão participativa no contexto da EPT (VALLE; NASCIMENTO-E-SILVA, 2010; OLIVEIRA; NASCIMENTO-E-SILVA, 2020; BORGES; SILVA; NASCIMENTO-E-SILVA, 2020). Além de Silva (2021), que remete à linha de pesquisa do Mestrado em EPT, relacionando os espaços pedagógicos às memórias da instituição de EPT.

Portanto, vê-se que “espaços pedagógicos”, na literatura, comporta múltiplas concepções. Todavia, resta claro que todas mantêm relação com o contexto de ensino e aprendizagem. Portanto, é possível trazer para a presente pesquisa uma concepção inédita de espaços pedagógicos em EPT, ainda que a partir das relações estabelecidas com os achados da literatura acadêmica e os respectivos embasamentos teóricos que os consubstanciam.

Nesse sentido, buscou-se trazer para a discussão o questionamento sobre a organização e gestão dos espaços pedagógicos na EPT, restando claro que ao educador cabe tal responsabilidade. De modo mais específico, no contexto institucional e, mais precisamente, no ambiente físico de educação escolar, é o professor o responsável por conduzir o ensino e mediar a aprendizagem.

Sob essa perspectiva, os espaços pedagógicos, na presente pesquisa, abarcam as concepções defendidas na literatura, mas, de forma específica, são compreendidos sob os fundamentos do constructo da Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani, a qual propõe os percursos que se encontram sintetizados no Quadro 7 do capítulo 3.

Nesse sentido, observou-se, nos discursos e nas respostas dos sujeitos da pesquisa, como esses espaços pedagógicos na EPT mantêm um alinhamento com a Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani e a perspectiva teórica gramsciana de trabalho como princípio educativo. Dada a especificidade do objeto da pesquisa, buscou-se relacionar também os espaços pedagógicos dos cursos voltados aos socioeducandos, à perspectiva de ação socioeducativa

apresentada por Antônio Carlos Gomes da Costa. Portanto, para efeitos desta dissertação, é relevante mostrar que a concatenação desses fatores transforma esses espaços pedagógicos em uma oportunidade de promoção e de reinserção social de jovens e adolescentes em medidas socioeducativas.

Na pesquisa, foi analisada a organização e gestão desses espaços pedagógicos de acordo com os aspectos: ensino e aprendizagem, relações interpessoais (aluno-professor, professor-aluno, aluno-aluno, professor-gestor), infraestrutura (sala de aula, acesso aos espaços externos à sala de aula, recursos materiais), gestão administrativa e pedagógica e o impacto social esperado.

5.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

5.1.1 Docentes

Em relação ao grupo de professores, a amostra foi composta por 4 docentes dos cursos de qualificação profissional de socioeducandos, sendo 3 docentes do quadro funcional do IFPE e 1 docente do quadro de profissionais da FUNASE. A indicação desses docentes foi feita pela gestão do IF Caruaru, a partir de nossa solicitação de autorização para iniciarmos a pesquisa junto aos professores do programa.

É importante elucidar que, no caso dos professores entrevistados que são vinculados ao IFPE, além da função de docência eles também assumem a função de coordenação dos cursos de qualificação profissional dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Portanto, a partir da triangulação das informações obtidas junto a estes participantes e aos alunos e gestores, é possível compreender como estão organizados os Espaços Pedagógicos dos referidos cursos.

O questionário aplicado aos docentes está dividido em dois blocos: Perfil Pessoal/Profissional/Acadêmico e Organização/Gestão dos Espaços Pedagógicos. Este segundo bloco, referente às categorias de análise a partir das quais buscou-se a compreensão da realidade investigada.

Os 4 docentes participantes se reconhecem como do gênero masculino. 3 encontram-se na faixa etária entre 30 e 40 anos, e 1 encontra-se em idade inferior a 30 anos. Quanto à formação acadêmica, 1 professor possui Mestrado, 2 são pós-graduados e 1 possui graduação.

Quanto à instituição à qual estão vinculados, 3 informaram vínculo ao IFPE e 1 está vinculado à FUNASE.

Em relação ao tempo em que lecionam em cursos de qualificação profissional voltados ao público de socioeducandos, 2 professores informaram possuir experiência superior a 2 anos, e os outros 2 docentes informaram estarem inseridos nesse contexto em período compreendido entre 1 e 2 anos. Em resposta à questão sobre outros possíveis níveis educacionais nos quais atuam no contexto do IFPE, além da qualificação profissional dos socioeducandos, ofertada em caráter extensionista, 3 docentes informaram atuar também no Nível Técnico e 1 professor disse não exercer a docência em outro nível educacional na referida instituição.

5.1.2 Egressos

Quanto aos alunos, dadas as já mencionadas limitações da pesquisa, no que diz respeito ao acesso aos discentes participantes e egressos dos cursos de Qualificação Profissional, a amostra foi composta de 2 alunos egressos, cuja indicação e acesso foi intermediado por um dos profissionais da FUNASE, os quais também, em virtude do cumprimento da medida socioeducativa, são egressos da referida unidade de internação.

De forma semelhante ao questionário aplicado junto aos docentes e no intuito de favorecer a triangulação das respostas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa, o questionário dos alunos egressos também foi dividido em dois blocos: Perfil Pessoal/Trajatória de Vida e Organização dos Espaços Pedagógicos do curso de qualificação profissional do IF Caruaru. No primeiro bloco, além de questões referentes aos dados pessoais, como gênero e idade, constam também perguntas acerca do histórico de cumprimento de medidas e de contato com iniciativas de profissionalização.

No bloco que contempla as concepções acerca da organização/gestão dos espaços pedagógicos do curso do qual participaram, os alunos egressos tiveram oportunidade de optar por alternativas que melhor interpretam suas opiniões acerca das relações interpessoais, estrutura física e processo de ensino e aprendizagem no contexto dos referidos cursos. Tais elementos estão contidos no grupo de categorias de análise criadas a partir do questionário dos docentes, seguindo critérios da Heteroavaliação (LUCKESI, 2016), de modo a tornar mais fluida a triangulação das respostas apresentadas, obtendo-se maior clareza acerca da realidade investigada.

5.1.3 Gestores

Como já mencionado, as iniciativas de qualificação profissional de socioeducandos no âmbito do IF Caruaru são efetivadas a partir de uma parceria firmada entre esta instituição e a FUNASE Caruaru. Portanto, a entrevista semiestruturada foi aplicada junto a um/a representante da gestão de cada instituição.

A gestão do IF Caruaru foi representada por profissional da Diretoria de Extensão (DEX) daquele *Campus*. Quanto ao representante da FUNASE, foi realizada entrevista com o gestor de profissionalização daquela instituição.

Essa composição de representantes objetivou trazer a percepção de ambas as instituições acerca do trabalho que vem sendo desenvolvido junto aos socioeducandos, dados os respectivos olhares dos gestores, os quais, sendo convergentes ou divergentes, puderam enriquecer os resultados da pesquisa.

5.2 RELAÇÕES INTERPESSOAIS NOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE SOCIOEDUCANDOS NO ÂMBITO DO IFPE, *CAMPUS* CARUARU.

Buscou-se observar o quanto essas relações interpessoais estão pautadas em confiança e respeito mútuo, e se são trabalhadas habilidades socioemocionais que favoreçam o convívio entre educadores e alunos, sobretudo em contextos em que uma das partes se encontra em vulnerabilidade social, como é o caso dos jovens e adolescentes em medidas socioeducativas.

Inicialmente, observou-se o discurso do/a Gestor/a 1 e do/a gestor/a 2 acerca das percepções das relações interpessoais com os socioeducandos, como um processo de fortalecimento da formação profissional e cidadã ofertada.

Percebe-se no discurso desses gestores uma relação dialógica de escuta e valorização da opinião dos discentes, na perspectiva de viabilizar o acesso dos socioeducandos a oportunidades de profissionalização e de educação com vistas à emancipação social do público atendido:

A minha relação com eles, em todas as unidades, é mediada pela minha função. Então, eu sou a pessoa que traz os cursos, que leva os cursos, que apresenta as oportunidades e que tem uma relação muito franca, muito direta e muito aberta, sempre com muita escuta e muito diálogo. É uma relação muito sólida e de muito afeto também, que acho que é o que faz grande parte da diferença e é o que faz qualquer trabalho funcionar. Sem afeto, o trabalho não tem efeito (GESTOR/A 1)

uma pesquisa com os meninos e viu as maiores necessidades. Então, eles queriam muito a parte de mecânica de motos, construção civil, porque a ideia também era eles serem empreendedores, serem autônomos, para facilitar a reinserção deles na sociedade. já que

sabemos que ainda há muito preconceito para eles serem inseridos no mundo do trabalho (GESTOR/A 2)

Observa-se que, desde a escolha do curso, tem-se a oportunidade de escutar os socioeducandos como uma forma de desenvolver o sentimento de pertencimento dentro desse processo de educação profissional. Portanto, a preocupação em envolver o educando na escolha dos cursos e de torná-lo corresponsável por seu processo formativo, conferindo-lhe uma importância não vivenciada em contextos de exclusão social, vai na direção da proposta gramsciana de direcionamento do caráter social da escola, a qual, conforme apontada Dore (2014), deve adaptar as propostas pedagógicas aos diferentes grupos sociais que compõem o ambiente educacional.

Em seus respectivos discursos, os gestores demonstram habilidades sociais e emocionais para lidarem com o contexto da socioeducação dentro da lógica da EPT, que não é a mera formação focada no mercado de trabalho, mas que se constitui enquanto instrumento de transformação social, vez que considera as multidimensões da realidade do indivíduo.

O/A Gestor/a 1 enfatizou seu compromisso social nas relações com os educandos ao não estabelecer diferenças e preconceitos com os socioeducandos, avaliando a oportunidade de formação profissional como instrumento importante que pode impactar diretamente no resgate pessoal e na sua reinserção social desses adolescentes e jovens.

Trata-se de um respeito às singularidades e valorização das potencialidades, de modo que a formação omnilateral desses educandos prevaleça e que, antes da sua profissionalização, haja uma real preocupação com seu desenvolvimento humano:

Nossos meninos não diferem dos meninos das periferias ou dos meninos dessa mesma faixa etária porque são meninos que vêm desses lugares, são nossos vizinhos. Não nasceram dentro da Funase, nem caíram do céu como invasores do espaço. Estão o tempo todo convivendo conosco. O comportamento deles pouco se relaciona, de modo geral, ao ato infracional (GESTOR/A 1).

A opinião de que o comportamento dos socioeducandos, diante das oportunidades de se profissionalizar e se reinserir na sociedade, pouco se relaciona com o ato infracional, vai ao encontro do que Costa (2006) defende quando infere que o programa de atendimento que executa a medida socioeducativa não deve se isentar dos cuidados com as necessidades desses jovens e adolescentes; devendo tal entendimento, portanto, ser estendido a todo espaço de intervenção socioeducativa.

Assim, tem-se o reconhecimento de que os atos infracionais cometidos pelos socioeducandos não devem limitar as possibilidades de profissionalização, ao contrário, é preciso lançar mão da educação profissional enquanto estratégia de reintegração de adolescentes e jovens em medida socioeducativa, sobretudo, em situação de privação de liberdade.

Sabendo-se das dificuldades enfrentadas pelos socioeducandos, de relações interpessoais efetivas e sólidas, buscou-se verificar como se davam essas relações entre os docentes e os socioeducandos, e entre estes e seus pares.

A questão que diz respeito às relações interpessoais no contexto dos cursos de qualificação profissional dos socioeducandos cumpriu o objetivo de conhecer tais relações a partir da perspectiva do próprio professor, diante dos demais atores envolvidos direta e indiretamente na dinâmica dos referidos cursos, a saber: alunos, colegas docentes gestão e demais profissionais do IF.

Gráfico 4 - Relações Interpessoais dos docentes com estudantes, docentes, gestores e demais profissionais do IF.



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Observa-se no Gráfico 4, que os 4 docentes participantes avaliaram como muito boa a relação com os seus pares e com a gestão do IF. Já quanto à sua relação com os alunos socioeducandos, 2 professores avaliaram como boa, 1 considera razoável e 1 avalia como muito boa.

Percebe-se que há divergências nas relações entre os professores envolvidos e que não são todos os docentes que possuem uma relação harmônica com os socioeducandos. Isso se dá por inúmeros fatores que podem estar dificultando essa relação, sendo eles desde a necessidade de melhoria das concepções pedagógicas para lidar com esse público ou, até mesmo, pelas

barreiras que podem ser criadas naturalmente por ambas as partes, ou por alguma delas, haja vista se tratar de um processo de interações sociais diferenciadas.

Ao pontuar as dificuldades de adesão de alguns professores convidados a lecionar nos cursos voltados aos socioeducandos, o/a Gestora/a 2 evidencia que se trata de um processo de oportunidades, alinhamento e evolução das adequações que deverão ser feitas para lidar com esses jovens como sendo pertencentes à sociedade, apesar da condição de exclusão social em razão do contexto de violência e da infração. Portanto, a eles, socioeducandos, devem ser oportunizadas condições de igualdade de direitos com vistas à reconstrução de sua identidade e de sua autonomia na escolha dos seus caminhos:

Inicialmente, existiam algumas resistências, alguns olhares diferentes, algumas perguntas e dúvidas a respeito de como iriam ocorrer e se daria certo. Mas, depois de um tempo, as coisas foram se ajustando, se acalmando, foram melhorando. Agora, vamos para mais uma turma, um novo recomeço após a pandemia. Agora, sabemos que serão novos olhares, mas, ao mesmo tempo, olhares mais afáveis, mais tranquilos, diante de tudo o que eles (socioeducandos) já fizeram (GESTOR/A 2).

Observa-se que o discurso do/a gestor/a 2 é no sentido de adotar uma postura institucional que vise à quebra de paradigmas e de preconceitos acerca da realidade socioeducativa, buscando-se influenciar as concepções de percepções dos professores a partir dos resultados concretos das iniciativas de qualificação profissional dos socioeducandos. Nesse sentido, o/a entrevistado/a investe na promoção de relações interpessoais profícuas e transformadoras em meio ao processo educativo.

Sugere-se, portanto, que essas relações sejam intensificadas e aperfeiçoadas, devendo as dificuldades serem enfrentadas coletivamente, com vistas à humanização dos indivíduos envolvidos nesse processo educativo a partir de um trabalho pedagógico efetivo, pois, como diz Saviani (2011), a produção histórica e coletiva que se deve promover de forma singular nos indivíduos depende da relação estabelecida entre eles, conjuntamente, dentro de um único propósito:

É o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (p. 13).

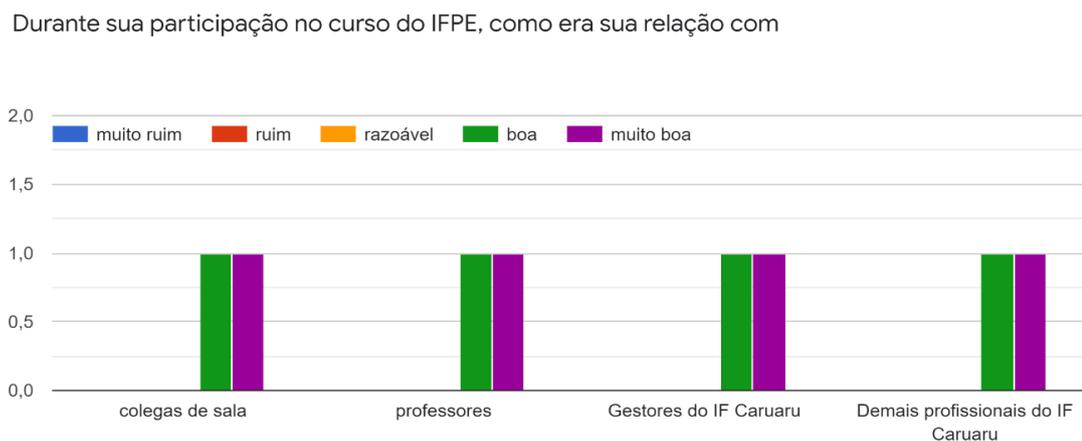
Daí, decorre reafirmar a importância do fortalecimento de espaços pedagógicos pautados nas diretrizes da EPT, que os compreende dentro sob uma perspectiva crítico-

reflexiva, a fim de que sejam garantidas, no contexto educacional, condições de melhoria das relações interpessoais, de modo que o processo de ensino e aprendizagem tenha como base as relações de respeito e confiança mútua.

Dentro dessa concepção da Pedagogia Histórico Crítica, é imprescindível que sejam fortalecidas essas relações entre docentes e discentes nesses cursos de qualificação profissional, dado o compromisso social destes últimos com o processo de emancipação e reingresso social dos socioeducandos, a partir da formação do que Faria e Lenardão (2014) denominaram de um “acervo de elementos de luta pela transformação social” (p. 10).

Quanto à avaliação dos alunos egressos acerca das suas relações com seus pares, com os professores, gestores e demais sujeitos envolvidos no contexto da educação profissional de socioeducandos, quando questionado sobre sua relação com colegas de sala, professores, gestores do IF Caruaru e demais profissionais do IF Caruaru, os egressos demonstraram satisfação na relação com todos os envolvidos direta ou indiretamente no processo educativo.

Gráfico 5 - Relações Interpessoais dos egressos com estudantes, docentes, gestores e demais profissionais do IF.



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Observa-se que os alunos egressos respondentes avaliam positivamente suas relações com seus pares e com os profissionais envolvidos na iniciativa de qualificação profissional, sendo eles: professores, gestores e demais servidores do IF. Vê-se como favorável tal percepção, haja vista que a qualidade dessas relações interpessoais influencia no grau de motivação, de interesse e na disposição para se abrir às mudanças promovidas pela educação profissional, estando essa abertura à aprendizagem está condicionada a fatores externos e internos aos socioeducandos. Portanto, o sucesso da intervenção educativa vai depender da

percepção de pertencimento ao processo, por parte dos alunos, a partir de relações propícias ao diálogo e à construção de saberes.

Acredita-se ser imprescindível a promoção de relações interpessoais profícuas para pessoas em vulnerabilidade, a qual, segundo Carmo e Guizardi (2018), também abarca em seu conceito “fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdades de acesso” (p. 2), pois permite o resgate de direitos desses, conferindo-lhes a capacidade de assumir a condição de cidadãos de fato (MATTOS; ALMEIDA; CASTRO, 2016). Nesse sentido, tais relações auxiliam na construção de vínculos afetivos e relacionais importantes para o processo emancipatório do socioeducando, pelo qual ele poderá compreender que os atos infracionais cometidos não o tornam aquém da sociedade, nem lhe podem ser negados os direitos à formação e à profissionalização.

Portanto, a qualidade das relações interpessoais presentes no contexto de educação profissional de jovens e adolescentes em medidas socioeducativas influencia diretamente na qualidade do ensino por parte do professor, e da aprendizagem por parte dos alunos. Diante disso, o processo de ensino e aprendizagem também compôs as categorias de análise.

5.3 ENSINO E APRENDIZAGEM NOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE SOCIOEDUCANDOS NO ÂMBITO DO IFPE, *CAMPUS CARUARU*.

Buscou-se identificar a percepção dos participantes da pesquisa no que diz respeito à observância de um processo de ensino e aprendizagem pautado no trabalho como princípio educativo, defendido em Gramsci, e nos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica em Saviani.

Observou-se no discurso do/a Gestor/a 1 a preocupação de que o processo educativo deve ir para além da profissionalização focada no mercado de trabalho, contemplando o desenvolvimento integral do socioeducando e a possibilidade de reingresso social por meio da educação profissional omnilateral que o insira, efetivamente, no mundo do trabalho.

Nesse sentido, os/as gestores/as 1 e 2 sugerem que essa oportunidade de o socioeducando vivenciar os modelos educacionais da EPT favorece um processo de autodesenvolvimento, que passa a ser potencializado a partir das suas vivências no mundo do trabalho, sob a perspectiva de projetar um futuro diferente:

A ideia da profissionalização, da educação profissional, não tem como principal foco a aquisição de competências, apesar de estar claro que isso é importante. Mas, mais importante do que isso, é quando a gente consegue fazer a reconstrução ou a

construção da autoestima, e quando a gente consegue fazer com que os meninos se projetem no futuro, que eles possam elaborar projetos de vida que os conduzam por caminhos diferentes daqueles que os trouxeram para a Funase (GESTORA 1).

(...). Porque não é o trabalho específico dessa parceria, IFPE e Funase, que vai fazer a grande transformação. É um ciclo, um circuito de muita gente envolvida aos pouquinhos (GESTORA 2).

Os/as Gestores/as 1 e 2 evidenciam uma preocupação com a garantia de uma formação para a vida, a qual ultrapassa a perspectiva mercadológica e propõe uma transformação nos ciclos de vida desses socioeducandos. Trata-se de um processo educativo que preza pela reconstrução do ser social, de sua autoestima e de auto resgate como cidadão.

Nos discursos dos/as gestores/as, percebe-se a visão do trabalho como princípio educativo e da omnilateralidade como fundamento da educação profissional, sendo esta um instrumento de transformação social. Nessa perspectiva, a iniciativa de qualificação profissional de socioeducandos ocupa-se em romper com o modelo fragmentado caracterizado pela apartação entre trabalho e educação. Os/as referidos/as gestores/as reportam-se, ainda que não expressamente, a um alinhamento entre a gestão e organização dos espaços pedagógicos dos cursos à perspectiva teórica gramsciana, sendo favorável ao desenvolvimento integral do sujeito (GRAMSCI, 2001; SAVIANI, 2007; CIAVATTA, 2014).

Esse olhar para uma formação cidadã transformadora, defendido pelos/as gestores/as em seus respectivos discursos, vai ao encontro do que defendem Germano e Kulesza (2010), alinhados às concepções gramscianas, quando afirmam que apenas uma educação comprometida com os interesses das classes populares vai combater a hegemonia da acentuada divisão de classes, por meio da qual apenas as pessoas com poder econômico relevante podem ter acesso a uma educação qualificada e voltada à formação de intelectuais.

Os discursos dos/as Gestores/as 1 e 2 também ratificam a premissa de que a formação profissional ofertada aos socioeducandos deve combater o tecnicismo e a proposta de conteúdos exclusivamente mercadológicos, mantendo-se o foco na formação humana e cidadã:

A gente sempre procurou fazer cursos que tenham um nível de praticidade maior. Claro, que não dá para abrir mão de toda a teoria, mas a gente tenta fazer as adaptações, quando possível, para que os cursos sejam atrativos e estejam ao alcance de todos (GESTORA 1).

Com base no diálogo (...), são incluídas disciplinas mais gerais, como Relações Interpessoais, Segurança no Trabalho, e as disciplinas mais técnicas. São incluídas também disciplinas mais básicas como conhecimentos de matemática, português (GESTORA 2).

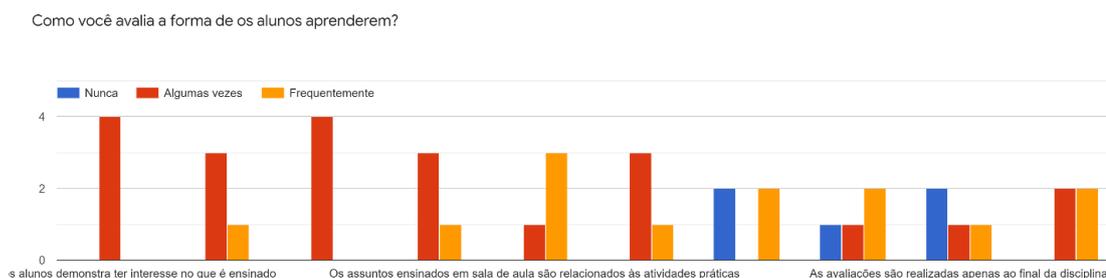
Verifica-se que os cursos planejados para os socioeducandos estendem as concepções de qualificação profissional, na perspectiva da EPT, sob o viés da politécnica, a qual, segundo Saviani

(2003a), “se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (p. 136).

Percebe-se nos conteúdos expostos pelos/as gestores/as um olhar sobre a relevância para a formação de politécnicos, quando da preocupação por inserir no processo formativo disciplinas que contemplem as diferentes dimensões humanas, associando a uma formação contextualizada na prática, conforme corrobora Kuenzer (2002) ao sinalizar que a politecnia possui natureza epistemológica, quando relacionada à formação de trabalhadores, vez que visa à religação de vários conhecimentos na perspectiva de oposição à compartimentalização das disciplinas e fragmentação da ciência, conhecendo-se a totalidade dos fatos e as relações construídas historicamente entre eles. Ou seja, essa concepção pedagógica é defendida pelo autor como uma oportunidade de dominar as situações vivenciadas, a partir da apreensão dos conhecimentos na totalidade.

Dando continuidade à categoria ensino e aprendizagem, buscou-se conhecer as concepções dos docentes sobre a forma que os estudantes aprendem, os entraves à permanência dos socioeducandos nos cursos ofertados e as principais dificuldades encontradas para ministrar as aulas, conforme Gráficos 6 ao 7:

Gráfico 6 – Aprendizagem dos socioeducandos



Dados da Pesquisa (2022).

Percebeu-se que os alunos demonstram aos docentes, em sua maioria, “algumas vezes o interesse pelo que lhe é ensinado”, indicador que se sugere a necessidade de ser considerado em avaliações da oferta de novos cursos. Nesse sentido, considera-se relevante a oferta de um curso de formação continuada voltado a esses docentes, com o objetivo de trabalhar conteúdos relacionados às legislações afetas ao público de adolescentes e jovens, bem como conteúdos pedagógicos sob a perspectiva na Pedagogia Histórico-Crítica, como um caminho a potencializar as ações realizadas pelos professores e voltadas aos socioeducandos.

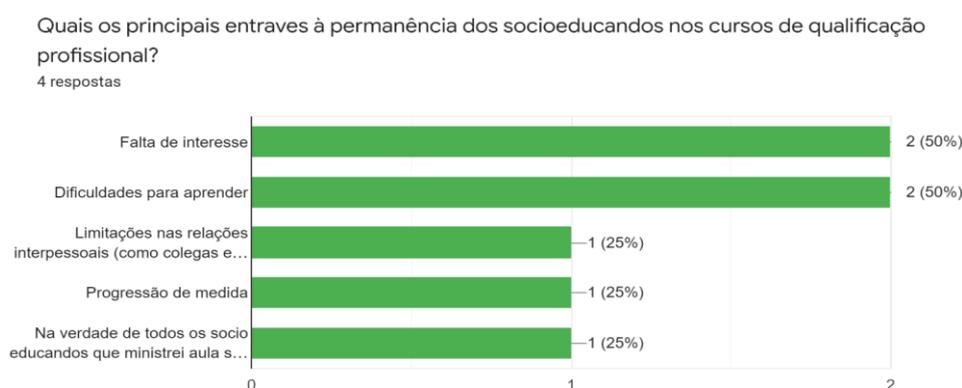
Torna-se imprescindível como parte integrante dos conteúdos a serem trabalhados no contexto do curso para os docentes, a perspectiva de intervenção educativa a partir de Antônio Carlos Gomes da Costa (2006), por meio da qual é possível conhecer as especificidades socioemocionais que permeiam a realidade dos socioeducativa:

Para encontrar os outros, o educando precisa encontrar-se consigo mesmo; para encontrar-se consigo mesmo, ele precisa ser compreendido e aceito; sentindo-se compreendido e aceito, ele melhora sua autoestima, seu autoconceito e sua autoconfiança, porque tem a sensação de que tem valor para alguém. Se ele tiver a sensação de que tem valor para alguém e de que é compreendido e aceito, vai olhar o futuro sem medo, será capaz de plasmar, de construir um projeto de vida. Se ele constrói um projeto de vida, sua vida passa a ter um sentido; se a vida passa a ter um sentido, ele começa a ver com outros olhos os estudos, a obediência, a profissionalização, o seguimento das regras, o tratamento com as pessoas, etc. Tudo isso se modifica na sua vida (COSTA, 2006, p. 33).

Portanto, é preciso compreender que os docentes já realizam adaptações ao perfil do estudante, mas que formações complementares podem ampliar as possibilidades de permanência do socioeducando nessas ações educativas e despertar seu interesse pelo que é ensinado. Assim como, estratégias de conscientização para os próprios socioeducandos também precisam ser adotadas, no sentido de demonstrar como essas ações transformaram a vida de outros que passaram por essa experiência também.

No Gráfico 7, revelam-se, na opinião dos docentes, os principais motivos que geram barreiras à permanência dos socioeducandos nos cursos de qualificação ofertados:

Gráfico 7 - Entraves à permanência dos socioeducandos



Dados da Pesquisa (2022).

Observa-se que a falta de interesse e as dificuldades para aprender foram os principais pontos destacados pelos docentes. É possível inferir que esses elementos são comuns aos

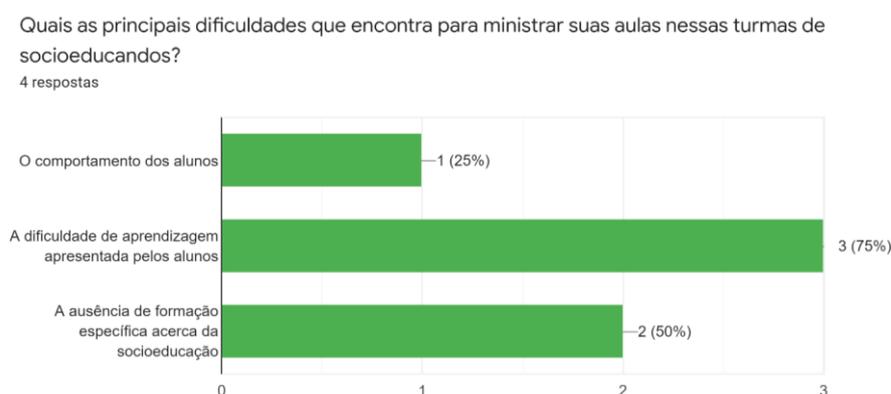
socioeducandos, em virtude das dificuldades de perspectivas positivas sobre o futuro e sobre a possibilidade de mudança de sua própria trajetória de vida.

Portanto, é fundamental que os professores desenvolvam suas práticas à luz da perspectiva histórico-crítica de Saviani, que, segundo Faria e Lenardão (2014), trazem as possibilidades de aproximar o educando de forma crítica à construção dos conhecimentos, pois conforme os passos da PHC, busca-se que haja “o entendimento da prática social que ainda não foi apreendida pelos alunos. (...) Passa-se a selecionar conhecimentos que precisam ser dominados pelos alunos para poder interferir criticamente nesta prática” (p. 10).

Nesse sentido, trata-se de um contínuo aperfeiçoamento a partir da observância crítica do processo de ensino e aprendizagem e de como o estudante pode ser envolvido dentro desse contexto de apropriação de conhecimentos filosóficos, científicos e artísticos, por meio dos quais pode o aluno adquirir o senso de pertencimento e de participação nas lutas de classes contra contextos de exploração. Isso, na perspectiva da catarse, que corresponde à inserção de novos conhecimentos que passam a ser compreendidos e dominados pelo aluno, com vistas à superação da visão fragmentada e ao incremento do seu acervo de ferramentas de luta em favor da transformação social (FARIA; LENARDÃO, 2014; SAVIANI, 2003).

Quando questionados sobre as principais dificuldades para ministrar aulas aos socioeducandos, os docentes apresentaram como “a dificuldade de aprendizagem apresentada pelos alunos”, conforme Gráfico 8:

Gráfico 8 - Dificuldades para ministrar as aulas dos socioeducandos



Dados da Pesquisa (2022).

Percebe-se que a principal dificuldade elencada foi em relação à capacidade de aprendizagem do estudante, sabendo-se que tal dificuldade pode estar relacionada com a própria

ausência de base na sua trajetória escolar, cujo déficit pode ser agravado pela prática infracional, uma vez que, via de regra, as situações vivenciadas nos contextos de vulnerabilidade social impactem direta e indiretamente no acesso e permanência desses jovens e adolescentes na escola.

Inferese-se que, em razão dos fatores abordados acima, os atores responsáveis pela gestão e organização dos espaços pedagógicos dos cursos de qualificação de socioeducandos devem promover constantes avaliações para verificar alternativas de ensino que possam favorecer a aprendizagem, as quais impactarão positivamente na motivação e desempenho dos professores e dos alunos.

Nessa direção, a tendência histórico-crítica sugere uma prática docente que considera a influência das relações sociais no processo de ensino e aprendizagem, permitindo que o fortalecimento dessas relações impulse a construção coletiva do conhecimento, bem como o acesso à cultura enquanto fator de desenvolvimento e de transformação pessoal e social (SAVIANI, 1991; 2007; VIGOTSKY, 1994).

Assegura-se a importância de conduções formativas aos docentes, nesses espaços pedagógicos, com propostas direcionadas à realidade do socioeducando, de modo que se favoreça uma postura crítico-reflexiva por parte do professor do seu pensar/fazer fundados na lógica dialética voltada à superação do senso comum e da reflexão sobre a teoria selecionada (MOURA, 2015).

Essa preocupação já é demonstrada pelos docentes, ao afirmarem que desenvolvem métodos de ensino diferenciados e buscam promover as habilidades socioemocionais dos estudantes, conforme pode ser visto abaixo:

Quadro 15 – O ensino na autopercepção dos docentes

Questionamentos	Opções	Respostas
Você lança mão de métodos ou técnicas diferenciadas para transmissão dos conteúdos a esse grupo específico de alunos	Sim	100%
Você trabalha conteúdos/atividades com vistas à promoção do desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos alunos, dentro da estrutura de suas aulas?	Sim	100%
É proporcionado ao docente o acesso ao projeto pedagógico do curso?	Sim	100%
Ocorre a participação coletiva e interativa dos docentes no processo de planejamento do trabalho pedagógico (metodologias, elaboração do material) nos quais leciona?	Sim	75%
	Não	25%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Dessa forma, defende-se que a proposta de reinserção social a partir de uma educação pautada na prática pedagógica embasada pela concepção histórico-crítica conte com a responsabilidade do professor para, por meio dos seus saberes e experiências, apresentar condições de adaptar seus métodos de ensino às necessidades pedagógicas dos socioeducandos, tornando sua prática um instrumento de formação integral e emancipatória.

Segundo Saviani (2007), “ao professor cabe, de um lado, garantir a ligação dos conhecimentos universais com a experiência concreta dos alunos (continuidade) e, de outro lado, ajudá-los a ultrapassarem os limites de suas experiências cotidianas (ruptura) (p. 417-418)”. Nesse sentido, é pela mediação do professor que o aluno, a partir do acolhimento dos seus saberes prévios, consegue avançar para a compreensão de saberes sistematizados.

Ao ressignificar sua prática, compatibilizando-a com as especificidades de formação humana do público de socioeducandos, os docentes vão ao encontro das propostas de Manacorda (2010), no que diz respeito à oferta de uma educação profissional comprometida com a religação da educação com o trabalho, conduzida por uma prática docente alinhada com a formação omnilateral, que concebe o ser humano em sua multidimensionalidade.

Adicionalmente, sobre a observância da categoria de análise “ensino e aprendizagem”, consultou-se como os socioeducandos verificam o ensino ofertado pelos docentes, conforme Quadro 16.

Quadro 16 - O ensino na percepção dos discentes

Questionamentos	Opções	Respostas
A maioria dos professores demonstrava ter conhecimento do que ensina	Frequentemente	100%
Os professores utilizavam recursos (ilustrações e exemplificações) que deixavam as aulas atrativas e interessantes	Frequentemente	100%
Os professores costumavam ouvir a opinião dos alunos nas aulas	Frequentemente	100%
Os conteúdos eram explicados até que todos os alunos aprendessem	Frequentemente	100%
Os professores ouviam os alunos para saber quais eram os assuntos que interessavam à turma	Frequentemente	100%
Os professores costumavam explicar os conteúdos a partir de situações da vida e do cotidiano dos alunos	Algumas vezes	50%
	Frequentemente	50%
Os assuntos ensinados em sala de aula eram relacionados às atividades práticas	Frequentemente	100%
Os professores demonstravam conhecer a realidade das Medidas Socioeducativas	Algumas vezes	100%

Questionamentos	Opções	Respostas
Os professores ofereciam atendimento individual para esclarecimento de dúvidas	Algumas vezes	50%
	Frequentemente	50%
As avaliações são realizadas durante todo o transcorrer do curso	Frequentemente	100%
Os professores realizam as avaliações com a participação dos alunos	Frequentemente	100%
As avaliações eram realizadas apenas ao final da disciplina/matéria	Algumas vezes	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Identificaram-se muitos pontos favoráveis trazidos pelo socioeducando sobre a atuação docente, tais como: a demonstração de conhecimento, a utilização de recursos atrativos, o diálogo, a explicação preocupada na real aprendizagem do educando, a avaliação contínua e a realização de atividades práticas aliadas à teoria.

No entanto, vale ressaltar alguns pontos observados pelos estudantes como necessários à melhoria da prática do professor, pontos esses passíveis de observância à luz da perspectiva Gramsciana e da Pedagogia Histórico-Crítica, que são: a construção dos conteúdos a partir das situações de vida e dos cotidianos dos estudantes, assim como a disponibilidade para ouvir os alunos quanto aos assuntos do interesse deles. Esses dois pontos práticos que foram relatados pelos estudantes vão de encontro às propostas pedagógicas apontadas por Saviani (2005):

[...] um método pedagógico que parte da prática social em que professor e aluno se encontram igualmente inseridos ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social, cabendo aos momentos intermediários do método identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse) (SAVIANI, 2005, p. 263).

Em relação ao conhecimento acerca da realidade das medidas socioeducativas por parte dos docentes, no entanto, os alunos respondentes apresentaram opiniões divergentes. Tal situação demanda atenção, uma vez que toda iniciativa educativa junto ao público de socioeducandos não pode prescindir do conhecimento e respeito às especificidades desse alunado (COSTA, 2006).

É importante também considerar que, na concepção dos espaços pedagógicos dos cursos voltados aos socioeducandos, deve-se atentar para as condições de infraestrutura, aqui

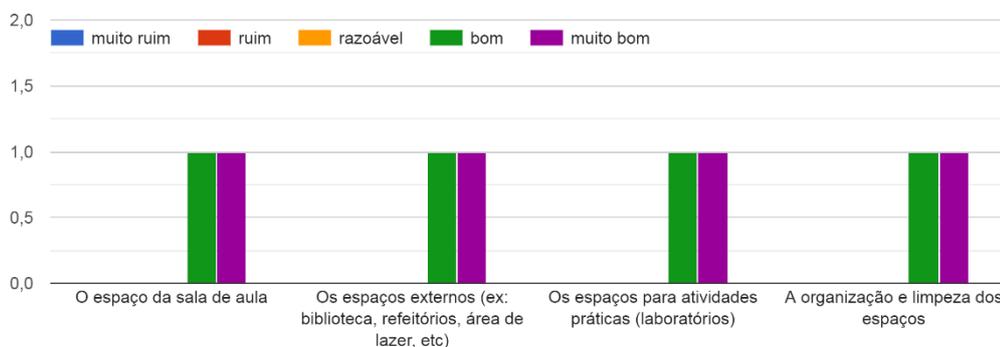
relacionada aos espaços físicos, mas também aos recursos materiais utilizados no contexto de qualificação profissional. Por isso, será retratada na próxima seção.

5.4 INFRAESTRUTURA NOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE SOCIOEDUCANDOS NO ÂMBITO DO IFPE, *CAMPUS CARUARU*.

Os espaços pedagógicos também foram observados sob a ótica física, haja vista esse fator também contribuir com a promoção de uma formação qualificada, pois ambientes físicos e recursos materiais necessitam ser vistos como aspecto importante a ser avaliado no âmbito escolar, especialmente no contexto da EPT. Os estudantes foram questionados sobre sua opinião acerca apenas dos espaços físicos do IF Caruaru, conforme Gráfico 9:

Gráfico 9 – Espaços Físicos sob a ótica dos egressos

Com relação aos espaços físicos do IFPE Caruaru, qual sua opinião sobre:



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Os estudantes demonstraram satisfação com os espaços físicos, tanto os internos, como os externos à sala de aula. Também avaliaram positivamente as condições de higiene e organização desses espaços.

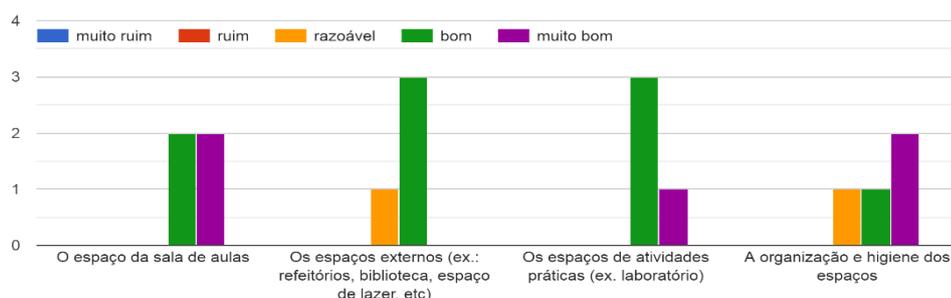
Da mesma forma, os espaços físicos da instituição encontram-se adequados às necessidades educativas, para a maioria dos docentes participantes do curso, havendo apenas a observação, na visão de um deles, sobre os espaços externos e sobre a organização e higiene dos espaços.

Assim, vale ressaltar que as questões relativas aos espaços físicos da escola devem ser devidamente discutidas e pensadas, sobretudo no contexto da EPT, de modo que as instituições

possam tratar tal especificidade nos seus projetos político-pedagógicos, a exemplo do que se apresenta no PPPI do IFPE, de modo que tais fatores possam convergir positivamente para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem, motivando professores e alunos à construção de saberes e à transformação da realidade (BRASIL, 2008). Portanto, as instalações físicas desses ambientes de aprendizagem facilitam um processo educativo com qualidade e acessível para todos (BRASIL, 2010).

Gráfico 10 - Espaços Físicos sob a ótica dos docentes

Quanto ao espaço físico do IF, como você avalia:



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Sobre o acesso dos socioeducandos aos espaços físicos do IF, o/a Gestor/a 2 infere que a interação desses alunos os diversos ambientes da instituição torna-se um estímulo para que os sintam-se parte do contexto institucional, estando em situação de igualdade com os demais alunos regulares: “os alunos participam de todas as atividades realizadas no nosso *campus*, mantendo contato com nossa comunidade, inclusive participando da nossa merenda, em contato também com os nossos alunos regulares” (GESTOR/A 2). Complementa que “eles têm acesso a todos os setores, sempre deixando claro que tem que ter cuidado, atenção, respeito às regras” (GESTOR/A 2).

Nesse sentido, garantir a liberdade de acesso dos socioeducandos aos espaços do IF, enquanto instituição de referência em educação profissional, é contribuir para a promoção do sentimento de pertencimento e para o resgate da autoestima desses jovens e adolescentes, favorecendo sua permanência nos cursos e os estimulando à construção de seus projetos de vida. Portanto, o despertar da percepção de pertencimento ao ambiente institucional, por parte dos socioeducandos, dialoga com as assertivas de Ribeiro (2004), quando destaca que o espaço escolar deve ser propício a trazer elementos significativos para gerar inclusão e combater a exclusão.

A seguir, foram tratadas as questões relativas à gestão administrativa e pedagógica enquanto elementos que estão contemplados na concepção de espaços pedagógicos na EPT.

5.5 GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

A gestão administrativa e pedagógica das iniciativas de qualificação profissional de socioeducandos é responsável pelo planejamento, pela busca por parcerias e construção e organização das diretrizes que são traçadas para a efetivação dos cursos no âmbito da instituição de EPT. Devem, portanto, estar alinhadas à concepção gramsciana de trabalho como princípio educativo e na concepção histórico-crítica de educação defendida em Saviani e presente nas contribuições teóricas de outros autores acessados nesta pesquisa.

Nesse sentido, os relatos dos/as Gestores/as 1 e 2 contribuíram sobremaneira para a compreensão da forma como se vem desenvolvendo essa gestão administrativa e pedagógica no contexto desses cursos. Percebe-se que há o compromisso socioeducacional, diante da realidade dos alunos e da comunidade local, enquanto parte do universo institucional escolar. Trata-se de uma preocupação de quem reconhece a educação como único caminho para transformar a sociedade:

Por isso, parte do nosso papel é tentar ofertar o máximo de possibilidades para que esses resultados aconteçam. Sim, há ganhos específicos na questão do comportamento, principalmente quando a gente fala nos cursos que são oferecidos fora das unidades (GESTOR/A 1).

A gente precisa colocar em prática o trabalho, a missão institucional, por isso que iniciamos esse trabalho (GESTOR/A 2).

Percebe-se nos discursos dos/as gestores/as a responsabilidade e o compromisso da gestão administrativa e pedagógica com a orientação dos cursos para a formação humana, além da necessária formação profissional dos socioeducandos. Vê-se o interesse pela busca por mecanismos institucionais que garantam o acesso e a participação dos jovens e adolescentes, garantindo-lhes o direito à educação profissional de qualidade e emancipatória.

Essas falas se entrelaçam com o que defendem os autores Oliveira, Barbosa e Lobão (2021), quando recomendam que essa gestão seja democrática e garanta frutos práticos aos envolvidos e à sociedade como um todo. E o compromisso dos/as gestores/as com a sociedade à sua volta demonstra alinhamento com a visão de Pacheco (2011), a qual nos faz inferir que a

gestão desses espaços pedagógicos em EPT deve proporcionar condições aos socioeducandos para o exercício da cidadania.

Destaca-se, ainda, uma menção do/a Gestor/a 1 quanto à importância da interação e relação entre as gestões das instituições parceiras, a saber, IFPE e FUNASE, com vistas ao sucesso do projeto de qualificação dos socioeducandos, tendo em vista que apenas um trabalho em rede que conte com o esforço e envolvimento de todos os envolvidos na iniciativa de educação profissional, poderá ter o alcance social necessário:

Sim, esse trabalho é feito em conjunto. Existe o acompanhamento tanto do IF como da Funase. Eu, praticamente, acompanhei pessoalmente e fisicamente, no IF Caruaru, as turmas que aconteceram lá. Nós estamos sempre trocando informações, num sistema realmente integrado de gestão para a operacionalização desses cursos (GESTOR/A 1).

Esse acompanhamento mencionado pelo/a gestor/a é de grande relevância para verificar se os resultados têm sido satisfatórios, se as questões pedagógicas e administrativas necessitam de adaptações, se as partes envolvidas têm tido dificuldades com a implementação dos cursos e para garantir a contínua avaliação e possíveis redirecionamento de rotas.

Portanto, as particularidades que caracterizam a situação dos socioeducandos requerem uma concepção de escola ativa, participativa e transformadora. Os prejuízos e as frustrações causadas a espaços pedagógicos que não possuam a consciência coletiva para a revolução moral e intelectual a que se compromete para a educação de classes desfavorecidas (DORE, 2014).

Diante disso, a categoria de análise Impacto Social vem responder às questões relacionadas aos resultados percebidos por docentes, discentes e gestores, das iniciativas de qualificação profissional de socioeducandos e suas repercussões na vida desses jovens e adolescentes, nas suas famílias e na sociedade.

5.6 IMPACTO SOCIAL

Diante disso, a categoria de análise Impacto social vem reunir os impactos provocados a partir dessas iniciativas de qualificação profissional de socioeducandos, em nível pessoal, institucional e, sobretudo na sociedade como um todo.

essas experiências, porque não é somente o curso em si, mas tudo o que está atrelado a ele – o ambiente, as pessoas, os contatos, a forma como os vínculos são construídos nesse processo – produz impactos positivos, sem sombra de dúvidas. As nossas unidades vivenciaram um prolongado período de paz, com redução significativa do número de episódios violentos, à medida em que nós aumentamos as ofertas de cursos (GESTOR/A 1).

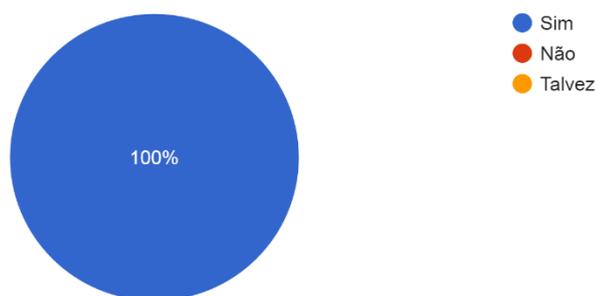
Incentivar esses alunos a dar continuidade aos estudos no IF, desconstruindo a cultura de que este não seria um lugar para eles. Todas essas propostas de iniciativas são de estabelecer parcerias de modo a também ampliar o olhar desse público acerca da nossa instituição, da possibilidade de eles se inserirem futuramente como alunos regulares (GESTOR/A 2).

A partir desses discursos, restam claros os benefícios advindos da efetivação da qualificação profissional no contexto do IF, os quais são traduzidos pela melhora no comportamento dos socioeducandos em nível institucional, mas também do ponto de vista pessoal, vez que se percebe o fortalecimento de perspectivas de futuro e da possibilidade de construção de projetos de vida. Nesse sentido, infere-se que são certos os benefícios ao contexto familiar dos alunos e impacto social efetivo, não apenas em razão da adequada formação profissional e possível inserção no mundo do trabalho, mas, sobretudo, dada à perspectiva humanística e emancipatória da educação profissional que vem sendo propiciada.

A seguir, verificou-se junto aos estudantes se esses cursos contribuíram com o seu futuro, e ambos os participantes concordaram com essa afirmativa, conforme Gráfico 11:

Gráfico 11 – Cursos ofertados nos espaços pedagógicos em EPT na visão dos egressos

Você considera que o curso do IFPE Caruaru trouxe alguma contribuição para seu futuro?
2 respostas



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

O/A Gestor/a 1 também compartilhou sua opinião sobre o impacto social acarretado com a oferta desses cursos, os quais, segundo o relato, tratam o indivíduo não como mero receptor de informações técnicas e limitadas, mas como o cidadão participante, capaz de intervir na sociedade e ser um agente transformador na sua comunidade, na sua família e nos espaços passou a ocupar:

O papel da profissionalização é mais do que a competência técnica e inserção no mercado. Ela está muito associada à questão da convivência, do trabalho coletivo, do conviver com o outro, da reconstrução da autoestima, da construção do projeto de vida. Então, às vezes, um curso de jardinagem, que tem seu valor de mercado de trabalho, claro, jardinagem e paisagismo que a gente faz, ele desperta não necessariamente o lado

profissional, mas desperta a dimensão do cuidado. Assim a gente também tem com o curso de zootecnia, auxiliar de zootecnia, oferecido pelo IF Vitória; e no IF Sertão, em Petrolina, que a gente tem o curso de auxiliar técnico em agropecuária. Então, o cuidado com o outro ser vivo, seja é planta ou animal, também tem seu valor, que não é, necessariamente, ligado à dimensão profissional, mas à essa construção humana, intersubjetiva, de emoções, uma forma de extravasar isso também. Então, isso faz parte de um conjunto de possibilidades que a gente busca ofertar para despertar nos nossos meninos e meninas um gosto por si próprio, eles precisam ficar satisfeitos consigo, se orgulhar do que estão fazendo, e isso, de fato, extrapola a dimensão eminentemente técnica da educação profissional (GESTOR/A 1).

Dessa forma, verifica-se como fatores que contribuem para um positivo impacto social a partir a oferta dos cursos de qualificação profissional aos socioeducandos, a construção humana, a transformação do indivíduo, o resgate da autoestima, a promoção da convivência respeitosa e do respeitosa. Tais fatores, associados aos conhecimentos técnicos necessários ao exercício profissional, contribuem positivamente com o processo de reintegração social desses jovens e adolescentes, de quem se espera uma postura crítica e cidadã capaz de interferir na realidade social e transformá-la.

Portanto, conforme assegura o/a Gestor/a 1, a ressignificação provocada pelos cursos aos socioeducandos vai além da proposta técnica, abrange a *ominlateralidade* do indivíduo, pois, para além da formação técnica, a formação humana visa ao resgate da esperança no futuro, à mudança na visão pessoal e de mundo, e à construção da criticidade que impulsiona ao reconhecimento e à luta pelos seus direitos:

Além dos certificados, nós adotamos há pouco tempo, uma espécie de registro de elogio, que faz menção ao histórico de cursos que esses meninos fizeram enquanto cumpriam a Medida Socioeducativa. Ele tem uma finalidade mais jurídica, voltada à avaliação do desempenho daquele adolescente no cumprimento da medida, ele não é um documento público, mas eles vibravam: “fui elogiado! Fui elogiado!”. Isso repercute e faz com que eles comecem a acreditar em si mesmos. E a gente percebe uma quebra daquele processo que eles passaram a vida toda de pessoas que não apostavam neles, pessoas que não acreditavam neles, que diziam que tudo o que eles fizessem seriam coisas ruins, que eles não serviam pra nada... coisas dessa natureza. Então, eles vão percebendo que podem, sim, fazer coisas diferentes daquelas declaradas ao longo da trajetória deles e que, de alguma forma, vai empurrando para o envolvimento da prática do ato infracional. Se eles se sentirem acreditados e passarem a acreditar neles são duas importantes etapas, por assim dizer, dentro do processo de experiência da educação profissional. A gente pode observar com muita facilidade, ao parar para olhar isso, como são notórios os ganhos com a oferta dessas possibilidades aos nossos meninos (GESTOR/A 1).

O/A Gestor/a 1 demonstra com clareza o impacto social obtido com a realização dos cursos. Em seu relato, revela que há a preocupação com a gestão e organização dos espaços pedagógicos no contexto dessas iniciativas de qualificação profissional, na medida em que seus objetivos vão para além dos limites da formação técnica, motivando o aluno a se reinventar e

buscar formas de ressignificação de sua trajetória escolar a partir das possibilidades de projeção de sua vida profissional.

Essa preocupação é trazida por Oliveira *et al.* (2018), ao inferir que a EPT precisa transpor os limites institucionais para possibilitar “processos formativos que articulam a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho” (p. 93), de forma que seja inevitável a efetivação da educação para e no trabalho.

Dessa forma, acredita-se que as Instituições de Ensino, por um lado, devem intensificar seus espaços pedagógicos orientados às concepções de Gramsci e Saviani, conforme já exposto no presente estudo e ampliar suas formas de alcance aos socioeducandos como uma contribuição à sociedade e uma oportunidade para que eles tenham acesso ao seu direito de restabelecimento no âmbito da sociedade, a partir de sua reconfiguração como ser humano, cidadão, profissional e estudante.

6 O PRODUTO EDUCACIONAL: PROJETO DE CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC)

6.1 RELEVÂNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional corresponde a uma exigência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES para conclusão de cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*, Mestrado profissional, como é o caso da presente pesquisa.

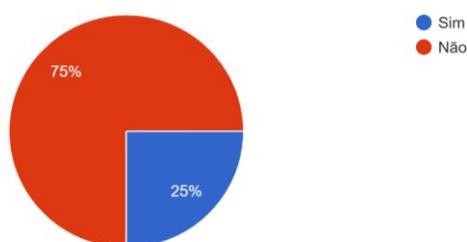
Segundo Silva, Suarez e Umpierre (2017, p. 236), “esse produto deve ser implementado no contexto escolar e deve ficar disponível para que qualquer docente possa usá-lo e a fim de diversificar suas práticas pedagógicas”. Daí, a relevância para as Instituições Educacionais, pois contribui com melhorias na prática do professor, podendo propor intervenções educativas com vistas à promoção do ensino e aprendizagem, conforme perspectiva apresentada por meio do presente produto educacional.

Buscou-se observar as necessidades do ambiente educacional estudado e propor as medidas de melhorias congregadas em projeto de curso de formação voltado aos docentes que atuam junto aos socioeducandos, ou que têm pretensão de atuar.

Em pesquisa junto aos próprios docentes do IFPE-*Campus* Caruaru, verificou-se que o diagnóstico da pesquisadora está condizente com a realidade formativa vivenciada por eles, conforme consta do Gráfico 12:

Gráfico 12 – Formação Inicial e a perspectiva socioeducativa

Você considera que sua formação inicial é suficiente para a realização de um trabalho pedagógico sob a perspectiva socioeducativa?
4 respostas



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Do total de respondentes, a maioria, que correspondeu a 75% dos participantes, afirmou não ter em sua formação inicial habilitação para a realização de um trabalho pedagógico sob a perspectiva socioeducativa. Vê-se que a ausência de uma oferta de conhecimentos específicos

acerca do contexto socioeducativo pode gerar impactos nas condições de ensino e de aprendizagem, notadamente, no interesse do educando e na motivação do próprio docente para lidar com esse público.

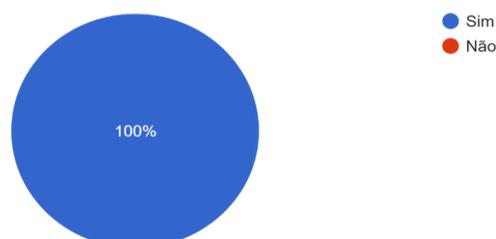
A educação profissional e tecnológica sob a perspectiva de promoção da cidadania e da emancipação do sujeito é uma política imprescindível para o combate de contextos de abandono, violência e negação de direitos dos sujeitos vulneráveis, entre eles, os jovens e adolescentes. Nesse sentido, iniciativas de qualificação profissional de socioeducandos nos Institutos Federais se mostram como importante estratégia de promoção da autonomia e inserção social.

No entanto, dadas às especificidades desse alunado, em razão do contexto de violência e exclusão ao qual esses adolescentes e jovens foram submetidos, não se pode prescindir de uma educação profissional que garanta uma prática docente embasada em uma concepção histórico-crítica e em conhecimentos que agreguem aos saberes pedagógicos noções de direitos da criança, do adolescente e do jovem.

Além disso, é preciso que concepções de socioeducação e de intervenções socioeducativas voltadas a sujeitos em vulnerabilidade, em contextos de violação de direitos, sejam parte da formação dos docentes que atuam nesses espaços pedagógicos direcionados aos socioeducandos.

Gráfico 13 - Necessidades Formativas sobre os socioeducandos

Você considera necessária a formação continuada dos docentes dos cursos voltados aos socioeducandos, com inclusão de conteúdos específicos que instituem o sistema socioeducativo?
4 respostas



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Essa realidade pôde ser observada no público pesquisado, o qual, na sua totalidade, 100%, conforme Gráfico 10, revelou a necessidade de investimento na formação continuada que contemple conhecimentos acerca da realidade socioeducativa, a serem proporcionados àqueles que realizam a docência dos cursos voltados ao público de socioeducandos.

Essa preocupação demonstrada pelos docentes reforça a justificativa do produto educacional proposto pela pesquisadora, uma vez que o investimento na oferta de conhecimentos específicos para a docência dos cursos voltados aos socioeducandos contribuirá para o processo de organização e gestão dos espaços pedagógicos dos cursos de qualificação profissional dos socioeducandos no âmbito do IFPE.

Portanto, o presente capítulo diz respeito à proposta de um produto educacional relacionado ao quarto objetivo desta pesquisa, a saber, uma proposta pedagógica de curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de docentes, que contemple conteúdos voltados aos direitos infantojuvenis, aos elementos fundantes da socioeducação e aos princípios da Pedagogia Histórico-Crítica.

6.2 CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO

A proposta do produto educacional desta pesquisa é um projeto de curso de formação continuada (FIC) para docentes dos cursos de qualificação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, no âmbito do IFPE, por se haver verificado a existência de uma lacuna na formação dos professores com relação a conhecimentos necessários ao trabalho junto a esse alunado e suas especificidades, posto que a formação inicial desses docentes não os muniu de tais conhecimentos.

Os conteúdos trabalhados abordam as principais leis afetas ao público de adolescentes e jovens, com destaque aos embasamentos legais das medidas protetivas e medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes e jovens em vulnerabilidade, as concepções teóricas da Pedagogia Histórico-Crítica em Saviani e a socioeducação com ênfase nas intervenções socioeducativas propostas por Antônio Carlos Gomes da Costa. Além desses conteúdos, será incluída a discussão acerca da Criminologia Crítica em Antônio Baratta.

A carga horária do curso é de vinte horas, sugerindo-se uma duração de um mês, de modo a possibilitar a divisão de tempo de estudo em cinco horas semanais. A oferta do curso será na modalidade de Ensino a Distância (EaD), utilizando-se, para isso, as plataformas digitais disponibilizadas pela instituição.

Considera-se que a opção pela modalidade EaD pode favorecer as condições de replicação do curso FIC (conteúdo e material de estudo: textos e vídeos) a qualquer tempo, posto que ficará disponível para ser acessado de acordo com a necessidade avaliada pela

instituição. Vale pontuar que a possibilidade de replicação é critério exigido para a validação do presente produto educacional.

A avaliação deste produto dar-se-á por meio de questionário disponibilizado aos professores participantes da pesquisa, o qual seguirá juntamente com o Projeto Pedagógico do Curso proposto. O referido documento e o questionário de avaliação também serão encaminhados para as respectivas gestões da FUNASE e do IF Caruaru.

6.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO PRODUTO

Acredita-se que a educação profissional e tecnológica voltada a grupos vulneráveis e sujeitos em situação de violação de direitos requer dos docentes conhecimentos específicos que os permitam considerar as peculiaridades desse tipo de alunado.

Quando esses sujeitos são adolescentes e jovens que se encontram sob a intervenção jurídica, como é o caso dos socioeducandos, conhecer a legislação que define, orienta e caracteriza tal intervenção é um dos principais requisitos para uma prática docente contextualizada do ponto de vista dos deveres e direitos do público infantojuvenil.

É reconhecido, no entanto, que os conhecimentos específicos não podem prescindir dos conhecimentos pedagógicos e técnicos necessários ao ensino no âmbito da EPT, os quais devem estar robustamente fundamentados em teorias que considerem o trabalho como princípio educativo.

Nesse sentido, a presente proposta de produto educacional busca a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) como embasamento teórico, norteador da prática docente voltada à EPT de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, tendo como propulsor a concepção ontológica da educação e do trabalho enquanto elementos indissociáveis, sendo a educação, segundo Saviani, “ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (SAVIANI, 2011, p. 11).

Na perspectiva de uma pedagogia compatível com a necessidade de emancipação das camadas populares, Saviani (2003) destaca que a PHC concebe a função social da escola voltada à socialização do saber sistematizado, do conhecimento científico, de modo que às camadas populares sejam garantidas condições de superação do seu contexto de exploração e alienação.

A partir de sua base Vigotskiana, a PHC defende uma concepção interacionista de educação, tendo o professor um papel determinante no processo de construção do conhecimento. Nessa perspectiva, o professor assume papel de mediador da aprendizagem do aluno por se encontrar em estágio superior de conhecimento.

A PHC propõe ao professor um fazer embasado na dialética que o permita partir da prática à teoria, promovendo a superação do senso comum em conhecimento científico, retomando à prática sob uma nova ótica (SAVIANI, 2011).

Além do pressuposto teórico de cunho pedagógico, que visa contribuir diretamente com o fazer docente, tem-se como necessário ao professor que trabalha diretamente com o público de jovens e adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado, o conhecimento acerca da Criminologia Crítica que vem na perspectiva de superação da criminologia positivista, cuja concepção consiste em ver o crime enquanto patologia do homem delinquente.

Segundo Baratta (1999), a concepção positivista da criminologia foi superada pela concepção criminológica liberal, todavia, apesar de as perspectivas apresentadas pelos estudiosos desta última corrente manterem distanciamento da concepção do sujeito patológico, ainda mantinham algum resquício do positivismo criminológico.

Nesse sentido, Baratta (1999) traz a criminologia crítica enquanto uma das teorias conflituais, sendo a de concepção marxista - o que coaduna com a perspectiva que perpassa todo o embasamento teórico deste produto educacional -, no sentido de superação de uma visão liberal acerca do crime, das relações de poder inerentes ao contexto capitalista e da identificação das características dos grupos marginalizados. Vale destacar acerca dessa concepção marxista, a compreensão da desigualdade do direito evidenciada pelas desigualdades sociais em contexto de divisão e repartição desigual de recursos.

A criminologia crítica, portanto, vem superando as perspectivas que focam nos estudos acerca da pessoa que pratica o crime, bem como das investigações acerca das causas da criminalidade, propondo, numa perspectiva dialética, a compreensão dos aspectos que influenciam na construção social do crime, bem como dos elementos constitutivos das concepções acerca da criminalidade (BARATTA, 1999).

Outro pressuposto teórico do nosso produto educacional está na concepção de intervenções socioeducativas, defendida por Antônio Carlos Gomes da Costa, pedagogo e um dos relatores do Eca, o qual cunhou o termo “socioeducativas”, inserindo-o na redação da

legislação afeta à infância e adolescência para adjetivar as medidas aplicadas ao adolescente em conflito com a lei.

Nessa perspectiva, em escritos posteriores, Costa (2006) defende que, assim como se faz necessária a existência de uma educação básica e de uma educação profissional voltadas aos grupos vulneráveis, em especial, ao jovem e adolescente autor de ato infracional, há que existir uma socioeducação, cujo objetivo “é preparar os jovens para o convívio social sem quebrar as regras de convivência consideradas como crime ou contravenção no Código Penal de Adultos” (p. 71).

O autor alude ao insucesso escolar do adolescente e do jovem que cometeram ato infracional, bem como às suas dificuldades no trabalho e na vida, como sendo resultado da ausência de acesso a uma educação que lhes possa oportunizar “aprender a ser e aprender a conviver” (p. 57).

Nesse sentido, aponta para a necessidade de observância do objetivo de inclusão social do trabalho, de natureza pedagógica, o qual pressupõe o resgate do valor do trabalho como promotor da inserção das classes pobres na sociedade, mediante a promoção de conhecimentos gerais e específicos que viabilizem mudanças positivas “das condições pessoais e sociais dos educandos” (p. 146).

Costa (2006), a partir de sua experiência profissional com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, também defende que a observância de determinantes socioemocionais na educação desse público propiciará condições positivas para a construção de seu projeto de vida.

6.4 RELATÓRIO DE APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A aplicação do Produto Educacional ocorreu no dia 30 de junho de 2022, quando foi mantido contato com os participantes, através de aplicativo de mensagem de voz, com posterior encaminhamento do Projeto Pedagógico do Curso. Na ocasião, foram fornecidas as informações necessárias acerca da proposta, da avaliação a ela anexada e do prazo para devolução.

Por ser a proposta do curso o próprio produto educacional, e não o curso FIC em si, o que se entendeu por aplicação do produto foi o encaminhamento do Projeto Pedagógico do Curso: “Intervenções Socioeducativas na EPT” para a análise e avaliação por parte dos

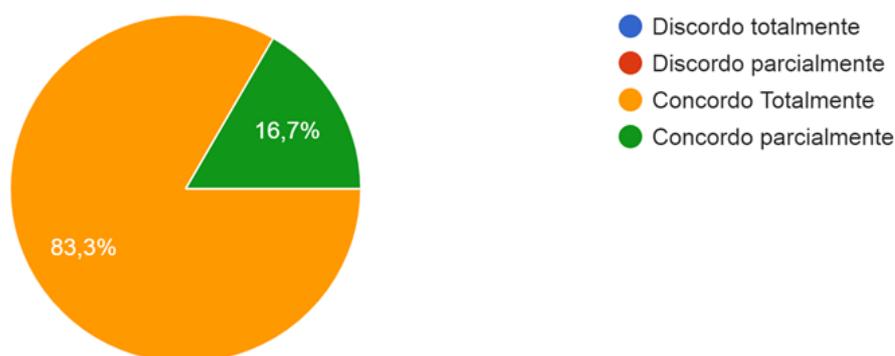
professores e gestores participantes da pesquisa. Portanto, submeteu-se o PPC aos 6 participantes da pesquisa e todos responderam ao questionário de avaliação.

Inicialmente, os respondentes foram questionados sobre a clareza apresentada no conteúdo da proposta do PPC, cujas respostas de 83% demonstraram concordar totalmente que o texto apresentado não suscitou dúvidas quanto ao produto proposto. E apenas 16,7% sinalizou alguma limitação da proposta quanto à clareza.

Gráfico 14 – Clareza no Conteúdo da proposta de PPC

O conteúdo da proposta de PPC foi apresentado de forma clara?

6 respostas



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Portanto, considera-se que um percentual significativo demonstrou compreensão dos objetivos do Produto Educacional, o que corresponde a um importante aspecto a ser considerado para colocá-lo em prática. Acredita-se que as dúvidas tiveram discreta ocorrência e poderão ser sanadas com a efetivação do PPC.

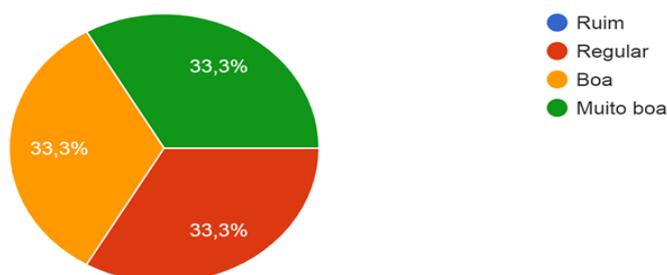
Em seguida, buscou-se questionar sobre a escolha pela modalidade EaD para oferta do curso, verificando-se que não houve uma total aderência por parte dos participantes. Infere-se que a resistência à modalidade EaD pode estar atrelada às dificuldades de lidar com conteúdo cujas especificidades demandam maior empenho para sua compreensão, notadamente, por não serem comuns às matrizes curriculares da EPT.

Elucide-se, no entanto, que a opção inicial pela modalidade EaD se deu em razão do período durante o qual o Produto Educacional foi concebido, em razão das limitações impostas pela pandemia da Covid-19, sendo levada em consideração a dificuldade de encontros presenciais. Nesse sentido, ainda que significativamente atenuadas tais limitações atualmente,

manteve-se a proposta inicial devido ao receio de enfrentar dificuldades de horários comuns dos docentes.

Gráfico 15 – Modalidade EAD na proposta do curso

O que você acha acerca da escolha pela modalidade EaD para a oferta do curso?
6 respostas



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Diante das respostas dos participantes, a respeito da modalidade do curso, considera-se a possibilidade de adaptação à modalidade presencial. Entretanto, há que serem observadas as necessárias alterações metodológicas e no desenho de avaliação de aprendizagem.

Avaliou-se, ainda, a proposta do curso em relação ao material didático: textos e vídeos, e as respostas oscilaram entre “bom” e “muito bom”, conforme pode ser visto no Gráfico 16:

Gráfico 16 – Avaliação do curso em relação ao material didático

Como avalia o curso em relação ao material didático (textos, vídeos)?
6 respostas



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Nesse sentido, percebeu-se que, no produto educacional, o material didático se apresentou a contento dos participantes da pesquisa, podendo-se inferir que tais instrumentos

agregam resultados relevantes na construção dos conhecimentos sobre os conteúdos propostos, a saber, os princípios da Pedagogia Histórico-Crítica, a Socioeducação e as legislações afetas ao público infantojuvenil.

Outro aspecto contemplado na avaliação foi a questão da carga horária do curso. Diante da questão acerca da suficiência do tempo sugerido, os partícipes da pesquisa apresentaram as respostas constantes, no Gráfico 17, as quais demonstram pertinência na carga horária proposta na opinião dos respondentes:

Gráfico 17 – Carga Horária do curso

Quanto à carga horária do curso, você acha:
6 respostas



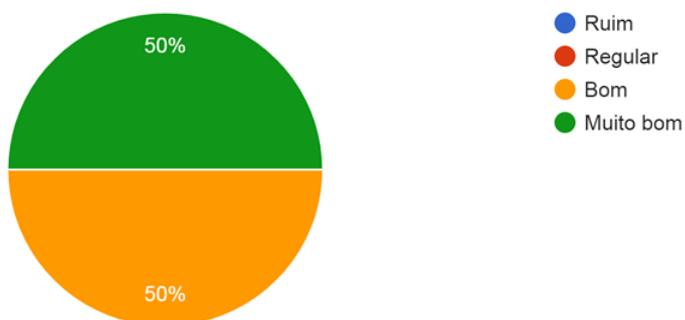
Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Salienta-se que se buscou que a carga horária equilibrasse o fluxo de conteúdos e promovesse os conhecimentos de forma sucinta e efetiva, no intuito de tornar o curso atrativo e de respeitar a disponibilidade dos docentes, considerando suas respectivas condições de administrar o tempo de trabalho e de estudo.

No Gráfico 18, buscou-se avaliar o curso em relação ao conteúdo trabalhado em cada módulo, tendo como respostas favoráveis entre “bom” e “muito bom”.

Gráfico 18 – Conteúdo trabalhado em cada módulo

Sobre o conteúdo a ser trabalhado em cada módulo, você considera:
6 respostas



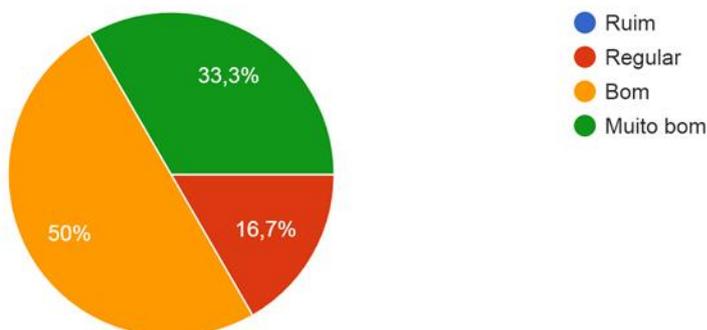
Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Percebeu-se, nessas respostas, que o conteúdo abordado por módulo atende às expectativas dos participantes da pesquisa, o que contribui para um maior interesse por parte deles, de realizar o curso quando da disponibilização por parte da Instituição.

No Gráfico 19, os participantes opinaram sobre a avaliação de conhecimentos proposta para o curso. As respostas também ficaram entre “bom” e “muito bom”, mas um percentual de 16,7% considerou regular. É possível inferir que este último percentual pode manter relação com a opinião acerca da modalidade EaD, uma vez que nesta modalidade restam mais restritas as alternativas avaliativas.

Gráfico 19 – A avaliação proposta

Acerca da avaliação, você acha o formato proposto:
6 respostas



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

No Gráfico 20, consta o questionamento aos participantes acerca da possibilidade de os conhecimentos adquiridos no curso trazerem contribuições para o trabalho desenvolvido com os socioeducandos, sendo apresentada opinião majoritária indicativa de que o acesso a tais conhecimentos favorecerá a prática dos docentes e o trabalho dos demais atores envolvidos nas iniciativas de qualificação profissional no contexto socioeducativo.

Gráfico 20 – Conhecimentos Adquiridos e contribuição aos socioeducandos

Você considera que os conhecimentos adquiridos no curso trarão contribuição para o trabalho desenvolvido com os socioeducandos?

6 respostas



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Dessa forma, as respostas do Gráfico 7 indicam que os participantes da pesquisa concordam que o curso voltado aos docentes trará contribuição significativa para estimular um processo de ensino-aprendizagem mais aprimorado, respeitando as singularidades dos socioeducandos.

Por fim, solicitou-se que os participantes pudessem trazer contribuições para melhoria do produto educacional. Nesse sentido, existiram os seguintes apontamentos:

Poderia ser proposta uma ação dos alunos do curso junto aos socioeducandos para fins de avaliação.

Cursos para este público devem ser curtos e dinâmicos. A proposta é interessante. Cursos presenciais são mais interessantes. Mas a proposta é muito importante.

A primeira sugestão foi no sentido de que fosse realizada uma avaliação de caráter mais prático, a exemplo de oficinas que visem retratar situações reais de ensino e aprendizagem envolvendo professores e alunos socioeducandos. Vê-se, no entanto, que tal sugestão está relacionada com a perspectiva de um curso presencial, posto que essa atividade avaliativa de interação entre professores e alunos exigiria o acesso dos socioeducandos ao contexto virtual, o que requer o conhecimento das condições objetivas das instituições envolvidas, para promoverem tal acesso.

Quanto à sugestão que indica a necessidade de que sejam ofertados cursos curtos e dinâmicos, considerando as especificidades do alunado ao qual o curso proposto é direcionado, concorda-se com o respondente. Mais uma vez, resta evidente que há resistência em relação à opção pela modalidade EaD.

Diante de tal constatação, ainda que o Produto Educacional aplicado e avaliado correspondeu ao PPC que apresenta a modalidade EaD como a alternativa pensada para o curso de Intervenções Socioeducativas na EPT (Apêndice A- 1), propõe-se, adicionalmente, PPC contendo proposta de curso presencial (Apêndice A- 2), mantendo-se as sugestões de disciplinas/módulos e de materiais didáticos; todavia, apresentando-se alterações na carga horária, na metodologia e na avaliação, as quais contemplarão momentos de interação e de atividades práticas.

Portanto, a proposta de curso presencial considera a existência da parceria entre o IFPE e a FUNASE, a qual poderá viabilizar a realização do referido curso, posto que tal parceria favorecerá a seleção de profissionais habilitados a ministrar as aulas e que dominem os conteúdos específicos a serem trabalhados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a compreender como estão organizados os espaços pedagógicos dos cursos de qualificação profissional voltados aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no âmbito do IFPE. Para tal, procedeu-se ao levantamento bibliográfico, com vistas à identificação da realidade da oferta desses cursos, em nível nacional, ao público mais amplo de jovens e adolescentes em vulnerabilidade social, que se encontram sob intervenção da Justiça mediante aplicação de medidas socioeducativas.

Portanto, a pesquisa bibliográfica possibilitou a exploração da temática, viabilizando as aproximações da literatura acerca da educação profissional no contexto socioeducativo. Também foi realizada a pesquisa documental, a qual cumpriu o objetivo de, por meio da análise das legislações relacionadas ao tema, favorecer o atendimento dos objetivos da pesquisa.

Dada a especificidade do objeto a ser explorado, o qual se estendeu para além da compreensão das iniciativas de educação profissional voltada a socioeducandos, contemplando a organização e gestão dos espaços pedagógicos desses cursos, também foi realizado levantamento bibliográfico acerca das perspectivas de espaços pedagógicos encontradas na literatura.

Nesse sentido, foram encontradas as seguintes perspectivas de espaços pedagógicos: espaço físico, espaço escolar (REIS; PARENTE, 2018; ANDRIOLA, 2009); vinculados à educação infantil (ROSA, 2016; MARTINS, 2021; LIMA; LIMA; WATANABE, 2021; SODRÉ, 2005; CARVALHO, 2006); lugar de “aprender ‘o pensar’ e aprender ‘o fazer’ da profissão no contexto da prática de estágio (RORIZ, 2002); contexto de aprendizagem nos locais de trabalho ou no âmbito de projetos sociais (ALVES, 2010; RORIZ, 2002; BARRETO, 2018; PIRES, 2018; ROCHA, 2000; FRAGA; PEREIRA, 2020); contexto de aprendizado profissional permanente (ALVES, 2010); espaços especializados de escolarização e educação especial (ROSA, 2016; BARBERENA, 2015); instituição de EPT, observando-se métodos de avaliação e de gestão pedagógica (VALLE E NASCIMENTO-E-SILVA E SILVA, 2010; OLIVEIRA E NASCIMENTO-E-SILVA, 2020; BORGES E SILVA E NASCIMENTO-E-SILVA, 2020; SILVA, 2021).

O conhecimento de tais perspectivas possibilitou, em consonância com os dados do estudo de campo e da análise dos documentos institucionais (PPPI e PPC referente ao Curso de Pedreiro de Alvenaria e Pintor de Imóveis, ofertado pelo IF *Campus* Caruaru), construir categorias de análise com vistas ao terceiro objetivo específico da pesquisa.

A partir desses últimos procedimentos, foi possível identificar que, nos documentos institucionais, encontram-se observáveis os espaços pedagógicos defendidos na pesquisa, quais sejam: ensino e aprendizagem, relações interpessoais (aluno-professor, professor-aluno, aluno-aluno, professor-gestor), infraestrutura (sala de aula, acesso aos espaços externos à sala de aula, recursos materiais), gestão administrativa e pedagógica e o impacto social causado pelas iniciativas de educação profissional dos socioeducandos.

No mesmo sentido, verificou-se, durante o estudo de campo, que vem sendo observada a necessidade de gestão e organização desses espaços pedagógicos no contexto dos cursos de qualificação ofertados ao público de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Todavia, diante da compreensão de que é prerrogativa do docente a responsabilidade mais direta na organização dos espaços pedagógicos, restou clara a lacuna relacionada à formação dos professores envolvidos em tais iniciativas. A constatação dessa lacuna ensejou na proposta de um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) para os docentes, de modo a contribuir efetivamente para a compreensão da realidade socioeducativa e para a utilização de métodos pedagógicos compatíveis com as especificidades educacionais do alunado atendido.

Portanto, vê-se que, na realidade investigada, os socioeducandos vêm usufruindo de condições favoráveis à sua aprendizagem, assumindo protagonismo enquanto participantes de todo o processo de planejamento e execução dos cursos que vêm sendo ofertados no contexto do IFPE. Todavia, ainda existem limitações relacionadas às questões que envolvem o ensino e aprendizagem, devido, principalmente, a fragilidades na formação docente para o trabalho com grupos vulneráveis e aqui, especificamente, com adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

No que diz respeito às limitações da pesquisa, tem-se a escassa literatura acadêmica sobre a educação profissional voltada aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Além desta, em âmbito local, vê-se que a dificuldade de localização dos discentes e a não utilização de outros instrumentos de coleta de dados com os docentes, a exemplo da entrevista, inviabilizou uma maior abrangência dos aspectos que caracterizam as iniciativas de qualificação profissional dos socioeducandos do IFPE.

Portanto, o que representou uma das limitações da pesquisa, também se configura como uma lacuna a ser observada, posto que o presente estudo vem conferir uma contribuição às discussões acerca da educação profissional no contexto socioeducativo, todavia, não se arvora

a esgotá-las. Nesse sentido, é necessário que outras pesquisas surjam para compor o acervo de produções acadêmicas sobre o tema, dando-se-lhe mais visibilidade.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, C. M. **Sofrimento psíquico grave de adolescentes em privação de liberdade**: um estudo exploratório. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília/DF, 2010.
- ALVES, T. E. A. **O trabalho em saúde como espaço pedagógico**: desafios e possibilidades. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/14694> Acesso em: 20/01/2020
- ALVES, T. E. A. **O trabalho em saúde como espaço pedagógico**: desafios e possibilidades. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010. Disponível em: <https://btdt.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 16 Jun. 2020.
- ANDRÉ, M. E. D. A. Mestrado profissional e mestrado acadêmico: aproximações e diferenças. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 823-841, 2017.
- ANDRIOLA, W. B. Fatores institucionais associados aos resultados do Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE): Estudo de cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**. Volume 7, número 1. 2009. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br>. Acesso em: 12 Mai. 2021.
- APOLINÁRIO, F. R. G. **Entre muros**: educação profissional como estratégia de inserção social para adolescentes em privação. Dissertação (Mestrado em Planejamento em Políticas Públicas). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2011.
- AQUINORD, E. C. G; ARAÚJO, E .A. Lugar-escola: espaços educativos. **Revista Mal-estar e subjetividade** - Fortaleza - vol. XIII - Nº 1-2 - p. 221 - 248 - mar/jun, 2013.
- ARAÚJO, R. M. L; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago, 2015
- ARROYO, M. G. (2004). **Imagens quebradas**: Trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis, RJ: Vozes.
- BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.
- BARATTA, Alessandro. **Ressocialização ou controle social**: uma abordagem crítica de “reintegração social” do sentenciado. República Federal da Alemanha: Universidade de Saarland, s.d. Disponível em: <http://www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2021.
- BARBERENA, C. F. R. Espaços específicos e pedagógicos para a educação de alunos surdos: recorrências nos discursos da Anped no período de 1990 a 2010. 2015. **Revista Educação Especial**. v. 28, n. 53, p. 995-606. Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br>. Acesso em: 13 Ago. 2020.

BARBOSA, S. D. P; QUIRINO, R. A educação profissional de jovens em privação de liberdade. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – Bahia - Brasil, v. 16, n. 37, p. 465-482, Edição Especial, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BARRETO, L. C. M. S. **Trilha interpretativa em unidade de conservação: espaço pedagógico para o ensino da gestão ambiental e ecologia Amazônia**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ensino Tecnológico). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Manaus/AM. 2018. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 16 Jun. 2020.

BASTOS, S. F. **Percepções sobre a qualificação profissional para adolescentes egressos e em prestação de medidas socioeducativas de prestação de serviços comunitários ou liberdade assistida - o projeto Tempo de Despertar**. Dissertação (Mestrado em Tecnologia). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Paraná, 2019.

BATISTA, E. L.; GOMES, H. S. C. Educação para a práxis: contribuições de Gramsci para uma pedagogia da educação profissional. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 65, p. 92-102, out. 2015.

BISINOTO, et al. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, Brasil. vol. 20, núm. 4, p.575-585. out/dez. 2015.

BOLLNOW, O. F. **O homem e o espaço**. Curitiba, PR: UFPR, 2008.

BORGES, N. S. S. C; SILVA, R. O; NASCIMENTO-E-SILVA, D. Gestão participativa e padronização em espaços pedagógicos: percepção dos integrantes de uma instituição de educação profissional e tecnológica. **Interfaces da Educação**. v. 11, n. 32, p. 79-105. Paranaíba, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4204>. Acesso em: 18 Jul. 2020.

BRAGA BARBOSA, H.; MACHADO, L. R. DE S.; AFONSO, M. L. M. Reflexões sobre a docência na educação profissional e tecnológica. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 62-81, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44352>. Acesso em: 25 Jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 28 ago. 2019.

BRASIL. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio** (documento base). Brasília, 2007.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. MEC, Brasília, 2010.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. MEC, Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei 10.097 de 19 de dezembro de 2000**. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm. Acesso em : 24 jul. 2019.

BRASIL. **Lei 12.852. Estatuto da Juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 13 de abr. 2019.

BRASIL. **Lei 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.692. Estabelece as diretrizes para o Ensino de 1º e 2º graus**. Brasília, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm. Acesso em: 29 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Brasília, 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acessocorp em: 14 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico da Educação Profissional no Brasil**. Brasília, sem ano/data. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=68731>. Acesso em: 02 de nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Teoria do Espaço Educativo**. MEC, Brasília, 2014.

BRITO, J. P. A. **Da proteção à socioeducação: estudo acerca das entidades de atendimento de crianças e adolescentes em Rio Branco, Acre**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, 2017.

CARMO, M. E; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cad. Saúde Pública**, 2018; 34(3).

CARVALHO, R. S. A emergência das instituições de educação infantil. **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel**, Pelotas, n. 20, p. 115-134, set. 2006. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br>. Acesso em: 10 Jun. 2020.

CASTRO, L. R.; MATTOS, A. R. O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a acção política a partir da juventude. **Análise social**, XLIV(193), 793-823. 2009.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p.187-205, jan./abr., 2014.

CNJ (2019).

- COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. **Método de pesquisa em administração**, Porto Alegre: Bookman, 7 ed. 2003.
- CORDEIRO, *et al.* Promoção das habilidades socioemocionais na educação de jovens e adultos. **Revista COCAR**, Belém, v.10, n.19, p. 311 a 334 – Jan./Jul. 2016
- COSTA, A. C. G (Coord.). **Socioeducação: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. 156 p.
- COSTA, A. C. G. Natureza e essência da ação socioeducativa. *In:* ILANUD et al. (Org.). **Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização**. São Paulo: ILANUD, 2006.
- COSTA, M. M. S. O. **Educação e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto: desafios e contradições**. 2015. Disponível em http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15862/1/2015_MargarethMariaCosta_tcc.pdf. Acesso em 25/01/2020
- CRAIDY, C. M. Medidas socioeducativas e educação. *In:* CRAIDY, C. M; SZUCHMAN, K. (Org.). **Socioeducação: fundamentos e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: **Evangraf**, 2017. P. 85-102, 2017.
- CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. *In:* LOPES, E. M. T; FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2000.
- CUNHA, L. A. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. n 14. mai/jun/jul/ago. 2000.
- CUNHA, E. O; DAZZANI, M. V. M. O que é Socioeducação? uma proposta de delimitação conceitual. **Rev. Adol. Confl.** n.17, p. 71-81, 2018.
- DEPIERE, V. C; HAUSER, E. E. Ressocialização x Reintegração Social do apenado: considerações sobre a função da pena privativa de liberdade no estado democrático de direito. **XXIII Seminário de Iniciação Científica**. Salão do Conhecimento. Unijuí/RS. 2015.
- DORE, R. Afinal, o que significa o trabalho como princípio educativo em Gramsci? **Cad. Cedes, Campinas**, v. 34, n. 94, p. 297-316, set./dez., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v34n94/0101-3262-ccedes-34-94-0297.pdf> Acesso em: 12/04/2020
- DUARTE, R. G; MACHADO, D. Q; MATOS, F. R. N. Pesquisa qualitativa nas ciências sociais: uma discussão acerca de sua complexidade e perspectivas futuras. **Cad. Pesq. Interdisciplinar em Ci-s. Hum-s**, Florianópolis, v. 4, n. 10, p. 203-224. 2013.
- FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- FALEIROS, V. P. Inclusão Social e Cidadania. **32ª International Conference on Social Welfare**. Brasília: 2006. Disponível em: https://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf Acesso em: 20 dez 2019
- FARFUS, D. **Espaços educativos: um olhar pedagógico**. Curitiba. Intersaberes, 2012.

FARIA, A. M. A; LENARDÃO, E. A prática pedagógica na pedagogia histórico-crítica. **Cadernos PDE**, versão online. Vol. 1. Paraná, 2014.

FAVRETTO, J.; SCALABRIN, I. S. Educação profissional no Brasil: marcos e trajetória. *In: Educere*, XII Congresso Nacional de Educação. PucPR, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22698_11447.pdf Acesso em: 02 de nov. 2019.

FIORENTINI, D; LORENZATO, S. Ética na Pesquisa Educacional: Implicações para a Educação Matemática. *In: FIORENTINI, D; LORENZATO, S. Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos*. 3ª Edição Revisada. Campinas: Autores Associados, 2009, p. 193-206.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRAGA, N; PEREIRA, G; GONÇALVES, G. A educação de adultos nos espaços pedagógicos da intervenção comunitária. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 27, n. 50. Maio, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333039663_A_Educacao_de_Adultos_nos_Espacos_Pedagogicos_da_Intervencao_Comunitaria. Acesso em: 5 Jul. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 18 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

FRIGOTTO, G. Educação para a “inclusão” e a “empregabilidade”: promessas que obscuresem a realidade. *In: CANÁRIO, R.; RUMMERT, S. Mundos do trabalho e aprendizagem. Educa. Formação*. Lisboa, 2009.

FRIGOTTO, G. **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, LPP, 2018.

FRIGOTTO, G. **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, LPP, 2018.

FRIGOTTO, G. Políticas públicas de educação, emprego e renda para jovens trabalhadores e a promessa ilusória de inclusão e de empregabilidade. *In: Seminário de Pesquisa: a crise da sociabilidade do capital e produção do conhecimento*, 4., 2009, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFF-UERJ-EPSJV/Fiocruz, 2009a.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005

GARCIA, A. C. et al. Educação profissional no Brasil: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales – UFVJM – MG – Brasil – Nº 13 – Ano VII – 05/2018**

GATTI, B. A. A construção metodológica da pesquisa em educação: Desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração em Educação**, v. 28, n. 1, p. 13-34, jan/abr. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpa/article/view/36066>. Acesso em: 15 out. 2019.

GATTI, B. A. Potenciais riscos aos participantes. *In: Ética e pesquisa em educação: subsídios*. Rio de Janeiro: Anped, 2019. 133p; v. 1.

GERMANO, M. G.; KULESZA, W. A. Ciência e senso comum: entre rupturas e continuidades. **Cad. Bras. Ens. Fís.**, v. 27, n. 1: p. 115-135, abr. 2010. Disponível em :

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2010v27n1p11> Acesso em: 05/05/2020

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999

GONÇALVES, M. A. S. Identidade do eu, consciência moral e estágios do desenvolvimento: perspectivas para a educação. **Psicologia da educação**. São Paulo, n. 19, dez. 2004.

Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752004000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14/04/2020.

GOULART, C. Sujeitos, espaços educativos e processos de ensino-aprendizagem: uma discussão a partir de Bakhtin. **Teias**, vol.10, n 19, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24056/17025> Acesso em:12/03/2020.

GOUVEIA, F. P. S. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. **Espaço e Economia [Online]** n. 9. 2016.

GRABOWSKI, G. **Gestão e planejamento da educação profissional e tecnológica**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Coleção formação pedagógica; v. 6.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9. Editora Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1995.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, 2021.

JACOBINA, O. M. P. **Filhos do Brasil: da (des)proteção ao ato infracional**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília, 2011.

JESUS, E. L. S. O direito fundamental à profissionalização de socioeducandos que cumprem medida socioeducativa em Salvador: abordagem crítico-analítica. Universidade Católica do Salvador | **Anais da 22ª Semana de Mobilização Científica - SEMOC** | 2019

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Lei 12.594/2012

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

LIMA, J. M; LIMA, M. R. C; WATANABE, D. Culturas da infância e espaços pedagógicos na educação infantil: interlocução para a qualificação da prática educativa. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 7, n. 1, p. 61–71, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5368>. Acesso em: 24 Jun. 2020.

LIMA, M. S. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

- LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál. Florianópolis**, v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.
- LOPES, J. J. M. Reminiscências na paisagem: Vozes, discursos e materialidades na configuração das escolas na produção do espaço brasileiro. In LOPES, J. J. M & CLARETO, S. M (Orgs.), **Espaço e educação: Travessias e atravessamentos**. p. 73-98. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.
- LUCENA, J. E. de. **Qualificação profissional na trajetória de jovens que passaram pela Funase**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.
- LUCKESI, C. C. Heteroavaliação, auto-avaliação e avaliação por opinião: cuidados metodológicos necessários. **Blog Luckesi** - avaliação em educação. Salvador, 13 jul. 2016. Disponível em: <<https://luckesi.blogspot.com/2016/07/110-heteroavaliacao-auto-avaliacao-ehtml?m=1heteroavalia>>
- MACHADO, A. C. P. **Os cursos de qualificação profissional básica de uma Oscip na Fundação CASA: modos de educar por meio e entre instituições**. Dissertação de Mestrado. Universidade São Paulo. São Paulo, 2015
- MACHADO, L. R. S. Formação Docente para a Educação Profissional: limites e possibilidades de institucionalização. **Cad. Pesq.**, v. 26, n. 4, out./dez., 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13061>. Acesso em: 13 Jun. 2021.
- MANACORDA, M. A. **O Princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1990.
- MANACORDA. Humanismo de Marx e industrialismo de Gramsci. **Revista Eletrônica de Educação**, v.11, n.1, p.26-43, jan./maio. 2017
- MANACORDA. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2010.
- MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.
- MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: **Eduel**, 2003. p.11-25.
- MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas; GEN, 2017. 346 p.
- MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo, Veras Editora, 1999.
- MARTINS, P. S. **Espaços pedagógicos: sentidos e significância na educação infantil em tempo integral**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Fronteira Sul. Erechim/RS, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4131>. Acesso em: 12 Jun. 2020.
- MELO, J. R. S.; OLIVEIRA, S. C. R.; MELO, E. S. N. Qualidade na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e sua interiorização frente ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). **Revista Principia**, Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB, n. 40, João Pessoa, 2018.
- MELO, L. S; GONÇALVES, S. M. M. Uma experiência de educação profissional no Centro Socioeducativo de Intervenção: possibilidades e desafios. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v.7 n. 1, p. 117-130, jan.-jun. 2014.
- MELOSSI, D; PAVARINI, M. **Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)**. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- MELOSSI, D. A questão penal em O capital. **Revista Margem Esquerda - Ensaios marxistas**, n. 4. São Paulo: Boitempo, 2004
- MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. HUCITEC. São Paulo, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- MOURA, D.H. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Rev. Bras. de Edu. Prof. e Tec.**, v. 1, n. 1, p. 23-38, Jul, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>. Acesso em: 14 Jul. 2021.
- NARDI, F. L; JANH, G. M; DELL'AGLIO, D. D. **Perfil de adolescentes em privação de liberdade: eventos estressores, uso de drogas e expectativas de future**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 116-137, abr. 2014.
- OLIVEIRA, C, S. **Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade**. Porto Alegre: Sulina, 2001. 256 p.
- OLIVEIRA, E. R. Ensinando a não sonhar: a anti-pedagogia oficial destinada a adolescentes infratores no Rio de Janeiro. **Katalysis**, 6 (1), 85-95, Santa Catarina, 2003.
- OLIVEIRA, E. S.; NASCIMENTO-E-SILVA, D. Avaliação participativa nos espaços pedagógicos. **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.** V. 9, n. 18, p. 1-19. 2020. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br>. Acesso em: 12 Jul. 2020.

OLIVEIRA, et al. Espaços de aprendizagem em educação profissional e tecnológica: discussão e caracterização. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. v. 2, n° 2, 2018 – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332567175_Espacos_de_Aprendizagem_em_Educacao_Profissional_e_Tecnologica_discussao_e_caracterizacao Acesso em: 15/03/2020

OLIVEIRA, H. F. **Educação e ressocialização**: o desafio da oferta de formação profissional e tecnológica para adolescentes privados de liberdade através do PRONATEC do IFPB e sua inserção no mercado de trabalho. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.

OLIVEIRA, Wemerson Fittipaldu; BARBOSA, Lorena Rodrigues; LOBÃO, Mário Sérgio Pedroza. Gestão democrática e participativa: notas teóricas sobre desafios à construção de uma educação integral no contexto dos institutos federais. **Revista Conexão na Amazônia**, v. 2, n. edição especial, p. 131-150, 2021.

PACHECO, E. M. MORIGI, V.; **Ensino Técnico, Formação Profissional e Cidadania**. Porto Alegre: Teckne, 2012, 120p.

PACHECO, E. **Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011, 120p.

PEREIRA, S. C. S.; PASSOS, G. O. As políticas para a educação profissional técnica de nível médio: dois projetos em disputa. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz, Maranhão, 2011.

PESSOA, A. R. .; GIMENEZ, J. .; SILVA, M. A. da .; ORMOND, N. F. P.; GENUÍNO, N. .; ROCHA, R. F. S. de S. .; ROCHA, P. C. da S. Work as an educational principle from the perspective of Professional and Technological Education. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 15, p. e73101522614, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i15.22614. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22614>. Acesso em: 5 jun. 2022.

PICCIONI, J. S. **O sistema socioeducativo e a profissionalização de jovens em conflito com a lei**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e análise de políticas públicas). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". São Paulo, Franca, 2019.

PIRES, C. D. O. **A formação acadêmico-profissional de professores no curso de Ciências Biológicas da UFSC**: uma reflexão sobre outros espaços pedagógicos. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 20 Jun. 2020.

PIRES, S. J. **Juventude(s), escola pública e programas sociais de transferência de renda**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RAMOS, M. A crise da sociabilidade do capital e a produção do conhecimento. **IV seminário de projetos integrados**. UFF-UERJ-EPSJV/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2009.

RAMOS, M. **Concepção do ensino médio integrado**. Paraná, 2008.

RANIÈRE, E. **A invenção das medidas socioeducativas**. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014

- REIS, C; PARENTE, C. A reorganização do espaço e dos materiais pedagógicos: favorecer a participação e as escolhas de um grupo de crianças. **Da Investigação às Práticas**, v. 9, n.1, p. 36 - 46, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/9876>. Acesso em: 18 Jun. 2020.
- REZENDE, S. B. A; ZARDO, T; BORGES, P. P. O estado da arte sobre a educação profissional de jovens em cumprimento de medida socioeducativa na base de dados da Capes. *In: SMANIOTTO, M. A. Direitos Humanos e diversidade 2*. p. 71-83. Atena Editora, Ponta Grossa, Paraná, 2019.
- RIBEIRO, S. L. Espaço escolar: um elemento (in)visível no currículo. **Sitientibus**. Feira de Santana, n. 31, p. 103-118, jul./dez. 2004.
- RINALDI, C. **Diálogos com Reggio Emilia**: escutar, investigar e aprender. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- ROCHA, E. A. C. A pedagogia e a educação infantil. **Revista Iberoamericana de Educación**. N. 22, p. 61-64. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/v3P9wYtgnVDf3DcVcywdLSK/?lang=pt>. Acesso em: 16 Jun. 2020.
- RORIZ, P. J. M. **O canteiro de obras como espaço pedagógico**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2002. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 16 Mai. 2020.
- ROSA, M. P. **Classes Especiais**: espaços pedagógicos especializados em tempos de inclusão escolar. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/12060>. Acesso em: 29 Jun. 2020.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. H.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- SANCEVERINO, Adriana Regina. O Trabalho como princípio educativo na Educação de Jovens e Adultos: Mediações imanentes para um currículo que se pretende emancipador. **EJA em Debate**, 2017.
- SANT ANA, W. P; LEMOS, G. C. Metodologia Científica: a pesquisa qualitativa nas visões de Lüdke e André. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 4, n. 12, p. 531-541, 2018.
- SANTOS, M. T. A.; MORILA, A. P. A educação profissional e tecnológica no Brasil: uma trajetória de projeções utilitaristas e seus percalços. *In: Kiri Kerê: pesquisa e ensino*, n 04, mai. 2018.
- SANTOS, S. M. M. Formação continuada numa perspectiva de mudança pessoal e profissional. **Sitientibus**. Feira de Santana. n. 31, p. 39-74, jul./dez. 2004.
- SAVIANI, D. Educação brasileira: estrutura e sistema. Campinas: Autores Associados, 1996. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, 2003.

SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios de uma sociedade de classes. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 223-274.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2003

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2003

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. O choque teórico da politécnia. In: **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, n.1. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003, p.115-130.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. 137 p. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, jan/abr. 2007.

SCOTT, C. M; MORAES, M. A. C. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – **Anais Eletrônico** – ISBN 978-85-7745-551-5.

SILVA, J. S. **O Planejamento no Enfoque Emergente: Uma experiência no 1º Ano do Ensino Fundamental de Nove Anos**. Tese de doutorado não publicada. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. 2001.

SILVA, M. R. Teoria curricular e teoria crítica da sociedade: elementos para (re)pensar a escola. In: **InterMeio - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v. 14, n. 28, p. 80-91, jul.-dez./2008.

SILVA, A. M. T. B. da; SUAREZ, A. P. M.; UMPIERRE, A. B. Produtos educacionais: uma avaliação necessária. **Interacções**, [S. l.], v. 13, n. 44, 2017. DOI: 10.25755/int.4108. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/4108>. Acesso em: 5 jun. 2022.

SILVA, P. S. Contribuições da disciplina memória e organização dos espaços pedagógicos em ept para um projeto de museu interativo de memórias. **Revista Iberoamericana de Humanidades, Ciência e Educação-Rease**. São Paulo, v. 7, n. 6. 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1490>. Acesso em: 18 Mai. 2021.

SILVA, R. S.; SILVA, V. R. Política nacional de juventude: trajetória e desafios. N, Salvador, v 24, nº 63, p. 663-678, 2011.

SODRÉ, L. G. P. As indicações das crianças sobre uma edificação adaptada para a educação infantil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. UERJ/RJ, ano 5, n. 1. 2005. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/11157>. Acesso em: 6 Jul. 2020.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios na pesquisa organizacional. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí. Ano 1, n. 2, jul/dez, 2003. ^

VALLE, M. R. L; NASCIMENTO-E-SILVA, D; SILVA, R. O. Avaliação participativa nos espaços pedagógicos: Análise de uma instituição escolar do norte do Brasil. **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.** V. 9, n. 18, p. 1-17. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/40714>. Acesso em: 10 Jun. 2020.

VIEIRA, E. P. Gramsci e suas contribuições para a compreensão do trabalho docente. **Trabalho e Educação**. Vol 17, n 1- jan/abr- 2008.

VIGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VIÑAO FRAGO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: A arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VOLPI, Mário (Org.). **O adolescente e o ato infracional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 87 p.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

MODALIDADE A DISTÂNCIA



INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

Gidair Lopes dos Santos

**Projeto Pedagógico de Curso de Formação Inicial e Continuada
em**

**INTERVENÇÕES SOCIOEDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



Ref.: Candido Portinari, Roda Infantil, 1932 (site)..

Olinda/PE

2022



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM INTERVENÇÕES SOCIOEDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Tipo de produto: Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

1.2 Nível de ensino: Formação Inicial e Continuada – FIC.

2 INTRODUÇÃO

O Produto Educacional se trata de uma exigência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, para conclusão de cursos de Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* profissionais, como é o caso da presente pesquisa. Segundo Silva, Suarez e Umpierre (2017), “esse produto deve ser implementado no contexto escolar e deve ficar disponível para que qualquer docente possa usá-lo a fim de diversificar suas práticas pedagógicas” (p. 236).

O presente produto educacional corresponde ao Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada em Intervenções Socioeducativas na Educação Profissional e Tecnológica. Visa oferecer subsídios ao trabalho realizado no contexto da docência dos cursos de qualificação profissional voltados aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas educativas.

As iniciativas de qualificação profissional de socioeducandos, promovidas mediante parceria entre o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e unidades da Fundação de

Atendimento Socioeducativo (FUNASE), constituíram o campo da pesquisa de mestrado profissional, e deste produto, intitulada: A Educação Profissional e Tecnológica de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Por estar situada na linha de pesquisa: Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em EPT, a citada pesquisa apresentou a seguinte questão norteadora: Como estão organizados os espaços pedagógicos dos cursos de qualificação profissional de jovens e adolescentes em medida socioeducativa, ofertados no *Campus* Caruaru do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)? E, a partir desse questionamento, foram definidos os seguintes objetivos de pesquisa:

1. Identificar como estão dispostas, nos IFs, as condições de oferta de qualificação profissional voltada aos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e em cumprimento de medidas judiciais;
2. Conhecer as condições de oferta de qualificação profissional para adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE);
3. Caracterizar, a partir da percepção de gestores, alunos e professores participantes, a qualificação profissional de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no caso do IFPE, no que diz respeito à gestão dos espaços pedagógicos dos cursos voltados a esse tipo de alunado;
4. Elaborar projeto de curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) voltado à capacitação dos docentes dos cursos de qualificação profissional de socioeducandos, com base nos dados da pesquisa.

É importante destacar que a consecução do quarto objetivo, traduzido pelo presente produto educacional, foi possível a partir dos procedimentos referentes aos demais objetivos, sobretudo por meio do estudo de campo. Nesse sentido, os dados da pesquisa denunciaram uma lacuna na formação dos docentes dos cursos de qualificação profissional dos socioeducandos e necessidade de investimentos em sua formação inicial e continuada, mediante promoção de conhecimentos específicos sobre a realidade socioeducativa.

O presente produto educacional é apresentado como contribuição ao trabalho docente, posto que o curso FIC proposto dispõe de conteúdos que abordam as principais leis afetas ao público de adolescentes e jovens, com destaque aos embasamentos legais das medidas

protetivas e medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes e jovens em vulnerabilidade e conflito com a lei; além das concepções teóricas da Pedagogia Histórico-Crítica em Saviani e da Socioeducação, com ênfase nas intervenções socioeducativas propostas por Antônio Carlos Gomes da Costa.

A carga horária do curso é de vinte horas, sugerindo-se uma duração de um mês, de modo a possibilitar a divisão de tempo de estudo em cinco horas semanais. A oferta do curso será na modalidade de Ensino a Distância (EaD), utilizando-se, para isso, as plataformas digitais disponibilizadas pela instituição.

Considera-se que a opção pela modalidade EaD pode favorecer as condições de replicação do curso FIC (conteúdo e material de estudo: slides, textos e vídeos) a qualquer tempo, posto que ficará disponível para ser acessado de acordo com a necessidade avaliada pela instituição. Vale pontuar que a possibilidade de replicação é critério exigido para a validação do presente produto educacional.

A avaliação deste produto dar-se-á por meio de questionário disponibilizado aos participantes da pesquisa, o qual seguirá juntamente com o Projeto Pedagógico do Curso proposto. O referido documento e o questionário de avaliação também serão encaminhados para as respectivas gestões da FUNASE e do *Campus* Caruaru do IFPE.

3 OBJETIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O presente produto educacional tem como objetivo contribuir com a formação continuada dos docentes dos cursos de qualificação profissional de socioeducandos, ofertado no contexto do IFPE.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este produto educacional foi desenvolvido a partir da análise dos dados da pesquisa, principalmente os coletados no estudo de campo, por meio de instrumentos de entrevista e questionários aplicados junto aos gestores do IF Caruaru e da FUNASE Caruaru, e aos professores e alunos egressos dos cursos de qualificação profissional dos socioeducandos.

Com base nas respostas e opiniões apresentadas pelos participantes da pesquisa, foi identificada a lacuna na formação dos professores que lecionam para esse alunado, uma vez que a formação acadêmica dos docentes não contempla os conhecimentos específicos referentes à realidade do contexto socioeducativo.

Além do estudo de campo, também foi realizada a análise de documentos do IFPE, a saber: o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) referente ao curso de Pedreiro de Alvenaria e Pintor de Imóveis, ofertado pelo IF Caruaru aos socioeducandos. A pesquisa documental favoreceu a compreensão de pertinência do presente produto educacional como contribuição para o processo de organização e gestão dos espaços pedagógicos dos cursos voltados a esse alunado específico.

A partir dos resultados obtidos, foram selecionados conteúdos relacionados ao contexto de socioeducação e de cunho pedagógico, procedendo-se à elaboração do presente PPC, o qual foi disponibilizado para a análise e avaliação por parte dos professores e gestores participantes da pesquisa, nos respectivos e-mails institucionais e através de aplicativo de mensagem nos seus celulares. Para a avaliação, foi disponibilizado, através do *Google Forms*, um questionário composto por perguntas objetivas acerca da proposta de curso apresentada.

5 FORMAS DE UTILIZAÇÃO

Este produto educacional, PPC referente ao curso de Intervenções Socioeducativas na Educação Profissional e Tecnológica, poderá ser encaminhado para a avaliação da Pró-Reitoria de Ensino (PRODEN) do IFPE, a fim de que possa ser averiguado se há compatibilidade com a perspectiva pedagógica da instituição, apresentada em seu PPPI, em relação à política de formação continuada dos seus docentes.

Nessa perspectiva, em sendo avaliado positivamente o referido PPC, recomenda-se seu encaminhamento ao Departamento de Ensino (DEN) do *Campus* Caruaru do IFPE, a fim de serem viabilizadas as condições de efetivação do curso proposto. Recomenda-se que o referido curso seja direcionado, inicialmente, aos docentes dos cursos de qualificação profissional voltados ao público de socioeducandos, oferecidos pelo referido IF, por ter sido o *locus* da pesquisa que deu origem à presente proposta.

Portanto, uma vez que o PPC proposto seguirá acompanhado de todo o material correspondente às atividades a serem disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela instituição, a saber: planos das disciplinas e materiais didáticos (textos, vídeos e slides das aulas), tornar-se-á possível a aplicabilidade do presente produto, bem como sua replicação para atender às demandas institucionais.

6 DADOS INSTITUCIONAIS

6.1 Do IFPE

Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco- IFPE
CNPJ	10.767.239/0001-45
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Av. Prof. Luiz Freire, 500, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-540
Telefone	(81) 2125-1600
Site da Instituição	https://portal.ifpe.edu.br

6.2 Dos responsáveis pela elaboração

Nome do Responsável pela Elaboração	Gidair Lopes dos Santos
Cargo/Função	Analista Judiciária - Pedagoga do TJPE. Mestranda do Programa PROFET- <i>Campus</i> Olinda
Endereço	Rua Riviera, 32, Pau Amarelo, Paulista/PE. CEP: 53.433-690
Telefone	(81) 99928-6402
Endereço Eletrônico (e-mail)	gidalopes@hotmail.com.br

7 DAS PARCERIAS

Por ser resultado de uma pesquisa acerca da realidade de cursos de qualificação oferecidos aos socioeducandos mediante parceria instituída entre o IFPE e a FUNASE, recomenda-se que tal parceria seja mantida nos processos de viabilização da oferta e na avaliação do presente curso FIC, com possível inclusão de educadores da FUNASE que lecionem nos cursos ofertados pelo IFPE.

8 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso	Intervenções Socioeducativas na Educação Profissional e Tecnológica
Tipo	Formação Inicial e Continuada – FIC
Número de Vagas por turma	A definir
Carga Horária	20 horas
Carga horária semanal (sugerida)	5 horas
Modalidade	À Distância
Local das Aulas	Ambiente Virtual
Responsável (is) pelo Curso	

8.1 JUSTIFICATIVA

A educação profissional e tecnológica, sob a perspectiva de promoção da cidadania e da emancipação do sujeito, é política imprescindível nos contextos de negação de direitos dos grupos vulneráveis, entre eles, estão os jovens e adolescentes que se encontram sob a tutela estatal mediante aplicação de medidas socioeducativas por parte do Judiciário. Nesse sentido, iniciativas de qualificação profissional de socioeducandos nos Institutos Federais constituem-se como uma importante estratégia de promoção da autonomia e inserção social.

No entanto, dadas às especificidades desse alunado, em razão do contexto de violência e exclusão ao qual esses adolescentes e jovens foram submetidos, não se pode prescindir de uma educação profissional que garanta uma prática docente embasada em uma concepção histórico-crítica e em conhecimentos que agreguem aos saberes pedagógicos noções de direitos da criança, do adolescente e do jovem; como também, concepções de socioeducação e de intervenções socioeducativas voltadas a esse público.

Nesse sentido, o trabalho educativo voltado aos socioeducandos demanda do docente o acesso a conteúdos específicos que favoreçam o conhecimento da realidade e das peculiaridades desse tipo de alunado. Portanto, conhecer a legislação que define, orienta e caracteriza tal intervenção é um dos principais requisitos para uma prática docente contextualizada do ponto de vista dos deveres e direitos do público infantojuvenil. Reconheça-se, no entanto, que esses conhecimentos específicos não podem prescindir dos conhecimentos pedagógicos e técnicos necessários ao ensino no âmbito da EPT, os quais devem estar robustamente fundamentados em teorias que considerem o trabalho como princípio educativo.

Sob a perspectiva pedagógica, o presente curso tem a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) como embasamento teórico, norteador da prática docente voltada à EPT de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Isso, a partir da concepção ontológica da educação e do trabalho enquanto elementos indissociáveis, sendo a educação, segundo Saviani (2011), “ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (p. 11).

Nesse sentido, acerca da emancipação dos sujeitos em vulnerabilidade social, Saviani (2003) destaca que a PHC concebe a função social da escola voltada à socialização do saber sistematizado, do conhecimento científico, de modo que às camadas populares sejam garantidas condições de superação do seu contexto de exploração e alienação.

A partir de sua base Vigotskiana, a PHC defende uma concepção interacionista de educação, tendo o professor um papel determinante no processo de construção do conhecimento. Nessa perspectiva, o professor assume papel de mediador da aprendizagem do aluno, por se encontrar em estágio superior de conhecimento. A PHC propõe ao professor um fazer embasado na dialética que o permita partir da prática à teoria, promovendo a superação do senso comum em conhecimento científico, retomando à prática sob uma nova ótica (SAVIANI, 2011).

Outro pressuposto teórico do curso encontra-se fundado na concepção de intervenções socioeducativas defendida por Antônio Carlos Gomes da Costa, pedagogo e um dos relatores do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual cunhou o termo “socioeducativas” inserindo-o na redação da legislação afeta à infância e adolescência para adjetivar as medidas aplicadas ao adolescente em conflito com a lei.

Em escritos posteriores, Costa (2006) defende que, assim como se faz necessária a existência de uma educação básica e de uma educação profissional voltadas aos grupos vulneráveis, em especial ao jovem e adolescente autor de ato infracional, há que existir uma socioeducação, cujo objetivo “é preparar os jovens para o convívio social sem quebrar as regras de convivência consideradas como crime ou contravenção no Código Penal de Adultos” (p. 71).

O autor alude ao insucesso escolar do adolescente e do jovem que cometeram ato infracional, bem como às suas dificuldades no trabalho e na vida, como sendo resultado da ausência de acesso a uma educação que lhes possa oportunizar “aprender a ser e aprender a conviver” (p. 57).

Assim, aponta para a necessidade de observância do objetivo de inclusão social do trabalho, de natureza pedagógica, o qual pressupõe o resgate do valor do trabalho como promotor da inserção das classes pobres na sociedade mediante a promoção de conhecimentos gerais e específicos que viabilizem mudanças positivas “das condições pessoais e sociais dos educandos” (p. 146).

A partir de sua experiência profissional com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, o autor também defende que a observância de determinantes socioemocionais na educação desse público propiciará condições positivas para a construção de projetos de vida.

Além do pressuposto teórico de cunho pedagógico, que visa contribuir diretamente com o fazer docente, vemos como necessário ao professor que trabalha diretamente com o público de jovens e adolescentes que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas em meio

fechado, o conhecimento acerca da criminologia crítica que vem na perspectiva de superação da criminologia positivista, cuja concepção consiste em ver o crime enquanto patologia do homem delinquente.

Nesse sentido, Baratta (1999) traz a criminologia crítica enquanto uma das teorias conflituais, sendo a de concepção marxista – o que coaduna com a perspectiva que perpassa todo o embasamento teórico deste produto educacional -, no sentido de superação de uma visão liberal acerca do crime, das relações de poder inerentes ao contexto capitalista, e da identificação das características dos grupos marginalizados. Vale destacar acerca dessa concepção marxista, a compreensão da desigualdade do direito evidenciada pelas discrepâncias sociais em contexto de divisão e repartição desigual de recursos.

A criminologia crítica, portanto, vem superando as perspectivas que focam nos estudos acerca da pessoa que pratica o crime, bem como das investigações acerca das causas da criminalidade, propondo, numa perspectiva dialética, a compreensão dos aspectos que influenciam na construção social do crime, bem como dos elementos constitutivos das concepções acerca da criminalidade (BARATTA, 1999).

8.2 OBJETIVOS DO CURSO

8.2.1 Objetivo Geral

Contribuir com a formação continuada e com a prática docente no contexto dos cursos de qualificação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

8.2.2 Objetivos Específicos

- Compreender a concepção teórica da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) em Saviani e as possibilidades de aplicabilidade na qualificação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas;
- Caracterizar as medidas socioeducativas à luz da legislação afeta à infância, adolescência e juventude e a perspectiva teórica da Criminologia Crítica;
- Conhecer as concepções de Socioeducação;
- Analisar as intervenções socioeducativas propostas por Antônio Carlos Gomes da Costa.

9 PÚBLICO-ALVO

Professores/as que já exerceram ou que estão exercendo a docência dos cursos de qualificação profissional voltados aos socioeducandos, no âmbito do IFPE.

10 PERFIL DO/A EGRESSO/A DO CURSO

Profissional apto a melhor exercer a prática docente no contexto de educação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, mediante condições de aplicar os novos conhecimentos pedagógicos e de compreender aspectos específicos da intervenção socioeducativa, necessários ao processo de ensino e aprendizagem que contempla esse alunado.

11 CONCEPÇÃO CURRICULAR

Este capítulo visa apresentar os procedimentos didáticos e metodológicos adotados no curso, a carga horária pensada e os recursos didáticos a serem disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Além disso, apresenta a matriz das disciplinas que serão trabalhadas durante o processo de ensino e aprendizagem.

11.1 Procedimentos Didático-Metodológicos

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade de ensino utilizada como estratégia para oportunizar o processo ensino-aprendizagem a partir da perspectiva de ampliação de espaços e tempos em contextos educacionais. Nesse sentido, as aulas serão disponibilizadas em Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela instituição, a saber, na plataforma *Moodle*, ou através do *Google Classroom*, sob a responsabilidade da coordenação dos cursos extensionistas (DEX), que caberá acompanhar a participação e a aprendizagem dos docentes, sendo essa última mediante correção das atividades avaliativas, caso haja possibilidade de o curso ser tutorado.

A carga horária será de 20 horas de aula, as quais poderão ser cumpridas durante o período de 30 dias, de acordo com a disponibilidade dos docentes, sendo sugerida uma carga horária correspondente a 5 horas semanais. Os alunos deverão estudar os conteúdos teórico-conceituais propostos nos textos disponibilizados, assistir aos vídeos relacionados aos conteúdos trabalhados e ler a bibliografia complementar proposta. Nessa perspectiva, foi observada a linha associativa entre o material escrito e os audiovisuais, de modo a proporcionar ao aluno condições de construir seu conhecimento numa perspectiva crítico-reflexiva. Por meio

de conteúdos de documentário e de filme sobre a temática abordada no curso, o aluno poderá estabelecer relações entre os temas apresentados e situações reais, mediante acesso a aspectos da teoria e da prática, ainda que se trate de curso autoinstrucional.

11.2 Matriz Curricular

MÓDULO/DISCIPLINA	CONTEÚDO
1	Concepção teórica da Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani
2	O Estatuto da Criança e do Adolescente e as Medidas Socioeducativas
3	Aproximações Teórico-Conceituais de Socioeducação
4	Intervenções Socioeducativas em Antônio Carlos Gomes da costa

12 CRITÉRIO DE APROVEITAMENTO/AVALIAÇÃO

Para averiguação dos conhecimentos adquiridos pelo aluno, propõem-se duas alternativas de avaliação: a primeira, colocada nessa posição por se tratar de procedimento preferencial, dada à perspectiva histórico-críticas das atividades pedagógicas aqui propostas, trata-se de avaliação colaborativa disponibilizada por meio de um tema gerador apresentado no “fórum de discussão”, a partir do qual os alunos serão instigados a contribuir com suas reflexões, opiniões e sugestões acerca do material e da questão geradora do debate.

No entanto, apesar de ser o formato de avaliação mais compatível com a proposta pedagógica do curso, vê-se que sua aplicabilidade só será possível com a disponibilização, por parte da instituição, de profissional apto a exercer a tutoria, ainda que apenas no momento reservado para a avaliação. Dessa forma, o aluno, mediante acesso ao material de cada módulo, direciona seus estudos de forma autônoma; mas, a atividade avaliativa será direcionada pelo tutor, a quem caberá mediar as discussões no fórum e sistematizar as contribuições dos alunos, cuja participação será exigência para a aprovação.

Caso não seja exequível o formato tutorado, propõe-se uma avaliação que siga a linha autoinstrucional do curso, por meio de um questionário *online* composto por 5 questões de múltipla escolha, referentes aos conteúdos trabalhados em cada módulo. Serão aprovados os estudantes com frequência igual ou superior a 75% e rendimento superior a 60%. Como atividade complementar a esse tipo de avaliação, será proposto um outro questionário composto por alternativas de como o aluno avalia o curso e sua própria aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.
- BRASIL. **Lei 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.
- BRASIL. **Lei 12.852. Estatuto da Juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 13 de abr. 2019.
- COSTA, A. C. G (Coord.). **Socioeducação**: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. 156 p.
- COSTA, A. C. G. Natureza e essência da ação socioeducativa. *In*: ILANUD et al. (Org.). **Justiça, adolescente e ato infracional**: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006.
- SANTOS, S. M. M. Formação continuada numa perspectiva de mudança pessoal e profissional. **Sitientibus**. Feira de Santana. n. 31, p. 39-74, jul./dez. 2004.
- SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2003
- SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios de uma sociedade de classes. *In*: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e Educação**: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 223-274.

ANEXO I

PLANO DE ENSINO

Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT Carga Horária: 20 h
Ementa: Elementos teóricos da Pedagogia Histórico-Crítica em Saviani. O Estatuto da Criança e do Adolescente e as Medidas Socioeducativas. Origem e aproximações teórico-conceituais da Socioeducação. Intervenções socioeducativas em Antônio Carlos Gomes da Costa.
Objetivo Geral: Contribuir com a formação continuada e com a prática docente no contexto dos cursos de qualificação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.
Objetivos Específicos:
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a concepção teórica da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) em Saviani e as possibilidades de aplicabilidade na qualificação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; - Caracterizar as medidas socioeducativas à luz da legislação afeta à infância, adolescência e juventude; - Analisar a origem e as concepções de Socioeducação;

- Identificar as propostas de intervenção socioeducativa na educação de adolescentes e jovens em conflito com a lei, a partir de Antônio Carlos Gomes da Costa.

Principais Referências:

- BRASIL. **Lei 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.
- BISINOTO, et al. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, Brasil. vol. 20, núm. 4, p.575-585. out/dez. 2015.
- COSTA, A. C. G (Coord.). **Socioeducação: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. 156 p.
- COSTA, A. C. G. Natureza e essência da ação socioeducativa. *In: ILANUD et al. (Org.). Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006
- CUNHA, E. O; DAZZANI, M. V. M. O que é Socioeducação? uma proposta de delimitação conceitual. **Rev. Adol. Confl.** n.17, p. 71-81, 2018.
- FARIA, A. M. A; LENARDÃO, E. A prática pedagógica na pedagogia histórico-crítica. **Cadernos PDE**, versão online. Vol. 1. Paraná, 2014.
- JESUS, E. L. S. O direito fundamental à profissionalização de socioeducandos que cumprem medida socioeducativa em Salvador: abordagem crítico-analítica. Universidade Católica do Salvador | **Anais da 22ª Semana de Mobilização Científica - SEMOC | 2019**
- SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios de uma sociedade de classes. *In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). Marxismo e Educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 223-274.

Referências Complementares:

- BARATTA, Alessandro. **Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica de “reintegração social” do sentenciado**. República Federal da Alemanha: Universidade de Saarland, s.d. Disponível em: <http://www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2021.
- BRAGA BARBOSA, H.; MACHADO, L. R. DE S.; AFONSO, M. L. M. Reflexões sobre a docência na educação profissional e tecnológica. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 62-81, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44352>. Acesso em: 25 Jun. 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 28 ago. 2019.
- BRASIL. **Lei 12.852. Estatuto da Juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 13 de abr. 2019.
- CORDEIRO, *et al.* Promoção das habilidades socioemocionais na educação de jovens e adultos. **Revista COCAR**, Belém, v.10, n.19, p. 311 a 334 – Jan./Jul. 2016.
- FRIGOTTO, G. Educação para a “inclusão” e a “empregabilidade”: promessas que obscureceram a realidade. *In: CANÁRIO, R.; RUMMERT, S. Mundo do trabalho e aprendizagem*. Educa. Formação. Lisboa, 2009.
- LUCENA, J. E. de. **Qualificação profissional na trajetória de jovens que passaram pela Funase**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.
- SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, jan/abr. 2007.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. 137 p. (Coleção educação contemporânea).

ANEXO II

PLANO DE MÓDULOS/DISCIPLINAS

Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT
Módulo: I Componente Curricular: Concepção teórica da PHC CH: 5 h
Ementa: Conhecendo a Pedagogia Histórico Crítica. Passos da Pedagogia Histórico-Crítica em Saviani.
Objetivos: Compreender a Pedagogia Histórico-Crítica e conhecer os passos propostos por Saviani.
Metodologia/Recursos: apresentação de vídeos, textos e slides explicativos.
Avaliação: Será disponibilizado um questionário contendo perguntas de múltipla escolha sobre o conteúdo trabalhado.
Principais Referências:
FARIA, A. M. A; LENARDÃO, E. A prática pedagógica na pedagogia histórico-crítica. Cadernos PDE , versão online. Vol. 1. Paraná, 2014.
SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios de uma sociedade de classes. <i>In:</i> LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). Marxismo e Educação: debates contemporâneos. <i>Campinas:</i> Autores Associados, 2005, p. 223-274.
Referências Complementares:
BRAGA BARBOSA, H.; MACHADO, L. R. DE S.; AFONSO, M. L. M. Reflexões sobre a docência na educação profissional e tecnológica. Revista Labor , v. 1, n. 24, p. 62-81, 19 out. 2020. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44352 . Acesso em: 25 Jun. 2021.
SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação . v. 12, n. 34, jan/abr. 2007.
SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11 ed. rev. <i>Campinas, SP:</i> Autores Associados, 2011. 137 p. (Coleção educação contemporânea).

Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT
Módulo: II Componente Curricular: O ECA, as Medidas Socioeducativas e a Criminologia Crítica CH: 5 h
Ementa: O Estatuto da Criança e do Adolescente. Conhecendo as medidas socioeducativas. O direito à profissionalização no contexto das medidas socioeducativas e a Criminologia Crítica.
Objetivos: Caracterizar as medidas socioeducativas à luz da legislação afeta à adolescência e juventude.

Metodologia/Recursos: apresentação de vídeos, textos e slides explicativos.
Avaliação: Será disponibilizado um questionário contendo perguntas de múltipla escolha sobre o conteúdo trabalhado.
<p>Principais Referências:</p> <p>BARATTA, A. Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.</p> <p>BRASIL. Lei 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.</p> <p>JESUS, E. L. S. O direito fundamental à profissionalização de socioeducandos que cumprem medida socioeducativa em Salvador: abordagem crítico-analítica. Universidade Católica do Salvador Anais da 22ª Semana de Mobilização Científica - SEMOC 2019</p> <p>Referências Complementares:</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 28 ago. 2019.</p> <p>BRASIL. Lei 12.852. Estatuto da Juventude. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 13 de abr. 2019.</p>

Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT
Módulo: III Componente Curricular: Aproximações Teóricas da Socioeducação CH: 5 h
Ementa: A origem da Socioeducação. Aproximações teóricas e conceituais da Socioeducação.
Objetivos: Analisar a origem e as concepções de Socioeducação.
Metodologia/Recursos: apresentação de vídeos, textos e slides explicativos.
Avaliação: Será disponibilizado um questionário contendo perguntas de múltipla escolha sobre o conteúdo trabalhado.
<p>Principais Referências:</p> <p>BISINOTO, et al. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. Psicologia em Estudo, Maringá, Brasil. Vol. 20, núm. 4, p.575-585. Out/dez. 2015.</p> <p>CUNHA. E. O; DAZZANI, M. V. M. O que é Socioeducação? Uma proposta de delimitação conceitual. Rev. Adol. Confl. N.17, p. 71-81, 2018.</p> <p>Referências Complementares:</p> <p>BARATTA, Alessandro. Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica de “reintegração social” do sentenciado. República Federal da Alemanha: Universidade de Saarland, s.d. Disponível em: http://www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf</p>

FRIGOTTO, G. Educação para a “inclusão” e a “empregabilidade”: promessas que obscureceram a realidade. <i>In</i> : CANÁRIO, R.; RUMMERT, S. Mundos do trabalho e aprendizagem. Educa. Formação . Lisboa, 2009.
Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT
Módulo: IV Componente Curricular: Intervenções Socioeducativas CH: 5 h
Ementa: O Socioeducativo em Antônio Carlos Gomes da Costa. Especificidades da intervenção socioeducativa.
Objetivo: Identificar as propostas de intervenção socioeducativa na educação de adolescentes e jovens em conflito com a lei, a partir de Antônio Carlos Gomes da Costa.
Metodologia/Recursos: apresentação de vídeos, textos e slides explicativos.
Avaliação: Será disponibilizado um relatório contendo perguntas de múltipla escolha sobre o conteúdo trabalhado.
Principais Referências:
COSTA, A. C. G (Coord.). Socioeducação: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. 156 p.
COSTA, A. C. G. Natureza e essência da ação socioeducativa. <i>In</i> : ILANUD et al. (Org.). Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006.
Referências Complementares:
CORDEIRO, <i>et al.</i> Promoção das habilidades socioemocionais na educação de jovens e adultos. Revista COCAR , Belém, v.10, n.19, p. 311 a 334 – Jan./Jul. 2016
LUCENA, J. E. de. Qualificação profissional na trajetória de jovens que passaram pela Funase. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

ANEXO III

Links de Acesso ao Material Didático utilizado nos Módulos

Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT	
Módulo I: Componente Curricular: Concepção teórica da PHC	CH: 5 h
Ementa: Conhecendo a Pedagogia Histórico Crítica. Passos da Pedagogia Histórico-Crítica em Saviani.	

Textos principais:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_ped_pdp_adriana_maria_augusto_faria.pdf

<https://pdfcoffee.com/qdownload/demerval-saviani-educao-socialista-pedagogia-historico-critica-e-os-desafios-da-sociedade-de-classespdf-pdf-free.html>

Textos complementares:

<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44352>

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>

Vídeos:

<https://www.youtube.com/watch?v=Zk-5oVNcPSw>

<https://www.youtube.com/watch?v=wnmn8LiNn9I>

Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT

Módulo: II **Componente Curricular:** O ECA e as Medidas Socioeducativas **CH:** 5 h

Ementa: O Estatuto da Criança e do Adolescente. Conhecendo as medidas socioeducativas. O direito à profissionalização no contexto das medidas socioeducativas e a Criminologia Crítica.

Textos principais:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/Gvb9R7bmhKJyqtD54RmwPvF/?format=pdf&lang=pt>

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf

<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/57781>

Textos complementares:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>

Vídeos:

<https://www.youtube.com/watch?v=vm95ZVVtWh8>

<https://www.youtube.com/watch?v=G6lk9q06r-c>

Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT

Módulo: III Componente Curricular: Aproximações Teóricas da Socioeducação CH: 5 h

Ementa: A origem da Socioeducação. Aproximações teóricas e conceituais da Socioeducação.

Textos principais:

<https://www.redalyc.org/pdf/2871/287145780007.pdf>
<https://seer.pgskroton.com/adolescencia/article/view/5168>

Texto complementar:

<http://www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf>

Filme:

“A Voz do Coração” – 2004
<https://www.youtube.com/watch?v=2Uc3d4zBfEY>

Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT

Módulo: IV Componente Curricular: Intervenções Socioeducativas CH: 5 h

Ementa: O Socioeducativo em Antônio Carlos Gomes da Costa. Especificidades da intervenção socioeducativa.

Textos principais:

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100007&script=sci_arttext

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sdh/parametros_para_a_formacao_socioeducador.pdf

Textos complementares:

<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/797>

<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/8472>

http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/Socioeducacao.pdf

http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/As%20Bases%20eticas%20da%20A%20C%20A%20Socioeducativa.pdf

Vídeo:

<https://www.youtube.com/watch?v=0bQjX3hAODg>

MODALIDADE PRESENCIAL

Gidair Lopes dos Santos



Ref.: Candido Portinari, Roda Infantil, 1932.

**Projeto Pedagógico de Curso de
Formação Inicial e Continuada em
INTERVENÇÕES SOCIOEDUCATIVAS NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Olinda/PE

2022



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM INTERVENÇÕES SOCIOEDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Tipo de produto: Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

1.2 Nível de ensino: Formação Inicial e Continuada – FIC.

2 INTRODUÇÃO

O Produto Educacional se trata de uma exigência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, para conclusão de cursos de Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* profissionais, como é o caso da presente pesquisa. Segundo Silva, Suarez e Umpierre (2017), “esse produto deve ser implementado no contexto escolar e deve ficar disponível para que qualquer docente possa usá-lo a fim de diversificar suas práticas pedagógicas” (p. 236).

O presente produto educacional corresponde ao Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada em Intervenções Socioeducativas na Educação Profissional e Tecnológica. Visa oferecer subsídios ao trabalho realizado no contexto da docência dos cursos de qualificação profissional voltados aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas educativas.

As iniciativas de qualificação profissional de socioeducandos, promovidas mediante parceria entre o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE), constituíram o campo da pesquisa de mestrado profissional, e deste produto, intitulada: A Educação Profissional e Tecnológica de adolescentes

e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Por estar situada na linha de pesquisa: Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em EPT, a citada pesquisa apresentou a seguinte questão norteadora: Como estão organizados os espaços pedagógicos dos cursos de qualificação profissional de jovens e adolescentes em medida socioeducativa, ofertados no *Campus* Caruaru do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)? E, a partir desse questionamento, foram definidos os seguintes objetivos de pesquisa:

- Identificar como estão dispostas, nos IFs, as condições de oferta de qualificação profissional voltada aos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e em cumprimento de medidas judiciais;
- Conhecer as condições de oferta de qualificação profissional para adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE);
- Caracterizar, a partir da percepção de gestores, alunos e professores participantes, a qualificação profissional de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no caso do IFPE, no que diz respeito à gestão dos espaços pedagógicos dos cursos voltados a esse tipo de alunado;
- Elaborar projeto de curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) voltado à capacitação dos docentes dos cursos de qualificação profissional de socioeducandos, com base nos dados da pesquisa.

É importante destacar que a consecução do quarto objetivo, traduzido pelo presente produto educacional, foi possível a partir dos procedimentos referentes aos demais objetivos, sobretudo por meio do estudo de campo. Nesse sentido, os dados da pesquisa denunciaram uma lacuna na formação dos docentes dos cursos de qualificação profissional dos socioeducandos e necessidade de investimentos em sua formação inicial e continuada, mediante promoção de conhecimentos específicos sobre a realidade socioeducativa.

O presente produto educacional é apresentado como contribuição ao trabalho docente, posto que o curso FIC proposto dispõe de conteúdos que abordam as principais leis afetas ao público de adolescentes e jovens, com destaque aos embasamentos legais das medidas protetivas e medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes e jovens em vulnerabilidade e conflito com a lei; além das concepções teóricas da Pedagogia Histórico-Crítica em Saviani e da Socioeducação, com ênfase nas intervenções socioeducativas propostas por Antônio Carlos Gomes da Costa, e, ainda, os princípios da Criminologia Crítica em Alessandro Baratta.

A carga horária do curso é de vinte e quatro horas, sugerindo-se uma distribuição de seis horas em três dias da semana, de modo que o curso tenha duração de um mês. A oferta do curso será na modalidade presencial, utilizando-se o espaço físico do IFPE.

Para a ministração do curso, considerando a necessidade de domínio dos conteúdos propostos, os quais contemplam conhecimentos específicos acerca da Socioeducação, sugere-se que a instituição de EPT lance mão da parceria já firmada com a FUNASE nas iniciativas de qualificação profissional de socioeducandos. Como contribuição ao trabalho do ministrante, serão disponibilizadas sugestões de materiais das disciplinas: textos, vídeos e filmes, de modo a favorecer a replicação do curso em outros tempos e espaços.

3 OBJETIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O presente produto educacional tem como objetivo contribuir com a formação continuada dos docentes dos cursos de qualificação profissional de socioeducandos, ofertado no contexto do IFPE.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este produto educacional foi desenvolvido a partir da análise dos dados da pesquisa, principalmente os coletados no estudo de campo, por meio de instrumentos de entrevista e questionários aplicados junto aos gestores do IF Caruaru e da FUNASE Caruaru, e aos professores e alunos egressos dos cursos de qualificação profissional dos socioeducandos.

Com base nas respostas e opiniões apresentadas pelos participantes da pesquisa, foi identificada a lacuna na formação dos professores que lecionam para esse alunado, uma vez que a formação acadêmica dos docentes não contempla os conhecimentos específicos referentes à realidade do contexto socioeducativo.

Além do estudo de campo, também foi realizada a análise de documentos do IFPE, a saber: o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) referente ao curso de Pedreiro de Alvenaria e Pintor de Imóveis, ofertado pelo IF Caruaru aos socioeducandos. A pesquisa documental favoreceu a compreensão de pertinência do presente produto educacional como contribuição para o processo de organização e gestão dos espaços pedagógicos dos cursos voltados a esse alunado específico.

Em um primeiro momento, foi construída proposta de projeto pedagógico do referido curso (PPC) na modalidade EaD, a qual foi disponibilizada à análise e avaliação dos professores

participantes da pesquisa, como também, dos/as gestores/as do IFPE e da FUNASE. De modo geral, o referido PPC foi avaliado positivamente, todavia, restou claro que os participantes apresentaram resistência à modalidade proposta para o curso. Diante disso, surgiu a presente proposta de PPC referente ao Curso de Intervenções Socioeducativas na EPT na modalidade presencial.

5 FORMAS DE UTILIZAÇÃO

Este produto educacional, PPC referente ao curso de Intervenções Socioeducativas na Educação Profissional e Tecnológica, poderá ser encaminhado para a avaliação da Pró-Reitoria de Ensino (PRODEN) do IFPE, a fim de que possa ser averiguado se há compatibilidade com a perspectiva pedagógica da instituição, apresentada em seu PPPI, em relação à política de formação inicial e continuada dos seus docentes.

Nessa perspectiva, em sendo avaliado positivamente o referido PPC, recomenda-se seu encaminhamento ao Departamento de Ensino (DEN) do *Campus* Caruaru do IFPE, a fim de serem viabilizadas as condições de efetivação do curso proposto. Recomenda-se que o referido curso seja direcionado, inicialmente, aos docentes dos cursos de qualificação profissional voltados ao público de socioeducandos, oferecidos pelo referido IF, por ter sido o *locus* da pesquisa que deu origem à presente proposta.

Portanto, uma vez que o PPC proposto seguirá acompanhado de sugestões de material correspondente à organização dos módulos, a saber: planos das disciplinas e materiais didáticos (textos, vídeos e filmes), tornar-se-á possível a aplicabilidade do presente produto, bem como sua replicação para atender às demandas institucionais.

6 DADOS INSTITUCIONAIS

6.1 Do IFPE

Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco- IFPE
CNPJ	10.767.239/0001-45
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Av. Prof. Luiz Freire, 500, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-540
Telefone	(81) 2125-1600
Site da Instituição	https://portal.ifpe.edu.br

6.2 Dos responsáveis pela elaboração

Nome do Responsável pela Elaboração	Gidair Lopes dos Santos
Cargo/Função	Analista Judiciária - Pedagoga do TJPE. Mestranda do Programa PROFET-Campus Olinda
Endereço	Rua Riviera, 32, Pau Amarelo, Paulista/PE. CEP: 53.433-690
Telefone	(81) 99928-6402
Endereço Eletrônico (e-mail)	gidalopes@hotmail.com.br

7 DAS PARCERIAS

Por ser resultado de uma pesquisa acerca da realidade de cursos de qualificação oferecidos aos socioeducandos mediante parceria instituída entre o IFPE e a FUNASE, recomenda-se que tal parceria seja mantida nos processos de viabilização da oferta e na avaliação do presente curso FIC, com possível inclusão de educadores da FUNASE que lecionem nos cursos ofertados pelo IFPE. Tal parceria também poderá favorecer a seleção de instrutor apto a trabalhar os conteúdos específicos propostos para o referido curso.

8 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso	Intervenções Socioeducativas na Educação Profissional e Tecnológica
Tipo	Formação Inicial e Continuada – FIC
Número de Vagas por turma	A definir
Carga Horária	24 horas
Carga horária semanal (sugerida)	6 horas (divididas em 3 dias por semana)
Carga horária diária (sugerida)	2 horas
Modalidade	Presencial
Local das Aulas	<i>Campus</i> Caruaru do IFPE
Responsável (is) pelo Curso	

8.1 JUSTIFICATIVA

A educação profissional e tecnológica, sob a perspectiva de promoção da cidadania e da emancipação do sujeito, é política imprescindível nos contextos de negação de direitos dos grupos vulneráveis, entre eles, os jovens e adolescentes que se encontram sob a tutela estatal mediante aplicação de medidas socioeducativas por parte do Judiciário. Nesse sentido, iniciativas de qualificação profissional de socioeducandos nos Institutos Federais constituem-se importante estratégia de promoção da autonomia e inserção social.

No entanto, dadas as especificidades desse alunado, em razão do contexto de violência e exclusão ao qual esses adolescentes e jovens foram submetidos, não se pode prescindir de

uma educação profissional que garanta uma prática docente embasada em uma concepção histórico-crítica e em conhecimentos que agreguem aos saberes pedagógicos noções de direitos da criança, do adolescente e do jovem; como também, concepções de socioeducação e de intervenções socioeducativas voltadas a esse público.

Nesse sentido, o trabalho educativo voltado aos socioeducandos demanda do docente o acesso a conteúdos específicos que favoreçam o conhecimento da realidade e das peculiaridades desse tipo de alunado. Portanto, conhecer a legislação que define, orienta e caracteriza tal intervenção é um dos principais requisitos para uma prática docente contextualizada do ponto de vista dos deveres e direitos do público infantojuvenil. Reconheça-se, no entanto, que esses conhecimentos específicos não podem prescindir dos conhecimentos pedagógicos e técnicos necessários ao ensino no âmbito da EPT, os quais devem estar robustamente fundamentados em teorias que considerem o trabalho como princípio educativo.

Sob a perspectiva pedagógica, o presente curso tem a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) como embasamento teórico, norteador da prática docente voltada à EPT de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Isso, a partir da concepção ontológica da educação e do trabalho enquanto elementos indissociáveis, sendo a educação, segundo Saviani (2011), “ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (p. 11).

Nesse sentido, acerca da emancipação dos sujeitos em vulnerabilidade social, Saviani (2003) destaca que a PHC concebe a função social da escola voltada à socialização do saber sistematizado, do conhecimento científico, de modo que às camadas populares sejam garantidas condições de superação do seu contexto de exploração e alienação.

A partir de sua base Vigotskiana, a PHC defende uma concepção interacionista de educação, tendo o professor um papel determinante no processo de construção do conhecimento. Nessa perspectiva, o professor assume papel de mediador da aprendizagem do aluno, por se encontrar em estágio superior de conhecimento. A PHC propõe ao professor um fazer embasado na dialética que o permita partir da prática à teoria, promovendo a superação do senso comum em conhecimento científico, retomando à prática sob uma nova ótica (SAVIANI, 2011).

Outro pressuposto teórico do curso encontra-se fundado na concepção de intervenções socioeducativas defendida por Antônio Carlos Gomes da Costa, pedagogo e um dos relatores do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual cunhou o termo “socioeducativas” inserindo-

o na redação da legislação afeta à infância e adolescência para adjetivar as medidas aplicadas ao adolescente em conflito com a lei.

Em escritos posteriores, Costa (2006) defende que, assim como se faz necessária a existência de uma educação básica e de uma educação profissional voltadas aos grupos vulneráveis, em especial ao jovem e adolescente autor de ato infracional, há que existir uma socioeducação, cujo objetivo “é preparar os jovens para o convívio social sem quebrar as regras de convivência consideradas como crime ou contravenção no Código Penal de Adultos” (p. 71).

O autor alude ao insucesso escolar do adolescente e do jovem que cometeram ato infracional, bem como às suas dificuldades no trabalho e na vida, como sendo resultado da ausência de acesso a uma educação que lhes possa oportunizar “aprender a ser e aprender a conviver” (p. 57).

Assim, aponta para a necessidade de observância do objetivo de inclusão social do trabalho, de natureza pedagógica, o qual pressupõe o resgate do valor do trabalho como promotor da inserção das classes pobres na sociedade mediante a promoção de conhecimentos gerais e específicos que viabilizem mudanças positivas “das condições pessoais e sociais dos educandos” (p. 146).

A partir de sua experiência profissional com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, o autor também defende que a observância de determinantes socioemocionais na educação desse público propiciará condições positivas para a construção de projetos de vida.

8.2 OBJETIVOS DO CURSO

8.2.1 Objetivo Geral

- Contribuir com a formação continuada e com a prática docente no contexto dos cursos de qualificação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

8.2.2 Objetivos Específicos

- Compreender a concepção teórica da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) em Saviani e as possibilidades de aplicabilidade na qualificação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas;

- Caracterizar as medidas socioeducativas à luz da legislação afeta à infância, adolescência e juventude;
- Conhecer a origem e as concepções da Socioeducação;
- Analisar as intervenções socioeducativas propostas por Antônio Carlos Gomes da Costa.

9 PÚBLICO-ALVO

Professores/as que já exerceram ou que estão exercendo a docência dos cursos de qualificação profissional voltados aos socioeducandos, no âmbito do IFPE.

10 PERFIL DO/A EGRESSO/A DO CURSO

Profissional apto a melhor exercer a prática docente no contexto de educação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, mediante condições de aplicar os novos conhecimentos pedagógicos e de compreender aspectos específicos da intervenção socioeducativa, necessários ao processo de ensino e aprendizagem que contempla esse alunado.

11 CONCEPÇÃO CURRICULAR

Este capítulo visa à apresentação dos procedimentos didáticos e metodológicos adotados no curso, a carga horária pensada e os recursos didáticos a serem disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Além disso, apresenta-se a matriz das disciplinas que serão trabalhadas durante o processo de ensino e aprendizagem.

11.1 Procedimentos Didático-Metodológicos

A modalidade presencial, proposta para o curso de Intervenções Socioeducativas na EPT, favorece a utilização de métodos e instrumentos de ensino compatíveis com a perspectiva pedagógica histórico-crítica. Nesse sentido, as atividades educativas deverão privilegiar os prévios saberes dos cursistas, cujas experiências devem servir de alicerce para as discussões e demais estratégias educativas, visando à promoção do conhecimento sistematizado acerca das temáticas trabalhadas durante as aulas.

Nessa perspectiva, há que ser considerado que a efetiva aprendizagem dos alunos/cursistas deve ser a tônica das ações educativas, e ao professor/ministrante cabe o papel

de mediador do processo de construção de conhecimentos. Portanto, cabe ao docente lançar mão dos adequados recursos didático-metodológicos a serem utilizados junto ao alunado, considerando o perfil e as especificidades apresentados por cada cursista, de modo particular, e pelo grupo de alunos. Dessa forma, deverá o ministrante adotar atitude dialógica, respeitosa, de escuta ativa e interessada, de modo a promover as relações interpessoais, tanto dele com a turma, como dos cursistas entre si. Para isso, serão propostas atividades que visem ao trabalho em equipe, a exemplo de oficinas e simulação de situações reais vivenciadas pelos cursistas em suas experiências de docência nos cursos de qualificação profissional de socioeducandos.

O curso terá duração de um mês, com três aulas por semana, cada uma com duração de duas horas, totalizando uma carga horária de 24 horas. Dessa forma, o curso será composto por quatro módulos/disciplinas, de seis horas cada um; ou seja, um módulo/disciplina por semana. Será utilizada sala de aula que comporte o número de alunos e apresente estrutura física adequada à realização de atividades interativas e dinâmicas. Além dos aspectos físicos, o espaço educativo precisa dispor dos materiais e equipamentos tecnológicos necessários para subsidiar as atividades pedagógicas.

O ministrante utilizará a exposição dialogada, atividades individuais e em grupo, leituras de textos, debates, apresentação de vídeos e slides, seminários, estudo de caso e outras estratégias didático-metodológicas cabíveis à dinâmica educativa desenvolvida a partir do interesse e participação dos alunos/cursistas. Tais estratégias também serão utilizadas nas atividades de avaliação.

11.2 Matriz Curricular

MÓDULO/DISCIPLINA	CONTEÚDO
1	Concepção teórica da Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani
2	O Estatuto da Criança e do Adolescente e as Medidas Socioeducativas
3	Aproximações Teórico-Conceituais de Socioeducação
4	Intervenções Socioeducativas em Antônio Carlos Gomes da costa

12 CRITÉRIO DE APROVEITAMENTO/AVALIAÇÃO

A avaliação, de caráter formativo, visa à averiguação do processo de construção do conhecimento, mediante a observação do interesse e da participação dos cursistas nas atividades das aulas; além do desempenho nas atividades de avaliação da aprendizagem, as quais contemplarão: produção escrita, atividades práticas, debates, trabalho individual e em grupo, e autoavaliação. As estratégias de avaliação deverão ser utilizadas, separadamente, para cada módulo/disciplina e privilegiarão o espaço e o tempo de aula. A autoavaliação será proposta no

final do curso, por meio de questionário, garantindo-se ao cursista a liberdade de optar por responder às questões dirigidas ou de produção autônoma acerca da própria aprendizagem.

Serão aprovados os estudantes com frequência igual ou superior a 75% e rendimento superior a 60%. Como atividade complementar a esse tipo de avaliação, será proposto um outro questionário composto por alternativas de como o aluno avalia o curso e sua própria aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

BRASIL. **Lei 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 12.852. Estatuto da Juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 13 de abr. 2019.

COSTA, A. C. G (Coord.). **Socioeducação**: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. 156 p.

COSTA, A. C. G. Natureza e essência da ação socioeducativa. *In*: ILANUD et al. (Org.). **Justiça, adolescente e ato infracional**: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006.

SANTOS, S. M. M. Formação continuada numa perspectiva de mudança pessoal e profissional. **Sitientibus**. Feira de Santana. n. 31, p. 39-74, jul./dez. 2004.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 39. ed. *Campinas*: Autores Associados, 2003

SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios de uma sociedade de classes. *In*: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e Educação**: debates contemporâneos. *Campinas*: Autores Associados, 2005, p. 223-274.

ANEXO I

PLANO DE ENSINO

Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT	Carga Horária: 24 h
Ementa: Elementos teóricos da Pedagogia Histórico-Crítica em Saviani. O Estatuto da Criança e do Adolescente e as Medidas Socioeducativas. Origem e aproximações teórico-	

conceituais da Socioeducação. Intervenções socioeducativas em Antônio Carlos Gomes da Costa.

Objetivo Geral:

Contribuir com a formação continuada e com a prática docente no contexto dos cursos de qualificação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Objetivos Específicos:

- Estudar a concepção teórica da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) em Saviani e as possibilidades de aplicabilidade na qualificação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas;
- Caracterizar as medidas socioeducativas à luz da legislação afeta à infância, adolescência e juventude;
- Conhecer a origem e as concepções da Socioeducação;
- Analisar as intervenções socioeducativas propostas por Antônio Carlos Gomes da Costa.

Principais Referências:

BRASIL. **Lei 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.

BISINOTO, et al. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, Brasil. vol. 20, núm. 4, p.575-585. out/dez. 2015.

COSTA, A. C. G (Coord.). **Socioeducação: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. 156 p.

COSTA, A. C. G. Natureza e essência da ação socioeducativa. *In*: ILANUD et al. (Org.). **Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização**. São Paulo: ILANUD, 2006

CUNHA. E. O; DAZZANI, M. V. M. O que é Socioeducação? uma proposta de delimitação conceitual. **Rev. Adol. Confl.** n.17, p. 71-81, 2018.

.FARIA, A. M. A; LENARDÃO, E. A prática pedagógica na pedagogia histórico-crítica. **Cadernos PDE**, versão online. Vol. 1. Paraná, 2014.

JESUS, E. L. S. O direito fundamental à profissionalização de socioeducandos que cumprem medida socioeducativa em Salvador: abordagem crítico-analítica. Universidade Católica do Salvador | **Anais da 22ª Semana de Mobilização Científica - SEMOC | 2019**

SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios de uma sociedade de classes. *In*: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 223-274.

Referências Complementares:

BARATTA, Alessandro. **Ressocialização ou controle social:** uma abordagem crítica de “reintegração social” do sentenciado. República Federal da Alemanha: Universidade de Saarland, s.d. Disponível em: <http://www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2021.

BRAGA BARBOSA, H.; MACHADO, L. R. DE S.; AFONSO, M. L. M. Reflexões sobre a docência na educação profissional e tecnológica. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 62-81, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44352>. Acesso em: 25 Jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 28 ago. 2019.

BRASIL. **Lei 12.852. Estatuto da Juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 13 de abr. 2019.

CORDEIRO, *et al.* Promoção das habilidades socioemocionais na educação de jovens e adultos. **Revista COCAR**, Belém, v.10, n.19, p. 311 a 334 – Jan./Jul. 2016.

FRIGOTTO, G. Educação para a “inclusão” e a “empregabilidade”: promessas que obscureceram a realidade. *In:* CANÁRIO, R.; RUMMERT, S. Mundo do trabalho e aprendizagem. **Educa. Formação**. Lisboa, 2009.

LUCENA, J. E. de. **Qualificação profissional na trajetória de jovens que passaram pela Funase**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, jan/abr. 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. 137 p. (Coleção educação contemporânea).

ANEXO II

PLANO DE MÓDULOS/DISCIPLINAS

Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT		
Módulo: I	Componente Curricular: Concepção teórica da PHC	CH: 6 h
Ementa: Conhecendo a Pedagogia Histórico Crítica. Passos da Pedagogia Histórico-Crítica em Saviani.		
Objetivos: Estudar a Pedagogia Histórico-Crítica e conhecer os passos propostos por Saviani.		
Metodologia/Recursos: apresentação de vídeos, leitura de textos e slides explicativos.		

Avaliação: Será proposta uma atividade referente a uma “Caixa de Perguntas” contendo questões acerca do assunto estudado. Cada cursista pega uma pergunta da caixa e direciona a um colega, promovendo-se as discussões sobre o que foi apreendido.

Principais Referências:

FARIA, A. M. A; LENARDÃO, E. A prática pedagógica na pedagogia histórico-crítica. **Cadernos PDE**, versão online. Vol. 1. Paraná, 2014.

SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios de uma sociedade de classes. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 223-274.

Referências Complementares:

BRAGA BARBOSA, H.; MACHADO, L. R. DE S.; AFONSO, M. L. M. Reflexões sobre a docência na educação profissional e tecnológica. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 62-81, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44352>. Acesso em: 25 Jun. 2021.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, jan/abr. 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. 137 p. (Coleção educação contemporânea).

Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT

Módulo: II **Componente Curricular:** O ECA e as Medidas Socioeducativas **CH:** 6 h

Ementa: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Conhecendo as medidas socioeducativas. O direito à profissionalização no contexto das medidas socioeducativas (MSE).

Objetivos: Caracterizar as medidas socioeducativas à luz da legislação afeta adolescência e juventude.

Metodologia/Recursos: apresentação de vídeos, textos e slides explicativos.

Avaliação: Será proposta uma atividade em grupo, de “Mapas Mentais” a partir do ECA e do SINASE, referentes aos principais pontos/conceitos que cada lei traz acerca das MSE e do direito à profissionalização.

Principais Referências:

BRASIL. **Lei 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.

JESUS, E. L. S. O direito fundamental à profissionalização de socioeducandos que cumprem medida socioeducativa em Salvador: abordagem crítico-analítica. Universidade Católica do Salvador | **Anais da 22ª Semana de Mobilização Científica - SEMOC** | 2019

Referências Complementares:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 28 ago. 2019.

BRASIL. **Lei 12.852. Estatuto da Juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 13 de abr. 2019.

Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT

Módulo: III **Componente Curricular:** Aproximações Teóricas da Socioeducação **CH:** 6 h

Ementa: A origem da Socioeducação. Aproximações teóricas e conceituais da Socioeducação.

Objetivos: Conhecer a origem e as concepções da Socioeducação.

Metodologia/Recursos: apresentação de vídeos, textos e slides explicativos.

Avaliação: Com base no filme “A voz do coração”, será promovido debate acerca da relação entre as estratégias educativas e o comportamento dos internos.

Principais Referências:

BISINOTO, et al. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, Brasil. Vol. 20, núm. 4, p.575-585. Out/dez. 2015.

CUNHA. E. O; DAZZANI, M. V. M. O que é Socioeducação? Uma proposta de delimitação conceitual. **Rev. Adol. Confl.** N.17, p. 71-81, 2018.

Referências Complementares:

BARATTA, Alessandro. **Ressocialização ou controle social:** uma abordagem crítica de “reintegração social” do sentenciado. República Federal da Alemanha: Universidade de Saarland, s.d. Disponível em: <http://www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf>

FRIGOTTO, G. Educação para a “inclusão” e a “empregabilidade”: promessas que obscureceram a realidade. *In:* CANÁRIO, R.; RUMMERT, S. Mundos do trabalho e aprendizagem. **Educa. Formação**. Lisboa, 2009.

Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT

Módulo: IV **Componente Curricular:** Intervenções Socioeducativas **CH:** 6 h

Ementa: O Socioeducativo em Antônio Carlos Gomes da Costa. Especificidades da intervenção socioeducativa.

Objetivos: Analisar as intervenções socioeducativas propostas por Antônio Carlos Gomes da Costa.

Metodologia/Recursos: apresentação de vídeos, textos e slides explicativos.

Avaliação: Será proposto um estudo de caso, a partir do qual os cursistas, individualmente ou em duplas, debaterão acerca de quais estratégias educativas seriam mais efetivas na condução do processo ensino-aprendizagem e apresentarão ao grupo.

Principais Referências:

COSTA, A. C. G (Coord.). **Socioeducação:** Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. 156 p.

COSTA, A. C. G. Natureza e essência da ação socioeducativa. *In:* ILANUD et al. (Org.). **Justiça, adolescente e ato infracional:** socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006.

Referências Complementares:

CORDEIRO, *et al.* Promoção das habilidades socioemocionais na educação de jovens e adultos. **Revista COCAR**, Belém, v.10, n.19, p. 311 a 334 – Jan./Jul. 2016

LUCENA, J. E. de. **Qualificação profissional na trajetória de jovens que passaram pela Funase.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

ANEXO III

Links de Acesso ao Material Didático utilizado nos Módulos

Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT		
Módulo: I	Componente Curricular: Concepção teórica da PHC	CH: 6 h
<p>Ementa: Conhecendo a Pedagogia Histórico Crítica. Passos da Pedagogia Histórico-Crítica em Saviani.</p> <p>Textos principais: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_ped_pdp_adriana_maria_augusto_faria.pdf https://pdfcoffee.com/qdownload/demerval-saviani-educao-socialista-pedagogia-historico-critica-e-os-desafios-da-sociedade-de-classespdf-pdf-free.html</p> <p>Textos complementares: http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44352 https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt</p> <p>Vídeos: https://www.youtube.com/watch?v=Zk-5oVNcPSw https://www.youtube.com/watch?v=wnmn8LiNn9I</p>		
Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT		
Módulo: II	Componente Curricular: O ECA e as Medidas Socioeducativas	CH: 6 h
<p>Ementa: O Estatuto da Criança e do Adolescente. Conhecendo as medidas socioeducativas. O direito à profissionalização no contexto das medidas socioeducativas.</p>		

Textos principais:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf

<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/57781>

Textos complementares:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>

Vídeos:

<https://www.youtube.com/watch?v=vm95ZVVtWh8>

<https://www.youtube.com/watch?v=G6lk9q06r-c>

Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT

Módulo: III **Componente Curricular:** Aproximações Teóricas da Socioeducação **CH:** 6h

Ementa: A origem da Socioeducação. Aproximações teóricas e conceituais da Socioeducação.

Textos principais:

<https://www.redalyc.org/pdf/2871/287145780007.pdf>

<https://seer.pgskroton.com/adolescencia/article/view/5168>

Texto complementar:

<http://www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf>

Filme:

“A Voz do Coração” – 2004

<https://www.youtube.com/watch?v=2Uc3d4zBfEY>

Curso: Intervenções Socioeducativas em EPT

Módulo: IV **Componente Curricular:** Intervenções Socioeducativas **CH:** 6 h

Ementa: O Socioeducativo em Antônio Carlos Gomes da Costa. Especificidades da intervenção socioeducativa.

Textos principais:

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100007&script=sci_arttext

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sdh/parametros_para_a_formacao_socioeducador.pdf

Textos complementares:

<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/797>

<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/8472>

http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/Socioeducacao.pdf

http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/As%20Bases%20Eticas%20da%20A%C3%A7%C3%A3o%20Socioeducativa.pdf

Vídeo:

<https://www.youtube.com/watch?v=0bQjX3hAODg>

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM GESTORES EDUCACIONAIS

ROTEIRO GESTOR IFPE

- 1) Quanto à oferta de cursos de qualificação profissional para jovens e adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE):
- 2) Como você avalia a relação desse grupo de alunos com a equipe pedagógica e gestão do IF?
- 3) Como você avalia a receptividade da equipe profissional do IFPE (professores, gestores, demais profissionais) à essa iniciativa de educação profissional a esse público específico?
- 4) Existe alguma perspectiva, por parte do IF, de ampliação da oferta de qualificação profissional a outros grupos de jovens e adolescentes em vulnerabilidade e violação de direitos, que não restritos ao sistema socioeducativo?

ROTEIRO GESTOR FUNASE

- 1- Qual a função que desempenha na Funase? Há quanto tempo desempenha essa função?
- 2- Como se encontra organizada a Funase Caruaru atualmente, no que diz respeito ao número de socioeducandos e das medidas que vêm sendo cumpridas?
- 3- Como avalia, de modo geral, o comportamento dos adolescentes e jovens internos?
- 4- Como você avalia a relação interpessoal entre você e os socioeducandos?
- 5- Quais as parcerias de oferta de educação profissional/profissionalização dos adolescentes e jovens em MSE?
- 6- Como avalia a iniciativa de parceria entre IFPE e Funase, no que diz respeito à oferta de qualificação profissional de jovens e adolescentes em MSE?
- 7- Como se dá a execução dessa iniciativa de qualificação dos socioeducandos em nível interinstitucional (IF e Funase)?
- 8- Quais os critérios de indicação, por parte da Funase, dos jovens e adolescentes em MSE para os cursos de qualificação profissional do IFPE?
- 9- O diálogo interinstitucional (IFPE e Funase) ocorre durante todo o processo de operacionalização dos cursos (Ingresso dos alunos, acompanhamento das atividades, avaliação)?
- 10- Como avalia as expectativas dos socioeducandos com relação ao curso de qualificação do IFPE?
- 11- Você verifica alguma mudança no comportamento dos adolescentes e jovens inseridos nos cursos de qualificação profissional? Se sim, explique.
- 12- Com relação aos egressos dos cursos, a qualificação profissional contribuiu para o ingresso no mundo do trabalho? Se sim, comente um pouco sobre isso.
- 13- Em algum momento de qualificação profissional, os alunos socioeducandos participam da escolha dos cursos?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA DOCENTES

30/07/2022 14:13

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

Olá, somos pesquisadores do programa de mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFPE e convidamos você a participar da pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE, cujo objetivo é compreender como estão organizados os espaços pedagógicos dos cursos de qualificação voltados aos socioeducandos.

***Obrigatório**

1. Caso tenha interesse em participar, por favor, leia e apresente concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a seguir. *

Marcar apenas uma oval.

- Abrir o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido *Pular para a pergunta 2*
- Não tenho interesse em participar

30/07/2022 14:13

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

3. Qual é o seu endereço de email? *

Esta informação é importante para validarmos seu consentimento, bem como para que possamos enviar-lhe os resultados da pesquisa após sua conclusão.

Questionário

Perfil Pessoal, Profissional e Acadêmico

4. Como se identifica com relação ao seu gênero? *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino
- Outro

5. Qual sua faixa etária? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 30 anos
- De 30 a 40 anos
- De 41 a 50 anos
- De 51 a 60 anos
- Acima de 60 anos

6. Qual seu nível de formação acadêmica? *

Marcar apenas uma oval.

- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

30/07/2022 14:13

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

7. A qual dessas instituições você é vinculado? *

Marcar apenas uma oval. IFPE FUNASE

8. Há quanto tempo leciona em curso de qualificação profissional voltado aos socioeducandos, no âmbito do IFPE? *

Marcar apenas uma oval. Menos de 1 ano De 1 a 2 anos Mais de 2 anos

9. Além das aulas ministradas nesse contexto de qualificação profissional, em que outro(s) nível(is) educacional(is) você atua no IFPE?

Organização/Gestão dos espaços pedagógicos dos curso de qualificação profissional dos socioeducandos

10. Como avalia sua relação com *

Marcar apenas uma oval por linha.

	muito ruim	ruim	razoável	bom	muito bom
Alunos do curso	<input type="radio"/>				
Colegas docentes	<input type="radio"/>				
gestão do IF	<input type="radio"/>				
Demais profissionais do IF	<input type="radio"/>				

30/07/2022 14:13

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

11. Quanto ao espaço físico do IF, como você avalia: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	muito ruim	ruim	razoável	bom	muito bom
O espaço da sala de aulas	<input type="radio"/>				
Os espaços externos (ex.: refeitórios, biblioteca, espaço de lazer, etc)	<input type="radio"/>				
Os espaços de atividades práticas (ex. laboratório)	<input type="radio"/>				
A organização e higiene dos espaços	<input type="radio"/>				

30/07/2022 14:13

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

12. Como se sente com relação ao curso de qualificação voltado aos socioeducandos? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Gosto de ministrar as aulas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não gosto, só assumi por não haver outra opção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sinto-me acolhido/a pelos alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sinto que sou respeitado/a pelos/as colegas de trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sinto que dar aulas aos socioeducandos é diferente de ensinar outros alunos/as	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sinto-me responsável pela aprendizagem dos alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acho que esses cursos podem influenciar positivamente na mudança de vida dos socioeducandos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acredito que os cursos contribuem para o ingresso dos alunos no mundo do trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sinto ou já senti	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

https://docs.google.com/forms/d/1ZhzovNloOYd2g9a3_o7U45Zu3zOWJsTDjP-iZj_EqWg/edit?ts=6290b903

8/13

30/07/2022 14:13

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

13. Como você avalia a forma de os alunos aprenderem? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nunca	Algumas vezes	Frequentemente
A maioria dos alunos demonstra ter interesse no que é ensinado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os alunos se mostram satisfeitos com os recursos didáticos utilizados nas aulas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os alunos costumam expressar suas opiniões durante as aulas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os alunos solicitam elucidação de dúvidas acerca do conteúdo ensinado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os assuntos ensinados em sala de aula são relacionados às atividades práticas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os alunos apresentam dificuldades de aprendizagem/sociabilidade relacionadas ao contexto de cumprimento de MSE	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os alunos recebem atendimento individual para esclarecimento de dúvidas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As avaliações são realizadas durante todo o transcorrer do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As avaliações são	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

https://docs.google.com/forms/d/1ZhzovNloOYd2g9a3_o7U45Zu3zOWJsTDJP-iZj_EqWg/edit?ts=6290b903

10/13

30/07/2022 14:13

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

**realizadas apenas ao
final da disciplina**

**Os alunos participam
do processo de
avaliação**

14. Quais os principais entraves à permanência dos socioeducandos nos cursos de qualificação profissional? *

Pode assinalar uma ou mais alternativas

Marque todas que se aplicam.

- Falta de interesse
- Dificuldades para aprender
- Limitações nas relações interpessoais (como colegas e professores)
- Progressão de medida
- Outro: _____

15. Você lança mão de métodos ou técnicas diferenciadas para transmissão dos conteúdos a esse grupo específico de alunos? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

16. Você trabalha conteúdos/atividades com vistas à promoção do desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos alunos, dentro da estrutura de suas aulas? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

30/07/2022 14:13

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

17. Quais as principais dificuldades que encontra para ministrar suas aulas nessas *
turmas de socioeducandos?

Marque todas que se aplicam.

- O comportamento dos alunos
 A dificuldade de aprendizagem apresentada pelos alunos
 A ausência de formação específica acerca da socioeducação
 Outro: _____

18. É proporcionado o acesso dos docentes ao Projeto Pedagógico dos cursos? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

19. Ocorre a participação coletiva e interativa dos docentes no processo de *
planejamento do trabalho pedagógico (metodologias, elaboração do material
didático, definição de critérios e instrumentos avaliativos, etc), no contexto
do(s) curso(s) de qualificação profissional de socioeducandos no(s) qual(is)
leciona?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

20. Você considera que sua formação inicial é suficiente para a realização de um *
trabalho pedagógico sob a perspectiva socioeducativa?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

30/07/2022 14:13

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

21. Você considera necessária a formação continuada dos docentes dos cursos voltados aos socioeducandos, com inclusão de conteúdos específicos acerca da socioeducação e das legislações que instituem o sistema socioeducativo? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Muito obrigada por participar da pesquisa!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA SOCIOEDUCANDOS

30/07/2022 14:11

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

Olá, somos pesquisadores do programa de mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFPE e convidamos você a participar da pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE, cujo objetivo é compreender como estão organizados os espaços pedagógicos dos cursos de qualificação voltados aos socioeducandos.

*Obrigatório

1. Caso tenha interesse em participar, por favor, leia e apresente concordância com o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido a seguir. *

Marcar apenas uma oval.

- Abrir o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
 Não tenho interesse em participar

Avaliação do Produto Educacional

Percepções acerca do Projeto Pedagógico do Curso (PPC): "Intervenções Socioeducativas na Educação Profissional e Tecnológica"

2. O conteúdo da proposta de PPC foi apresentado de forma clara?

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Concordo Totalmente
 Concordo parcialmente

30/07/2022 14:11

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

3. O que você acha acerca da escolha pela modalidade EaD para a oferta do curso?

Marcar apenas uma oval.

- Ruim
 Regular
 Boa
 Muito boa

4. Como avalia o curso em relação ao material didático (textos, vídeos)?

Marcar apenas uma oval.

- Ruim
 Regular
 Bom
 Muito bom

5. Quanto à carga horária do curso, você acha:

Marcar apenas uma oval.

- Insuficiente
 Suficiente

6. Sobre o conteúdo a ser trabalhado em cada módulo, você considera:

Marcar apenas uma oval.

- Ruim
 Regular
 Bom
 Muito bom

30/07/2022 14:11

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

7. Acerca da avaliação, você acha o formato proposto:

Marcar apenas uma oval.

- Ruim
 Regular
 Bom
 Muito bom

8. Você considera que os conhecimentos adquiridos no curso trarão contribuição para o trabalho desenvolvido com os socioeducandos?

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Concordo totalmente
 Concordo parcialmente

9. Caso deseje, deixe suas sugestões:

Muito Obrigada pela sua participação!

30/07/2022 14:11

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

10. Você consente em participar desta pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

Sim, eu aceito *Pular para a pergunta 11*

Não tenho interesse

Questionário

11. Qual é a sua idade? *

12. Como se identifica com relação ao seu gênero? *

Marcar apenas uma oval.

masculino

Feminino

Outro: _____

13. Qual é o seu nível de escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

Ensino Fundamental incompleto

Ensino Fundamental completo

Ensino Médio incompleto

Ensino Médio completo

Nunca estudei

30/07/2022 14:11

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

14. Qual(is) dessas Medida(s) Socioeducativa(s) (MSE) você já cumpriu? *

Marque todas que se aplicam.

- Prestação de Serviço Comunitário
- Liberdade Assistida
- Semi-liberdade
- Internação

15. Atualmente, você ainda se encontra cumprindo alguma medida socioeducativa? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

16. De qual desses cursos oferecidos pelo IFPE você participou? *

Marque todas que se aplicam.

- Eletricista Veicular (elétrica de carros)
- Pedreiro de Alvenaria
- Pintor de Obras
- Outro: _____

17. Você conseguiu concluir o curso do IFPE/Caruaru? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

30/07/2022 14:11

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

18. Você já desistiu de algum outro curso profissionalizante por não conseguir concluí-lo? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não lembro

19. Assinale os motivos que poderiam levar você a não concluir um curso profissionalizante durante o cumprimento de medida socioeducativa *

Marque todas que se aplicam.

- Progressão de medida
 Desinteresse pelo curso, por não ter relação com o trabalho que gostaria de realizar
 Dificuldades de relacionamento com professores ou colegas
 Dificuldades para aprender
 Dificuldades de ensinar por parte do professor
 Outro: _____

Organização/Gestão dos espaços pedagógicos
 Sobre sua qualificação profissional no IFPE/Caruaru, avalie:

20. Durante sua participação no curso do IFPE, como era sua relação com *

Marcar apenas uma oval por linha.

	muito ruim	ruim	razoável	boa	muito boa
colegas de sala	<input type="radio"/>				
professores	<input type="radio"/>				
Gestores do IF Caruaru	<input type="radio"/>				
Demais profissionais do IF Caruaru	<input type="radio"/>				

30/07/2022 14:11

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

21. Com relação aos espaços físicos do IFPE Caruaru, qual sua opinião sobre: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	muito ruim	ruim	razoável	bom	muito bom
O espaço da sala de aula	<input type="radio"/>				
Os espaços externos (ex: biblioteca, refeitórios, área de lazer, etc)	<input type="radio"/>				
Os espaços para atividades práticas (laboratórios)	<input type="radio"/>				
A organização e limpeza dos espaços	<input type="radio"/>				

30/07/2022 14:11

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

22. Como você se sentiu em relação ao IFPE e ao curso que você fez? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Gostava de ir às aulas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não gostava, só ingressei no curso porque pode ajudar no cumprimento da medida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eu me sentia acolhido pelos professores e colegas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eu sentia que era respeitado por todos no IFPE	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eu me sentia diferente dos outros alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Senti que eu fazia parte do IFPE	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eu achava que o curso iria influenciar na minha mudança de vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eu tinha expectativa de conseguir um emprego após o término do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Já cheguei a sentir vontade de desistir do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

30/07/2022 14:11

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

23. Como você avalia a forma de os professores ensinarem? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nunca	Algumas vezes	Frequentemente
A maioria dos professores demonstrava ter conhecimento do que ensina	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os professores utilizavam recursos (ilustrações e exemplificações) que deixam as aulas atrativas e interessantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os professores costumavam ouvir a opinião dos alunos nas aulas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os conteúdos eram explicados até que todos os alunos aprendam	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os professores ouviam os alunos para saber quais são os assuntos que interessam à turma	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os professores costumavam explicar os conteúdos a partir de situações da vida e do cotidiano dos alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os assuntos ensinados em sala de aula eram relacionados às atividades práticas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os professores demonstravam conhecer a realidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

https://docs.google.com/forms/d/1KRz4JR1dyDD_39jrTH8JTN4ta8DJJ7LEWIZisYHOOUY/edit?ts=6290b938

12/14

30/07/2022 14:11

Pesquisa: A educação profissional de adolescentes e jovens em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do IFPE

**das Medidas
Socioeducativas**

**Os professores
ofereciam
atendimento
individual para
esclarecimento de
dúvidas**

**As avaliações são
realizadas durante
todo o transcorrer do
curso**

**Os professores
realizam as
avaliações com a
participação dos
alunos**

**As avaliações eram
realizadas apenas ao
final da
disciplina/matéria**

24. Você considera que o curso do IFPE Caruaru trouxe alguma contribuição para seu futuro? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Talvez

25. Você já chegou a trabalhar na área do curso que fez?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

**APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO
EDUCACIONAL**

O conteúdo da proposta de PPC foi apresentado de forma clara?

O que você acha acerca da escolha pela modalidade EaD para a oferta do curso?

Como avalia o curso em relação ao material didático (textos, vídeos)?

Quanto à carga horária do curso, você acha:

Acerca da avaliação, você acha o formato proposto:

Você considera que os conhecimentos adquiridos no curso trarão contribuição para o trabalho desenvolvido com os socioeducandos?

Caso deseje, deixe suas sugestões:

APÊNDICE F - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Avenida Professor Luiz Freire, n 500 — Cidade Universitária — Recife — CEP: 50.540-740
 (081) 2125-1691- propesq@reitoria.ifpe.edu.br

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA MENORES DE 12 a 18 ANOS - Resolução 466/12)

Convidamos você _____, após autorização dos seus pais [ou dos responsáveis legais] para participar como voluntário (a) da pesquisa: (título da pesquisa). Esta pesquisa é da responsabilidade da pesquisadora: GIDAIR LOPES DOS SANTOS, residente na Rua Riviera, 32, Pau Amarelo, Paulista, PE, Cep: 53.433-690, Telefone: (81) 99928-6402, email gidalopes@hotmail.com. Esta pesquisa está sob a orientação do Professor Dr. Assis Leão da Silva, Telefone: (81) 99433-9045, e-mail assisleao33@gmail.com.

Caso este Termo de Assentimento contenha informação que não lhe seja compreensível, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados e concorde com a realização do estudo pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue para que seus pais ou responsável possam guardá-la e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida e estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu. Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento, podendo retirar esse consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Esta pesquisa é acerca os cursos de qualificação profissional ofertados pelo IFPE- Campus Caruaru, aos jovens e adolescentes que se encontram na Funase, cumprindo medida socioeducativa. Serão realizadas entrevistas com alguns alunos e ex-alunos desses cursos, com alguns professores, e também serão feitas entrevistas com o gestor da Funase e com o gestor do IFPE – Campus Caruaru. O objetivo da pesquisa é saber como esses cursos estão organizados por meio das opiniões dos participantes da pesquisa. A partir daí, essas informações serão utilizadas para que se proponha um curso voltado aos professores, a fim de que eles possam ter acesso a conteúdos importantes sobre a socioeducação e os direitos da criança, do adolescente e do jovem.

Ao participar desta pesquisa, respondendo ao questionário, você poderá sentir-se desconfortável com alguma pergunta, portanto, poderá deixar de respondê-la e seguir respondendo as demais questões. Também pode ocorrer de algumas perguntas não serem de fácil compreensão, por isso, você poderá contar com a ajuda de um profissional da Funase, de sua confiança. Por outro lado, sua

participação e empenho, em responder o questionário contribuirá sobremaneira para a compreensão e melhoria dos cursos de qualificação profissional do IFPE- Campus Caruaru aos socioeducandos.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, inclusive os fornecidos por meio de suas respostas nos questionários, ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade desta pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período mínimo de 5 anos.

Nem você e nem seus pais [ou responsáveis legais] pagarão nada para você participar desta pesquisa, também não receberão nenhum pagamento para a sua participação, pois é voluntária. Se houver necessidade, as despesas (deslocamento e alimentação) para a sua participação e de seus pais serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da sua participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Este documento passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Faculdade de Medicina de Olinda (FMO) no endereço: (Rua Dr. Manoel de Almeida Belo, 1333, Bairro Novo -Olinda/PE, CEP: 53030-030, Fone: (81) 3011-5454, email: cep@fmo.edu.br; funcionamento nas segundas, terças e quartas-feiras (08h00 – 12h00), prédio A, 1º andar).

Assinatura da pesquisadora

**ASSENTIMENTO DO(DA) MENOR DE IDADE EM PARTICIPAR COMO
VOLUNTÁRIO(A)**

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____ (se já tiver documento), abaixo assinado, concordo em participar do estudo: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE JOVENS E ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: INICIATIVAS NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO, como voluntário (a). Fui informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, o que vai ser feito, assim como os possíveis riscos e benefícios que podem acontecer com a minha participação. Foi-me garantido que posso desistir de participar a qualquer momento, sem que eu ou meus pais precise pagar nada.

Local e data _____

Assinatura do (da) menor : _____

Presenciamos a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do/a voluntário/a em participar.

Nome:	Assinatura:
Nome:	Assinatura:

APÊNDICE G - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Avenida Professor Luiz Freire, n 500 — Cidade Universitária — Recife — CEP: 50.540-740
 (081) 2125-1691- propesq@reitoria.ifpe.edu.br

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA MENORES DE 12 a 18 ANOS - Resolução 466/12)

Convidamos você _____, após autorização dos seus pais [ou dos responsáveis legais] para participar como voluntário (a) da pesquisa: (título da pesquisa). Esta pesquisa é da responsabilidade da pesquisadora: GIDAIR LOPES DOS SANTOS, residente na Rua Riviera, 32, Pau Amarelo, Paulista, PE, Cep: 53.433-690, Telefone: (81) 99928-6402, email gidalopes@hotmail.com. Esta pesquisa está sob a orientação do Professor Dr. Assis Leão da Silva, Telefone: (81) 99433-9045, e-mail assisleao33@gmail.com.

Caso este Termo de Assentimento contenha informação que não lhe seja compreensível, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados e concorde com a realização do estudo pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue para que seus pais ou responsável possam guardá-la e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida e estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu. Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento, podendo retirar esse consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Esta pesquisa é acerca os cursos de qualificação profissional ofertados pelo IFPE- Campus Caruaru, aos jovens e adolescentes que se encontram na Funase, cumprindo medida socioeducativa. Serão realizadas entrevistas com alguns alunos e ex-alunos desses cursos, com alguns professores, e também serão feitas entrevistas com o gestor da Funase e com o gestor do IFPE – Campus Caruaru. O objetivo da pesquisa é saber como esses cursos estão organizados por meio das opiniões dos participantes da pesquisa. A partir daí, essas informações serão utilizadas para que se proponha um curso voltado aos professores, a fim de que eles possam ter acesso a conteúdos importantes sobre a socioeducação e os direitos da criança, do adolescente e do jovem.

Ao participar desta pesquisa, respondendo ao questionário, você poderá sentir-se desconfortável com alguma pergunta, portanto, poderá deixar de respondê-la e seguir respondendo as demais questões. Também pode ocorrer de algumas perguntas não serem de fácil compreensão, por isso, você poderá contar com a ajuda de um profissional da Funase, de sua confiança. Por outro lado, sua participação e empenho em responder o questionário contribuirá sobremaneira para a compreensão e melhoria dos cursos de qualificação profissional do IFPE- Campus Caruaru aos socioeducandos.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, inclusive os fornecidos por meio de suas respostas nos questionários, ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade desta pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período mínimo de 5 anos.

Nem você e nem seus pais [ou responsáveis legais] pagarão nada para você participar desta pesquisa, também não receberão nenhum pagamento para a sua participação, pois é voluntária. Se houver necessidade, as despesas (deslocamento e alimentação) para a sua participação e de seus pais serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da sua participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Este documento passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Faculdade de Medicina de Olinda (FMO) no endereço: (Rua Dr. Manoel de Almeida Belo, 1333, Bairro Novo -Olinda/PE, CEP: 53030-030, Fone: (81) 3011-5454, email: cep@fmo.edu.br; funcionamento nas segundas, terças e quartas-feiras (08h00 – 12h00), prédio A, 1º andar).

Assinatura da pesquisadora

**ASSENTIMENTO DO(DA) MENOR DE IDADE EM PARTICIPAR COMO
VOLUNTÁRIO(A)**

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____ (se já tiver documento), abaixo assinado, concordo em participar do estudo: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE JOVENS E ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: INICIATIVAS NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO, como voluntário (a). Fui informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, o que vai ser feito, assim como os possíveis riscos e benefícios que podem acontecer com a minha participação. Foi-me garantido que posso desistir de participar a qualquer momento, sem que eu ou meus pais precise pagar nada.

Local e data _____

Assinatura do (da) menor : _____

Presenciamos a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do/a voluntário/a em participar.

Nome:	Assinatura:
Nome:	Assinatura:

APÊNDICE H - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DOS PESQUISADORES

Termo de Confidencialidade dos Pesquisadores

Por este termo, nós, Gidair Lopes dos Santos e Prof. Dr. Assis Leal da Silva, abaixo assinados, respectivamente, pesquisadora principal e membro da equipe da pesquisa intitulada **“A Educação Profissional e Tecnológica de jovens e adolescentes em medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do Instituto Federal de Pernambuco”**, assumimos cumprir fielmente as diretrizes regulamentadoras emanadas das Resoluções nº 466/12 e/ou nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde/ MS e suas Complementares, bem como as normativas referentes a Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Medicina de Olinda (FMO), o qual é responsável pela avaliação e acompanhamento das pesquisas envolvendo seres humanos, defendendo os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade.

Reafirmamos nossa responsabilidade indelegável e intransferível, mantendo em arquivo todas as informações inerentes à presente pesquisa, respeitando a confidencialidade e sigilo das fichas correspondentes a cada participante incluído na pesquisa, por um período de 05 (cinco) anos após o término desta. Apresentaremos sempre que solicitado pelo CEP da FMO (Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Olinda) ou CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) ou, ainda, às Curadorias envolvidas no presente estudo, relatório sobre o andamento da pesquisa, comunicando ainda, qualquer eventual modificação proposta no supracitado projeto.

Olinda, 12 de setembro de 2021.

Autora da Pesquisa

Orientador

APÊNDICE I - TERMO DE ANUÊNCIA REITORIA-IFPE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
REITORIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
 Avenida Professor Luiz Freire, n. 500 – Cidade Universitária – Recife – CEP: 50.540-740
 (081) 2125-1691 - propesq@reitoria.ifpe.edu.br

TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DESCRITIVAS EXTERNAS NAS DEPENDÊNCIAS DO IFPE

(Aprovado pela Resolução CONSUP IFPE N° 29, de 18, de setembro de 2017)

DADOS DO(A) PESQUISADOR(A)

Nome: Gidair Lopes dos Santos
 Cargo/Instituição: Mestranda/IFPE Campus Olinda
 Telefone(s) com DDD: (81) 99928-6402
 E-mail: gidalopes@hotmail.com

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Programa de Pós-Graduação: ProfEPT
 Curso/Instituição: Mestrado Profissional em educação Profissional e Tecnologia /IFPE-
 Campus Olinda
 Título da pesquisa: A Educação Profissional e Tecnológica de jovens e adolescentes em
 medidas socioeducativas: iniciativas no âmbito do Instituto Federal de Pernambuco
 Orientador: Prof. Dr. Assis Leão da Silva

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco autoriza a realização, em suas dependências, de entrevistas e/ou levantamento de dados e informações inerentes à execução do projeto de pesquisa acima especificado, desde que sejam atendidas as seguintes considerações:

- 1) A pesquisa deve atender às determinações éticas das Resoluções n° 196/96 e n° 466/2012 do CNS/MS, nos casos de pesquisas envolvendo seres humanos, com o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados;
- 2) O(a) responsável pela pesquisa obriga-se a prestar todos os esclarecimentos necessários, quando solicitado por qualquer instância do IFPE;
- 3) O IFPE não arcará com nenhuma despesa decorrente das atividades relacionadas à pesquisa desenvolvida;
- 4) Atendimento aos marcos regulatórios do IFPE

Recife, 25 de março de 2021
 JOSE CARLOS DE SA JUNIOR:75545624449

Assinatura e carimbo do(a) Reitor(a)

Observação: Para a realização da pesquisa é imprescindível a apresentação do TERMO DE ANUÊNCIA. O TERMO deve estar assinado e carimbado pelo(a) Reitor(a) do IFPE.

APÊNDICE J - TERMO DE ANUÊNCIA IFPE-CAMPUS CARUARU

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO
CAMPUS CARUARU

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora **Gidair Lopes dos Santos**, a desenvolver o seu projeto de pesquisa **A EDUCAÇÃO PROFIIONAL E TECNOLÓGICA DE JOVENS E ADOLESCENTES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: INICIATIVAS NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO**, que está sob a coordenação/orientação do Prof. Dr. Assis Leão da Silva, cujo objetivo é compreender como estão organizados os espaços pedagógicos dos cursos de qualificação profissional voltados aos socioeducandos **no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Caruaru**.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

 Documento assinado digitalmente
Elaine Cristina da Rocha Silva
Data: 14/05/2021 19:45:51-0300
CPF: 026.847.544-03

Caruaru, em / / 2021.

Nome/assinatura e carimbo do responsável onde a pesquisa será realizada

ANEXO 1 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

FACULDADE DE MEDICINA DE
OLINDA - FMO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE JOVENS E ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: INICIATIVAS NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

Pesquisador: GIDAIR LOPES DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 49099021.6.0000.8033

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.962.735

Apresentação do Projeto:

O projeto versa sobre a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para o público de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade e violação de direitos no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Tem como objetivo compreender a gestão dos espaços pedagógicos nos cursos de qualificação profissional voltados aos jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, tendo como unidade de análise o Campus Caruaru. Parte-se da perspectiva de que a qualificação profissional dos socioeducandos é de relevância enquanto política pública de educação, em observância ao direito à profissionalização preconizado pela legislação afeta à infância, adolescência e juventude. Tomando por empréstimo a categoria educação e trabalho na perspectiva de Antonio Gramsci, o referencial da gestão dos espaços pedagógicos a partir de aproximação teórica com a perspectiva histórico-crítica da educação em Demerval Saviani, e a Socioeducação a partir de Antônio Carlos Gomes da Costa, nasce a proposta de um produto educacional que contribua com a formação continuada dos docentes dos cursos de qualificação profissional dos socioeducandos, a partir da perspectiva da Criminologia Crítica em Baratta e de conhecimentos voltados aos direitos e deveres do público infantojuvenil, às relações entre medidas protetivas e medidas socioeducativas, como também às perspectivas acerca da socio-educação e de intervenções socioeducativas, com vistas a uma prática docente emancipatória e que considere as especificidades desse alunado.

Endereço: DOUTOR MANOEL DE ALMEIDA BELO, 1333

Bairro: BAIRRO NOVO **CEP:** 53.030-030

UF: PE **Município:** OLINDA

Telefone: (81)3011-5454

E-mail: cep@fmo.edu.br

FACULDADE DE MEDICINA DE
OLINDA - FMO



Continuação do Parecer: 4.962.735

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender a gestão dos espaços pedagógicos dos cursos de qualificação profissional voltados aos jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, ofertados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Objetivo Secundário:

Identificar como estão dispostas, nos IFs, as condições de oferta de qualificação profissional voltada aos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e violação de direitos;

Conhecer as condições de oferta de qualificação profissional para adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE);

Caracterizar, a partir da percepção de gestores, alunos e professores participantes, a qualificação profissional de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no caso do IFPE, no que diz respeito à gestão dos espaços pedagógicos dos cursos voltados a esse tipo de alunado;

Elaborar projeto de curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) voltado à capacitação dos docentes dos cursos de qualificação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, com a finalidade de agregar conhecimentos relativos à legislação afeta a esse público, como também conteúdos que contemplem os conceitos e perspectivas da socioeducação e da criminologia crítica.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Dadas as especificidades do contexto socioeducativo, espera-se possível dificuldade por parte dos jovens e adolescentes para responder ao questionário, considerando as condições de escolaridade inerentes ao contexto de exclusão social. Também é esperada possível resistência quanto à exposição de suas opiniões e sentimentos. No intuito de atenuar tais riscos, será solicitado aos docentes e gestores, tanto quanto possível, o apoio necessário aos socioeducandos participantes da pesquisa.

Benefícios:

Nossa pesquisa trará benefícios ao contexto de qualificação profissional de jovens e adolescentes em medida socioeducativa, no âmbito do IFPE, uma vez que, ao promover a compreensão de como vêm sendo geridos e organizados os espaços pedagógicos dos cursos oferecidos a esse público,

Endereço: DOUTOR MANOEL DE ALMEIDA BELO, 1333
Bairro: BAIRRO NOVO **CEP:** 53.030-030
UF: PE **Município:** OLINDA
Telefone: (81)3011-5454 **E-mail:** cep@fmo.edu.br

FACULDADE DE MEDICINA DE
OLINDA - FMO



Continuação do Parecer: 4.962.735

irá propor um curso de Formação Contínua voltado aos docentes inseridos nesse contexto de qualificação, o qual contemplará conteúdos que vão desde noções da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), legislações afetas à Infância, Adolescência e Juventude, aproximações teóricas da Socioeducação e Criminologia Crítica.

Os Riscos e Benefícios estão contemplados e adequados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Sob uma abordagem qualitativa, a pesquisa terá como objetivo a compreensão acerca da gestão dos espaços pedagógicos nos cursos de qualificação profissional voltados aos jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, no âmbito do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), tendo como unidade de análise o Campus Caruaru. Segundo a concepção apresentada por Gil, nossa pesquisa caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva quanto aos objetivos. Os procedimentos contemplam três fases: na primeira etapa, temos a pesquisa bibliográfica; na segunda etapa, a pesquisa documental; e, na terceira, a pesquisa de campo. Os instrumentos de coleta de dados são: o questionário e a entrevista semiestruturada, a serem aplicados com adolescentes e jovens participantes e egressos, com os professores e com gestores dos cursos. A análise de conteúdo em Bardin é a técnica de análise de dados a ser utilizada. Caracteriza-se, portanto, como pesquisa qualitativa de natureza aplicada, uma vez que dela nasce a proposta de um produto educacional que trata de curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) voltado aos docentes dos cursos de qualificação profissional de jovens e adolescentes em medida socioeducativa, ofertados pelo IFPE, contemplando conteúdos relacionados aos direitos do público infantojuvenil, aproximações teóricas da Socioeducação, perspectiva de intervenções socioeducativas e noções conceituais da Criminologia Crítica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão presentes e foram ajustados.

Recomendações:

Verificar o item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo foi adequado e já está disponível para execução.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: DOUTOR MANOEL DE ALMEIDA BELO, 1333
Bairro: BAIRRO NOVO **CEP:** 53.030-030
UF: PE **Município:** OLINDA
Telefone: (81)3011-5454 **E-mail:** cep@fmo.edu.br

FACULDADE DE MEDICINA DE
OLINDA - FMO



Continuação do Parecer: 4.962.735

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1777542.pdf	16/08/2021 19:09:30		Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_confidencialidade.pdf	16/08/2021 19:05:47	GIDAIR LOPES DOS SANTOS	Aceito
Cronograma	Cronograma_de_Atividades.docx	12/08/2021 17:23:37	GIDAIR LOPES DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_QUALIFICACAOO_Gidair_atual.docx	12/08/2021 17:21:15	GIDAIR LOPES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Requerimento_aut_pesquisa_Gidair.docx	12/08/2021 15:55:26	GIDAIR LOPES DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_1.docx	12/08/2021 15:44:33	GIDAIR LOPES DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_Termo_de_Assentimento_Livre_e_Esclarecido.docx	12/08/2021 15:42:54	GIDAIR LOPES DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_confidencialidade_externo.docx	09/08/2021 09:41:53	JOELMIR LUCENA VEIGA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_assinada.pdf	25/06/2021 16:38:58	GIDAIR LOPES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Assis_Leao_da_Silva.pdf	25/06/2021 16:13:49	GIDAIR LOPES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Gidair_Lopes_dos_Santos.pdf	25/06/2021 16:12:05	GIDAIR LOPES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Documentos_assinados.pdf	18/06/2021 13:58:19	GIDAIR LOPES DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

OLINDA, 10 de Setembro de 2021

Assinado por:
JOELMIR LUCENA VEIGA DA SILVA
(Coordenador(a))

Endereço: DOUTOR MANOEL DE ALMEIDA BELO, 1333
Bairro: BAIRRO NOVO **CEP:** 53.030-030
UF: PE **Município:** OLINDA
Telefone: (81)3011-5454 **E-mail:** cep@fmo.edu.br

FACULDADE DE MEDICINA DE
OLINDA - FMO



Continuação do Parecer: 4.962.735

Endereço: DOUTOR MANOEL DE ALMEIDA BELO ,1333

Bairro: BAIRRO NOVO **CEP:** 53.030-030

UF: PE **Município:** OLINDA

Telefone: (81)3011-5454

E-mail: cep@fmo.edu.br